

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

LEI Nº 3094 DE 27 JUNHO DE 2014.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

ALTERA A LEI Nº 3.061, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º O art. 13, *caput* e seus parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar, de forma onerosa, potencial adicional de construção, por meio de CEPAC, até o limite de 3.321.000 (três milhões, trezentos e vinte um mil) títulos. (NR)

§9º Atingido o limite fixado para um dado Subsetor, não serão mais aprovados projetos de edificação que tenham por fundamento a conversão de CEPAC em direito de construir nesse Subsetor, devendo os proprietários dos respectivos CEPAC buscar projetos em outros Subsetores nos quais o Estoque de Potencial Adicional de Construção ainda não tenha se esgotado. (NR)

§11 A utilização do Potencial Adicional de Construção em cada Subsetor deverá obedecer aos percentuais máximos de uso estabelecidos no Anexo III, observado o disposto nos demais parágrafos deste artigo.

§12 Uma vez esgotado o percentual máximo do Estoque de Potencial Adicional de Construção que poderá ser aproveitado para uso não residencial (NRES) em determinado Subsetor, nos termos do Anexo III – Tabela 2, o empreendedor que desejar construir empreendimento destinado a este uso poderá consumir o estoque de uso residencial, observados os limites do § 13, mediante vinculação de CEPAC, cumpridas, cumulativamente, as regras dos incisos abaixo:

I – para converter estoque residencial em não residencial, o empreendedor deverá vincular um CEPAC para cada metro quadrado da área do lote, não se aplicando, nesse caso, o Fator de Equivalência estabelecido no Anexo III; e

II – para exercício do direito adicional de construir, o empreendedor deverá vincular os CEPAC de acordo com o Fator de Equivalência do uso a que o empreendimento for destinado, não se aplicando, nesse caso, o disposto no § 10 do art. 9º desta Lei. (NR)

§13 A modificação de uso de que trata o §12 está limitada a 58.000 m² (cinquenta e oito mil metros quadrados) do Estoque de Potencial Adicional de Construção determinado para a área de abrangência da OUC, nos termos do Anexo III – Tabela 2 desta Lei.

§14 Uma vez esgotado o limite expresso no parágrafo §13, ficam proibidas quaisquer outras modificações previstas nos termos do §12.

§15 Os proprietários das edificações já existentes na área da OUC da Área Central, cuja Área Edificável Computável seja menor ou igual à área do lote, por ocasião da publicação desta Lei, que desejarem transformar seu uso, poderão fazê-lo mediante a vinculação de CEPAC ao respectivo lote, observadas as seguintes regras:

I – vinculação de 1,0 (um) CEPAC para cada dois metros quadrados de área do lote, durante os primeiros 5 (cinco) anos a contar da data da publicação desta Lei, considerando, para fins de atendimento ao prazo previsto neste inciso, a data de apresentação do pedido de transformação de uso, acompanhado dos respectivos CEPAC, perante a Prefeitura ou entidade por ela indicada;

II – vinculação de 1,0 (um) CEPAC para cada metro quadrado da área do lote, no período entre o 6º e o 10º ano a contar da data da publicação desta Lei, considerando, para fins de atendimento ao prazo previsto neste inciso, a data de apresentação do pedido de transformação de uso, acompanhado dos respectivos CEPAC, perante a Prefeitura ou entidade por ela indicada;

III – vinculação de 2,0 (dois) CEPAC para cada um metro quadrado de área do lote, no período entre o 11º e o 15º ano a contar da data da publicação desta Lei, considerando, para fins de atendimento ao prazo previsto neste inciso, a data de apresentação do pedido de transformação de uso, acompanhado dos respectivos CEPAC, perante a Prefeitura ou entidade por ela indicada;

§16 Os proprietários das edificações já existentes na área da OUC da Área Central, cuja Área Edificável Computável seja superior à área do lote, por ocasião da publicação desta Lei, que desejarem transformar seu uso, poderão fazê-lo mediante a vinculação de CEPAC ao respectivo lote, observadas as seguintes regras:

I – vinculação de 1,0 (um) CEPAC para cada dois metros quadrados de Área Edificável Computável, durante os primeiros 5 (cinco) anos a contar da data da publicação desta Lei, considerando, para fins de atendimento ao prazo previsto neste inciso, a data de apresentação do pedido de transformação de uso, acompanhado dos respectivos CEPAC, perante a Prefeitura ou entidade por ela indicada;

II – vinculação de 1,0 (um) CEPAC para cada metro quadrado da Área Edificável Computável, no período entre o 6º e o 10º ano a contar da data da publicação desta Lei, considerando, para fins de atendimento ao prazo previsto neste inciso, a data de apresentação do pedido de transformação de uso, acompanhado dos respectivos CEPAC, perante a Prefeitura ou entidade por ela indicada;

III – vinculação de 2,0 (dois) CEPAC para cada um metro quadrado de Área Edificável Computável, no período entre o 11º e o 15º ano a contar da data da publicação desta Lei, considerando, para fins de atendimento ao prazo previsto neste inciso, a data de apresentação do pedido de transformação de uso, acompanhado dos respectivos CEPAC, perante a Prefeitura ou entidade por ela indicada;

§17 No caso dos imóveis que já tenham uso misto por ocasião da publicação desta Lei, para fins de aplicação da regra de transformação de uso prevista nos §§ 15 e 17 deste artigo, considerar-se-á que o seu uso é aquele verificado na maior área construída.

§18 Na OUC da Área Central, a regularização de construções irregulares que resultam em acréscimos de áreas serão objeto de recolhimento de CEPAC para a totalidade das áreas acrescidas que não tenham sido devidamente aprovadas pela Prefeitura, obedecendo a regra de 1,0 (um) CEPAC para cada um metro quadrado de área de construção acrescida irregularmente.

§19 A construção de equipamentos comunitários e de bens de uso especial, pertencentes ou destinados à Administração Pública Direta e Indireta do Município, não estará sujeita à contrapartida de CEPAC.

§20 Não estará sujeita à contrapartida de CEPAC e nem será computado no estoque de potencial adicional de construção previsto para o subsetor, a construção de empreendimentos localizados no Setor São Lourenço e destinados aos moradores com renda entre 0 (zero) a 03 (três) salários mínimos oriundos do programa “Minha Casa, Minha Vida”, da Lei Federal nº 11.977/2009, até o limite de 600 (seiscentas) unidades habitacionais.”

Art. 2º Fica substituído o Anexo IV da Lei nº 3.061, de 03 de dezembro de 2013, que passa a vigorar com a redação contida no Anexo Único da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITEROI, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

RODRIGO NEVES - PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº. 011/2014

Autor: Mensagem Executiva nº 10/2014

ANEXO ÚNICO

OUC DA ÁREA DE CENTRAL DE NITEROI

RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Dezembro de 2013

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório contém complementações relativas ao Relatório de Impacto de Vizinhança – RIV do Projeto de Operação Urbana Consorciada na Área Central de Niterói (“OUC”).

Em síntese, o Município de Niterói necessita de uma transformação urbana estrutural, com maior diversificação de usos nas suas áreas, melhoria social e valorização ambiental para alçar a cidade a um novo patamar de urbanidade. Esse é o principal motivador da OUC e objeto deste RIV.

O RIV está estruturado em 10 capítulos, a saber:

- Capítulo 1 - apresentação;
- Capítulo 2 - contém a qualificação da Operação Urbana Consorciada e uma breve descrição das intervenções propostas;
- Capítulo 3 - apresenta os planos e programas governamentais co-localizados, já propostos ou em andamento, na área de vizinhança;
- Capítulo 4 - contempla a delimitação das áreas de vizinhança, diferenciadas de acordo com os meios físico, biótico e socioeconômico;
- Capítulo 5 - apresenta o diagnóstico da área de vizinhança, confeccionado com base em informações extraídas de dados secundários e em visitas técnicas de campo;
- Capítulo 6 - compreende a identificação e descrição dos impactos positivos e negativos que o conjunto de intervenções propostas trará para a área de vizinhança, durante a implantação das obras e após sua conclusão;
- Capítulo 7 - apresenta os programas de monitoramento, como forma de mitigar os impactos identificados;
- Capítulo 8 - relata o prognóstico ambiental da região central de Niterói sem e com a OUC;
- Capítulo 9 - apresenta as conclusões do estudo; e
- Capítulo 10 - apresenta a equipe técnica envolvida no estudo.

2. No Anexo A, encontra-se o Relatório de Medição de Ruídos e Vibrações, no Anexo B o Estudo de Mobilidade Urbana, no Anexo C as ARTs e no Anexo D a declaração de abastecimento e esgotamento da Águas de Niterói.

2 QUALIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

2.1. Introdução

A proposta de revitalização da área central de Niterói baseia-se na ideia de transformar o local num ambiente agradável para a habitação e para o trabalho. O conjunto de medidas proposto mistura moradias, comércio e serviços, que irão originar pequenas distâncias entre esses usos, facilitando assim o deslocamento a pé e de bicicleta da população, ou mesmo através das linhas circulares de transporte coletivo, de modo a promover a melhor integração com o restante da cidade.

A revitalização proposta para a área central de Niterói será promovida por um conjunto de instrumentos e programas, de forma a se alcançar a requalificação urbana da região.

Dentre os instrumentos propostos para possibilitar essa requalificação está o Projeto de Lei que contempla uma Operação Urbana Consorciada - OUC da Área Central de Niterói, que vem a ser um *"conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental"*.

Assim, a OUC tem por finalidade promover a reestruturação urbana de uma parcela da região central de Niterói definida espacialmente no Projeto de Lei, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região. Tais finalidades serão alcançadas por meio de intervenções de infraestrutura e prestação de serviços de alta qualidade na região apresentadas nesse Estudo de Impacto de Vizinhança juntamente com seus impactos urbanísticos.

Em particular, a OUC pode modificar os índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, assim como alterar normas edilícias, considerando o impacto urbanístico e ambiental delas decorrente, visando criar um novo panorama urbano para a região objeto da OUC.

As vias de acesso ao bairro serão requalificadas, ao mesmo tempo em que alguns dos entroncamentos principais serão dotados de passagens subterrâneas para que possam facilitar a fluidez do tráfego e, sobretudo, o conforto dos pedestres.

Outro ponto importante é a proposta de criação de ciclovia, cuja inserção no espaço urbano visa promover a mobilidade sustentável. Além dessas, estará sendo criada a linha verde, que passa pelas maiores praças e áreas verdes da região, cujas requalificações estão interligadas por vias com prioridade para o pedestre e para o ciclista, culminando no mar.

A junção das áreas verdes criadas e requalificadas com a extensa orla de Niterói significará, sem dúvida, a promoção do resgate de um dos espaços públicos mais bonitos e agradáveis da cidade. Oferecer uma orla redesenhada com ciclovia, espaço para atividades físicas e para a pesca, plataformas contemplativas e demais apoios para abrigar toda essa diversidade, fazendo deste local um lugar ímpar para se viver. Um projeto como este tem a tarefa de enfrentar a pluralidade dos problemas decorridos ao longo dos anos.

Numa área de 3,2km² haverá uma nova e compacta cidade. A dimensão da proposta tem escala suficiente para que a abordagem seja bastante extensa. A OUC buscará a inclusão e a acessibilidade para todos, onde a oportunidade de fazer deste bairro o primeiro em caráter de sustentabilidade fará dele referência não só para a cidade, mas para muitos outros centros que ainda passarão por este processo inevitável de revitalização.

Na Figura 2.1-1 são apresentadas as principais intervenções propostas para a OUC.

Figura 2.1-1: Intervenções da OUC.



2.2. Justificativas

Nos dias de hoje, um dos maiores problemas de aglomerados urbanos é o trânsito. No Brasil, este problema torna-se ainda mais grave já que nas últimas décadas praticamente não aconteceram investimentos em infraestrutura de transporte, principalmente em transporte público.

A cidade de Niterói recebe uma população flutuante de mais de 300.000 pessoas todos os dias, que passa inevitavelmente pelo centro. Trata-se de uma cidade com aproximadamente 487.000 habitantes durante a noite e com mais de 700.000 durante o dia. Isso provoca engarrafamentos intermináveis e desconforto para toda a população. No caso do transporte coletivo, esse aporte populacional se reflete em uma quantidade massiva de ônibus, os quais, muitas vezes, traçam percursos idênticos e encontra-se em um terminal rodoviário já extremamente sobrecarregado.

Pensar em adensar uma região, em fomentar um incremento populacional, leva-nos à certeza do aumento da quantidade de veículos e, por conseguinte, congestionamentos, perda de qualidade de vida, entre outros. Não cabem mais, no âmbito do planejamento urbano, medidas irresponsáveis quando o assunto recai sobre a circulação de pessoas e sobre recursos naturais. É com o objetivo de contornar esses problemas que a OUC se propõe.

A OUC pretende explorar ao máximo a condição geográfica estratégica da cidade de Niterói. A região central do município está aproximadamente 15 km do Centro do Rio de Janeiro e a menos de 1 km de Icaraí. Para o futuro morador do perímetro, a oferta de meios de transporte de massa é grande e poderá ser ainda muito maior. A Linha 3, a Estação das Barcas e o acesso privilegiado à Ponte Rio Niterói tornarão essa região com grande acessibilidade.

A OUC prevê a instalação de ciclovía e bicicletários cuidadosamente planejados, de modo a fomentar a utilização de meio de transporte auxiliar.

Todo esse equipamento disponível no centro da cidade proporcionará ao cidadão uma completa integração entre os diversos modais de transporte de alto desempenho, com intuito de desestimular o uso do veículo particular.

O novo planejamento urbano deste recorte geográfico permite-nos desenhá-lo com todas as ferramentas de sustentabilidade disponíveis nos dias atuais. O cabeamento subterrâneo, o reuso de águas, a energia solar e a coleta seletiva e inteligente do lixo são algumas das muitas medidas a serem implementadas, a fim de transformar a região central em um modelo de sustentabilidade.

Um dos principais objetivos da OUC é devolver a orla à cidade. Integrar o centro ao caminho Niemeyer. Colocar novamente a cidade e o cidadão junto ao mar, caminhando pela Orla ou ainda deslocando-se a trabalho ou a lazer pelas ciclovias à beira mar.

O verdadeiro conceito de cidade compacta, com infraestrutura de transporte competente e integrada, objetiva que se evite o desperdício de tempo em intermináveis engarrafamentos.

A OUC visa a criação de uma cidade verde, de baixa emissão de gases do efeito estufa, pautada na valorização de meios de transportes sustentáveis, do bem estar, do meio ambiente, das áreas de lazer, da paisagem e, finalmente, do cidadão.

2.3 Localização

A OUC encontra-se localizada na região central da cidade de Niterói, com cerca de 3,2km². Especificamente, trata-se dos bairros do Centro, Ponta D'Areia (parte), São Lourenço (parte), Morro do Estado, Ingá (parte), São Domingos (parte), Gragoatá (parte) e Boa Viagem (parte) (Figura 2.3-1). Estes bairros apresentam características similares, que os aproximam sob a ótica da ocupação humana. São bairros pouco densos, de um retalho urbano complexo – em função da ancestralidade dos imóveis que lá existem, com equipamentos urbanos pouco apropriados e ambientes urbanos degradados.

A região central apresenta um relevo suave, com a presença de maciços cristalinos pequenos de baixo gradiente. Seu ponto culminante é a Pedra da Armação com 155 m. Esta, apesar de não estar inserida no perímetro da OUC, é um grande contribuinte, do ponto de vista hidrográfico, da região em questão.



Figura 2.3-1: Localização da OUC.

2.4 Características da OUC

2.4.1. A Setorização da Área da OUC

Para se identificar as potencialidades da região, de modo a mapear as particularidades de cada microrregião da área central, tais como perfis de ocupação e uso, fez-se necessário dividir a área da OUC em setores e subsetores (Quadros 2.4.1-1 e 2.4.1-2 e Figuras 2.4.1-1 e 2.4.1-2). As características da área, relacionadas ao desenho urbano, às potencialidades imobiliárias, à coesão e à possibilidade de desenvolvimento, foram fatores determinantes para o estabelecimento de seus limites.

Quadro 2.4.1-1: Áreas e Perímetros dos Setores.

SETOR	ÁREA	PERÍMETRO
SETOR 1	103.183,52 m²	1.338,49 m
SETOR 2	167.403,45 m²	1.659,49 m
SETOR 3	182.039,21 m²	3.312,61 m
SETOR 4	62.149,67 m²	1.733,37 m
SETOR 5	135.521,15 m²	1.660,96 m
SETOR 6	50.308,31 m²	1.070,37 m
SETOR 7	349.435,81 m²	3.546,01 m
SETOR 8	233.327,28 m²	2.401,72 m
SETOR 9	482.939,26 m²	5.643,37 m
SETOR 10	189.758,5 m²	7.802,56 m
SETOR 11	257.299,03 m²	2.217,71 m
SETOR 12	91.119,74 m²	1.384,83 m
SETOR 13	66.058,41 m²	1.309,66 m
SETOR 14	43.327,91 m²	1.254,68 m

SETOR	ÁREA	PERÍMETRO
SETOR 15	186.608,58 m²	2.815,05 m
SETOR 16	236.490,78 m²	2.806,77 m
SETOR 17	313.734,68 m²	4.688,18 m

Quadro 2.4.1-2: Áreas e Perímetros dos Subsetores.

SUB-SETOR	ÁREA	PERÍMETRO
SUB-SETOR 1.1	103.181,52 m²	1.338,49 m
SUB-SETOR 2.1	167.403,45 m²	1.659,49 m
SUB-SETOR 3.1	109.803,54 m²	1.581,21 m
SUB-SETOR 3.2	72.235,66 m²	2.107,04 m
SUB-SETOR 4.1	62.149,67 m²	1.733,37 m
SUB-SETOR 5.1	135.521,15 m²	1.660,96 m
SUB-SETOR 6.1	50.308,31 m²	1.070,37 m
SUB-SETOR 7.1	166.342,49 m²	1.892,76 m
SUB-SETOR 7.2	183.093,32 m²	2.170,59 m
SUB-SETOR 8.1	156.654,31 m²	1.616,67 m
SUB-SETOR 8.2	76.672,97 m²	1.209,94 m
SUB-SETOR 9.1	324.821,71 m²	3.480,31 m
SUB-SETOR 9.2	84.366,97 m²	3.756,98 m
SUB-SETOR 9.3	73.750,58 m²	2.064,62 m
SUB-SETOR 10.1	189.758,5 m²	7.802,56 m
SUB-SETOR 11.1	257.299,03 m²	2.217,71 m
SUB-SETOR 12.1	91.119,74 m²	1.384,83 m
SUB-SETOR 13.1	66.058,41 m²	1.309,66 m
SUB SETOR 14.1	43.327,91 m²	1.254,68 m
SUB SETOR 15.1	131.529,68 m²	1.733,69 m
SUB-SETOR 15.2	55.078,9 m²	1.081,36 m
SUB-SETOR 16.1	236.490,60 m²	2.807,04 m
SUB-SETOR 17.1	207.205,36 m²	3.781,61 m
SUB-SETOR 17.2	106.530,89 m²	1.612,63 m



Figura 2.4.1-1: Apresentação dos setores do limite.



Figura 2.4.1-2: Apresentação dos subsectores do limite.

2.4.2. Identificação de Limitações e Oportunidades no Retalho Urbano

O solo extremamente retalhado e a falta de um cadastro confiável de parcelamento do solo são um dos maiores desafios deste projeto. Para que a análise das potencialidades existentes fosse viável, foi preciso conhecer um pouco melhor as características de cada setor e subsetor.

Assim, estabeleceu-se que apenas seriam considerados imóveis passíveis de remembramento aqueles que não se enquadrassem em nenhuma das categorias abaixo:

- Bem tombado;
- Imóvel de interesse de preservação; e
- Imóvel com gabarito superior a dois pavimentos.

A fim de delimitar os terrenos, foi utilizado o cruzamento de dados das bases cartográficas da Fundação Cide, da Ampla S.A., conjuntamente com a interpretação de estereopares fotogramétricos, além de diversas consultas ao *Google Street View*. Desse modo, foi possível traçar um retalho urbano bastante próximo do real.

Cabe ressaltar que este tipo de delineamento do parcelamento do solo carrega consigo uma carga interpretativa muito grande. Para que se cartografe com absoluta certeza este parcelamento, é necessário que se recorra aos cartórios de registro de imóveis.

A seguir, são apresentadas algumas limitações no retalho urbano da OUC nas Figuras 2.4.2-1 e 2.4.2-2. Na Figura 2.4.2-3, é apresentada uma das oportunidades no retalho urbano.



Figura 2.4.2-1 – Principais Bens Tombados.



Figura 2.4.2-2 – Bens de Interesse de Preservação.



Figura 2.4.2-3 – Praças criadas e revitalizadas.

2.5 Intervenções da OUC

2.5.1. Mobilidade Urbana

- Sistema Viário

Os estudos realizados sobre a capacidade de absorção da malha viária existente hoje na região central de Niterói permitiu concluir que não seriam necessárias grandes intervenções no que diz respeito à caixa das ruas. As ruas existentes podem suportar uma intervenção urbana do porte da OUC sem a necessidade de grandes alterações. Por isso,

acredita-se que grande parte da malha viária existente só precisará ser recuperada e requalificada.

Contudo, algumas vias sofrerão alteração de caixa e outras serão criadas para atender à nova demanda na região central de Niterói.

Também está contemplada pela OUC a criação das vias verdes, caracterizadas pelo novo paisagismo e pela proposta de integração de pedestres, ciclistas e veículos. Além disso, está prevista a construção de três passagens subterrâneas (Figura 2.5.1-1), a saber:

- Passagem subterrânea da Praça Renascença, a qual objetiva facilitar o acesso ao Centro da cidade, de quem chega pela Alameda São Boa ventura e BR-101 (Niterói Manilha), a ser executada pelo Poder Público e/ou iniciativa privada;
- Passagem subterrânea da Av. Visconde do Rio Branco com a Av. Ernani do Amaral Peixoto, que tem como objetivo principal criar uma enorme esplanada para os pedestres, de modo a possibilitar o acesso aos novos equipamentos da Orla - Marina, Estação das Barcas e a Linha 3 do Metrô, com o objetivo secundário de promover a melhoria do tráfego no local. Esta passagem será executada pela OUC.
- Passagem subterrânea da Av. Marquês de Paraná com a Av. Ernani do Amaral Peixoto que irá facilitar o acesso rápido e direto à Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói). Esta passagem subterrânea se acha a cargo da Prefeitura de Niterói.



Figura 2.5.1-1: Localização das passagens subterrâneas no perímetro da OUC.

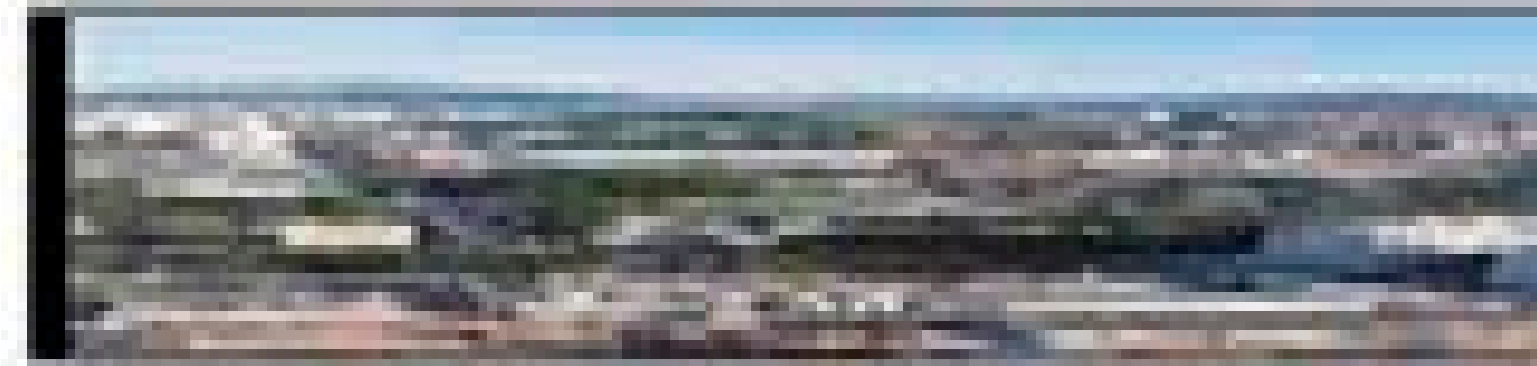


Figura 2.5.1-2: Vista parcial do local da passagem subterrânea da praça Renascença.



Figura 2.5.1-3: Vista parcial do local da passagem subterrânea da Av. Visconde do Rio Branco em frente a Av. Ernani do Amaral Peixoto.



Figura 2.5.1-4: Vista parcial do local da passagem subterrânea da Av. Marquês de Paraná com a Av. Ernani do Amaral Peixoto.

- **Ciclovias**
A ideia de uma ciclovias útil, não apenas voltada ao lazer, mas com o objetivo de valorizar a bicicleta como meio de transporte, ganha muita força quando se percebe Niterói como uma cidade universitária, de topografia extremamente amigável na sua parte central. Poder deslocar-se de uma forma limpa e sustentável, sem a geração de impactos negativos para o já caótico trânsito e, principalmente, de forma segura, é uma possibilidade real, a qual começa a se desenhar em função da possível implantação da OUC. A rede de ciclovias planejadas tem como principal objetivo a irrigação de todo o perímetro da OUC por vias de circulação dedicada e compartilhada. Especificamente, essas vias englobarão pontos pré-estabelecidos, junto às estações das barcas, do metrô, da orla e das universidades.

2.5.2. Paisagem Urbana

- **Marina**
Qualquer paisagem tem sua beleza multiplicada quando emoldurada por uma marina. Com efeito, as marinas do Rio de Janeiro, de Mônaco e de Barcelona contribuem para agregar valor e vida às suas paisagens. A cidade de Niterói, onde a tradição da vela já é reconhecida mundialmente, deveria poder contar com uma marina. Em uma posição privilegiada, totalmente abrigada, a marina proposta terá ancoradouros prontos para abrigar lanchas e veleiros dos mais diversos calados e bandeiras. Na sua retro área, uma ampla rede de serviços a ser construído pelo Poder Público e/ou iniciativa privada, estará disponível para quem chegar por mar ou terra. Marina seca, hotéis, restaurantes, bares e centros comerciais poderão promover atividades e mobilização locais. Amplo calçadão e ciclovias garantirão a integração entre esses equipamentos, de modo a tornar a orla de Niterói um dos mais belos cartões postais do Brasil.

- Vila dos Pescadores
Na faixa de orla da região da Ponta D'Areia, ao lado do Caminho Niemeyer, próximo ao mar, a proposta é instalar uma nova vila de pescadores. Nessa vila será construído um conjunto de 30 residências suficiente para abrigar toda a comunidade dos pescadores da Rua da Lama, que hoje habitam moradias bastante precárias. Nas proximidades serão construídos 44 boxes suficientes para atender a demanda de transferência dos barcos que atualmente estacionam a seco em boxes improvisados atrás do Terminal Rodoviário João Goulart.

- 2.5.3. Cultura e Convivência Urbana**
Praças Públicas e Equipamentos Culturais
Niterói é um Município Verde. Nos seus limites existem muitas áreas preservadas. O Parque Estadual da Serra da Tiririca e a Reserva Municipal Darcy Ribeiro garantem uma posição invejável da cidade, quando o assunto é preservação ambiental. Entretanto, nos locais onde a área urbana é mais consolidada, apesar de bem arborizada, Niterói não conta com grandes espaços de convivência. Exceção a essa regra é o Campo de São Bento, em Icaraí.
A OUC prevê a instalação e a revitalização de praças e parques públicos (Figura 2.5.3-1). São ambientes urbanos que promovem a qualidade de vida e a integração de seus habitantes, responsáveis por valorizar a cidade, seu patrimônio, e por humanizar seus espaços.
Dentro deste grande espaço verde, no perímetro da OUC, encontra-se o Caminho Niemeyer, que, ao ser incorporado à cidade pelas intervenções urbanas já citadas no decorrer deste estudo, vai agregar um imenso valor paisagístico e cultural a essa região tão privilegiada do ponto de vista cultural.
A oportunidade de redesenhar um novo espaço urbano envolve, necessariamente, um traçado capaz de promover a integração dos diversos ambientes, os quais se formam naturalmente ao longo da vida da cidade.
As praças públicas funcionam como âncoras do ambiente urbano e são responsáveis por promover a integração de indivíduos que buscam despende algum tempo ao ar livre. Nesses espaços, encontram-se adultos e crianças, homens e mulheres, focados nas mais diversas atividades. A integração social se destaca como uma das mais importantes. Propiciar a possibilidade de encontro das diferentes classes que habitarão esse novo ambiente e suas áreas de lazer é papel de extrema relevância no conjunto da área a ser revitalizada.



Figura 2.5.3-1 – Praças públicas e equipamentos urbanos.

- 2.5.4. Mercado Popular**
O projeto propõe também a construção de um Mercado Popular a ser executado pelo Poder Público e/ou iniciativa privada, situado na Rua São João, proporcionando um novo espaço onde vendedores e ambulantes do centro da cidade possam organizar melhor suas atividades, desocupando os espaços das calçadas e vias públicas para melhorar a circulação de veículos e pedestres.

- 2.5.5. Ocupação Imobiliária**



Figura 2.5.5-1: População atual por quadra.

Quadro 2.5.5-1: Habitantes, Residência e Comércio estimados para a OUC.

SUB-SETOR	RESIDÊNCIAS	COMÉRCIO	POPULAÇÃO FIXA PROJETADA
SUB-SETOR 1.1	646,79	485,09	1937,77
SUB-SETOR 2.1	828,55	621,41	2482,34
SUB-SETOR 3.1	750,08	562,56	2247,24
SUB-SETOR 3.2	496,97	372,72	1488,91
SUB-SETOR 4.1	61,26	45,95	183,54
SUB-SETOR 5.1	1.970,53	3.448,43	5903,72

SUB-SETOR 6.1	685,71	300,00	2054,40
SUB-SETOR 7.2	2.353,59	1.029,70	7051,35
SUB-SETOR 7.1	489,40	367,05	1466,25
SUB-SETOR 8.2	241,74	105,76	724,25
SUB-SETOR 8.1	70,70	53,03	211,82
SUB-SETOR 9.1	420,55	735,97	1259,98
SUB-SETOR 9.3	463,23	202,66	1387,84
SUB-SETOR 9.2	292,25	127,86	875,59
SUB-SETOR 10.1	158,26	69,24	474,16
SUB-SETOR 11.1	309,96	2.169,75	928,65
SUB-SETOR 12.1	0,00	0,00	0,00
SUB-SETOR 13.1	468,94	205,16	1404,95
SUB-SETOR 14.1	56,57	396,00	169,49
SUB-SETOR 15.1	0,00	0,00	0,00
SUB-SETOR 15.2	0,00	0,00	0,00
SUB-SETOR 16.1	1.336,73	584,82	4004,83
SUB-SETOR 17.1	297,00	2.078,99	889,81
SUB-SETOR 17.2	954,23	185,54	2858,87
	13.353,04	14.147,69	40.005,75

2.6. Canteiro de Obras

O canteiro de obras principal da OUC será implantado num terreno próximo ao caminho Niemeyer, na área central, conforme representado na Figura 2.6-1.
No canteiro, serão instaladas as estruturas necessárias para a fase de obras da OUC proposta.



Figura 2.6-1: Localização geral do canteiro de obras.

2.7 Obras de Infraestrutura

2.7.1 Projeto Urbanístico (Ruas, Praças e Parques)

• Elementos Estruturantes do Projeto

As intervenções previstas para a área central de Niterói têm por finalidade promover a reestruturação urbana local por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres buscando melhorar a qualidade de vida dos atuais e futuros moradores da região. O novo sistema viário terá por base uma malha de vias estruturantes que buscará integrar melhor as diversas partes da área de intervenção e esta com bairros do entorno.

O redimensionamento e requalificação das vias existentes, adaptando-as a novos gabaritos, incluindo-se nas mesmas faixas exclusivas para ônibus, bicicletas e automóveis, a intervenção nas redes aéreas, substituindo-as por redes enterradas, a repaginação dos pisos dos passeios e do pavimento, além de serviços de ajardinamento e arborização, trarão a funcionalidade esperada e o conforto dos usuários, tanto pela pavimentação nova, quanto pelo visual agradável, fomentando o seu uso.

Desta forma, serão promovidas intervenções em vias arteriais principais, vias locais, vias coletoras e vias prioritárias para pedestres, conforme discriminado adiante:

Para a execução desses serviços serão necessárias ações planejadas de forma a permitir a continuidade do tráfego local, acesso a serviços públicos, continuidade de funcionamento das redes de utilidades e acessibilidade local.

Em complemento às intervenções urbanísticas, e visando gerar maior conectividade da região central, e da mesma com os bairros próximos e demais localidades, outras vias serão implantadas e/ou reurbanizadas, potencializando o uso efetivo de toda malha viária, oferecendo aos usuários locais e futuros frequentadores, novas alternativas de acessibilidade à Região Central.

A reurbanização dos espaços públicos (vias e praças existentes) consistirá na implantação de novos padrões de pavimentação (passeios e vias), de arborização (passeios, praças, parques e canteiros) valorizando a paisagem urbana, melhorando as condições ambientais locais.

Inúmeras praças existentes serão requalificadas ou construídas, sendo previstas nas praças existentes, a demolição e repaginação dos pisos existentes, revitalização paisagística com a criação de novas áreas gramadas, plantio de árvores, instalação de equipamentos de lazer e esportes e outras conforme projetos.

No caso das novas praças, a construção deverá atender aos projetos elaborados para cada uma.

Uma nova sinalização viária, iluminação pública e mobiliário urbano (lixeiras, totens e painéis informativos, bancos de praças, bicicletários, dentre outros) complementarão o processo de revitalização da região.

O Poder Público e/ou a iniciativa privada deverão incrementar outros equipamentos urbanos, tais como: pontos de ônibus, bancas de jornais, quiosques e etc.

A rede de infraestrutura local contará com novos sistemas de: esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, telecomunicações e gás encanado.

De modo a priorizar o transporte coletivo, além das melhorias viárias propostas serão criadas faixas destinadas à implantação futura pelo Poder Público e/ou iniciativa privada, de um circuito de Veículo Leve Sobre Trilho (“VLT”) na área, o qual fará a ligação entre os modais de transporte hoje existentes (Estação de barcas e Terminais de ônibus) e as principais vias da área de intervenção.

Um circuito cicloviário com pistas exclusivas e compartilhadas com o passeio ou com a faixa de rolamento será implantado. Este circuito permitirá a interligação da área central e bairros interligados com a Orla.

Na reurbanização viária estão previstos na OUC a construção de uma 1 passagem subterrânea, na Av. Visconde de Rio Branco. Dos outros dois previstos, um está a cargo da Prefeitura Municipal de Niterói, em fase de conclusão, e o outro será implantado também pela Prefeitura e/ou iniciativa privada no entorno da ponte Rio – Niterói.

A primeira passagem subterrânea (Mergulhão) a ser feita na Av. Visconde de Rio Branco em frente à Av. Ernani do Amaral Peixoto, terá como principal função permitir um melhor acesso dos habitantes que hoje se utilizam da Av. Ernani do Amaral Peixoto com destino à orla, ou seja, sobre a Esplanada Araribóia.

Esta prevista ainda a construção pela OUC, dentro da área de intervenção, a nova Estação das Barcas com área aproximada 5.047 m². Serão 5 posições de atracação em 5 atracadouros. A área total prevista para atracação é de 1.870 m². Próximo à Estação das Barcas será construída uma Marina para pequenas embarcações e veleiros, com capacidade para 157 vagas molhadas.

• **Padrão de Urbanização**

Na expectativa de dar unidade projetual e visual às intervenções de desenho urbano, sem deixar de realçar as vias de maior importância, foram definidos tipos de acabamento de viário (vias e calçadas) a serem implantados tanto nas novas vias quanto nas existentes.

Vias

Para o acabamento dos diversos tipos de vias serão utilizados os seguintes revestimentos:

1. Intertravado Grafite;
2. Intertravado Vermelho;
3. Concreto Liso – Cadeirante;
4. Podotátil de Alerta Amarelo 20x20cm;
5. Podotátil Direcional Amarelo 20x20cm;
6. Concreto e Ferragem de Alta Resistência;
7. Concreto com Pintura Vermelha;
8. CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente;
9. Tartarugas Viárias – Diâmetro 15 cm.

Vias Locais

Serão compostas de duas faixas para automóveis. Algumas contarão com uma faixa para automóveis e outra para ciclovia. Além disso, essas vias terão passeios arborizados, com pavimento intertravado e faixa podotátil.

Para as vias locais será utilizada faixa de rolamento para automóveis pavimentadas em asfalto (8) (CBUQ) e seus passeios, parte em intertravado cinza grafite (1), parte em concreto Liso (3), delimitados por meio-fio de concreto pré-moldado com 15 cm (quinze centímetros) de largura e 15 cm (quinze centímetros) de altura aparentes, no mínimo. No passeio haverá faixas tipo podotátil (4) e (5), conforme estabelecido em projeto. Para a Ciclovia está previsto revestimento em concreto com Pintura Vermelha (7), para Ciclofaixa está prevista a pintura da faixa de asfalto, sinalizada por tartarugas viárias (9).

Via Prioritária de Pedestre

As vias prioritárias de pedestres serão compostas de uma faixa para automóveis e uma faixa para ciclovia, sendo a faixa de automóveis revestida com pavimento intertravado (1), e a ciclovia com concreto com pintura vermelha (7), além de passeios arborizados com pavimento intertravado (1) e (2), faixa livre de concreto liso (3) e faixas podotáteis direcionais (5).

Via Arterial Principal

Essas vias serão compostas por uma via principal de três faixas para cada sentido, canteiro central gramado e arborizado, bolsões ou alargamentos para carga e descarga ou parada de ônibus e de passeios arborizados com piso em concreto liso, faixa podotátil e blocos intertravados.

As pistas de rolamento serão em asfalto (8), os passeios serão, parte revestidos com intertravados tipos (1) e (2) e parte em concreto liso para a faixa livre (3). Nos passeios haverá a implantação de faixa podotátil, tipos (4) e (5).

Via Coletora

Essas vias serão compostas por duas faixas em um único sentido e de passeios arborizados com pisos revestidos com pavimento intertravado e concreto liso, e faixa podotátil.

As pistas de rolamento serão em asfalto (8), os passeios serão, parte revestidos com intertravados tipos (1) e (2) e parte em concreto liso para a faixa livre (3). Nos passeios haverá a implantação de faixa podotátil, tipos (4) e (5).

Via Arterial Principal da Orla (Avenida Visconde de Rio Branco)

Essa via será composta por até três faixas de rolamento em pavimento asfáltico (8) em cada sentido de tráfego, canteiro central arborizado/ gramado, revestido nas faixas de travessia de pedestres em placas de granito, e passeios arborizados revestidos em placas de granito e faixa podotátil, tipos (4) e (5).

• **Elementos de revestimento/acabamento**

Meios-fios e outros delimitadores

Os meios-fios serão pré-moldados de concreto medindo 15 cm (quinze centímetros) de largura por 45 cm (quarenta e cinco centímetros) de altura, e 100 cm (cem centímetros) de comprimento, sendo que o topo e os 15 cm (quinze centímetros) que ficarão aparentes deverão ter acabamento com um chanfro na sua quina viva. As sarjetas serão em concreto moldado "in loco" com 30 cm (trinta centímetros) de largura nas vias com faixa de rolamento pavimentada em asfalto, na linha onde serão implantados os ralos para drenagem de águas pluviais.

Pavimentação das vias

As vias serão pavimentadas de acordo com os tipos de acabamento indicados anteriormente, em asfalto (CBUQ) e pavimento intertravado com seus detalhes indicados nos projetos. As vias pavimentadas em asfalto estão classificadas como de tráfego pesado, médio ou leve e deverão ser pavimentadas com o detalhe de pavimento asfáltico tipo 1, 2 ou 3. As áreas destinadas a vagas para veículos serão pavimentadas em CBUQ.

As passagens de pedestre em nível com o passeio (trafficalm) serão executadas em blocos de concreto intertravados vermelhos retangulares de 20 cm x10cm (vinte centímetros por dez centímetros) com espessura mínima de 8 cm (oito centímetros). As sarjetas serão interrompidas nessas passagens, e quando possível, será feita uma caixa de ralo coletora nos bordos do trafficalm.

Pavimentação dos passeios

A paginação das calçadas está definida no projeto.

Os passeios das novas vias terão largura compatível com o projeto de modo a dar conforto aos pedestres.

Serão arborizados e pavimentados de acordo com os materiais indicados no projeto.

Algumas ruas da porção mais antiga do centro terão suas calçadas em placas de granito preservadas.

O acabamento das calçadas será feito de acordo com o projeto, composto de uma faixa de concreto liso, faixas em blocos intertravados emolduradas por tentos de concreto, e onde se inserem faixas de piso podotátil de alerta e direcional amarelos, 20x20cm. O mesmo comportamento se repetirá nas esquinas.

Tratamento de Esquinas

O tratamento das esquinas será feito conforme indicado em projeto. Terão paginação de piso similar ao restante das calçadas, faixa em concreto liso, faixas em blocos intertravados emolduradas por tentos de concreto e piso podotátil.

Em algumas situações junto às esquinas há previsão de implantação de rampas para cadeirantes, estas deverão estar em conformidade com as normas de acessibilidade respeitando largura e inclinação mínima. A pavimentação dessas rampas nas calçadas será em concreto liso ou camurçado.

Nas demais situações previstas em projeto o nível da calçada e do "trafficalm's", local de travessia de pedestres estarão alinhados.

• **Elementos de Paisagens**

Jardins, árvores e molduras em tento de concreto

As árvores existentes na área de intervenção serão mantidas na medida do possível. Quando elas estiverem localizadas fora de áreas ajardinadas, serão circundadas com tento em concreto pré-moldado conforme o projeto.

Nos arruamentos criados, serão plantadas novas árvores; nas áreas junto ao Caminho Niemeyer serão plantados Ipês Brancos (*Tabebuia roseoalba*) e Ipês Roxo (*Tabebuia ipetiginosa*) nas calçadas. Nas calçadas e canteiros da Av. Ernani Amaral Peixoto serão plantados Arecas Bambú (*Dypsislutescena*) e Tamareiras de Jardim (*Phoenix roebelenii*). Ao longo dos canteiros e calçadas da Av. Feliciano Sodré serão plantados Ipês Branco (*Tabebuia roseoalba*). Nas calçadas da Av. Visconde de Rio Branco serão plantadasCaesalpiniasferrea- Na Orla da UFF serão plantadas nas calçadas Syagrusromanzoffiana. Nos canteiros da Av. Jansen de Melo serão plantadas Macaubas (*Acromiasintumescens*). No Corredor Verde que compreende as ruas Visconde de Uruguai, Alm. Tefé e Gen. Andrade Neves serão plantados Ipês Branco, nas calçadas. Na região da Ponta da Armação serão plantadas nos canteiros das calçadas Ipês Roxo (*Tabebuia ipetiginosa*) e *Syagrusromanzoffianas*.

Mobiliário urbano

A localização do mobiliário urbano esta indicada no projeto.
As lixeiras serão instaladas uma de cada lado da via a cada 50 m (cinquenta metros), os modelos a serem implantados possuem suporte próprio.
Elas serão no padrão definido pelo projeto.
As bancas de jornal serão implantadas pela iniciativa privada conforme projeto. Serão dois modelos, o menor com 4x1,5m e o maior com 4x2m.
As praças contarão com bancos em madeira ecológica, padrão Neo-rex, 145x56x79; e mesas de jogos em concreto pré-moldado, padrão Neo-rex, bicicletários, aparelhos de exercício e brinquedos.

2.7.2 Sistema de Infraestrutura Urbana

O Sistema de Infraestrutura Urbana previsto para ser implantado na área da OUC contempla sete segmentos básicos:

- Sistema de Abastecimento de Água;
- Sistema de Esgotamento Sanitário;
- Sistema de Drenagem Urbana;
- Sistema de Iluminação Pública;
- Sistema de Distribuição de Energia Elétrica;
- Sistema de Telecomunicações; e
- Sistema de Distribuição de Gás.

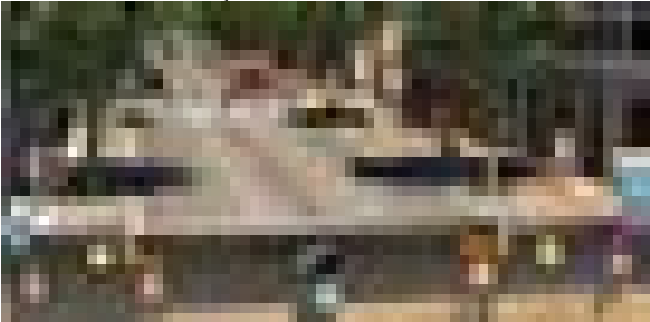


Figura 2.7.2-1: Perspectiva do sistema de infraestrutura.

A seguir é apresentado um resumo de cada sistema de infraestrutura concebido para dar suporte ao planejamento urbanístico e de ocupação projetado para o horizonte do projeto.

• **Sistema de Abastecimento de Água**

A) Breve Diagnóstico do Sistema Atual

O sistema de abastecimento de água na atualidade é responsabilidade da empresa “Águas de Niterói”, o qual é composto por um sistema de adução desde a ETA do Laranjal, localizada em Alcântara, município de São Gonçalo, até os reservatórios localizados no Morro das Águas. Toda a água de abastecimento é fornecida pela CEDAE, cabendo à Concessionária “Águas de Niterói” a ação de distribuição dentro do município de Niterói. O sistema atual atende com alguma intermitência ao perímetro, estando prevista uma ampliação na vazão de adução por parte da CEDAE.
Quanto ao consumo futuro, estão previstas obras de ampliação no sistema produtor do Laranjal, assim como um aumento na vazão de captação de água do rio Imunana. Está ainda em discussão pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro a implantação de uma nova barragem de regularização do rio Imunana, a barragem de Guapiaçú.

B) Concepção do Sistema Proposto

Foi elaborado um novo dimensionamento para implantação de novos condutos principais da rede de abastecimento de água da área de intervenção da OUC.
A alimentação dos condutos principais será realizada por meio dos reservatórios existentes de 9.000 m³ e 3.000 m³ de volume, localizados no Morro das Águas na cota 34,00 m, e não está prevista a construção de novos reservatórios.
Nas ruas cuja intervenção será integral são previstas novas redes secundárias de distribuição de água a serem localizadas nas calçadas.

O cálculo dos condutos principais foi efetuado no software do Lenhsnet/Epanet. O Epanet é um programa de computador que permite executar simulações estáticas e dinâmicas do comportamento hidráulico de redes de distribuição pressurizada. O Epanet permite obter os valores da vazão em cada tubulação e a pressão em cada nó.

Parâmetros de cálculo utilizados:

- Coeficiente do dia de maior consumo: k1 = 1,20;
- Coeficiente da hora de maior consumo: k2 = 1,50;
- Pressão estática máxima: 50 m de coluna de água;
- Pressão dinâmica mínima nos condutos principais: 20 m de coluna de água;
- Diâmetro mínimo de 150 mm nas redes principais.
- Per capita (qfixa) adotado para população fixa: 250 l/hab.d
- Per capita (qflutuante) adotado para população flutuante: 70 l/hab.d
- Índice de perdas na rede: 15%

C) Etapas de Implantação

Todo o sistema será implantado em uma única etapa seguindo a orientação da execução sequencial das ruas, sendo que estas obedecerão a uma sistemática a ser determinada pelo NITTRANS, consequentemente as adaptações de ligações entre os tubos novos e os tubos existentes serão realizados/executadas pela Concessionária “Águas de Niterói” para não ocorrer solução de descontinuidade no fornecimento.

D) Métodos Construtivos

Os métodos construtivos a serem adotados são os tradicionais “corte e cobertura” e as frentes de serviços previstas foram agrupadas de acordo com as características dos serviços e também de maneira a garantir o melhor desenvolvimento das obras com a otimização de sua evolução.
De acordo com as premissas citadas nos itens anteriores, e para que a obra possa ser executada respeitando o prazo contratual, de acordo com os volumes dos serviços, recursos a serem alocados e produtividades previstas, são necessárias diversas frentes de trabalho atuando simultaneamente.
O planejamento para a execução da obra deverá dar ênfase a intervenção setorizada, cuja intenção fundamental foi abrir frentes de trabalho em setores bem definidos, permitindo a intervenção focada e controlada de uma determinada área.

Com a subdivisão da obra em diversas frentes de serviços sequenciais ou paralelas, de acordo com as tarefas predecessoras ou sucessoras e ainda de acordo com os volumes, características dos serviços, recursos a serem alocados e levando-se em conta o cronograma, entendemos estar dotando a obra de uma dinâmica executiva que nos permitirá cumprir as datas de término de acordo com os custos previstos e a qualidade esperada.

Os desenhos relativos ao Sistema de Abastecimento de Água encontram-se apresentados no Volume 16 item3. ENGENHARIA – PROJETO REFERENCIAL – Subitem 3.5.3. Sistema de infraestrutura urbana.

• Sistema de Esgotamento Sanitário;

A) Breve Diagnóstico do Sistema Atual

O sistema atual é operado e mantido pela Concessionária privada “Águas de Niterói”, e é constituído de redes simples e troncos, e ainda de elevatórias secundárias, os quais conduzem os esgotos para a ETE Toque-Toque em operação junto ao Mercado São Pedro. O sistema funciona adequadamente, sendo necessário algum implemento pelo fato que as vazões vão crescer em função das novas demandas de novas unidades comerciais e/ou residenciais a serem implantadas.

B) Concepção do Sistema Proposto

Por ocasião do desenvolvimento dos projetos detalhados, os coletores de esgotamento serão projetados ao longo das vias nas calçadas e no terço das caixas de rua no caso de tronco.

As ruas com largura de até 5,00 m serão contempladas com coletores simples e aquelas com larguras maiores que 5,00 m serão contempladas com coletores duplos, localizados em cada lado das vias, sob o passeio.

Os coletores, com diâmetro mínimo de 150 mm, serão lançados em toda a área urbanizada, de modo a atender a população de projeto. Os coletores principais serão projetados, sempre que possível, ao longo dos logradouros secundários e de menor trânsito, em vista da complexidade de suas obras.

Os esgotos sanitários serão transportados por gravidade ou por recalque para a ETE - Estação de Tratamento de Esgotos.

Uma rede coletora de esgotos é um conjunto complexo de condutos interligados entre si nos nós da rede, cobrindo as ruas da localidade a que serve, podendo ser uma canalização única por rua (rede simples) ou mais de uma por rua (rede dupla, sendo uma em cada calçada). Em cada nó, ou ponto de singularidade, é projetado um poço de visita.

Com as informações referentes ao comprimento total da rede, a população a ser esgotada em início e fim de plano (saturação), os parâmetros de consumo de água, como per-capita-per-diem, coeficiente diário k1 e horário k2, bem como os coeficientes de retorno e de infiltração, determina-se a vazão de coleta linear, em l/s.m, assumida uniforme ao longo de cada trecho. As vazões calculadas nos trechos propagam-se das cabeceiras para as pontas, até atingir seu maior valor no trecho mais próximo ao ponto final da rede. No caso, a ETE Toque-Toque.

Com as vazões de início e fim de plano para cada trecho calcula-se o diâmetro, a declividade (sempre procurando a mais econômica) e demais parâmetros de escoamento.

A Norma Técnica preconiza que o dimensionamento dos coletores seja feito com base no atendimento a uma tensão de arraste do fluxo do líquido junto às paredes do conduto, chamada de tensão trativa, cujo valor mínimo admissível utilizado foi de 0,6 Pa e coeficiente de Manning de 0,010, para PVC, e 1,0 Pa e 0,013 para Concreto.

Foi adotada a numeração dupla “coletor-trecho” decrescente das cabeceiras para as pontas (um coletor de maior número deságua sempre num de menor número). Dimensionaram-se os coletores com base na propagação das vazões, no recobrimento e no diâmetro mínimo, na relação h/d máxima e na declividade econômica (acompanhando ao máximo a topografia, evitando acréscimos de escavação). Também foram consideradas as imposições diversas, tais como recobrimentos, interferências e vazões concentradas. Em quaisquer casos, a tensão trativa mínima foi respeitada. Os critérios e parâmetros adotados neste trabalho são os seguintes:

As taxas de contribuição foram calculadas em função da taxa “per-capita-per-diem” de 250 l/hab.dia para a população residente ou fixa e 70 l/hab.dia para a população flutuante. Desta forma as taxas foram determinadas assim:

A seguir são apresentadas taxas utilizadas no dimensionamento dos trechos das sub-bacias pertencentes ao sistema:

Quadro 2.7.2-1: Sub-Baciasda OUC da área central de Niterói

Sub-bacias	Taxa inicial (l/s m)	Taxa final (l/s m)
B01 a B05	0,00643	0,01543

As vazões concentradas serão incrementadas em pontos específicos da rede coletora, alterando as vazões de dimensionamento dos trechos a jusante destes pontos de contribuição. A seguir são apresentadas as contribuições concentradas utilizadas no dimensionamento dos trechos:

Quadro 2.7.2-2: Dimensionamento dos trechos – Sub-Bacias B01 a B05

Identificação	Trecho de contribuição	Vazão concentrada inicial (l/s)	Vazão concentrada final (l/s)
EE São Luis	001-001	29,08	68,56
EE Mergulhão Avelino de Souza	045-001	12,97	30,59
EE Visconde de Sepetiba1	128-001	93,92	221,46
EE Feliciano Sodré	121-002	154,59	364,51
EE Toque Toque2	ETE Toque Toque	397,24	936,57

C) Etapas de Implantação

Todo o sistema será implantado em uma única etapa seguindo a orientação da execução sequencial das ruas, sendo que estas obedecerão a uma sistemática a ser determinada pelo NITTRANS, consequentemente as adaptações de ligações entre as redes novas e as redes existentes serão realizadas/executadas pela Concessionária “Águas de Niterói” de forma concomitante à execução das ruas e/ou quando programadas pela mesma.

D) Métodos Construtivos

Para a correta implantação deste sistema deverão ser cumpridas algumas etapas construtivas, iniciando-se o processo pela escavação e escoramento das valas, em seguida verificando a existência de interferências com outras redes e revisando os projetos em caso de remanejamentos de redes. Posteriormente passamos para a preparação do solo para recebimento dos tubos e PVs (Poços de Visitas) e concluindo o processo, realizando o fechamento das valas respeitando o recobrimento da via ou da calçada, informados pelo projeto de pavimentação.

A estratégia de ataque às obras preliminar é norteada pelos seguintes aspectos principais:

- Otimização dos recursos alocados para a execução das obras;
- Ordem para inicio dos serviços;
- Distribuição dos serviços ao longo do prazo contratual, de modo a respeitar a alocação dos recursos orçamentários previstos;
- Execução das atividades de modo a minimizar os transtornos à população e ao trânsito local.

O Plano Geral de Ataque Preliminar contempla a execução da obra, dentro de uma estratégia construtiva aplicável aos serviços previstos.

Como o escopo basicamente é a construção de um sistema de coleta e tratamento de esgotos e todo o efluente será conduzido para uma ETE, a lógica construtiva utilizada é a execução dos serviços de jusante para montante. Dentro dessa estratégia, observando-se entre outros os preceitos de:

- Características e volumes dos serviços;
- Caminhamento lógico e otimizado do desenvolvimento das obras;
- Racionalização da mão de obra e equipamentos;
- Atividades predecessoras e sucessoras.

Conclui-se pela necessidade de se estabelecerem frentes de serviços diversas.

Os desenhos relativos ao Sistema de Esgotamento Sanitário encontram-se apresentados no Volume 16 item3. ENGENHARIA – PROJETO REFERENCIAL – Subitem 3.5.3. Sistema de infraestrutura urbana.

- **Sistema de Drenagem Urbana**

A) Breve Diagnóstico do Sistema Atual

O maior problema da infraestrutura urbana é a drenagem. A cidade sofre com bacias reversas interpostas com pontos baixos e pequenas elevações dos níveis de forma desordenada provocando recorrentemente a existência de bolsões de acumulo de águas de chuva, ou seja, pequenas inundações em diversas áreas do perímetro.

B) Concepção do Sistema Proposto

Todo o perímetro foi dividido em micro bacias com subdivisões das quadras e depois foram sendo agrupadas quadra a quadra com a conjunção do sentido de fluxo, até totalizar toda a área do perímetro.

Cada bacia foi dimensionada trecho a trecho, de montante para jusante, considerando os dados de chuvas, a topografia, a forma de ocupação, o tempo de concentração e a área de contribuição.

Os principais critérios e parâmetros adotados para o projeto básico são:

Para a determinação da intensidade da precipitação foi utilizada a equação já desenvolvida no trabalho “Chuvas Intensas no Brasil”, do Engº Otto Pfafstetter, baseada em dados pluviográficos confiáveis e com relativo período de observações que possibilitam segurança no dimensionamento.

Para utilização de dados de chuva em projetos de Engenharia de Drenagem, se faz necessário conhecer a relação entre as quatro características fundamentais da chuva: intensidade, duração, frequência e distribuição. A distribuição foi considerada uniforme.

Frequência, Tempo de Recorrência ou Tempo de Retorno

O tempo de recorrência é adotado de acordo com a segurança que se quer considerar no sistema. Assim, quanto maior este tempo, maiores serão as intensidades das chuvas de projeto e, conseqüentemente, maior a segurança do sistema, implicando em custo mais elevado das obras.

Utilizou-se um tempo de recorrência de 10 anos para a rede de drenagem, que vem a ser um valor usual em projetos do tipo. Ainda, verificou-se que a maioria dos coletores de águas pluviais do sistema, na cidade de Niterói, trabalha com declividades mínimas, permitindo o acúmulo de um volume de água significativo nos primeiros momentos das chuvas, agregando com isso uma segurança extra de amortecimento das cheias.

Tempo de Concentração

O valor da intensidade da precipitação a ser adotada em cada seção dependerá, além do tempo de recorrência, também do tempo de duração da chuva, que é adotado igual ao tempo de concentração.

Para a determinação do tempo de escoamento superficial inicial existem fórmulas, mas também recomendações para que este tempo fique entre 5 e 20 minutos. A adoção de ts = 10 minutos é considerada satisfatória para o uso no desenvolvimento de projetos de rede de galerias, bem como recomendada por grande parte da bibliografia disponível.

Os tempos de percurso canalizados, utilizados para obter os tempos de concentração nas seções analisadas, foram obtidos pelo quociente entre a extensão medida no eixo dos canais e a velocidade média adotada.

Dimensionamento hidráulico

Foram utilizados os seguintes critérios para o dimensionamento hidráulico das galerias:

Fórmula de Manning utilizando:

n=0,013, para tubos de concreto;

n=0,015, para galeria retangular de concreto.

Lâmina máxima admissível

Para tubos circulares – 85%;

Para galerias retangulares fechadas – 90%.

Velocidades de escoamento

Mínima 0,80 m/s;

Máxima 5,00 m/s.

Tubos utilizados: Concreto PA-1 e PA-2

Recobrimento mínimo para tubulação em PA-1 = (D/2)+0,40

Onde: D= diâmetro em m

C) Etapas de implantação

Todo o sistema será implantado em uma única etapa seguindo a orientação da execução sequencial das ruas, sendo que estas obedecerão a uma sistemática determinada pelo Departamento de Trânsito.

A implantação de coletores de águas pluviais segue a sistemática de implantação de jusante para montante, no sentido de dar escoamento às águas de chuva na medida em que vão se concretizando as obras.

D) Métodos Construtivos

Os métodos construtivos a serem adotados são os tradicionais “corte e cobertura” e as frentes de serviços previstas foram agrupadas de acordo com as características dos serviços e também de maneira a garantir o melhor desenvolvimento das obras com a otimização de sua evolução.

De acordo com as premissas citadas nos itens anteriores, e para que a obra possa ser executada respeitando o prazo de execução, de acordo com os volumes dos serviços, recursos a serem alocados e produtividades previstas, são necessárias diversas frentes de trabalho atuando simultaneamente.

O planejamento preliminar para a execução da obra mostra a intervenção setorizada, cuja intenção fundamental foi abrir frentes de trabalho em setores bem definidos, permitindo a intervenção focada e controlada de uma determinada área.

Com a subdivisão da obra em diversas frentes de serviços sequenciais ou paralelas, de acordo com as tarefas predecessoras ou sucessoras e ainda de acordo com os volumes, características dos serviços, recursos a serem alocados e levando-se em conta o cronograma, entendemos estar dotando a obra de uma dinâmica executiva que nos permitirá cumprir as datas de término de acordo com os custos previstos e a qualidade esperada.

Os desenhos relativos ao Sistema de Drenagem encontram-se apresentados no Volume 16 item3. ENGENHARIA – PROJETO REFERENCIAL – Subitem 3.5.3. Sistema de infraestrutura urbana.

- **Sistema de Iluminação Pública**

A) Breve Diagnóstico do Sistema Atual

O Estudo do Sistema de iluminação pública contempla a substituição total do posteamento existente por novos postes com um sistema de luminárias mais moderno e econômico que o atual e ainda, realização do rebaixamento de toda a fiação aérea existente para uma rede subterrânea de dutos e caixas, melhorando significativamente a estética da região e evitando problemas com a rede devido a ações da natureza e/ou vandalismos. Estes estudos foram divididos em duas partes, sendo que na primeira foi realizado um estudo

luminotécnico e na segunda parte, um estudo de infraestrutura civil para alimentação/distribuição de energia para todo o posteamento proposto.

B) Concepção do Sistema Proposto

O Sistema de Iluminação Urbana da região será todo remodelado. Todo o posteamento existente será substituído, incluindo a substituição das antigas luminárias por luminárias modernas e econômicas. Para garantir a segurança e a qualidade estética da região, toda a rede aérea de alimentação e distribuição de energia para este sistema de postes será inserida numa rede subterrânea de dutos, caixas e travessias. Para efeito de gestão do sistema de iluminação urbana o padrão de comando será em grupo, o qual facilita o processo de manutenção da rede, garantindo o funcionamento de parte do posteamento da via ou de uma determinada região em caso de problemas. Outra medida de segurança, adotada com o intuito de proteger o patrimônio público do vandalismo, foi a utilização da fundação antifurto para todo o posteamento, conforme os padrões da Concessionária.

C) Etapas de Implantação

Todo o sistema será implantado em uma única etapa seguindo a orientação da execução sequencial das ruas, sendo que estas obedecerão a uma sistemática a ser determinada pelo NITTRANS, consequentemente as adaptações de ligações entre as novas redes e as redes existentes serão realizadas/executadas pela OUC com o apoio da Concessionária Ampla, paralelamente à execução das ruas.

Todo o posteamento, acessórios e cabos existentes serão removidos pela Concessionária Ampla aos seus depósitos, por serem de sua propriedade, sendo também a recomposição do logradouro, conforme os novos padrões projetados, de responsabilidade da Ampla.

D) Métodos Construtivos

Para a correta implantação deste sistema deverão ser cumpridas algumas etapas, iniciando-se o processo pela escavação e escoramento das valas, em seguida verificando a existência de interferências com outras redes e revisando os projetos em caso de remanejamentos de redes. Posteriormente passamos para a preparação do solo para recebimento dos bancos de dutos e caixas e, concluindo o processo, realizando o fechamento das valas respeitando o recobrimento da via ou da calçada, informados pelo projeto de pavimentação.

Com base no estudo luminotécnico, o posicionamento de todo o posteamento, respeitando as normas e diretrizes da Concessionária responsável, foi utilizado como referência para a localização da rede de dutos, das caixas de passagem e de alimentação elétrica, travessias e totens de comando.

Dutos: Eletroduto Corrugado ou Anelado PEAD DN 3” (75mm)

Duto elétrico em Polietileno de Alta Densidade – PEAD, corrugado, para proteção de cabos subterrâneos, D=75 mm (±1,5), fornecido em rolos com 02 tampões nas extremidades, fita de aviso “perigo” e fio guia interno revestido em PVC, em conformidade com a norma ABNT NBR15.715

Caixas de Passagem - As caixas de alimentação elétrica deverão seguir as dimensões padrão da Concessionária, devendo ser fabricadas em anéis de concreto armado, e equipadas com tampão de ferro e dreno para saída de água. Estas caixas também poderão servir para auxiliar na manobra e na gestão do Sistema.

Caixas de Alimentação Elétrica - As caixas de alimentação elétrica, definidas pelo Sistema de Distribuição Elétrica, serão utilizadas no Sistema de Iluminação Pública para alimentar os totens de comando. Estas caixas serão selecionadas de acordo com a respectiva proximidade das mesmas em relação aos totens.

Travessias - Para ligação entre circuitos localizados em lados opostos às pistas de rolamento, utilizamos o recurso das travessias, que são redes duplas de dutos posicionadas numa cota inferior à rede simples, devido ao recobrimento exigido em pistas de rolamento. Estas travessias também poderão servir para auxiliar na manobra e na gestão do Sistema.

Totem de Comando - O sistema de comando em grupo, adotado especificamente neste caso, requer uma série de totens de comando, utilizados para agrupar os circuitos em um determinado local, visando facilitar a manutenção de todo o Sistema. Estes totens deverão seguir os padrões de projeto.

Os desenhos relativos ao Sistema de Iluminação Pública encontram-se apresentados no Volume 16 item3. ENGENHARIA – PROJETO REFERENCIAL – Subitem 3.5.3. Sistema de infraestrutura urbana.

• Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

A) Breve Diagnóstico do Sistema Atual

A área central de Niterói, definida pela OUC, atualmente está sendo abastecida na parte elétrica pela Concessionária “Ampla”, através de uma rede aérea. Este sistema, apesar de ser economicamente mais viável que o sistema de redes subterrâneas, possui uma estética desagradável e ainda, é extremamente vulnerável às ações da natureza e ao vandalismo de parte da população.

O suprimento da região de estudo é realizado atualmente pelas Subestações de São Lourenço, com uma potência total instalada de 99 MVA e pela Subestação de Ingá, com uma potência total instalada de 66 MVA. Admitindo-se que 70% da carga destas Subestações é consumida atualmente pelas zonas desta região em estudo, o consumo estimado “per capita” é de 0,59 kVA/habitante.

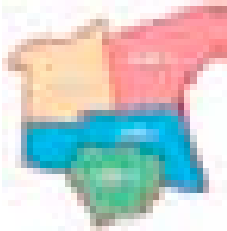


Figura 2.7.2-2 - Zoneamento Elétrico

Na tabela a seguir, encontram-se os valores de demanda por Zona, necessários na vigência deste estudo. Conforme a demanda projetada, indicada na tabela abaixo, nota-se a necessidade de implantação na região de uma nova Subestação com potência da ordem de 100 MVA.

Essa implantação, assim como todo o cabeamento, interligações e outros materiais e serviços necessários serão de responsabilidade da Ampla.

Quadro 2.7.2-3: Densidade Populacional por Zona.

Zona	População (Habitantes)		Área (Km²)	Densidade Populacional (Pop.Proj. /Área)	Demanda Projetada (Pop.Proj. x Demanda Atual=0,59kVA/hab.)
	Atual	Projetada			
A	34.618	110.070	0,82	134.232	64.941
B	33.888	131.415	0,81	162.241	77.534
C	38.548	55.732	0,65	85.742	32.881
D	58.301	73.452	0,57	128.863	43.336
Total	165.352	370.669	2,85	511.078	216.692

B) Concepção do Sistema Proposto

O sistema de redes subterrâneas de distribuição e alimentação elétrica proposto para a região visa renovar a ambiência urbana e garantir a integridade e a otimização do funcionamento do mesmo. Este sistema é completamente subterrâneo, composto por uma

rede de dutos, caixas de inspeção de diferentes formatos, variando de acordo com a necessidade do local e ainda, caixas transformadoras.

Todo o sistema de infraestrutura foi idealizado tomando-se por base as orientações da Concessionária local, ou seja, o sistema de rede primária em anel com recurso, de modo a garantir uma boa confiabilidade por meio de chaves a gás de três vias nas câmaras subterrâneas de transformação. Já a rede secundária será do tipo radial.

C) Etapas de Implantação

Todo o sistema será implantado em uma única etapa seguindo a orientação da execução sequencial das ruas, sendo que estas obedecerão a uma sistemática a ser determinada peloNITTRANS, consequentemente a modificação de rede aérea para rede subterrânea (rede seca a ser executada pela OUC) e cabeamento e suas ligações – conversão e migração, além de instalações provisórias (a serem executadas pela Ampla), serão realizadas/executadas de forma concomitante à execução das ruas e/ou quando programadas pela mesma.

Todo o posteamento, transformadores, acessórios e cabos existentes serão removidos pela Concessionária Ampla aos seus depósitos, por serem de sua propriedade, sendo também a recomposição do logradouro, conforme os novos padrões projetados, de responsabilidade da Ampla.

Métodos Construtivos

Para a correta implantação deste sistema deverão ser cumpridas algumas etapas, iniciando-se o processo pela escavação e escoramento das valas, em seguida verificando a existência de interferências com outras redes e revisando os projetos em caso de remanejamentos de redes. Posteriormente passamos para a preparação do solo para recebimento dos bancos de dutos, e caixas e concluindo o processo, realizando o fechamento das valas respeitando o recobrimento da via ou da calçada, informados pelo projeto de pavimentação.

Com base no estudo realizado para a região e ainda, respeitando as normas e diretrizes da Concessionária responsável, será descrito/especificado a seguir cada um dos elementos que compõem a Rede de Distribuição Elétrica proposta.

Dutos - Para distribuição do cabeamento na rede subterrânea, serão utilizados três diâmetros de eletroduto corrugado e/ou anelado, conforme especificação abaixo:

- **Dutos Principais de Baixa Tensão: Duto Espiral Flexível Corrugado/Anelado PEAD DN 5” (125 mm)**

Duto elétrico em Polietileno de Alta Densidade – PEAD, corrugado/anelado, para proteção de cabos subterrâneos, DN125mm (±3,0), fornecido em rolos com 02 tampões nas extremidades, fita de aviso “perigo” e fio guia interno revestido em PVC, em conformidade com a norma ABNT NBR15.715.

- **Dutos Principais de Média Tensão: Duto Espiral Flexível Corrugado/Anelado PEAD DN 5” (125 mm)**

Duto elétrico em Polietileno de Alta Densidade – PEAD, corrugado, para proteção de cabos subterrâneos, DN125 mm (±3,0), fornecido em rolos com 02 tampões nas extremidades, fita de aviso “perigo” e fio guia interno revestido em PVC, em conformidade com a norma ABNT NBR15.715.

- **Dutos Secundários (consumidores): Duto Espiral Flexível Corrugado/Anelado PEAD DN 3” (75 mm)**

Duto elétrico em Polietileno de Alta Densidade – PEAD, corrugado/anelado, para proteção de cabos subterrâneos, DN75 mm (±1,5), fornecido em rolos com 02 tampões nas extremidades, fita de aviso “perigo” e fio guia interno revestido em PVC, em conformidade com a norma ABNT NBR15.715

- **Dutos Secundários (consumidores): Duto Espiral Flexível Corrugado e/ou Anelado PEAD DN 2” (50mm)**

Duto elétrico em Polietileno de Alta Densidade – PEAD, corrugado/anelado, para proteção de cabos subterrâneos, DN50 mm (±1,5), fornecido em rolos com 02 tampões nas extremidades, fita de aviso “perigo” e fio guia interno revestido em PVC, em conformidade com a norma ABNT NBR15.715.

Estes dutos deverão ser assentados na vala de forma organizada, respeitando o afastamento entre eles e ainda, a questão do paralelismo, ou seja os mesmos não poderão se entrelaçar em nenhum momento. Para isso, deverão ser utilizados espaçadores, conforme normatização da Concessionária. O assentamento dos dutos corrugados/anelados deverá ser feito por camadas, sendo proibida a execução do banco de uma única vez. Para a correta execução da rede projetada deverão ser adquiridos alguns acessórios como luvas, tampões e anéis de vedação, respeitando os diâmetros especificados em projeto. Os dutos corrugados/anelados deverão ser fornecidos em barras com comprimentos múltiplos de 6 m ou em rolos com comprimentos múltiplos de 25m. Quando transportados, os dutos corrugados e conexões não deverão ficar expostos à fonte de calor e agentes químicos agressivos, devendo ser acondicionados adequadamente para que não se soltem durante o transporte e preservem sua integridade mecânica. Os dutos corrugados e/ou anelados em rolos deverão ser fornecidos com fio-guia interno cujas extremidades deverão ser amarradas nas pontas do duto.

Caixas de Inspeção e Câmaras Transformadoras

Caixas de Inspeção (CI)

Para interligação entre os diferentes bancos de dutos são construídas pela OUC caixas de inspeção que são construções subterrâneas projetadas para abrigar emendas de cabos de potência e/ou derivações de ramais primários ou secundários, inclusive ramais de ligação. Estas caixas podem possuir diferentes formatos, variando de acordo com os bancos de dutos que entrarão nestas caixas e ainda, com a necessidade do local onde a mesma será construída (Ex. esquinas, calçadas, vias, etc.).

Estas CIs poderão ser do tipo “com gargalo” ou “rasa” (sem gargalo) sendo que a escolha de uma caixa de inspeção deve obedecer aos seguintes critérios:

- As caixas com gargalo são apropriadas tanto para passeios/calçadas como para pistas de rolagem, devendo também ser utilizadas quando existirem interferências;
- Todas as caixas com construções previstas para locais fora da pista de rolagem deverão priorizar os modelos de caixas “rasas”, sendo que deverá ser observado o limite de receber e/ou derivar linhas de dutos com configuração máxima 2 x 2;
- As caixas rasas possuem um único tipo, e podem ser construídas em concreto armado ou pré-fabricadas;
- As tampas para acesso às CIs deverão ser selecionadas em função da localização da mesma, dependendo se as mesmas serão localizadas em pista de rolamento ou em passeios/calçadas.
- Todas instalações no interior das caixas serão realizadas pela Ampla.

Câmaras Transformadoras (CT)

Uma das construções mais importantes do sistema subterrâneo são as câmaras transformadoras, ou seja, compartimentos onde a Concessionária instala um ou mais transformadores abaixadores e demais equipamentos (chaves, proteção, etc.). Estas câmaras subterrâneas são compartimentos compostos de seis faces, construídas com material resistente a fogo e a explosão. São localizadas no subsolo de vias públicas, na pista de rolamento ou nas calçadas, ou no interior de propriedades. A construção das câmaras transformadoras ficará a cargo da OUC, sendo todas as instalações relativas a essas câmaras, de responsabilidade da Ampla (transformadores, quadros, acessórios, cablagens, chaves seccionadoras e outros).

Para construção das CTs e CIs deverão ser observados os documentos de detalhes referentes ao Estudo Preliminar de Infraestrutura Civil da Rede de Distribuição Elétrica, elaborados com base nos Procedimentos Técnicos da Ampla.

As CTs construídas em concreto armado devem possuir paredes com espessura conforme o projeto. Não serão permitidas canalizações de outras utilidades no interior das CTs.

Caso as condições físicas e/ou interferências existentes no local impossibilitem a adoção dos projetos apresentados, caberá ao construtor desenvolver e submeter à aprovação da AMPLA um projeto especial em que constem plantas de armação e formas bem como o respectivo cálculo estrutural compatível com as cargas dos equipamentos a serem instalados. Em função disso a AMPLA avaliará as condições do projeto civil proposto indicando, quando necessário, os projetos que precisam sofrer revisões e/ou adequações.

Os desenhos relativos ao Sistema de Distribuição de Energia Elétrica encontram-se apresentados no Volume 16 item3. ENGENHARIA – PROJETO REFERENCIAL – Subitem 3.5.3. Sistema de infraestrutura urbana.

• **Sistema de Telecomunicações**

A) Breve Diagnóstico do Sistema Atual

Não existe sistema de telecomunicações na atualidade. Todo o sistema é provisório, fixado junto aos postes da rede elétrica sem qualquer sistemática ordenada de distribuição.

B) Concepção do Sistema Proposto

A infraestrutura de telecomunicações proposta é dividida em 3 partes: Rede Primária, Rede Secundária e Caixas de Distribuição/Passagem.

Rede Primária

A rede primária de infraestrutura distribui os sinais de telecomunicações oriundos das operadoras, com grande densidade e os entrega a pequenas centrais de área ou diretamente em salas de telecomunicações nos grandes empreendimentos.

A rede primária é composta por um conjunto de 7 (sete) dutos corrugados flexível, de polietileno de alta densidade, de diâmetro nominal de 32mm, onde a quantidade de sétuplos (7x32mm) depende se a infraestrutura é no anel principal, sendo ele composto de 2 (dois) sétuplos (em alguns casos, poderão ser utilizados quatro sétuplos) e o anel secundário será de 2 (dois) sétuplos para cada lado da Rua.

A rede de infraestrutura primária fará a interligação de atendimento em caixas de distribuição/passagem, padrão tipo R3 (1,20 x 1,20 x 1,30) ou R3M (1,60 x 1,20 x 1,30), onde destas caixas partirão as redes secundárias de distribuição ou conexões aos grandes empreendimentos.

Para recobrimento da rede primária, utilizam-se:

- Redes localizadas em vias: 0,80m.
- Redes localizadas em passeios: 0,60m.



Esquemático da rede:

(*) Rede Primária (RP)

(**) Rede Secundária (RS)

Importante: A Rede primária (RP) deverá passar preferencialmente por baixo da rede secundária (RS) e das caixas R2, para interligação entre caixas R3/R3M.

Rede Secundária

A rede secundária é interligada a rede primária pela caixa tipo R3M e passa para as caixas de distribuição/passagem, tipo R2 (1,07 x 0,52 x 0,75), para atendimento dos assinantes. A rede é composta por um conjunto de 7 (sete) dutos corrugados flexíveis, de polietileno de alta densidade, de diâmetro nominal de 32mm, onde a quantidade de sétuplos (7x32 mm), pode variar de 2 (dois) sétuplos a 4 (quatro) sétuplos, de acordo com o atendimento previsto para cada área (travessias).

Sua distribuição máxima considerada para o projeto, considerando atendimentos futuros e redundância, para efeito de segurança no atendimento, será de 7 assinantes para cada caixa R2. E poderá ser instalada a caixa tipo R1 (0,60 x 0,35 x 0,50), para acesso ao atendimento de assinantes, como: condomínios, vilas, entre outros.

Para recobrimento da rede secundária, utiliza-se:

- **Redes localizadas em passeios: 0,60m.**



Esquemático da rede:

(*) Rede Secundária (RS)

Caixas de Distribuição/Passagem

As caixas de passagem devem ser instaladas nos dois tipos de rede e servirão para o acesso a rede de cabos de telecomunicações. Caixas projetadas na rede serão: Tipo R1(0,60 x 0,35 x 0,50, R2 (1,07 x 0,52 x 0,75), R3 (1,20 x 1,20 x 1,30) e R3M (1,60 x 1,20 x 1,30).

C) Etapas de Implantação

Todo o sistema será implantado em uma única etapa seguindo a orientação da execução sequencial das ruas, sendo que estas obedecerão a uma sistemática a ser determinada peloNITTRANS, consequentemente a modificação de rede aérea para rede subterrânea (rede seca a ser executada pela OUC) e cabeamento e suas ligações – conversão e migração, além de instalações provisórias (a serem executadas pela Concessionária), serão realizadas/executadas de forma concomitante à execução das ruas e/ou quando programadas pelas concessionárias.

D) Métodos Construtivos

Para a implantação do sistema de telecomunicações serão seguidas algumas etapas, iniciando-se o processo pela escavação e escoramento das valas, em seguida verificando a existência de interferências com outras redes e revisando os projetos em caso de remanejamentos de redes. Posteriormente passamos para a preparação do solo para recebimento das redes primárias e secundárias, caixas e concluindo o processo, realizando o fechamento das valas respeitando o recobrimento da via ou da calçada, informados pelo projeto de pavimentação.

Dutos - Sétuplos de Sub-duto liso ou corrugado, fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), diâmetro nominal de 32 mm (7x32 mm), para proteção de cabos ópticos ou metálicos, fornecidos em rolos e fabricados de acordo com a norma NBR 14683-1.

Caixas de Passagem - As caixas de passagem devem seguir as dimensões padrão de acordo com o tipo, devem ser fabricadas em concreto armado moldado in loco e devem ser equipadas com tampão de ferro, dreno para saída de água e caixas de emenda.

Os dutos deverão ser instalados em valas e aterrados com areia, com exceção das travessias onde terão que ser envelopados em concreto magro, de maneira que fiquem protegidos de futuras intervenções ou acidentes. A profundidade mínima deverá ser de 60 cm para calçadas e 80 cm para ruas, avenidas ou travessias onde trafeguem veículos.

Os dutos deverão estar agrupados e devidamente amarrados, formando um conjunto constante e o mais linear possível.

Os fundos das valas deverão ser nivelados, de forma que não hajam desvios na tubulação.

Os desenhos relativos ao Sistema de Telecomunicações encontram-se apresentados no Volume 16 item3. ENGENHARIA – PROJETO REFERENCIAL – Subitem 3.5.3. Sistema de infraestrutura urbana.

• **Sistema de Distribuição de Gás**

A) Diagnóstico do Sistema Atual

O cadastro da área do projeto da OUC disponibilizado pela Gás Natural Fenosa - CEG apresenta informações sobre a malha de tubulações de gás existentes na área, apresentando dados referentes aos diâmetros e os materiais.

Após análise deste cadastro foi constatado que; por grande parte de sua rede ter sido renovada há pouco tempo principalmente na área mais consolidada; não há necessidade de implantação de uma nova rede em algumas ruas desta região.

Já nas áreas onde a demanda futura será aumentada foi projetada nova Rede de Distribuição de Gás para suprir esta nova realidade.

B) Concepção do Sistema Proposto

O projeto consiste na construção de dois ramais de distribuição, um com DN 32 mm e outro com DN 90 mm de média pressão (MP).

O ramal de distribuição de DN 90 mm é a rede principal da qual sairão as derivações com DN 32 mm. Destas duas redes sairão os ramais com finalidade de alimentar os lotes.

O material utilizado para as tubulações e conexões é o PEAD (polietileno de alta densidade).

Os cruzamentos deverão ser executados a “Céu Aberto” (CA).

Para os trechos na calçada a profundidade será de 0,60m e para os cruzamentos deverá ser considerada profundidade de 1,00m da geratriz superior do tubo.

Deverá ser apresentado no final da obra pela OUC um relatório “Conforme Construído” (“As Built”), contendo toda documentação preparada durante a execução dos serviços de construção, montagem e testes. Como é de costume, no acompanhamento da obra a CEG também faz este cadastramento das redes implantadas.

Com base nos estudos populacionais elaborados, se estimou a previsão de demandas e vazões de projeto para o dimensionamento das redes projetadas do Sistema de Distribuição de Gás.

Para a realização dos cálculos foram considerados os seguintes dados:

População do setor e/ou subsetor dividida por 4 (quatro) pessoas gerando o número de unidades.

Número de unidades vezes 485 Kcal/min = Potência total

C) Etapas de Implantação

As redes serão implantadas na medida em que forem sendo executadas cada uma das ruas de forma concomitante com as demais redes.

D) Métodos Construtivos

Em função da verificação das condições físicas e/ou interferências existentes no local que por qualquer ordem impossibilitem a adoção dos projetos apresentados, caberá à OUC desenvolver e submeter à aprovação da CEG um projeto especial em que constem plantas bem como o detalhamento dos dutos e acessórios a serem instalados. Em função disso a CEG avaliará as condições do projeto indicando, se necessária, que sejam realizadas as devidas revisões nestes projetos.

Os desenhos relativos ao Sistema de Distribuição de Gás encontram-se apresentados no Volume 16 item3. ENGENHARIA – PROJETO REFERENCIAL – Subitem 3.5.3. Sistema de infraestrutura urbana.

2.8 Faseamento das Obras

A seguir é apresentado o faseamento espacial das obras (Figura 2.8-1), considerando o prazo total para implantação de toda a infraestrutura que é de 3 (três) anos, considerando todo o conjunto de intervenções previsto. Para interpretá-lo é necessário verificar na Tabela 2.8-1 e no mapa apresentados a seguir, através da identificação temporal trimestral e das cores correspondentes, as respectivas fases do projeto.

A cor preta refere-se ao faseamento de obras localizadas que serão executadas em um longo período (mais de um trimestre). Tais obras são: contenção da marina, atracadouros, estação das barcas, complexo dos pescadores e mergulhão da avenida Visconde do Rio Branco/ esplanada.

O Cronograma com as Fases da Obra encontram-se apresentados no Volume 1item 2.3 – Viabilidade do Empreendimento, subitem 2.3.1. Cronograma de Etapas, Pagamento de Aportes de Recursos e Pagamento das Contraprestações Públicas Mensais.

Mapa de Faseamento das Obras



Tabela 2.8-1



2.9. Operação e manutenção da OUC

Além das intervenções de infraestrutura, a OUC prevê também a prestação de serviços de alta qualidade na região, os quais estão detalhados neste tópico.

A OUC assumirá a continuidade da prestação dos serviços públicos existentes, obrigando-se a prestar tais serviços com os mais altos níveis de qualidade e segurança.

A operação e manutenção da OUC compreenderá a imediata adequação de todos os serviços a serem implantados, mediante o treinamento, a uniformização, a identificação e a padronização de procedimentos de todo o pessoal envolvido nesses serviços. Deverá ser feito ainda a implantação de um sistema de comunicação com os usuários, à medida que as áreas passarem por intervenção, até a entrega e recebimento de cada área reurbanizada conforme projeto.



2.11. **Uso do Solo Atual**
ÁREA DE VIZINHANÇA DOS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO

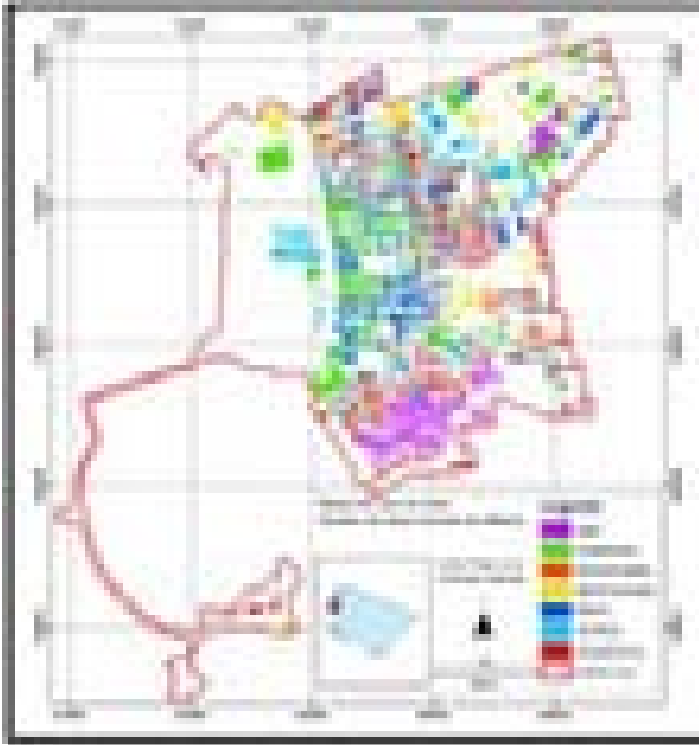


Figura 2.11-1: Uso do Solo Atual.

3. PLANOS E PROGRAMAS CO-LOCALIZADOS

Esse capítulo objetiva a verificação dos planos e programas co-localizados, capazes de provocar algum tipo de interferência na área da OUC, seja de caráter positivo ou negativo. Esse levantamento também considera os eventos de grande porte que acontecerão na cidade do Rio de Janeiro e no país, como os Jogos Olímpicos de 2016, e, antes disso, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Deve-se destacar, ainda, a construção do COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro no município de Itaboraí. A área de influência da OUC proposta está constantemente sob a influência de projetos e programas de cunho municipal, estadual e/ou federal, seja na área de transporte, lazer, cultura, habitação ou saneamento.

Os programas mencionados neste capítulo pressupõem interferências diversas no âmbito da área da OUC e, portanto, a sobreposição de projetos dentro do perímetro da área. Contudo, alguns desses programas podem ser elaborados de maneira paralela e/ou complementar à OUC. Os projetos precisam ser analisados a fim de que não haja incompatibilidade de ações, caso sejam aprovados pela Prefeitura do Município de Niterói.

Dentre os planos, projetos e programas previstos, ou já em fase de execução, principalmente nessa área da cidade, podem-se citar:

- Plano e Gestão Integrada da orla de Niterói (Projeto Orla);
- Plano de Melhorias para o Sistema Viário, Trânsito e Transporte Público de Niterói;
- Projeto Cicloviário (Rio Estado da Bicicleta);
- Projeto Caminho Niemeyer;
- Projeto Metrô - Linha 3;
- Programa Saneamento Ambiental dos Municípios do entorno da Baía de Guanabara (PSAM).

Além destes, alguns outros são previstos para toda a cidade, tal como o programa do Governo Federal "Minha casa, Minha vida", o Plano Municipal de Redução de Risco e o Plano de Revitalização do Porto de Niterói, dentre outros.

4 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A delimitação da área de vizinhança da OUC é resultado da espacialização territorial dos impactos diretos decorrentes de sua implantação e operação, considerando-se os meios físico, biótico e socioeconômico. Como base para tanto, consideraram-se os principais impactos de caráter ambiental, previstos para as diferentes etapas do Projeto. Desta forma, definiram-se como áreas de vizinhança da OUC os seguintes limites:

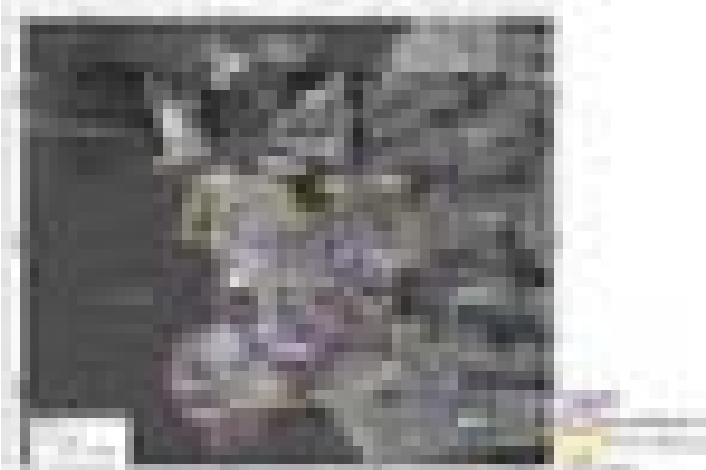
4.1 Área de Vizinhança dos Meios Físico e Biótico

Foi considerado como área de vizinhança um raio de 500 metros a partir da poligonal da OUC, por entender que a intervenção trará sobre os aspectos físicos e bióticos impactos diretos que não deverão ultrapassar a distância de 500 metros, conforme apresenta a Figura 4.1-1.

4.2 Área de Vizinhança do Meio Socioeconômico

Foram considerados todos os bairros dentro da área da OUC e que estão inseridos ou são tangenciados pelo raio de 500 metros. A escolha pela base de bairros se deve a compreensão desta unidade como um recorte pertinente para comparação às transformações passadas e futuras, posteriores ao empreendimento, por meio dos dados provenientes do IBGE e da Prefeitura do município de Niterói. Dessa maneira, a Área de Vizinhança corresponde aos bairros Ponta D'Areia, Centro, Morro do Estado, São Domingos, Ingá, Gragoatá, Boa Viagem, Icaraí, Fátima, São Lourenço, Santana e Ilha da Conceição.

Quadro 2.9-1: Serviços de Mobilidade e Segurança dos Usuários.



ÁREA DE VIZINHANÇA DO MEIO SOCIOECONÔMICO



5. DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE VIZINHANÇA

O diagnóstico da área de vizinhança objetiva mapear todas as condições do meio físico, do meio biótico e do meio socioeconômico do perímetro da OUC e áreas adjacentes de forma a identificar como a implantação da OUC poderá impactar a região.

5.1 Meio Físico

5.1.1 Geologia

Caracterização Geológica Regional

A geologia da área de estudo compreende o segmento continental a leste da Baía de Guanabara e parte de seu trecho submerso. Estas estruturas foram definidas pelo processo de rifteamento que se inicia, segundo SILVA (2002), no Cretáceo superior. Nesse caso o Rift da Guanabara é limitado, no lado do continente, pela escarpa da Serra do Mar e, no lado do oceano, pelos maciços litorâneos – Serra da Carioca e Maciço de Niterói (AMADOR, 1997). O embasamento rochoso da área de estudo é constituído por rochas cristalinas proterozóicas e cambrianas, nas áreas de ocorrência dos maciços e das baixadas aplainadas pela erosão, parte revestida por depósitos recentes de colúvio e/ou tálus. Nas baixadas e no fundo da baía, são encontrados pacotes de sedimentos terciários e quaternários de origem continental, lagunar e marinha, superpostos ao embasamento cristalino.

Geologia Local

As principais estruturas litológicas encontradas no segmento continental a leste da Baía de Guanabara são coberturas sedimentares do Quaternário e rochas cristalinas do Proterozóico. De acordo com o mapeamento realizado pelo CPRM (2001), na escala de 1:400.000, as coberturas sedimentares do Quaternário são caracterizadas pelo domínio de depósitos costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos (Figura 5.1.1-1), enquanto as rochas cristalinas do Proterozóico são caracterizadas pelo domínio dos granitóides Corcovado e pelo domínio dos gnaisses da Unidade São Fidélis.



Figura 5.1.1-1 - Depósitos costeiros na área de estudo.

Fonte: *Google Earth*.

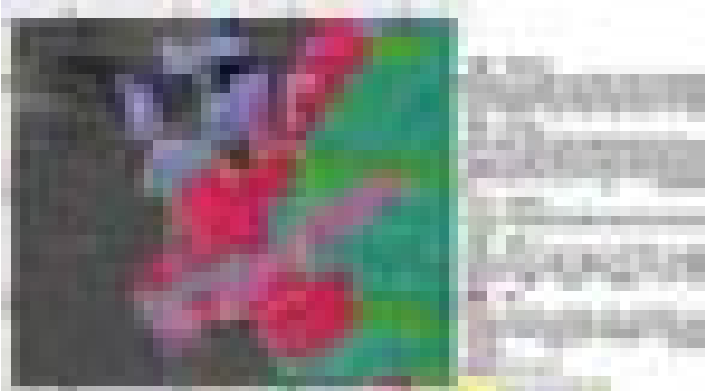
O domínio de depósitos costeiros de praia, marinhos, lagunares e flúvio-marinhos ocorre em trechos do entorno da Baía e ilhas interiores e é formado por sedimentos inconsolidados constituídos por areias quartzosas finas a médias (marinhas), areias argilosas (lagunares) e argilas orgânicas (flúvio-marinhas). O domínio dos granitóides Corcovado (gnaisses facoidais) sustentam boa parte dos grandes maciços costeiros e morros elevados dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. São rochas, em geral, muito resistentes, constituídas por granada, muscovita e biotita, que têm como característica principal uma textura megaporfíritica típica. Xenólitos de gnaisses e intrusões de diques de leucogranitos são abundantes nos corpos rochosos. O domínio dos gnaisses da Unidade São Fidélis é formado pelas rochas mais antigas da região e ocorre nos maciços costeiros sob a forma de grandes corpos englobados e parcialmente digeridos por rochas mais jovens em orogêneses posteriores. Constitui-se de granada-biotita-sillimanita gnaisses quartzo-feldspáticos com contatos de transição para variedades de kinzigito, contendo, ainda, veios graníticos e intercalações frequentes de gnaisses calcissilicáticos e quartzitos. Estas rochas, geralmente, estão recobertas por solos residuais micáceos, friáveis, e por colúvios instáveis nos taludes mais abruptos.

O mapeamento realizado pelo CPRM (2009), na escala 1:100.000, proporcionou um maior detalhamento dessas estruturas litológicas, em que o segmento continental a leste da Baía de Guanabara pode ser estudado a partir das seguintes unidades geológicas: Depósito Flúvio-Marinho (Qfm), Grupo São Fidélis (NPsfbgn), Suíte Rio de Janeiro (NP3Y2rj) e Complexo Rio Negro (NP23Yrn). Para a área de estudo, este mapeamento individualiza o Domínio dos Granitóides Corcovado em duas unidades geológicas distintas: Suíte Rio de Janeiro (NP3Y2rj) e Complexo Rio Negro (NP23 Y1rn).

O depósito flúvio-marinho (Qfm) ocupa a maior parte da área de vizinhança, sendo também a unidade geológica a sofrer as principais intervenções previstas pelo Projeto. De acordo com CPRM (2009), esta unidade é constituída por sedimentos finos, siltico-argilosos ou argilo-silticos, ricos em matéria orgânica; depósitos rudáceos associados a ambientes de leques fluviais; argilas acinzentadas de planície de inundação; areias de canais fluviais; interdigitação de sedimentos arenosos, argilosos e turfosos.

A unidade Suíte Rio de Janeiro (NP3Y2RJ) por sua vez, constitui-se de biotita ortognaisse grosso, bem foliado, de estrutura oftálmica (augen) dada por megacristais lenticulares de microclina de 3 a 5 cm, em matriz granítica rica em biotita. Pode apresentar teores expressivos de granada e hornblenda. Já o grupo São Fidélis (NPsfbgn) é composto por (sillimanita)-(granada) biotita gnaisses bandados ou homogêneos com intercalações de quartzitos e lentes de rochas calcissilicáticas.

MAPA DE LITOLOGIA



Por fim, o complexo Rio Negro (NP23 Y1rn), unidade encontrada apenas no bairro da Ponta D'Areia (Figura 5.1.1-2), é composto por quartzo-plagioclásio-biotita gnaisses mesocráticos de composição quartzo diorítica a diorítica, intensamente deformados e migmatizados, de espectro geralmente bandado; ortoclásio (microclina)-quartzo gnaisses acinzentados de composição granodiorítica e rochas anfibolíticas. Não há previsão de intervenção no complexo.

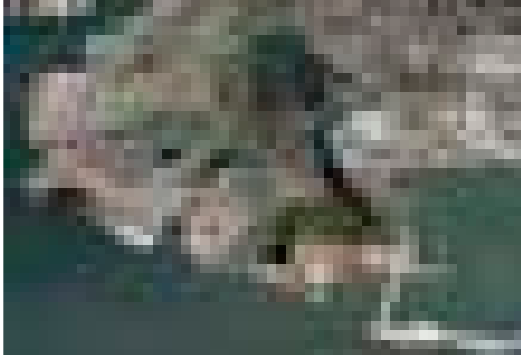


Figura 5.1.1-2 – Afloramentos rochosos do Complexo Rio Negro, no bairro Ponta D'Areia. Fonte: *Google Earth Pro*.

O Quadro 5.1.1-1 mostra, de forma qualitativa, a distribuição dessas unidades geológicas pelos bairros que compõem a área de estudo, permitindo, desta maneira, o direcionamento das ações de intervenção, de acordo com as litologias presentes em cada unidade territorial.

Quadro 5.1.1-1 – Unidades geológicas por bairro.



Fonte: CPRM (2001; 2009)
*Bairros parcialmente incluídos na área de estudo.

Recursos Minerais

Após consulta ao banco de dados Sistema de Informação Geográfica da Mineração (SIGMINE), disponível no *site* do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foram levantados os processos de titularidade minerária existentes na área de vizinhança deste projeto, no mês de abril de 2013. Desse modo, foi possível verificar que não existe nenhum processo em andamento para a área do Projeto.

5.1.2 Caracterização Geomorfológica

Caracterização Geomorfológica Regional

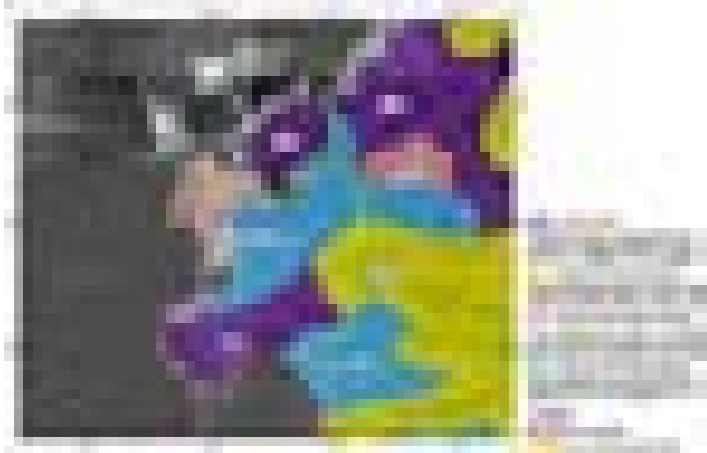
Segundo Amador (1997), com a ruptura continental que gerou o afastamento do Brasil e da África no Mesozóico, antigas falhas Pré-Cambrianas foram reativadas e diques de diabásio cortaram as rochas antigas da região da Bacia da Guanabara. Ao final desta era, as Serra da Mantiqueira e Serra do Mar, o Maciço Litorâneo e as ilhas litorâneas foram formadas a partir do deslocamento gravimétrico de blocos falhados e basculados, os quais foram modelados pelos processos erosivos. O deslocamento desses blocos também gerou áreas rebaixadas, constituindo-se em *rifts* ou *semi-grabens*, como a Baixada Fluminense. O sistema geológico estrutural influenciou sobremaneira a geomorfologia regional, bem como seu recobrimento sedimentar. Durante o Cenozóico, as zonas climáticas do planeta foram caracterizadas pela alternância de climas. As fases glaciais, marcadas pelo avanço das geleiras nas altas latitudes, corresponderam, nas zonas intertropicais, a climas mais secos e frios. Enquanto isso, as fases interglaciais, marcadas pelo recuo das geleiras nas altas latitudes, foram acompanhadas, nas áreas intertropicais, por climas mais quentes e úmidos (AMADOR, 1997).

Caracterização Geomorfológica Local

A área do projeto situa-se no entorno da Baía de Guanabara, que se apresenta como lençol d'água marinho, compreendido entre a vertente meridional da Serra do Mar, mais precisamente, da Serra dos Órgãos e dos maciços litorâneos do Estado do Rio de Janeiro. Ocupa uma depressão, que se originou a partir de movimentos tectônicos. O fundo da Baía é muito irregular, em decorrência de sua origem, a partir do afogamento marinho de uma antiga bacia, a qual compreendiamuitos vales fluviais. Tais vales, hoje parcialmente soterrados pela sedimentação marinha, convergem para um canal central, cuja profundidade média está acima de 20m, responsável pela comunicação da bacia com o oceano. A atual superfície da Baía situa-se na ordem de aproximadamente 400km², tendo sido reduzida em perto de 30% de sua área original. Essa área foi tomada pela construção de aterros, obras de dragagem, retificações e canalizações de córregos que preencheram e entulharam várias feições geomorfológicas, existentes à época ao longo de sua orla.

De acordo com o Mapa Geomorfológico do Rio de Janeiro, em escala 1:250.000 (CPRM, 2001), a área de vizinhança do empreendimento apresenta como principal sistema de relevo de agração, que por sua vez é constituído pelo domínio de planícies colúvio-alúvio-marinhas. Em menores proporções, são encontrados relevos de degradação, compostos pelos domínios de colinas isoladas, morrotes, morros baixos isolados e maciços intrusivos alcalinos. O relevo de agração é caracterizado pelo predomínio dos processos deposicionais, enquanto que o relevo de degradação é caracterizado pelo predomínio dos processos erosivos (SILVA, 2002). Este é o primeiro critério para a diferenciação dos compartimentos geomorfológicos. As principais características destes sistemas de relevo são descritas a seguir.

MAPA DE GEOMORFOLOGIA



5.1.3 Climatologia

No estado do Rio de Janeiro, a diversidade climática é muito influenciada pelo relevo e pela altitude, principalmente pela Serra do Mar. Do lado oceânico, está localizada, de forma isolada, uma baixada litorânea quente e úmida e, na encosta e no topo da serra, há uma área de clima mais úmido, caracterizado por chuvas de relevo durante todo o ano. O município de Niterói se encontra na baixada litorânea, que possui tipo climático quente e úmido, com uma estação chuvosa no verão e outra relativamente seca no inverno. A estação chuvosa começa no final da primavera, em função do começo do aquecimento e do avanço da massa continental para o sul, responsável por provocar muita chuva. No começo do outono, as precipitações ainda são relativamente abundantes. Nos meses de maio e junho, observa-se uma queda considerável na precipitação. Isso se dá em função do avanço com mais força da massa polar atlântica, que apesar de ser úmida e fria, chega à região com menos força, trazendo menos umidade e causando queda na temperatura da região, em função do longo percurso percorrido no continente. A partir da análise dos dados de temperatura média, disponibilizados pelo INMET, das normais climatológicas entre os anos de 1961 a 1990 (Gráficos 5.1.3-1), é possível observar que janeiro e fevereiro são os meses mais quentes do ano, enquanto que em julho ocorrem as médias mensais de temperatura mais baixas de toda a região.

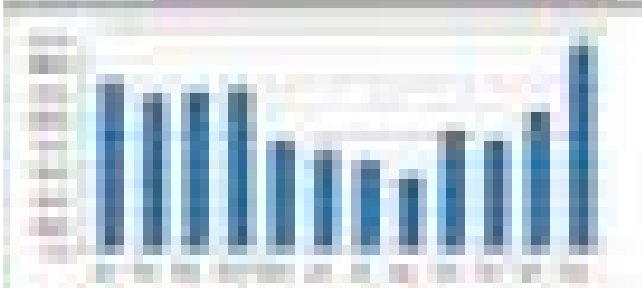
Gráfico 5.1.3-1: Temperatura média do Estado do Rio de Janeiro (1961-1990).



Fonte: INMET, 2012.

A partir de dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas (ANA), da estação pluviométrica do Horto Florestal (Latitude: -22,88277778; Longitude: -43,1075), foi possível observar que o período de dezembro a abril compreende as maiores médias pluviométricas. Nesse período, atinge-se a precipitação máxima de aproximadamente 142mm em dezembro, conforme pode-se observar no Gráfico 5.1.3-2.

Gráfico 5.1.3-2: Médias mensais de precipitação pluviométrica (1977-1994).

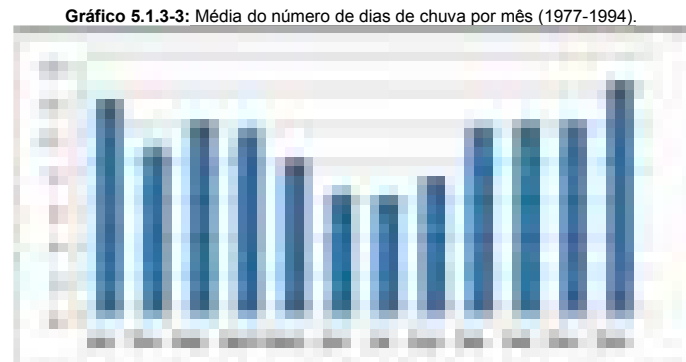


Fonte: SNIRH/ANA, 2012.

Com a desativação da estação do Horto Florestal, novos dados pluviométricos oficiais foram gerados apenas a partir de dezembro de 2011, quando da implantação da estação São Domingos (Latitude: -22°54'17"; Longitude: -43°7'54") na Universidade Federal Fluminense (UFF). A partir destes dados, foi possível observar que, no ano de 2012, houve mudanças no regime de chuvas, observado em todos os meses. Acima da média estão os meses de janeiro, junho, setembro e novembro, enquanto os outros meses tiveram as médias abaixo do intervalo de 1977-1994. Percebe-se que os meses de fevereiro, julho e agosto são os mais destoantes.

Em 2013, para análise, foram verificados os dados do primeiro trimestre: janeiro, fevereiro e março. Os dados encontrados mostram uma grande mudança no regime de chuvas, tanto do ano anterior, 2012, quanto do intervalo 1977-1994. Com 482mm em janeiro, 146mm em fevereiro e 260mm em março.

A partir de dados da média de dias de chuva por mês, do período de 1977 a 1994 (Gráfico 5.1.3-3), foi possível observar que os meses de dezembro a abril apresentam as maiores médias de dias de chuvas por mês. Porém, quando comparados com a média de dias de chuva por mês no período de maio a outubro, é possível observar que a variação na quantidade de dias de chuva por mês não é muito grande. Isso pode explicar a maior concentração de desastres naturais provocados pela chuva, como enchentes e deslizamentos de terra, no período de dezembro a abril.



Fonte: SNIRH/ANA, 2012.

O regime de temperatura, chuvas e ventos da área de vizinhança é fortemente influenciado pela ação da massa de ar tropical atlântica que, segundo Prado *et al.* (2005), apresenta divergência anticiclônica; elevada temperatura, fornecida pela intensa radiação solar das latitudes tropicais; e forte umidade específica fornecida pela intensa evaporação marítima. A massa tropical atlântica se origina das células de alta pressão dos anticiclones subtropicais, na parte sul do Oceano Atlântico, e atua quase que durante todo o ano no estado do Rio de Janeiro, de modo a proporcionar elevadas temperaturas e umidade específica do ar.

A atuação da massa polar atlântica provoca instabilidades nas condições do tempo com quedas de temperaturas. Apesar de atuar mais intensamente no inverno, esta massa causa maiores impactos no verão quando gera chuvas intensas, geralmente associadas à atuação da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS). Nesse período, a umidade provinda da Amazônia proporciona grande instabilidade na região sudeste (MENDONÇA e DANNI-OLIVEIRA, 2007). A massa tropical atlântica atua na região com ventos de Leste (E) a Nordeste (NE), do Sistema de Correntes de Nordeste a Leste, oriundos das altas pressões subtropicais. Esta massa de ar tropical possui temperaturas relativamente elevadas, fornecidas pela intensa radiação solar das latitudes tropicais, além de forte umidade específica, fornecida pela intensa evaporação marítima, que fica em geral limitada à camada superficial. Desse modo, confere-lhe um caráter de homogeneidade e estabilidade e mantém o tempo estável e geralmente ensolarado (NIMER, 1989).

A insolação¹ varia muito durante o ano: apresenta queda lenta e gradual de janeiro a agosto, quando é possível observar uma queda brusca. A partir de setembro, mês que apresenta menor média – aproximadamente 145 horas, há um aumento gradual da insolação até chegar a janeiro, quando alcança seu ápice, e registra, média de, aproximadamente, 210 horas de insolação (Gráfico 5.1.3-4).

Gráfico 5.1.3-4: Insolação média do município do Rio de Janeiro (1961-1990).



Fonte: INMET, 2012.

Quanto à nebulosidade, a partir dos dados disponibilizados pelo INMET de 1961 a 1990, do estado do Rio de Janeiro (Gráfico 5.1.3-5), é possível observar que os meses de setembro a janeiro apresentam os maiores índices de nebulosidade do ano. O ápice é atingido no mês de dezembro, quando a nebulosidade atinge média de 0,70 décimos, e o mínimo nos meses de junho e agosto, os quais apresentam os índices de aproximadamente 0,40 décimos.

Gráfico 5.1.3-5: Nebulosidade do Estado do Rio de Janeiro 1961-1990



Fonte: INMET

5.1.4 Recursos Hídricos

A área do projeto em questão situa-se na porção leste da Baía de Guanabara, a qual, de acordo com a divisão estadual em regiões hidrográficas (Deliberação N° 804, de

20/02/1986 da CECA – Comissão Estadual de Controle Ambiental), insere-se na Região Hidrográfica V - Baía de Guanabara. Seus componentes são as bacias contribuintes da Baía de Guanabara, as quais perfazem uma área total de 4.000km². Apesar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro ser caracterizada por uma abundância de corpos hídricos, verificou-se que a área em estudo não apresenta nenhum corpo fluvial dentro de seus limites, como se pode observar no Mapa de Recursos Hídricos. Seu entorno, no entanto, é caracterizado pela presença de rios que deságuam na Baía de Guanabara e são; a fonte da poluição, que assola há décadas o interior da baía. Grandes quantidades de efluentes são despejadas de forma inadequada ao longo de todo o entorno da Baía, de modo a alterar a balneabilidade das praias. Por conseguinte, as praias que compõem a área de vizinhança são classificadas como inadequadas para banho durante a maior parte do ano, como mostram os Quadros 5.1.4-1, 5.1.4-2, 5.1.4-3, 5.1.4-4, 5.1.4-5 e 5.1.4-6.

Quadro 5.1.4-1: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança (1º Semestre de 2011).

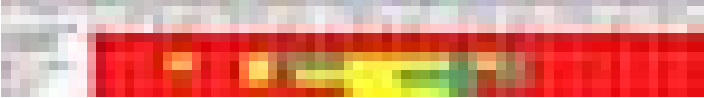


Fonte: INEA, 2012.
Quadro 5.1.4-2: Histórico dos Boletins Semanais das Pr



aías da Área de Vizinhança (2º Semestre de 2011).
Fonte: INEA, 2012.

Quadro 5.1.4-3: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança (1º Semestre de 2012).



Fonte: INEA, 2012.
Quadro 5.1.4-4: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança (2º Semestre de 2012).



Fonte: INEA, 2013.
Quadro 5.1.4-5: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança (1º Trimestre de 2013).



Quadro 5.1.4-6: Histórico dos Boletins Semanais das Praias da Área de Vizinhança (2º Trimestre de 2013)*.



MAPA DE RECURSOS HÍDRICOS



5.2 Meio Biótico

A área de vizinhança está situada na região das Praias da Baía, no município de Niterói, e está inserida na fitofisionomia da Floresta Ombrófila Densa, caracterizada por uma mata sempre verde. Entretanto, essa fisionomia está reduzida a raros e pequenos fragmentos muito degradados em sua composição florística. Tal degradação é consequência do

drástico desmatamento, em função do intenso processo de uso e ocupação do solo, favorecido por uma planície costeira pouco pronunciada, que não representa barreira natural à ocupação humana. Os fragmentos de vegetação existentes estão localizados em áreas de maior declividade na região em estudo. Nas áreas urbanizadas, é possível identificar espécies ruderais, isto é, plantas que durante o processo evolutivo adaptaram-se a ambientes humanos e ocuparam beiras de calçadas, terrenos baldios e outros tipos de locais da ambiência urbana. Também são identificáveis espécies exóticas como amendoeiras (*Terminaliacatappa*), flamboyants (*Delonix regia*), ipê-de-jardim (*Tecomastans*) e espirradeira (*Neriumoleander*), dentre outras (Figura 5.2-1).



Figura 5.2-1: Espirradeira (*Neriumoleander*) na Rua São Pedro – Centro/Niterói.
Fonte: Trabalho de campo Maio/2012.

As áreas verdes urbanas correspondem ao conjunto de espaços urbanos com o predomínio de cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira e que contribuem, de modo significativo, para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental na área de vizinhança (Figura 5.2-2).



Figura 5.2-2: Praça São João – Centro/Niterói.
Fonte: Trabalho de campo Maio/2012.

Essas áreas verdes estão presentes em uma enorme variedade de formas na área de vizinhança, que são: monumento natural, área de especial interesse ambiental (AIEA), área de preservação permanente (APP), zona de restrição a ocupação urbana (ZROU), Parque Urbano e Área de Proteção Ambiental (APA).

MAPA ÁREAS AMBIENTAIS





Meio Socioeconômico

5.3.1 Histórico de Ocupação de Niterói

A fundação da cidade de Niterói, assim como a da cidade do Rio de Janeiro, deve ser entendida no contexto de disputa territorial travada por europeus e indígenas pelo controle da Baía de Guanabara. Tal disputa é fruto de um complexo processo histórico de conquista da referida região, que envolveu múltiplos interesses, conflitos, alianças e visões de mundo.

Após conflitos com franceses e alianças entre portugueses e indígenas, Araribóia, líder dos indígenas, pede para si e para os seus as terras do outro lado da Baía de Guanabara, na então chamada Banda d'Além. Foram-lhes concedidas por escritura pública e Carta de Sesmaria. Todavia, somente em 1573 é que Martim Afonso de Souza (nome cristão dado ao líder dos Temiminós) e sua gente tomaram posse judicial da sesmaria, dando origem à aldeia de São Lourenço dos Índios, o primeiro sítio do que viria a ser a cidade de Niterói. Porém, apenas em 1819, com a criação da Vila Real da Praia Grande, há formação de quatro freguesias: São João de Icaraí, São Sebastião de Itaipu, São Lourenço dos Índios e São Gonçalo na região.

Com a constituição da Vila Real da Praia Grande e de suas freguesias, Niterói recebe, em 1820, seu primeiro plano de arruamentos e, em 1828, é instituída a primeira lei orgânica do município. O projeto compreendia as áreas da Praia Grande e São Domingos e propunha a implementação de uma malha ortogonal de ruas que receberiam um código de posturas, responsável por determinar suas normas de ocupação e prever a construção de três praças, dentre elas o Largo de São João, primeiro centro cívico da cidade.

Daí para frente, Niterói vivenciaria um momento de grande expansão e valorização. Em 1835, a Vila Real da Praia Grande é elevada à categoria de cidade e recebe o nome de Nictheroy (água escondida em tupi-guarani) e o posto de capital da província do Rio de Janeiro. A condição de capital trouxe uma série de desenvolvimentos urbanos para a cidade que, em 1841, recebeu o título de Imperial Cidade.

O desenvolvimento urbano da cidade de Niterói foi se consolidando com a implantação de aparatos de serviço como a barca a vapor (1835); a iluminação pública à base de óleo de baleia (1837) e, posteriormente, de lâmpões a gás (1847); o desenvolvimento de um sistema de abastecimento de água (1861); a criação da Companhia de Navegação de Nictheroy (1862); da Companhia de Ferro-Carril Nictheroyense que fornecia o transporte de bonde por tração animal; da Estrada de Ferro de Niterói (1872) e de bondes elétricos (1883). Desta forma, gradativamente a cidade viu sua malha urbana sendo tecida a fim de alcançar a modernização e o conjunto arquitetônico que caberia a uma capital.

Em 1890, Niterói viu sua área ser reduzida de 245,42 km² para 84 km², em razão da separação das freguesias de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição de Cordeiro e São Sebastião de Itaipu, que passaram a integrar o município de São Gonçalo. No entanto, apesar desta diminuição de área, os investimentos não cessaram. Ao contrário, aumentaram com a retomada por Niterói da condição de capital do estado do Rio de Janeiro, em 1903. Neste momento, a cidade vivenciava uma nova rodada de investimentos e renovação urbana que tem início durante a gestão do primeiro prefeito de Niterói, Paulo Pereira Alves, e que se segue com João Ferraz e Feliciano Sodré. De 1904 a 1914, estes foram responsáveis por grandes obras de remodelação urbana, como a idealização e construção de uma imponente avenida entre a praia de Icaraí e São Francisco, destinada à implantação de centros de lazer e diversão, como hotéis, cassinos e parques esportivos na orla destes bairros.

Data do período também a retificação da Alameda São Boaventura, em 1909; a idealização do porto de Niterói entre Ponta D'areia e o Mangue de São Lourenço; além da implantação de uma rede de saneamento que contemplava os bairros de Ponta D'areia, São Lourenço e Fonseca. Destacaram-se ainda alguns melhoramentos urbanos como iluminação a gás (1904), inauguração da primeira linha de bondes elétricos ligando o Centro a Icaraí (1906), alargamento da Rua da Conceição (1907), alargamento da Estrada Leopoldo Fróes (1909) e inauguração da rede central de esgotos (1912). Outras edificações também foram construídas representando esse novo momento como a Prefeitura no Largo do Pelourinho – Palácio Araribóia (1904), a Câmara no Largo do Rocio, atual Jardim São João (1908), os correios e estação hidroviária - barcas (1908). Os parques e praças receberam nova urbanização como o Largo de São Domingos (1905), o Campo de São Bento (1910), Praça Araribóia (1911), Praça General Gomes Carneiro (Rink) – antigo Largo da Memória (1913), entre outros.

Durante o governo de Feliciano Sodré, é implementada a urbanização da área portuária de Nictheroy. Há a construção do porto e o saneamento da área entre o cais e a antiga linha do litoral. Por conta disso, aterrou-se uma área de 357.000m², e construíram-se armazéns para serviços portuários. Houve, ainda, a consequente abertura da navegação de cabotagem.

A década de 1940 foi um período de modernização, caracterizado como uma época de intensos investimentos urbanos. A abertura da Avenida Ernani do Amaral Peixoto, em 1942, cortou o centro comercial da cidade. Nas décadas de 1950 e 1960, o perfil da habitação da cidade foi alterado com o investimento do setor imobiliário em edifícios. Deu-se início, pois, a um forte processo de verticalização majoritariamente na área central e nos bairros de Ingá e Icaraí, inspirado no modelo de Copacabana existente no Rio de Janeiro.

A construção da Ponte Rio-Niterói mudou a estruturação urbana de Niterói a partir de 1974. Houve um incremento dos investimentos públicos, o qual objetivava a expansão urbana a fim de favorecer o mercado imobiliário. Por conseguinte, foi exigida adequação e ampliação da infraestrutura básica existente. Entretanto, esse período foi marcado por perdas econômicas e políticas. A cidade foi substituída pelo Rio de Janeiro na condição de capital do estado, quando da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975. A fusão trouxe o inevitável esvaziamento econômico da cidade, somado ainda à crise da indústria naval.

Em 1977, a parte sul do Aterro da Praia Grande foi desapropriada pelo Governo Federal para a construção do Campus da Universidade Federal Fluminense – UFF, o qual abriga várias faculdades nos Campus do Gragoatá e da Praia Vermelha.

Na década de 1980, a área central sofreu algumas alterações com a instalação do Parque Central da Cidade e de uma Vila Olímpica, um parque de estacionamento, terminais

Fonte: Arquivo do INEPAC – Instituto Estadual de Patrimônio Cultural; Arquivo do DEPAC – Departamento de Preservação e Reabilitação do Patrimônio Cultural.

Dentre os diversos bens preservados, merecem destaque o Palácio São Domingos (Figura 5.3.2-1), a Estação das Barcas, o prédio dos Correios e Telégrafos (Figura 5.3.2-2), a Estação Cantareira, a Casa do Estudante Fluminense, a Concha Acústica e a Escola Raul Vidal (Figura 5.3.2-3), dentre outros.

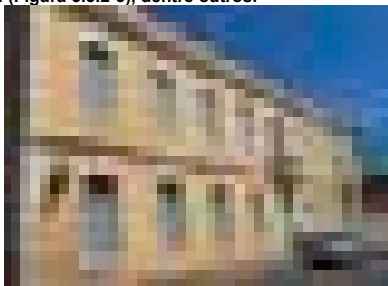


Figura 5.3.2-1 – Palácio São Domingos.



Figura 5.3.2-2 – Prédio do Palácio dos Correios e Telégrafos. Imagem atual em processo de reforma, e antiga com a linha dos bondes elétricos.



Figura 5.3.2-3 – Escola Raul Vidal.

Em função de sua importância arquitetônica, o Terminal Rodoviário Roberto Silveira também está incluído na lista de bens tombados por Niterói (Figura 5.3.2-4). Trata-se de um exemplar arquitetônico de meados do século XX, projetado sob influência do pensamento modernista, que rompia com o esquema tradicional dominante na época.

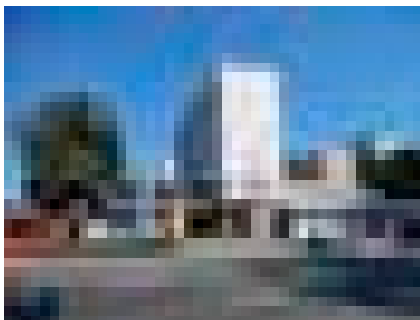
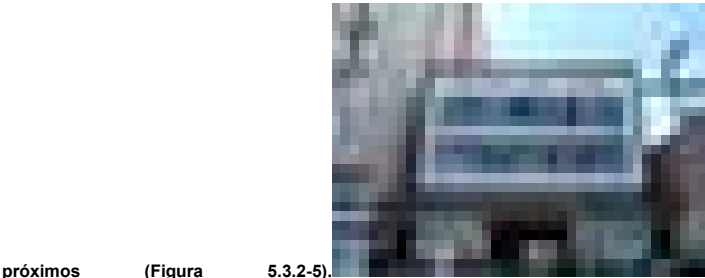


Figura 5.3.2-4 – Terminal Rodoviário Roberto Silveira.

O terminal rodoviário se encontra na Avenida Feliciano Sodré. No seu lado oposto, encontra-se o bairro histórico de Ponta D'Areia. Localiza-se em uma formação geográfica conhecida como Pontal da Armação, nome oriundo da vocação pesqueira local (onde se “armavam” os barcos de pesca, comuns historicamente na região). Até hoje, neste local, existe o tradicional Mercado de peixe São Pedro (santo protetor dos pescadores), conhecido e frequentado por moradores de vários municípios



próximos (Figura 5.3.2-5).

Figura 5.3.2-5 – Fachada do Mercado São Pedro e detalhe do altar devotado ao santo que se encontra no seu interior.

A região possui um grande número de edificações datadas do início do século XX, que se encontram razoavelmente preservadas até hoje. Com efeito, o forte crescimento imobiliário não alcançou a área com a mesma intensidade que se verifica em outros bairros de Niterói, como Ingá, Icarai e Santa Rosa. (Figura 5.3.2-6).

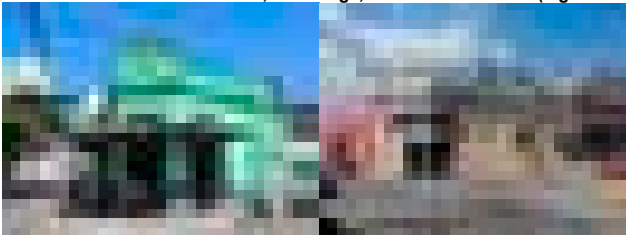


Figura 5.3.2-6 – Fachadas de edificações em Ponta D'Areia. Na região central da cidade, uma imagem antiga demonstra a extensão de aterro realizado na década de 1970. Na imagem atual, observam-se as instalações ali existentes (Figuras 5.3.2-7).



Figura 5.3.2-7: Obras de aterro na região central de Niterói e Orla atual, com a Estação das Barcas à frente e Ponta da Areia ao fundo.

A ilha de Boa Viagem merece um enfoque especial (Figura 5.3.2-8). Nela está instalada uma capela, construída no século XVII, e há ruínas de um fortim. Existem também ali outras duas edificações construídas em épocas mais recentes.

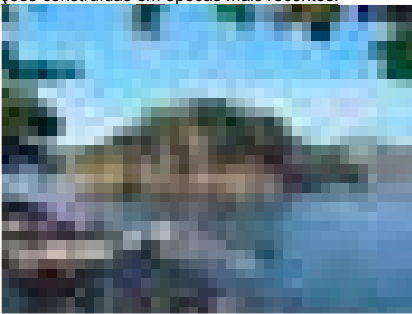


Figura 5.3.2-8: Ilha de Boa Viagem.

6. IMPACTOS DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
Atributos para a Classificação dos Impactos

Os atributos adotados e utilizados na avaliação dos impactos são descritos a seguir.

• **Natureza**

Indica se o impacto resulta em efeitos benéficos/positivos (POS) ou adversos/negativos (NEG) sobre o meio ambiente.

• **Forma de Incidência**

Como se manifesta o impacto, ou seja, se é um impacto direto (DIR), decorrente de uma ação do projeto, ou se é um impacto indireto (IND), advindo de um acidente ou ocorrência inesperada, ou um impacto secundário, causado pelo impacto principal.

• **Abrangência**

Indica os impactos cujos efeitos se fazem sentir localmente (LOC), nas imediações da atividade, ou que podem afetar áreas geográficas mais abrangentes (REG). Os impactos amplos sobre os ecossistemas devem ser classificados como regionais.

• **Temporalidade**

Diferencia os impactos segundo o tempo de manifestação, isto é, aqueles que se manifestam imediatamente após a ação impactante (CP – curto prazo), e aqueles cujos efeitos só se fazem sentir após decorrer um período de tempo em relação à sua causa (MP – médio prazo e LP – longo prazo).

• **Duração**

Divide os impactos em permanentes (PER) e temporários (TEM), ou seja, aqueles cujos efeitos manifestam-se indefinidamente ou durante um período de tempo determinado.

• **Reversibilidade**

Classifica os impactos segundo aqueles que, depois de manifestados seus efeitos, são ir-reversíveis (IRR) ou reversíveis (REV). Permite identificar que impactos poderão ser inte-gralmente evitados ou poderão apenas ser mitigados ou compensados.

• **Magnitude**

Refere-se ao grau de incidência de um impacto sobre o fator ambiental, em relação ao uni-verso deste. A magnitude está relacionada à dimensão e extensão do impacto. Pode ser grande (GRA), média (MED) ou pequena (PEQ), segundo a intensidade de transformação da situação preexistente do fator ambiental impactado.

• **Importância**

Refere-se ao grau de interferência do impacto ambiental sobre diferentes fatores ambien-tais. Está relacionada estritamente à relevância da perda ambiental. Ela é grande (GRA), média (MED) ou pequena (PEQ), na medida em que tenha maior ou menor influência so-bre o conjunto da qualidade ambiental local.

• **Significância**

Foi classificada em três graus, de acordo com a combinação dos níveis de magnitude, im-portância, quais sejam, significativo (S), pouco significativo (PS) e muito significativo (MS). Quando a magnitude ou a importância apresenta níveis elevados, o impacto é muito signifi-cativo; quando apresentar níveis médios, é significativo e, finalmente, quando a magnitu-de e/ou a importância são pequenas, o impacto poderá ter pouca significância.

Importância	Magnitude		
	Grande	Média	Pequena
Grande	MS	MS	S
Média	MS	S	PS
Pequena	S	PS	PS

Legenda:

MS - Muito Significativo;

S – Significativo;

PS - Pouco Significativo.

A seguir, são apresentados os impactos identificados para a OUC.

6.1 Impactos Sobre o Adensamento Populacional

Segundo o Censo Demográfico de 2010, os mais de 164 mil habitantes da Área de Vizinhança do empreendimento distribuíam-se por 13 bairros, conforme o Quadro 6.1-1, apresentado a seguir.

Quadro 6.1-1: Contingente Populacional (1991-2010).

Bairros e Município	Anos		
	1991	2000	2010
Boa Viagem	2.014	2.104	2.088
Centro	21.632	18.487	19.349
Fátima	3.867	3.767	4.004
Gragoatá	193	220	127
Icaraí	62.494	75.127	78.715
Ilha da Conceição	5.990	6.438	5766
Ingá	15.496	16.592	17.220
Morro do Estado	3.533	3.811	4.073
Pé Pequeno	3.283	3.841	4.112
Ponta D'Areia	6.942	7.162	6.937
Santana	9.506	8.813	7.720
São Domingos	5.281	4.619	4.727
São Lourenço	9.441	8.209	9.685
Total	149.672	159.190	164.523
Niterói	436.155	459.451	487.562

Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

A cidade de Niterói e a área de estudo apresentaram crescimento demográfico bastante similar nos últimos 20 anos. As duas se mantiveram com o aumento da população abaixo de 1% ao ano. Alguns dos bairros não obtiveram uma trajetória linear e variou do crescimento para o decréscimo populacional, e vice-versa, entre 1991 e 2010. A área de vizinhança do meio socioeconômico da OUC compreende menos de 10% da área total do município, com aproximadamente 13 km². Com um elevado contingente populacional, observou-se um alto grau de concentração de pessoas em todos os bairros. De acordo com os dados do censo 2010, o bairro com maior fatia territorial, Icaraí, era também o mais povoado. Como pode ser constatada no Quadro 6.1-2, a densidade populacional existente na área de estudo era quase quatro vezes à identificada no município. Niterói tinha 3,6 mil hab/km², já os bairros da área de vizinhança, conjuntamente analisados, totalizavam 12,7 mil hab/km². Dentre os bairros, Icaraí se destacou com 32,3 mil hab/km², seguido pelo Morro do Estado (24 mil hab/km²) e pelo Ingá (23,6 mil hab/km²). Icaraí apresenta um padrão habitacional centrado em edifícios altos (em torno de 10 andares), por isso concentra um grande número de pessoas dentro dos limites do bairro. Por outro lado, o Morro do Estado, por se tratar de uma comunidade carente, concentra um grande número de pessoas sobre uma pequena extensão de área. Já o bairro do Ingá contém as duas formas de ocupação, prédios elevados e áreas de favela com grande concentração de casas em pequenas extensões. O bairro de menor densidade demográfica da área de vizinhança é Gragoatá, com 494 hab/km², onde maior parte do bairro encontra-se ocupada pelo campus da Universidade Federal Fluminense.

Quadro 6.1-2: Indicadores Demográficos (2010).

Bairros e Município	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)			Área (Km²)	População 2010	Densidade (hab/km²)
	1991/2000	2000/2010	1991/2010			
Boa Viagem	0,49	-0,08	0,19	0,2	2.088	8.970
Centro	-1,73	0,46	-0,59	2,2	19.349	8.822
Fátima	-0,29	0,61	0,18	0,6	4.004	6.347
Gragoatá	1,47	-5,35	-2,18	0,3	127	494
Icaraí	2,07	0,47	1,22	2,4	78.715	32.377
Ilha da Conceição	0,80	-1,10	-0,20	2	5.766	2.861
Ingá	0,76	0,37	0,56	0,7	17.220	23.617
Morro do Estado	0,85	0,67	0,75	0,2	4.073	24.012
Pé Pequeno	1,76	0,68	1,19	0,3	4.112	13.706
Ponta D'Areia	0,35	-0,32	0,00	1,4	6.937	5.070
Santana	-0,84	-1,32	-1,09	0,7	7.720	10.511
São Domingos	-1,48	0,23	-0,58	0,7	4.727	6.637
São Lourenço	-1,54	1,67	0,13	1,1	9.685	8.460
Total	0,69	0,33	0,50	12,9	164.523	12.753
Niterói	0,58	0,60	0,59	133,9	487.562	3.640

Fonte: IBGE e Cálculo da Consultora.

Com a OUC, alguns bairros crescerão mais do que outros. Muitos dos bairros da área de estudo encontram-se saturados, com pouca ou nenhuma área para expansão residencial

horizontal ou, até mesmo, vertical. A OUC aposta principalmente na expansão vertical de alguns bairros em áreas disponíveis para novas construções, ou seja, aproveitamento dos vazios urbanos ou terrenos subutilizados ou ociosos. Por ter um destaque na reestruturação das habitações, substituindo moradias de poucos pavimentos por grandes edifícios, a OUC produzirá um crescimento da população nesses bairros.

A OUC prevê um incremento populacional de aproximadamente 40 mil habitantes fixos. Bairros como Centro, Morro do Estado, São Domingos, Gragoatá, Ponta D' Areia e Boa Viagem serão os que mais sentirão esse incremento de indivíduos externos, que alterará fortemente o perfil dos bairros e o modo de vida existente. Muitos desses bairros ainda possuem uma população módica em estruturas habitacionais baseadas em casas, poucos edifícios e alguns terrenos vazios. Com a OUC, esses bairros mudarão completamente de perfil social e morfologia urbana. Na área de vizinhança da OUC, a densidade populacional poderá pular de 12.753 hab./km² (2010) para aproximadamente 16 mil hab./km², caso ocorram todas as intervenções planejadas. É de se esperar que a própria OUC produza um efeito de borda, atraindo população para bairros vizinhos e também valorizando o solo urbano nesses espaços.

O crescimento populacional será acompanhado de um aumento da densidade demográfica, que provocará impactos sobre a oferta de comércio e serviços, aumento de oferta de moradia, pressão sobre a infraestrutura existente e o aumento de circulação de pessoas e de veículos que podem também aumentar o índice de acidentes.

6.1.1 Pressão sobre a oferta de comércio e serviços

O setor de serviços e comércio atualmente nos bairros da área de vizinhança do empreendimento é direcionado ao atendimento da população residente, com exceção do Centro que abriga serviços e comércios que atendem uma maior gama de consumidores oriundos de toda cidade de Niterói, e também a população oriunda de municípios próximos, como São Gonçalo e Itaboraí.

Com o incremento populacional a oferta destes serviços e comércios de bairro será insuficiente para o número de moradores. Muitos bairros sofrerão acréscimos vultosos de sua população, que são totalmente incompatíveis com a oferta de comércio e serviços existente.

Outro efeito sobre o setor de comércio e serviço se dará na supressão de alguns tipos de estabelecimentos que não se adequem mais ao perfil dos residenciais dos novos bairros e do custo do aluguel e dos impostos territoriais nas áreas impactadas. Difícilmente o setor de comércio atacadista permanecerá na área de intervenção, assim como outros tipos de comércios e serviços que buscam condições mais baratas de instalação e está direcionada a outro tipo de público consumidor.

A solução desse impacto caminha em conjunto com o aumento da demanda para o setor terciário. O aumento de moradores trará o interesse de empresários pequenos, médios e grandes em investir em novos estabelecimentos para atender a crescente demanda.

Além das praias, teatros, praças e museus, pode-se citar como estabelecimentos de lazer os shopping centers localizados, principalmente, no bairro Centro. Nesse bairro existem três Shopping Centers: Plaza Shopping, Bay Market e Niterói Shopping.

A Operação Consorciada proposta para a área central de Niterói prevê a revitalização de alguns espaços de lazer, tais como algumas praças, principalmente no bairro Centro, além de construção de ciclovias, áreas verdes, dentre outras ações para atender a população residente e usuária desses espaços. O adensamento populacional e o aumento da circulação previsto para a área do projeto acarretará o maior fluxo de utilização desses espaços, sejam as áreas de praças, shopping centers, cinemas e teatros, que deverão, gradativamente, aumentar suas capacidades para acompanhar o crescente número de usuários que esses espaços ganharão.

Fase: Operação

Classificação:

O impacto se caracterizará como negativo, indireto, permanente, de médio prazo e reversível. Sua magnitude é média e a importância é pequena. Sendo assim, o impacto é pouco significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Incentivar a qualificação dos estabelecimentos já existentes.
- Propalar, junto aos novos empresários, que a construção e implantação de novos estabelecimentos comerciais, de serviço e lazer estejam em consonância com os parâmetros urbanísticos da região.

6.1.2 Aumento de acidentes viários com a população

As áreas com elevada densidade demográfica e com grande circulação de pessoas e veículos apresentam maior número de acidentes. O OUC produzirá os dois efeitos sobre a área estudada: aumentará o número e a densidade de moradores; e intensificará a circulação de pessoas e veículos. Esta dupla alteração na dinâmica dos bairros indica a possibilidade do crescimento do número de acidentes – principalmente de acidentes entre automóveis ou envolvendo automóveis, pedestres e ciclistas.

Atenção especial sobre os detentores de necessidades especiais deve ser alvo do Projeto. De maneira geral, as cidades brasileiras, inclusive Niterói, não possuem condições dignas e viáveis para circulação de indivíduos com necessidades especiais. A infraestrutura urbana para atender esse grupo é bastante precária, assim como os serviços de transporte público oferecidos na atualidade. Deste modo, o público em questão se torna mais vulnerável ao risco de acidentes e enfrenta dificuldades para circular.

No entanto, algumas intervenções previstas para o sistema viário melhorarão a circulação dos veículos e pedestres e assim diminuirão a ocorrência de acidentes. Dentre as intervenções, pode-se destacar a construção de passagens subterrâneas que darão maior fluidez ao tráfego e eliminarão a existência de cruzamentos, sendo assim, mais seguros.

A construção de ciclovias reduzirá a probabilidade de acidentes com ciclistas, mas, ao mesmo tempo, estimulará o uso da bicicleta como meio de transporte, de modo a potencializar o risco de acidentes em locais desprovidos de vias prioritárias para ciclistas.

Fase: Operação

Classificação:

O impacto do aumento dos acidentes viários com a população se caracterizará como negativo, indireto, permanente, de longo prazo e reversível. Sua magnitude é pequena e a importância é grande, sendo assim o impacto é significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Propalar junto às populações dos bairros e usuários das principais vias as alterações no tráfego.
- Consolidar medidas para ao estímulo do uso de transportes públicos e alternativos como aumento da segurança no trânsito, faixas prioritárias, diminuição do tempo de viagem, condições de preço acessíveis à maioria da população.
- Incentivar a implantação de ações previstas na Política de Pacificação no Trânsito.
- Articular com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e NITTRANS as ações de trânsito necessárias para a prevenção dos acidentes.

6.2 Impactos Sobre a Infraestrutura Urbana

6.2.1 Interrupção das infraestruturas relativas ao abastecimento de água, esgoto, telefonia, energia elétrica, gás e coleta de lixo.

Durante a execução das obras - com destaque para a construção das passagens subterrâneas, das obras para enterrar a fiação e outras obras de intervenção urbana e paisagística – será inevitável a ocorrência de algumas interferências nas infraestruturas de serviços de utilidade pública e vias de circulação existentes. Os possíveis serviços

afetados ou remanejados se direcionam ao abastecimento de água, de energia, de gás canalizado, de esgotamento sanitário, de comunicações, de transporte, nas redes pluviais, vias públicas dentre outros.

As obras para enterrar a fiação aérea são as que mais terão a possibilidade de causarem interrupções da infraestrutura, por manusearem as redes condutoras destes serviços. Consequentemente, essa ação sobre os serviços públicos poderá resultar na interrupção temporária da oferta e/ou na possibilidade de acidentes sobre esses serviços causando transtorno e eventualmente algumas perdas à população e às atividades econômicas dos bairros da área de vizinhança. Além disso, a interrupção de trechos das vias de circulação, em diversos momentos da fase de implantação da OUC, poderá ocasionar uma irregularidade na forma como é coletado o lixo.

As intervenções da OUC na área central de Niterói se concentram, em um primeiro momento (entre o quarto e o nono trimestre), de modos distintos e com graus de intervenção diferentes. Já no final da fase de implantação da OUC (entre o décimo e décimo segundo trimestre), as intervenções se concentram nos setores 6, 11 e 17, conforme cronograma de obras apresentado no Capítulo 2 – Qualificação do Empreendimento.

Fase: Implantação

Classificação:

O impacto de interferência sobre os serviços de utilidade pública se caracteriza como negativo, direto, local, de curto prazo, temporário e reversível. Apresentando média magnitude e média importância, e sendo assim significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Planejar e implantar ações de comunicação de ampla escala visando divulgar e manter a população afetada informada sobre serviços públicos afetados, remanejamentos, datas de duração de eventuais interrupções ou alterações nos serviços ou acidentes ocorridos.

- Planejar as intervenções em conjunto com órgãos públicos/concessionárias e contratadas responsáveis, garantindo o remanejamento de redes em tempo hábil e com o mínimo de continuidade na oferta dos serviços.

6.2.2 Ampliação e requalificação das infraestruturas urbanas

O projeto da OUC afetará significativamente a demanda por serviços públicos e pela infraestrutura urbana por conta das novas edificações residenciais, de comércio e serviços. Por outro lado, o Projeto da OUC também prevê a melhoria destes serviços não só para atender a nova demanda, mas também para ofertar um serviço de maior qualidade para os habitantes e usuários da Área Central de Niterói.

Dentre as intervenções previstas pelo OUC estão:

- Requalificação e construção de redes novas relativas aos sistemas de Abastecimento de Água; de Drenagem Urbana; de Esgotamento Sanitário; de Distribuição Elétrica; de Distribuição de Gás; de Iluminação Pública; e Sistema de Telecomunicações;

A requalificação e construção de novas redes inclui principalmente, a substituição das redes aéreas por rede subterrânea. Essa medida busca dar maior operacionalidade a manutenção e maior segurança ao fornecimento do serviço, que terá menos riscos de degradação frente às intemperes, aos fenômenos naturais ou às ações intencionais. A alteração ainda contribuiu com a melhoria estética da paisagem, tornando o espaço mais atrativo do ponto de vista visual. Destaca-se ainda que haverá melhorias na qualidade das redes, que quando necessário, substituíram redes inoperantes e degradadas por novas redes e conexões mais adequadas e adaptadas ao novo projeto.

- Requalificação das praças existentes ou construção de novas praças;

O Projeto da OUC indica que serão requalificadas ou construídas áreas para fins de lazer e áreas verdes. As intervenções contribuíram para uma nova paginação destas praças existentes com a troca dos revestimentos dos pisos, inclusão de bancos e jardins, execução de novo projeto paisagístico (com o plantio de novas espécies, escultura e chafariz), construção de estacionamentos e bicicletários, instalação de novas acessibilidades (particularmente para portadores de necessidades especiais), melhoria da iluminação pública e implantação de novos equipamentos para atividades físicas e de lazer, tais como quadras de esportes, skate park, área de jogos, e outros.

- Outras estruturas a serem montadas são o Mercado Popular de Niterói e o Complexo dos Pescadores. O Mercado Popular será alocado em área junto as ruas Barão do Amazonas e São João. Trata-se de uma construção funcional para alocar os comerciantes de rua da cidade de Niterói. O edifício contará com boxes para abrigar os vendedores; área de lazer; infraestrutura administrativa e para trabalhadores e usuários; auditório, refeitório, creche, dentre outros serviços. O complexo dos pescadores será direcionado a atender a demanda dos pescadores e de outros serviços derivados da economia pesqueira. Haverá tanto equipamentos para o atendimento da atividade pesqueira como balança de pesagem, docas para descarga, galpão de armazenamento, ancoradouro e edifício para serviços /apoio; como para as atividades derivadas: restaurantes; quiosques, estacionamento, playground, etc.

Todas essas intervenções sobre a infraestrutura urbana visam criar um espaço urbano mais moderno e agradável para os moradores e frequentadores da Área Central de Niterói. Em especial, a melhoria das áreas de lazer e a instalação de novos equipamentos trarão um incremento da sociabilidade urbana e da qualidade de vida na cidade.

Fase: Operação

Classificação:

Este impacto será, portanto, positivo, direto, local, permanente, a ser observado no médio prazo e irreversível. Caracteriza-se por apresentar média magnitude e média importância, classificando-se como significativo.

Medidas Potencializadoras Propostas:

- Incentivar o uso do espaço público com a promoção de atividades culturais nas praças e novas áreas de lazer.

- Verificar, junto às operadoras e concessionárias dos serviços oferecidos, a possibilidade de expansão destes serviços para a nova demanda criada pelo conjunto de intervenções do empreendimento.

6.2.3 Pressão sobre os serviços de saúde e educação

No que se refere à possibilidade de atendimento médico, há, na área de vizinhança, a oferta de atendimento diferenciado das mais variadas especialidades em estabelecimentos públicos e privados. Entretanto, cabe ressaltar que as instituições públicas possuem grande carência de material, pessoal e de infraestrutura e que o serviço contém uma demanda acima da capacidade de atendimento das unidades.

Ao todo, o município possui 1.416 estabelecimentos de saúde entre Unidades Básicas de Saúde, hospitais, postos de saúde, dentre outros. No total, estão disponíveis 2.594 leitos para internação. Destes, 1.348 leitos eram oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em Abril de 2012.

O aumento da pressão sobre os serviços médicos potencializado por uma nova população residente provocará impactos diretos sobre o sistema de saúde nos bairros diretamente afetados e os principais pontos de atendimento na cidade, o que será bastante significativo frente ao montante de pessoas e às carências atuais, em particular do serviço público. A melhoria dos serviços públicos de saúde, incluindo principalmente o aumento de postos de atendimento na área de vizinhança, é fundamental para o atendimento da população atual e da nova população do bairro e devem ser assegurados pelo poder público.

Existe também uma variedade de oferta de estabelecimentos de ensino, seja na esfera privada, municipal, estadual ou federal, além de também existir variedade de cursos livres. Ao todo existem 96 estabelecimentos de ensino nos bairros da área de vizinhança do projeto, entre estabelecimentos públicos e privados, o que representa aproximadamente

28% de todos os estabelecimentos de ensino do município de Niterói. Ao todo são 38.609 alunos matriculados entre Ensino Regular; Ensino Especial; Ensino de Jovens e Adultos; e Ensino Profissional, nas três esferas de governo. O Município de Niterói possui, ainda, taxa de alfabetização bastante alta, de 97,8% considerando-se pessoas de 10 anos de idade ou mais. Nos bairros analisados, a taxa de alfabetização é parecida com a da cidade, conforme verificado no Quadro 6.2.3-1 abaixo.

Quadro 6.2.3-1: Taxa de Alfabetização.

Bairros e Município	Taxa de Alfabetização (%)
Boa Viagem	99,9
Centro	98,8
Fátima	98
Gragoatá	96,4
Icaraí	99,5
Ilha da Conceição	96,1
Ingá	98,1
Morro do Estado	92,7
Pé Pequeno	99,2
Ponta D'Areia	98
Santana	99
São Domingos	98,5
São Lourenço	96,7
Niterói	97,8

Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE.

Apesar de o projeto de requalificação prever um adensamento populacional de aproximadamente 40 mil novos moradores para toda a região, a oferta de estabelecimentos/matriculas em educação hoje no município é satisfatória, dentre estabelecimentos públicos e privados. Apesar disso, o adensamento populacional causará impacto na educação dos bairros de vizinhança. Assim, a Prefeitura e o Governo do Estado deverão melhorar a infraestrutura de educação oferecida para absorver uma possível demanda futura, além de também melhorar a qualidade educacional do município, no que diz respeito às escolas municipais e estaduais.

Fase: Operação

Classificação:

O impacto se caracterizará como negativo, indireto, permanente, de longo prazo e reversível. Sua magnitude é média e a importância é grande. Sendo assim, o impacto é muito significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Articular com a Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura e órgãos afins para incentivar melhorias no setor de saúde diante o aumento de demanda.

- Articular com a Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura e órgãos afins para incentivar melhorias no setor de educação, devido ao aumento de demanda previsto.

6.3 Impacto sobre o Sistema Viário

6.3-1 Interrupção das vias de circulação

Os bairros centrais de Niterói são, na atualidade, os principais pontos e eixos de convergência do fluxo de pessoas e veículos que sofrerão interferência na fase de obras da OUC ocasionando uma piora no trânsito.

Na fase de implantação várias mudanças estão previstas em diversos dos subsetores designados pela OUC. Para a implantação das intervenções na área central, já no segundo trimestre da etapa de obras, algumas intervenções estão previstas, tais como intervenções em diversas ruas, além do início da construção das passagens subterrâneas, marina e complexo dos pescadores, conforme apresenta o item 2.8 Faseamento das Obras do Capítulo 2 – Qualificação do Empreendimento. Os setores que mais sofrerão intervenções para a implantação da operação urbana no início dos trabalhos serão os setores 3, 9 e 11.

No pico das obras, aproximadamente entre o quarto e o nono trimestre da etapa de implantação, é quando estarão acontecendo grande parte das intervenções nas ruas dos setores 3, 4, 6, 7, 9, 11 e 13, além da continuidade das intervenções que se iniciarão nos trimestres iniciais. Os bairros São Lourenço, Centro e Boa Viagem serão diretamente afetados por essas intervenções. É nesse período que as principais interrupções viárias, sejam totais ou parciais, estarão ocorrendo, prejudicando o trânsito de veículos e pessoas na área. No fim do período de implantação da Operação Urbana Consorciada, do décimo ao décimo segundo trimestre, as principais intervenções acontecerão nos setores 6, 11 e 17 e impactarão negativamente o trânsito na área central da cidade.

Sendo assim, os moradores e também os demais usuários das vias serão diretamente impactados devido aos diversos desvios de fluxo e mudanças no sentido do tráfego que ocorrerão na região. Essa ação provocará a saturação das vias próximas, para onde serão desviados os fluxos e resultarão num possível aumento dos engarrafamentos, majoritariamente no período de rush. Na maior parte dos casos, a saturação ocorrerá em virtude das ruas secundárias não possuírem suporte suficiente para absorver o aumento do fluxo viário oriundo de outras vias, em especial das vias principais. Poderá ocorrer ainda alguma confusão em virtude da alteração no sentido do tráfego em determinadas vias, afetando não só os motoristas, mas também, os pedestres. A concentração do fluxo sobre determinadas ruas e a mudança do sentido original das vias aumentará a possibilidade de acidentes de trânsito, além elevar os índices de poluição sonora e do ar.

Fase: Implantação

Classificação:

O impacto se caracterizará como negativo, direto, regional, temporário, de curto prazo e reversível. Sua magnitude é grande e a importância é grande, sendo assim o impacto é muito significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Adotar amplo e eficiente sistema de sinalização e redução de velocidade nas vias.Divulgar amplamente todos os desvios e modificações no trânsito para os moradores e demais usuários das vias.

- Articular com a NITTRANS – Niterói Transporte e Trânsito S/A, e a Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e outros órgãos e instituições públicas para o planejamento das intervenções no tráfego.

6.3-2 Melhorias na circulação viária e infraestrutura de transporte

O sistema de transporte na Área Central de Niterói é concentrado no sistema automotivo individual e coletivo. A base do sistema de transporte público coletivo está centrada nas linhas de ônibus, que promovem conexões interurbanas e intraurbana. Outro modal importante na cidade é o sistema de barcas que interliga dois pontos da cidade de Niterói (Charitas e Centro) com o centro da cidade do Rio de Janeiro. Este meio de transporte, apesar da importância logística de conexão de Niterói à capital do Estado Fluminense, não exerce interligações intraurbanas. Entretanto, contribui em parte para a diminuição da circulação dos moradores dos bairros da região Oceânica de Niterói, que migram pendularmente para o Rio de Janeiro, no centro de Niterói. Tais moradores ao invés de buscarem os pontos nodais de conexão com a capital no Centro de Niterói, via transporte terrestre individual ou coletivo, optam pelo uso do transporte marítimo da Estação Charitas. Deve-se destacar que a Estação Charitas ainda oferece um serviço limitado, especializado (transporte rápido) e de alto custo para os passageiros, o que acabam por não promover efeito ainda melhor na mobilidade urbana de Niterói e intermunicipal.

O deslocamento por meio de transportes não motorizados e a pé também são altamente problemáticas na cidade e em especial na Área Central de Niterói. As vias públicas

privilegiam a circulação de automóveis em detrimento dos fluxos pedestres e de ciclistas. Não há infraestrutura adequada para atender os ciclistas e a qualidade das passagens de pedestre também são bastante precárias, com vias estreitas e mal cuidadas, impossibilitando principalmente o trânsito de indivíduos com necessidades especiais. Mesmo sendo prioritárias a vias de circulação possuem capacidade viária comprometida com muitos estacionamentos laterais e áreas prioritárias para serviço e tempo de semáfora inadequado. Além disso, identificam-se problemas como alto volume de ônibus e baixa circulação das vias internas. Os pontos mais críticos de tráfego são a proximidades do terminal rodoviário João Goulart na Av. Visconde de Rio Branco e na Avenida Feliciano Sodré, principal entrada para o centro. A ponte Rio- Niterói é outro eixo de grande circulação e altamente problemáticos para suportar o grande fluxo. O Projeto de Operação Urbana Consorciada da Área Central de Niterói prevê intervenções importantes para a melhoria do sistema de circulação e da infraestrutura na área Central de Niterói, mas que terá reflexos na melhoria da mobilidade em outras áreas da cidade. Dentre as intervenções estão:

- Requalificação e o redimensionamento das vias principais e secundárias;
- Implantação de passagens subterrâneas;
- Construção de uma esplanada na região da orla facilitando acessibilidade a pedestres e visibilidade do mar;
- Instalação de sistemas adequados para controle e domesticação do tráfego de automóveis favorecendo pedestres e ciclistas;
- Melhoria da qualidade das vias e da sinalização de circulação para pedestres, em particular para portadores de necessidades especiais;
- Construção da Marina Porto Niterói;
- Implantação de vias preferenciais para circulação de bicicletas em formato de ciclofaixas e ciclovias (aproximadamente 16 km, interligando a estação Araribóia à UFF, Gragoatá, área central e Portugal Pequeno/Ilha da Conceição).

O objetivo final é reestruturar a Área Central de Niterói de maneira moderna, ambientalmente menos agressiva e melhor para contemplar as belezas naturais e históricas da cidade. Pretende-se uma melhoria da qualidade de vida dos moradores e transeuntes da área central fornecendo um sistema de transporte com menos transtornos para os moradores, mais rápido e confortável, sempre priorizando o pedestre e o ciclista.

Fase: Operação

Classificação:

Este impacto será, portanto, positivo, direto, local, permanente, a ser observado no médio prazo e irreversível. Caracteriza-se por apresentar pequena magnitude e grande importância, classificando-se como significativo.

Medidas Potencializadoras Propostas:

- Realizar campanhas de sensibilização sobre os benefícios do uso de transporte público coletivo e combate ao uso excessivo de veículos particulares, assim como incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte.
- Fiscalizar a qualidade e monitorar a eficiência dos novos serviços e intervenções implementadas, buscando sempre o aperfeiçoamento do sistema de circulação.

6.4 Impactos sobre a Valorização Imobiliária

A completa reestruturação urbana dos bairros da área central de Niterói, pela reconfiguração da paisagem, dos usos do solo, pela melhoria das vias de circulação e do serviço de transporte, deverá repercutir em uma forte valorização dos imóveis em toda a área da OUC e nos bairros da área de vizinhança. Os imóveis direcionados aos usos comerciais e de serviços poderão ser particularmente valorizados, devido aos novos serviços de transporte nos bairros e ao surgimento de novos consumidores, moradores ou transeuntes. Já os imóveis residenciais poderão sofrer uma valorização por conta de uma maior oferta do transporte público de qualidade, de modo a produzir maior acessibilidade, com a melhoria da qualidade de vida proveniente da construção de uma paisagem mais moderna e ambientalmente saudável e de novas áreas de lazer.

A existência de oferta de serviços de transporte, energia, saneamento, saúde e educação, e a existência de estabelecimentos comerciais para atender a população residente são os fatores internos de valorização imobiliária atual dos bairros. No entanto, o projeto proposto potencializará o investimento em alguns tipos de atividades de serviços públicos e privados, e nos comércios locais, produzindo uma valorização ainda maior do solo para este uso.

Em suma, o Projeto gerará forte valorização do solo urbano. Favorecerá, portanto, os proprietários de imóveis e os empresários da construção civil, que terão boas condições para aumentar seus investimentos em novos empreendimentos imobiliários. Como consequência, apontam-se a geração de mais empregos, de renda e a arrecadação fiscal para o Município, para o Estado e para a União. Por outro lado, haverá um encarecimento do padrão de vida das populações ali existentes, o que induzirá a uma mudança no perfil das classes sociais. Mesmo assim, a valorização dos imóveis é considerada um impacto positivo do empreendimento proposto.

Fase: Operação

Classificação:

O impacto na alteração dos valores imobiliários se caracteriza como positivo, indireto, de longo prazo, permanente e irreversível. Possui grande magnitude e média importância e se caracteriza como muito significativo.

Medidas Potencializadoras Propostas:

- Potencializar as políticas de melhoria do espaço urbano e dos serviços públicos.

6.5 Impacto Sobre a Morfologia Urbana

6.5.1 Ocorrência de movimentos de massa

A geologia e a geomorfologia do estado do Rio de Janeiro favorece a ocorrência de deslizamentos em várias encostas do estado, incluindo Niterói, palco de diversos deslizamentos nas últimas décadas. Em dezembro de 2009, fortes chuvas contribuíram para ocorrência de movimentos de massa na área de vizinhança. Segundo o Jornal Tribuna, houve quedas de blocos em Ponta D'Areia, escorregamentos no Morro do Arroz e no Morro do Palácio, o que provocou o soterramento de edificações. Obras de contenção de encostas foram feitas em alguns pontos da cidade, com o objetivo de evitar futuras catástrofes, tais como muros de arrimo na Ponta D'Areia e canaletas de drenagem na Avenida Almirante Benjamin Sodré. Entretanto, tais obras, devido ao caráter pontual, não garantem a eliminação do risco à população.

Após as chuvas de 2009, o Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM) fez um estudo emergencial para mapear as principais áreas de risco de deslizamento em Niterói. O estudo resultou em um mapa no qual são apresentadas 15 áreas de maior gravidade: Avenida Litorânea, Pé Pequeno, Martins Torres, Morro do Bumba, Morro do Céu, Beltrão e Alarico de Souza, Estrada Celso Peçanha e Viradouro, Avenida Rui Barbosa e Maceió, Estrada Fróes, Novo México, Caramujo, Santa Bárbara e Jurujuba, Ponta D'Areia e Morro do Estado. As duas últimas, inseridas na área de vizinhança, sofrerão intervenções com a implantação do projeto em questão. Silva *et al.* (2011), corroboram com os estudos do DRM, uma vez que, ao mapearem o fator de risco declividade para Niterói em 1988 e 2009, a partir de cartas topográficas em escala 1:2.000 e 1:10.000, verificaram que Ponta D'Areia, Morro do Estado, do Arroz e do Palácio apresentam áreas com declividades superiores a 30%, consideradas inadequadas para a construção civil de acordo com a Lei nº 6766 de 19/12/1979, devido ao risco que

apresentam. Infelizmente, estas áreas classificadas como inadequadas, muitas vezes são ocupadas por moradias irregulares.

Após os episódios catastróficos de abril de 2010, nos quais fortes chuvas foram seguidas de movimentos de massa que culminaram na morte de dezenas de pessoas no Morro do Bumba, o município de Niterói deu início ao Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR). Este plano visou à eliminação de situações de risco geotécnico de escorregamento, por inundação e insalubridade, à melhoria das habitações e à regularização urbanística e fundiária, em curso nos assentamentos de Monan Pequeno, Morro Bela Vista, Morro do Lazareto e Morro Lara Vilela.

A construção de edifícios de gabarito superior aos atuais alterará a morfologia urbana, uma vez que serão impostas obstruções às vistas da orla e, conseqüentemente, à Baía de Guanabara. É possível ainda que a visualização de franjas de morros fique mais restrita com a construção dos novos edifícios. De acordo com a Portaria Nº 35/95, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Niterói, tais obstruções a vistas públicas notáveis constituem um impacto sobre a morfologia urbana.

Fase: Operação

Classificação:

Impacto negativo, direto, local, curto prazo, permanente, irreversível e de grande importância e magnitude, classificado como muito significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Evitar, ao máximo, as intervenções em encostas de declividade acima de 30°.
- Revegetar trechos de encosta de alta declividade próximo dos locais, onde haverá intervenções.

6.6 Impacto Sobre o Sistema Econômico Municipal

A cidade de Niterói vem passando por um processo de crescimento econômico, que pode ser verificado através do seu PIB ascendente nos últimos anos. O município possui o setor de comércio e serviços como motor da economia, responsável pela maior parcela do PIB, sendo também o setor que mais gera postos de trabalho. Nos últimos anos, o setor de indústria também cresceu, mesmo que menos intensamente do que o setor de comércio e serviços. Atualmente, o município faz parte da Região de Influência Ampliada do Complexo Petroquímico – COMPERJ, em fase de construção em Itaboraí.

Considerando-se economicamente ativa a parcela da população entre 15 e 64 anos de idade (PEA), verifica-se que grande parcela da população do município está em idade economicamente ativa: 71% da população total de Niterói, no ano de 2010. São aproximadamente 347 mil habitantes em todo o município. As pessoas ocupadas, de acordo com o IBGE (2010), representam 60% da PEA, sendo que dessas pessoas ocupadas somente 53% possuíam carteira assinada, de acordo com o IBGE.

Essa proporção é bastante parecida com a realidade dos bairros estudados na Área de Vizinhança do Projeto. Nesses bairros existem aproximadamente 116 mil pessoas em idade economicamente ativa, o que representa 70,8% de toda a população dos bairros.

Os setores de comércio, atividades administrativas e serviços e indústria de transformação são os setores da economia que mais empregam na cidade, sendo responsáveis pelo emprego de 27% da PEA total e 23% da PEA com carteira assinada.

Ao todo, são contabilizadas mais de 17 mil unidades locais na cidade, divididas entre os setores de economia. Destas, quase seis mil unidades são do setor de comércio e empregam mais de 42 mil pessoas no município. Deve-se destacar que boa parte destes estabelecimentos está na área central da cidade, onde se concentram muitos estabelecimentos comerciais e de serviços.

6.6.1 Dinamização da economia e aumento da arrecadação de impostos municipal

A OUC prevê a criação de aproximadamente 14 mil unidades comerciais nos bairros da área de vizinhança, prevendo um grande incremento das unidades locais nesses bairros centrais. Esse incremento do número de estabelecimentos aumentará também a oferta de emprego na região no setor terciário e atrairá para esses bairros um grande contingente de pessoas diariamente em movimento pendular e fixadas nas novas residências planejadas.

A OUC proposta prevê também a criação de aproximadamente 13 mil unidades residenciais, com previsão de um incremento populacional de aproximadamente 40 mil moradores.

A OUC atrairá, ainda, novos empresários para a região, além de estimular a renovação dos estabelecimentos existentes, frente ao novo perfil de demanda. Além disso, a requalificação da área e o incremento populacional previsto modificarão o comércio nos bairros que possuem somente oferta de serviços básicos, e que atualmente atendem um número reduzido de pessoas, frente à nova demanda.

Os novos estabelecimentos e a revitalização dos já existentes poderão gerar mais postos de trabalho diretos e indiretos e, assim, mais renda. A geração de renda é um fator potencial de dinamização da economia, principalmente para a área de vizinhança do Projeto, e também para todo o município.

Assim, o aumento da massa salarial e da circulação de pessoas na região repercutirá positivamente na economia, de modo a favorecer a abertura de novas empresas para o atendimento da demanda adicional, em um movimento cíclico de dinamização da economia.

Haverá também um incremento das finanças municipal devido ao aumento da arrecadação de impostos e taxas. Com efeito, a construção de unidades residenciais e comerciais aumentará a arrecadação, principalmente, de IPTU, ICMS e ISS, considerando-se o aumento do número de domicílios e o consumo nos bairros afetados, além de outros impostos e taxas, porém com menor intensidade.

Fase: Operação

Classificação:

Este impacto será positivo, direto, local, permanente, a ser observado no longo prazo e irreversível. Caracteriza-se por apresentar média magnitude e grande importância, classificando-se como muito significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Recomendar às empreiteiras a maximização da contratação de mão de obra no município e, se possível, nos bairros da área de vizinhança, durante a construção.
- Estimular e incentivar os empresários e profissionais liberais a estabelecerem seus negócios na área da OUC.

6.6.2 Encarecimento do custo de vida

Verifica-se que 28,9% dos domicílios da área de vizinhança do Projeto possuem rendimento de até dois salários mínimos por pessoa residente. Aproximadamente 11,7% possuem rendimento entre dois e três salários mínimos. Os domicílios que possuem renda *per capita* de mais de três salários representam 55,3% do total de domicílios na área de vizinhança.

Ao se analisar o valor do rendimento mensal das pessoas acima de 10 anos de idade, pode-se verificar que os bairros Morro do Estado, Ilha da Conceição, São Lourenço, Santana, Ponta D'Areia, Fátima e Centro são bairros com menor rendimento nominal mensal – no bairro do Centro, o valor de até R\$1.662,45 é alcançado. Nesses bairros, a população sofrerá mais com o aumento do custo de vida a ser causado pelo Projeto. Os bairros Gragoatá, São Domingos, Ingá, Icaraí e Boa Viagem são os que apresentam maior rendimento, atingindo o valor de R\$ 4.144,45, em Boa Viagem.

A OUC provocará, ainda, o aumento do valor do solo, o qual terá reflexo direto sobre os preços dos aluguéis, tanto dos estabelecimentos comerciais e de serviços, quanto dos residenciais. O aumento dos aluguéis é diretamente repassado aos serviços e mercadorias oferecidos nos estabelecimentos locais, de modo a encarecer o custo de vida nesses bairros. Os novos tipos de estabelecimentos comerciais e de serviço também serão

direcionados a atender outro público, com um poder aquisitivo maior, interessado na construção de novos empreendimentos imobiliários e comerciais na área da OUC. Com isso, a população mais carente tenderá a deixar esses bairros em busca de outros locais de moradia, onde o custo de vida seja compatível com seu rendimento mensal. A segregação social acaba se reproduzindo dentro no tecido urbano da cidade, impedindo a reprodução social das camadas mais pobres da população nos bairros que sofrerão as intervenções.

As comunidades de baixa renda que habitam esses bairros serão as principais afetadas com o aumento do custo de vida da região e com a especulação imobiliária. Destacam-se, dentre as principais comunidades a serem afetadas pela OUC, os dois núcleos de pescadores situados no bairro Centro, a comunidade Via 100 no Gragoatá e também os moradores do Morro do Estado, dentre outras.

Fase: Operação

Classificação:

Este impacto será negativo, indireto, local, permanente, a ser observado no longo prazo e irreversível. Caracteriza-se por apresentar média magnitude e grande importância, classificando-se como muito significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Criar mecanismos de desenvolvimento da renda nas comunidades carentes existentes na área da OUC.
- Incentivar junto ao Governo, sempre que necessário, as prerrogativas legais de implementação de taxa sociais para as populações mais carentes, visando impedir ou minimizar o êxodo dessa população.

6.6.3 Deslocamento do comércio ambulante

A cidade de Niterói conta, hoje, com aproximadamente 24 mil trabalhadores sem carteira assinada (aproximadamente 12% de todo o pessoal economicamente ocupado no município), ou seja, trabalhadores informais. Grande parte desse contingente de trabalhadores endossa o grupo dos comerciantes ambulantes.

O Projeto visa à construção do Mercado Popular de Niterói, conforme previsto no Programa de Revitalização Viva-Centro (2006). O Mercado Popular prevê a centralização dos comerciantes ambulantes em um único local com *boxes* a serem ocupados pelos vendedores ambulantes.

A proposta do novo mercado deverá ser estudada cautelosamente para atender ao maior número possível de comerciantes ambulantes legalizados, indicados pela Prefeitura de Niterói. Além destes, ainda há uma gama de trabalhadores ambulantes latentes que podem chegar a mais de 600 pessoas. Nesse sentido, a incapacidade de absorção da totalidade dos trabalhadores informais, ligados ao comércio ambulante pelo novo projeto poderá resultar em futuro retorno desta atividade às áreas do centro da cidade.

Além disso, o deslocamento dos camelôs para o Mercado Popular de Niterói poderá, primeiramente, impactar negativamente sua renda. Isso porque quem compra produtos dos ambulantes são, em grande parte, transeuntes, indivíduos de passagem pelas vias. Contudo, num segundo momento, a melhoria de infraestrutura para essa classe de trabalhadores e a criação de um ponto de referência regularizado e protegido pode surtir efeitos positivos.

Fase: Operação

Classificação:

Este impacto será negativo, indireto, local, permanente, a ser observado no médio prazo e reversível. Caracteriza-se por apresentar pequena magnitude e pequena importância, classificando-se como pouco significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Regularizar a situação do maior número possível de vendedores ambulantes no município;
- Incentivar a (re)qualificação dos camelôs para que se tornem microempreendedores individuais.

6.6.4 Ordenamento das calçadas

Atualmente, pode-se verificar a aglomeração de comércio ambulante nas ruas do Centro, principalmente nas ruas São Pedro, Coronel Gomes Machado, Visconde do Uruguai e Visconde do Rio Branco. Próximo à Rua Quinze de Novembro (próximo ao Plaza Shopping), o movimento de ambulantes se intensifica na parte do fim da tarde e noite.



Figura 6.6.4-1: Vendedores ambulantes na Rua São Pedro

Fonte: Trabalho de Campo, maio 2012.

O deslocamento de alguns camelôs para o Mercado Popular de Niterói trará como benefício, para a área da OUC, o ordenamento do passeio em algumas ruas. Atualmente, as barracas utilizadas pelos ambulantes ocupam grande parte da calçada e prejudicam, em alguns casos, a passagem de pedestre.

Fase: Operação

Classificação:

Este impacto será positivo, direto, local, permanente, a ser observado no curto prazo e reversível. Caracteriza-se por apresentar pequena magnitude e pequena importância, classificando-se como pouco significativo.

Medidas Potencializadoras Propostas:

- Regularizar a situação do maior número possível de vendedores ambulantes no município.
- Reservar outros espaços na cidade para o estabelecimento dos vendedores ambulantes.

6.7 Impactos sobre a Qualidade de Vida

Os impactos sobre a qualidade de vida e o uso do solo, causados pela OUC, ocorrerão em diferentes localidades, intensidades, de várias maneiras e sobre distintos grupos sociais. Deste modo, serão destacadas as intervenções sobre os indicadores de qualidade de vida; o uso do solo; a oferta de áreas de lazer e áreas verdes; a melhoria nas habitações; e sobre a mobilidade populacional, a qual será alterada pela melhoria da infraestrutura viária e de transporte público.

A qualidade de vida de uma população pode ser analisada através de diversos aspectos: qualidade do meio ambiente, a oferta de transporte público, facilidade no deslocamento, oferta de água tratada, coleta de lixo e esgoto, áreas verdes e de lazer, a oferta de educação, atendimento de saúde, segurança, oferta de habitação de qualidade, além da renda e outros aspectos. O PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento analisa a qualidade de vida de um local segundo o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que considera três aspectos: renda, saúde e educação. O IDH é um índice que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o IDH do local. A cidade de Niterói possui o terceiro melhor IDH de todo o Brasil. O IDH municipal de Niterói foi, no ano 2000, de 0,886 (Quadro 6.7-1) sendo maior do que o índice em 1991 (0,817).

Quadro 6.7-1: Índice de Desenvolvimento Humano – Niterói.

IDH	Anos	
	1991	2000
Renda	0,827	0,891
Saúde	0,717	0,808
Educação	0,908	0,96
Municipal	0,817	0,886

Fonte: PNUD, 1991 e 2000.

De acordo com o Quadro 6.7-1 acima, a educação é o indicador analisado que possui melhor desempenho no Município, enquanto a saúde, apesar de ter tido o maior crescimento entre os anos de 1991 e 2000, ainda é o de menor desempenho para a formulação do IDH municipal. Niterói apresentava um bom índice de desenvolvimento humano, sendo este o melhor dentre os municípios do estado do Rio de Janeiro e o terceiro melhor do país.

Dentre os bairros que compõem a área de vizinhança do Projeto, grande parte deles apresenta alto nível educacional, de expectativa de vida e, principalmente, de renda. Os bairros de Icaraí, Boa Viagem, Ingá e Gragoatá, atualmente, já abrigam uma população de elevado grau de desenvolvimento humano. Contudo, os outros bairros, e mesmo algumas áreas dos bairros acima citados, necessitam de forte melhoria em todas as condições sociais.

Outra questão bastante preocupante é a presença de moradores de rua e usuários de drogas, nos bairros estudados. A população de rua, em Niterói, cresceu bastante nos últimos anos, segundo a Secretaria Municipal de Segurança e Controle Urbano. Essas pessoas estão instaladas, em sua maioria, nas praças e também nas praias, principalmente no Centro, em São Domingos e Icaraí.

Uso do Solo

Ao se analisar a área de vizinhança da OUC identifica-se uma grande variedade de tipos sociais e de uso do solo. Os bairros de São Domingos, Centro e Ponta D' Areia são áreas de ocupação antiga com representativa quantidade de edifícios de importância histórica e cultural. Constata-se que todos os bairros apresentam altos níveis de degradação da paisagem, identificadas a partir de construções mal preservadas e vias mal cuidadas. O padrão habitacional é de casas e pequenos edifícios para moradia, inclusive cortiços, que possuem baixo valor no mercado imobiliário e abrigam populações de classe baixa ou média baixa. Os referidos bairros detêm uma importante centralidade na cidade por abrigarem uma representativa porção dos estabelecimentos de comércio e serviços da cidade e da área de estudo. Além disso, também contêm os principais pontos de distribuição de transporte público com terminal de ônibus, rodoviária e as barcas, assim como vias de alta circulação ligando o centro às Praias Oceânicas, à Ponte Rio-Niterói e ao município de São Gonçalo. Na área, está situado, inclusive, o Porto de Niterói. Apesar da baixa circulação de navios, o Porto ainda detém um estaleiro em atividade, ressentido pelo crescimento do setor naval na última década. Os usos ligados ao setor comercial atacadista e, principalmente, às funções de transporte e circulação, incluindo o porto, acabam desvalorizando o espaço urbano nestas localidades.

Identificaram-se ainda, na área de vizinhança, representativas porções do solo urbano que abrigam residências de comunidades de baixa renda. A grande parte dessas moradias ainda apresenta caráter irregular perante o Poder Público. Em alguns casos, as moradias possuem alto grau de risco de vida para seus habitantes devido à alta declividade, à pouca contenção das encostas e à frágil fundação das casas.

A OUC prevê intensas alterações no uso do solo urbano. Além de aumentar o gabarito dos prédios, verticalizando a ocupação nos bairros, ele também prevê melhorias na infraestrutura urbana, aumento das áreas verdes e áreas de lazer, valorização e conservação de edifícios históricos e culturais. Dentre as mudanças mais representativas destacam-se o aumento das áreas verdes, a construção de corredores verdes e a expansão do número de residências e salas ou estabelecimentos comercial e de serviços.

Oferta de Área de Lazer

A existência de áreas de lazer e áreas verdes é de fundamental importância para manutenção da qualidade de vida dos habitantes de determinadas localidades.

O município de Niterói possui como áreas de lazer ao ar livre parques, praças e praias (Figura 6.7-1). Porém, algumas dessas áreas não estão plenamente conservadas ou apresentam condições inadequadas de uso.

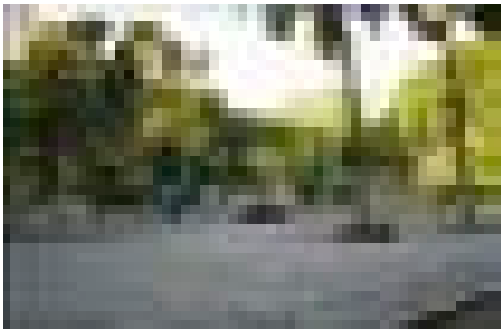


Figura 6.7-1: Praça São João – Centro.

Fonte: Trabalho de Campo, maio 2012.

O município possui também outros tipos de oferta de lazer, que não ao ar livre, como teatros, cinemas e museus, além de shopping centers, principalmente no Centro e nos bairros próximos.

Diminuição do tempo de deslocamento

A cidade de Niterói possui sérios problemas de congestionamentos, em especial nos horários de rush. A oferta de transporte na cidade e o tempo de deslocamento são algumas dessas questões. Destaca-se, principalmente, o acesso à cidade do Rio de Janeiro: os longos e frequentes congestionamentos na Ponte Rio-Niterói e também nas grandes filas de espera para utilização das barcas.

O Projeto prevê a reestruturação de alguns pontos da área central para que haja maior fluidez no tráfego, tanto de pedestres, quanto de veículos. As intervenções propostas em toda a área do Projeto pretendem facilitar o acesso a pé e de bicicleta aos bairros. Especificamente, estão previstas a construção de ciclovias, interligando os bairros e também o redimensionamento de algumas vias de pedestres, assim como o reordenamento das calçadas. O projeto viário também conta com a construção de

passagens subterrâneas nos entroncamentos de algumas vias de acesso. O objetivo é o melhor fluxo de veículos e de pedestres. Com isso, espera-se diminuir o tempo de deslocamento, principalmente, nos horários de *rush*.

Todas as áreas da área de vizinhança sofrerão com as mudanças no uso do solo. Para alguns grupos, esse impacto será benéfico sobre a melhoria da qualidade de vida, enquanto para outros o deslocamento compulsório de sua residência original para outra localidade causarão impactos sociais podendo piorar as condições de vida nas quais vivem na atualidade.

6.7.1. Alteração da qualidade de vida

O Projeto prevê uma série de melhorias em algumas áreas de lazer da cidade, além da criação de novos espaços. Além disso, o Projeto prevê também a criação da ciclovia, ligando os bairros contemplados no Projeto com a orla. A requalificação desses espaços e suas proximidades e a construção de ciclovias incentivarão o uso das áreas de lazer e facilitarão o acesso às mesmas.

A maior e melhor oferta da área de lazer, a diminuição do tempo de deslocamento, principalmente no que se refere ao trajeto entre o local de residência e de trabalho, além da criação de dois corredores verdes no Centro, são fatores que beneficiarão a população da cidade como um todo. Mais diretamente, será beneficiada a população residente e trabalhadora nos bairros inseridos no bojo do Projeto.

O conjunto das intervenções previstas pelo projeto e pelo Governo na área resultará na melhoria da qualidade de vida da população que ali residirá e também dos visitantes, transeuntes e trabalhadores dos bairros. As intervenções preveem melhorias, principalmente, no sistema de tráfego, nas características habitacionais, na oferta e no acesso ao lazer e na melhor e maior oferta de serviços públicos de transporte, saúde, higiene, saneamento, educação, e iluminação pública. Esses fatores, juntamente com outros, interferem diretamente na oferta de serviços, na alteração da paisagem e na melhoria da qualidade de vida da população, em geral.

Fase: Operação

Classificação:

Este impacto será, portanto, positivo, direto, local, permanente, a ser observado no médio prazo e irreversível. Caracteriza-se por apresentar grande magnitude e grande importância, classificando-se como muito significativo.

Medidas Potencializadoras Propostas:

- Realizar campanhas de sensibilização sobre os benefícios do uso de transporte público coletivo e combate ao uso excessivo de veículos particulares, assim como incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte;
- Promover, junto ao Poder Público, melhorias nas áreas de segurança, fiscalização, limpeza de vias e serviço de coleta de lixo.

6.7.2. Deslocamento dos pescadores na área central de Niterói

A OUC prevê a transferência de dois grupos de pescadores, que se referem aos pescadores situados na Rua da Lama no centro de Niterói e também aos pescadores que se encontram instalados ao lado do Terminal Rodoviário João Goulart, para local bastante próximo de onde se encontram hoje. O deslocamento previsto se propõe a causar o mínimo dano possível nas atividades exercidas pelos pescadores. Apesar disso, as mudanças no cotidiano dessas famílias e trabalhadores serão inevitáveis devido às obras para a construção do complexo dos pescadores.

Os pescadores vivem e/ou trabalham as margens da Baía de Guanabara e praticam neste ambiente pesca para consumo familiar e para venda comercial. Os pescadores da Rua da Lama habitam casas bastante simples e até mesmo em precárias condições de moradia e ausentes de serviços básicos por parte do poder público e das concessionárias. Já os pescadores que se encontram instalados próximo ao Terminal Rodoviário, que fazem parte da Associação de Pescadores e Amigos de São Pedro, ocupam uma área de aproximadamente 40 boxes onde são armazenados materiais de pesca. Nesse núcleo há, aproximadamente, 50 pescadores, sendo alguns marisqueiros. Apesar de não terem sido construídos com esse objetivo, alguns desses boxes servem como moradia para alguns poucos pescadores.

Mesmo com o objetivo de serem mínimas, as intervenções que ocorrerão nesses locais afetará a rotina dessas famílias e também a rotina dos pescadores, podendo causar perdas econômicas para as famílias durante o período de implantação da OUC.

Fase: Implantação

Classificação:

Este impacto será, portanto, negativo, direto, local, permanente, a ser observado no curto prazo e irreversível. Caracteriza-se por apresentar média magnitude e grande importância, classificando-se como significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Monitorar as condições de vida e reassentamento da população deslocada.
- Implementar as recomendações do Programa de Acompanhamento da Transferência das Moradias e Boxes dos Pescadores.

6.8 Impacto na Vegetação e Arborização Urbana

6.8.1. Supressão vegetal

A OUC prevê diversas mudanças urbanísticas para a área de vizinhança. Em virtude das obras, haverá a necessidade de supressão de parcela do arvoredo urbano a fim de dar viabilidade ao proposto neste estudo.

Fase: Implantação

Classificação:

Este impacto será, portanto, negativo, direto, local, permanente, a ser observado no curto prazo e irreversível. Caracteriza-se por apresentar média magnitude e média importância, classificando-se como significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Implementar um projeto de arborização para as praças e parques.
- Compensar com a plantação de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica.

6.9 Impacto sobre a Qualidade do Ar e Microclima

De acordo com a Resolução CONAMA 03/90, responsável por regulamentar os níveis máximos permitidos dos compostos indesejáveis mais comuns no ar que se respira, o poluente atmosférico é definido como “qualquer forma de matéria ou energia com intensidade e quantidade, concentração, tempo ou características em desacordo com os níveis estabelecidos, e que tornem ou possam tornar o ar: impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde; inconveniente ao bem-estar público; danoso aos materiais, à fauna e flora; prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e as atividades normais da comunidade”.

O nível de poluição do ar é medido pela quantificação de substâncias poluentes presentes, normalmente, limita-se a um grupo seletor de poluentes, uma vez que, sempre que suas concentrações estão acima dos limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde, causam efeitos adversos ao meio ambiente.

A concentração dos poluentes no ar depende tanto dos mecanismos de dispersão, como de sua produção e remoção. Normalmente, a própria atmosfera é capaz de dispersar os poluentes, misturando-os eficientemente a um grande volume de ar, o que contribui para que a poluição se mantenha em níveis aceitáveis. Assim, a interação entre as fontes de poluição e a atmosfera define a qualidade do ar, em conjunto com as condições meteorológicas, que determinam uma maior ou menor diluição dos poluentes, mesmo que as emissões não variem. Por esse motivo, a qualidade do ar é pior durante o inverno, quando as condições meteorológicas são mais desfavoráveis à dispersão de poluentes.

A Resolução CONAMA nº 03, de 28 de junho de 1990, considera como padrões de qualidade do ar as concentrações de poluentes atmosféricos que, caso ultrapassadas, podem afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral. Além disso, conceitua poluente atmosférico como qualquer forma de matéria ou energia com intensidade e em quantidade, concentração, tempo ou características em desacordo com os níveis estabelecidos, e que torne ou possa tornar o ar impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população.

Segundo o INEA (2009), dados dos ventos, do clima (principalmente das chuvas) e da estabilidade do ar, são elementos-chave para uma melhor compreensão do comportamento da qualidade do ar. O vento, com seus componentes de direção e velocidade, é um importante parâmetro que propicia o transporte e a dispersão dos poluentes atmosféricos. Ademais, ele identifica as trajetórias e alcances possíveis de poluentes presentes no ar, de modo a proporcionar um aumento nas concentrações dos poluentes, caso as fontes locais continuem a ser emitidas. As chuvas atuam com muita eficiência na remoção dos poluentes do ar, em maior ou menor grau, dependendo da sua intensidade.

A poluição atmosférica pode influenciar no desenvolvimento de diversas doenças, principalmente respiratórias, mas também cardiológicas, circulatórias, sanguíneas, renais, nervosas e imunológicas. Os principais poluentes danosos ao organismo humano, segundo a Medicina Ambiental, são o dióxido de enxofre(SO2), óxido nítrico (NO2), o monóxido de carbono (CO), partículas em suspensão (PTS), metais pesados e uma ampla faixa de hidrocarbonetos e hidrocarbonetos clorados. Entre os grupos de pessoas mais sensíveis à poluição atmosférica estão as crianças, os idosos, as gestantes, os enfermos, pessoas que apresentem predisposição genética e, por fim, os alérgicos.

6.9.1. Qualidade do Ar

Caracterização da Qualidade do Ar na Área de Vizinhança

A qualidade do ar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), é substancialmente influenciada pelo tráfego de veículos automotores, identificados como sendo a principal fonte de emissão de gases poluentes e material particulado para a atmosfera. As atividades relacionadas à construção civil também são apontadas como fontes significativas de emissão de material particulado.

Segundo o inventário de emissões veiculares, realizado pela FEEMA, em 1999, a quantidade média de poluentes lançada pelos veículos automotores na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é resumida no Quadro 6.9.1-1. Observando-o, verifica-se que a parcela da frota composta por veículos movidos à gasolina ou a álcool contribuiu para o maior volume de emissões de CO e HC. Porém, apesar de a frota de veículos movidos a óleo diesel ser menor, esse combustível possui, em sua composição, algumas frações de hidrocarbonetos mutagênicos e carcinogênicos que tornam o controle dessa categoria tão prioritário quanto os veículos movidos pelos outros tipos de combustível.

Quadro 6.9.1-1: Emissão média dos veículos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (x 1000 ton/ano) Ano 1999.

Fonte de emissão	Tipo de combustível	CO	HC	NOx	SOx	MP
Tubo de escapamento	Gasolina	336.4	58	20.5	4.8	2
	Alcool	83.3	9	6.3	-	-
	Diesel	169	27.5	123	10.7	7.7
Emissão do cârter e evaporativa	Gasolina	-	50.5	-	-	-
	Alcool	-	7.2	-	-	-
Pneus	Todos os tipos	-	-	-	-	2.7
Total		588.7	152.2	149.8	15.5	12.4

Legenda: CO – monóxido de carbono; HC – hidrocarbonetos; NOx – óxidos de nitrogênio; SOx – óxidos de enxofre; MP – material particulado.

Fonte: FEEMA.

O monitoramento da qualidade do ar feito pelo INEA contribui para uma melhor caracterização da qualidade do ar na área de estudo. No centro urbano de Niterói, apenas o parâmetro Partículas Inaláveis vem sendo sistematicamente monitorado em estação instalada na Avenida Feliciano Sodré no número 275.

Os resultados das medições indicam uma violação constante ao padrão anual de qualidade do ar de 50µg/m³, de acordo com o CONAMA, sendo que entre 2007 e 2009, os valores de PI encontrados para a área de vizinhança são dos mais altos de toda a Região Metropolitana, o que indica uma deterioração da qualidade do ar na região. O padrão de 24 horas, de 150µg/m³, tem sido ultrapassado por várias vezes ao longo do período amostrado. A falta de conformidade com os limites impostos pela Resolução CONAMA resultou em índices de qualidade do ar (IQA) que variam entre bom, regular e inadequado durante o ano, havendo predominância da classe regular (cerca de 75% do ano). Enquanto o IQA bom significa que, praticamente, não há riscos à saúde, o IQA regular significa que pessoas de grupos sensíveis (crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias e cardíacas) podem apresentar sintomas como tosse seca e cansaço (INEA, 2009).

Alteração na qualidade do ar

Durante a implantação das obras previstas neste Relatório de Impacto de Vizinhança, é esperado um aumento nos níveis de emissão de poeiras e gases na área de vizinhança desde à mobilização de equipamentos até a conclusão das obras. Esse aumento da emissão de poluentes atmosféricos não ocorrerá de forma contínua no decorrer das obras, variando de acordo com as atividades a serem desenvolvidas nos diferentes canteiros de obras. O impacto que ocorrerá durante a implantação do empreendimento deverá ser sentido não só na área dos canteiros de obras, como também nas suas imediações, sendo sua extensão dependente da localização e do tipo de intervenção. Esse impacto, entretanto, será de caráter temporário, devendo sua ocorrência estar restrita ao prazo entre o início e o término das obras.

Muitas serão as atividades causadoras desses impactos, como a demolição dos antigos edifícios para dar origem a novos e a construção das passagens subterrâneas. As interferências com o tráfego, devido às obras necessárias, nas escavações, irão alterar o fluxo de veículos, ocasionando congestionamentos nas vias que receberão o desvio de tráfego. Resultarão num aumento significativo das emissões de material particulado, de efeito local, o qual será somado ao aumento e fluxo de veículos de grande porte na área para transporte de concreto, material, insumos e peças pré-moldadas, bota-fora de material da obra. Este impacto ocorrerá na área de vizinhança como um todo e variará de acordo com as fases das obras.

Fase: Implantação

Classificação:

Impacto negativo, direto, local, curto prazo, temporário, reversível e de média importância e magnitude, sendo significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Minimizar ao máximo a duração dos desvios de tráfego a fim de evitar um aumento das emissões atmosféricas, decorrente dos possíveis engarrafamentos ocasionados pelos mesmos;
- Proceder a manutenção de regulação dos veículos utilizados nas obras, observando os limites legais de emissão de gases.

6.9.2. Microclima

A implantação de corredores verdes (arborização), revitalização de áreas verdes já existentes e construção de edifícios de gabaritos superiores aos atuais provocarão alterações no microclima da área de vizinhança. Tais intervenções, porém, provocarão distintas alterações no microclima.

6.9.2.1 Mudanças no microclima em decorrência da arborização

O grande incremento quantitativo de árvores na área de vizinhança acarretará em um impacto positivo, uma vez que, segundo vasta bibliografia, a vegetação desempenha importante papel para manutenção de microclima adequado, de modo a mitigar os efeitos prejudiciais da urbanização. Em estudo desenvolvido por Shashua-bar e Hoffman (2000) em Tel-Aviv, foi constatado que o efeito amenizador climático de pequenas áreas verdes pode ser sentido até um raio de 100 metros distante das mesmas. Assim, o entorno dos corredores verdes e as praças revitalizadas terão um melhor conforto térmico, caracterizado por temperaturas mais amenas e maior umidade do que se comparada às áreas desprovidas de cobertura vegetal.

Fase: Operação

Classificação:

Impacto de natureza positiva, de incidência direta, local, longo prazo, permanente, reversível, porém com grande importância e média magnitude, sendo, portanto, significativo.

6.9.2.2 Mudanças no microclima devido ao aumento do gabarito dos edifícios

A substituição dos atuais gabaritos por maiores fará com que a circulação de ventos seja dificultada, uma vez que prédios maiores funcionam como uma barreira à dispersão de ventos, além de influenciar no acréscimo da temperatura local em decorrência da quantidade de concreto utilizada. Assim, nos locais onde se esperam edifícios de gabaritos maiores, como em São Domingos, Ponta D'Areia, próximo ao Caminho Niemayer e à Praça Renascença, existe a possibilidade do microclima passar a ser caracterizado por temperaturas levemente mais altas e uma menor umidade. Esse aumento dos gabaritos alterará ainda o sombreamento da Área de Vizinhança. Áreas antes expostas ao sol por um longo período podem vir a ser parcialmente sombreadas em determinados períodos do dia.

Fase: Operação

Classificação:

Impacto de natureza negativo, de incidência direta, local, longo prazo, permanente, irreversível, porém com média importância e pequena magnitude, sendo classificado como pouco significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Buscar manter o maior afastamento possível entre os edifícios a fim de possibilitar a circulação dos ventos.
- Utilizar material de construção que não tenha o calor específico muito alto para minimizar o aumento da temperatura.

6.10 Degradação das vias

A degradação das vias rodoviárias é um impacto diretamente relacionado à quantidade de veículos pesados e de grande porte que circularão nas vias da cidade, em particular da área de vizinhança, durante todo o período de implantação da OUC. Um empreendimento dessa magnitude que visa alterar incisivamente a paisagem urbana demandará uma grande frota de caminhões para as mais variadas funções de desmonte e construção. Obras de construção civil como a construções de edifícios e as obras de intervenção dos logradouros demandam elevada quantidade de materiais e produzem um volume muito grande de lixo, que tem que ser transportado por veículos de grande porte. Esse tipo de intervenção será amplamente difundido por toda a área do empreendimento gerando efeitos em inúmeras vias de circulação, que serão sistematicamente degradadas ao longo da implementação da OUC.

O fluxo de veículos pesados se somará à intensificação do fluxo desviado das vias fechadas pela OUC, potencializando a degradação das vias. Além disso, em grande parte, as vias secundárias, para onde se desviará o tráfego, apresentam pouca ou nenhuma condição de absorver o aumento do fluxo e do peso dos veículos, o que implicará em uma maior degradação das vias públicas.

Fase: Implantação

Classificação:

Assim, a degradação das vias rodoviárias se caracterizará como um impacto negativo, direto, local, temporário, com seus efeitos sentidos no curto prazo. É reversível, sendo de pequena magnitude e de pequena importância. Sua importância, portanto, deve ser considerada pouco significativa.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Recuperar os buracos, desníveis e sinalização horizontal na pista ao longo do processo de implantação do empreendimento, à medida que estes forem se degradando;

6.11 Acidentes com a População

O aumento do tráfego de veículos, em especial os pesados, nas áreas próximas aos canteiros de obra, aos locais de armazenamento e em direção ao bota-fora, interferirá diretamente no cotidiano da população dos bairros da Área de Vizinhança e da cidade como um todo. Serão impactados não só os moradores, mas também os diferentes usuários das vias mais utilizadas pelo empreendedor. Um dos principais impactos desta interferência é o aumento do risco de acidentes, a que ficarão expostos os condutores de veículos automotivos, de bicicletas e os pedestres. Ou seja, trata-se de um impacto potencial que só se consolidará caso ocorra um acidente.

As áreas por onde circularão os veículos direcionados à OUC apresentam grande concentração demográfica - mais de 12,7 mil habitantes/km². O fluxo de pedestres e automóveis também é intenso ao longo de todo o dia e de toda a semana - sendo a área central a mais movimentada da cidade de Niterói e ponto de convergência para diversas linhas de ônibus e para os motoristas que se dirigem à cidade do Rio de Janeiro. Além do mais, abriga variadas instituições, serviços e espaços públicos, os quais atraem um contingente representativo de indivíduos.

Fase: Implantação

Classificação:

Desse modo, o impacto de acidente com a população se caracterizará como negativo, indireto, local, temporário, de curto prazo e reversível. Sua magnitude é pequena e a importância é grande. Assim sendo, o impacto é significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Divulgar as normas de segurança do trabalho junto aos motoristas dos veículos de serviço voltadas para a prevenção de acidentes;
- Adotar medidas redutoras de velocidade e sinalização;

6.12 Alterações na Qualidade do Ar

Um dos objetivos da OUC é a melhoria da infraestrutura de transporte urbano, por meio da construção de passagens subterrâneas e ciclovias, além de mudanças no sentido das vias de tráfego. Com as intervenções finalizadas, espera-se que o atual e conturbado tráfego se torne mais fluido. Objetiva-se, com isso, a redução da saturação do trânsito e menores engarrafamentos nesta região da cidade, o que resultaria em uma menor concentração de poluentes, a serem lançados na atmosfera e, portanto, em uma melhoria na qualidade de ar da região. A construção de extensa ciclovias gerará a possibilidade da substituição de veículos automotores por bicicletas. O Projeto, em conjunto com mudanças no tráfego, previstas pela implantação dos BRS e da Linha 3 do Metrô, a qual, segundo Lerner (2009), deve reduzir em cerca de 50% o fluxo de ônibus, pode vir a proporcionar uma melhoria considerável na qualidade do ar.

Entretanto, há que se atentar para a tendência crescente de aumento do número de veículos em circulação, favorecido pelo crescimento populacional esperado pelo projeto e pelas políticas de estímulo ao consumo, que garantem crédito ao comprador, juros baixos, além de variadas opções de parcelamento. Dessa forma, ao longo do tempo, é possível que seja observado um acréscimo das emissões veiculares e, consequentemente, das concentrações de CO, HC, NOx e SOx, de forma a alterar a qualidade do ar de toda a área

de entorno das principais vias de circulação. Por sua vez, um aumento da circulação de veículos resulta em novos congestionamentos, os quais acarretam em um acréscimo do nível de ruído nas áreas de influência.

Mesmo sendo estimada uma considerável fluidez no tráfego, a partir das mudanças na infraestrutura de transporte, é provável que, no futuro, a capacidade de melhora na fluidez do tráfego não consiga se equiparar ao acréscimo de automóveis, principalmente considerando-se o adensamento populacional esperado no longo prazo. Neste sentido, é preciso especial atenção aos bairros de Boa Viagem, Gragoatá e Ingá, nos quais é esperado um grande incremento populacional sem grandes interferências previstas no tráfego. Desta forma, sugere-se cautela para que a quantidade de novos veículos não ultrapasse a capacidade de suporte existente, de forma a comprometer a melhora desejada da qualidade do ar.

Fase: Operação

Classificação:

Impacto de natureza positiva, de incidência indireta, local, curto prazo, temporário, reversível, porém com média importância e magnitude, sendo, portanto, significativo.

6.13 Impacto sobre a Geração de Emprego, Renda e Arrecadação

Fiscal

A geração de emprego e renda terá início quando da prestação dos serviços preliminares à implantação do empreendimento, momento em que as ações de mobilização (contratação de mão-de-obra) levarão à criação de postos de trabalho. O impacto não será restrito à economia dos bairros, abrangerá a cidade de Niterói e, até mesmo, a algumas cidades vizinhas.

Além dos empregos diretos produzidos pela construção civil, é prevista a oferta de empregos indiretos nos ramos do comércio de materiais de construção, indústria de transformação e de produção de matérias primas, assim como para a contratação de serviços de terceiros, nos ramos de transporte, alimentação, etc.

A maior movimentação de trabalhadores e potenciais consumidores fortalecerá as unidades formais e informais do setor de comércio e serviços, em particular no Centro, onde se encontra a maior oferta do setor.

Associado ao aumento do nível de emprego, com o crescimento do emprego formal e a queda no desemprego, virá um incremento da massa salarial que repercutirá no maior consumo de bens e serviços no município como um todo, de modo a afetar positivamente o comércio e a arrecadação de tributos.

Para a execução das inúmeras obras de construção civil propostas para o presente projeto será necessária a aquisição de materiais, insumos e equipamentos, implicando um aumento da atividade econômica e, portanto, na arrecadação tributária municipal, estadual e federal, provenientes majoritariamente da arrecadação de impostos relacionados à circulação de mercadorias e serviços- ICMS, à aquisição de produtos industrializados - IPI e à prestação de serviços - ISS. O impacto sobre a arrecadação fiscal será maior sobre a unidade da federação que contém uma receita relativamente inferior, mas também ocorrerá nas esferas estadual e Federal.

Fase: Construção

Classificação:

Assim, o impacto de geração de emprego, renda e arrecadação fiscal pode ser classificado como positivo, direto, regional, temporário, de curto prazo e reversível. Deve ser considerado de média magnitude e de grande importância, sendo assim muito significativo.

Medidas Potencializadoras Propostas:

- Recomendar às empreiteiras a maximização da contratação de mão de obra durante a construção na cidade de Niterói, incluindo, se necessário, alguns programas de capacitação;

6.14 Impacto Sobre a Perda de Emprego, Renda e Arrecadação

Fiscal

O impacto de perda dos postos de trabalho, da renda e da arrecadação fiscal se fará sentir no término da fase de construção, com a desmobilização dos trabalhadores diretamente empregados nas obras, o fim das compras e dos contratos que dinamizavam o setor terciário. Os empregos indiretos, sua geração de renda e as arrecadações deles oriundas também ficariam ameaçadas.

Sendo assim, a conclusão das obras promoverá a redução da atividade econômica resultante da fase de implantação das intervenções previstas na OUC, o aumento do desemprego e a queda do nível de renda e de consumo, em função do fim das transações entre empresas e das transações no setor informal da economia. Com isso, haverá redução da arrecadação tributária. Esse impacto se fará sentir, com maior magnitude, na arrecadação municipal, em virtude da sua menor receita anual, se comparada com os outros níveis de gestão pública.

Um fator que atenua as perdas de emprego, renda e da arrecadação relaciona-se ao fato de a OUC ser projetada em fases longas e em sintonia com as demandas do mercado imobiliário. Deste modo, algumas intervenções ocorrerão em longo prazo, tendo o projeto um período estimado de até 20 anos. Desse modo, os efeitos sobre o emprego, renda e arrecadação são mais duradouros e suas perdas são menos bruscas no curto prazo.

Fase: Implantação

Classificação:

Assim, a perda de empregos, renda e da receita fiscal, decorrente do encerramento das obras, será um impacto negativo, direto, regional, permanente, de longo prazo e irreversível. Pode ser considerado de média magnitude e grande importância, classificando-se como muito significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Incentivar a contratação de mão de obra local, para que, com o término das obras, os contingentes de trabalhadores dispensados possam ser mais facilmente absorvidos nos tecidos sociais locais;

- Qualificar os empregados com cursos técnicos e de especialização, permitindo-os competir com maior capacidade no mercado de trabalho, após o empreendimento.

6.15 Impacto Sobre a Alteração no Valor do Aluguel e Perda da Receita dos Estabelecimentos e Atividades Comerciais e de Serviços

O impacto sobre os valores dos aluguéis é resultante dos temores ou dos transtornos produzidos previamente e ao longo da obra. Dentre os incômodos à população residente e trabalhadora na região, responsáveis pela desvalorização estão: os barulhos, as vibrações, o aumento da poluição do ar, o fechamento de ruas, o aumento do tráfego, a impossibilidade de circulação e acesso à propriedade por meio de automóveis, a diminuição do número de vagas rotativas, dentre outros impacto sobre a vizinhança.

Apesar da desvalorização dos aluguéis ter início, efetivamente, após a divulgação do Projeto e dos pontos que serão afetados, quando já se inicia uma especulação sobre os transtornos futuros, ela só se intensificará e se tornará representativa a partir do início das obras.

A OUC interferirá ainda nas atividades dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços situados nas áreas de intervenção e entorno das obras, poderão causar uma redução da clientela e na perda de receita, em função dos desconfortos produzidos pela obra e pelas piores condições de acessibilidade. O bairro Centro será o mais impactado nas perdas de receita dos estabelecimentos, pois sofrerá intensa transformação na infraestrutura urbana e é onde se localiza o maior número e densidade de unidades comerciais e de serviços da área de vizinhança. Nos outros bairros também haverá estabelecimentos comerciais e de serviços impactados, mas serão casos pontuais, sem a mesma magnitude do referido bairro.

Fase: Implantação

Classificação:

Portanto, o impacto sobre alteração dos valores dos aluguéis e da perda de receita dos estabelecimentos e atividades comerciais e de serviços se caracteriza como negativo, indireto, local, de curto prazo, temporário e irreversível. Possui pequena magnitude e média importância e se caracteriza como pouco significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Desenvolver um espaço de diálogo junto aos moradores, comerciantes e prestadores de serviços impactados e suas entidades representativas no sentido de solucionar os problemas relacionados ao fechamento ou à interdição parcial das vias, o desconforto produzido pelas obras e a dificuldade de acessibilidade dos consumidores e fornecedores;
- Minimizar, ao máximo, os danos causados sobre a vizinhança.

6.16 Impacto Sobre o Incômodo de Vizinhança

O incremento das poluições sonoras, do ar e sísmicas, no ambiente, resultará do funcionamento dos equipamentos e máquinas, utilizados nas obras de construção civil. Também será resultado da circulação de veículos pesados nos locais das obras e ao longo dos trajetos para o bota-fora e canteiros. Esse aumento deverá causar incômodos pontuais e temporários na vizinhança e poderá ser alvo de reclamações. Por se tratar de um grande empreendimento de intervenção urbana, que planeja promover diversas obras urbanísticas e paisagísticas, estima-se que haverá grande impacto de vizinhança sobre a população já residente nos bairros da área de vizinhança da OUC.

Acrescentam-se a estes incômodos de poluição sonora, do ar e de vibrações outros provenientes do risco de acidentes, do impacto sobre a infraestrutura pública, do fechamento das vias públicas, da alteração no trânsito, do aumento dos engarrafamentos, da alteração da paisagem e da dinâmica sócio-espacial, dentre outras interferências na vizinhança.

Fase: Implantação

Classificação:

Este impacto é negativo, direto, local, temporário, sentido no curto prazo, irreversível, de grande magnitude e importância, devendo ser classificado como muito significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Informar exaustivamente a população residente sobre os impactos negativos diferenciados que serão gerados a partir da implantação da OUC.
- Manter instrumentos de controle de vibrações, ruídos e poluição do ar.

6.17 Impacto Sobre a Produção e Nível de Ruídos

A caracterização do cenário acústico local foi feita levando-se em conta a sensibilidade acústica na área de vizinhança da OUC, considerando-se os locais onde ocorrerão as principais intervenções tais como a construção das passagens subterrâneas e das ciclovias. Por meio de medições de níveis de ruído nestes locais, tornou-se possível o conhecimento do cenário de ruídos antes do começo das obras, as quais serão executadas para que a requalificação pretendida da região central seja alcançada.

As medições de nível de ruído foram realizadas nos dias 17 e 30 de maio, em períodos diurno e noturno, por 5 minutos em cada ponto, pela empresa GROM Acústica & Vibração. A empresa elaborou um relatório de avaliação de ruído, o qual serviu como referência para a análise do impacto em questão. O método de avaliação utilizado abarcou medições do nível de pressão sonora equivalente (*L_{Aeq}*), em decibéis ponderados em “A”, tendo como finalidade quantificar os níveis de ruído de acordo com a norma brasileira NBR 10151:2000 e envolveu a utilização de equipamentos, em conformidade com as normas IEC 60651, IEC 60804, IEC 61260 e IEC 60942 e com certificados de calibração válidos, reconhecidos pelo INMETRO ou rastreáveis ao NIST.

Como não havia obras ou nenhuma movimentação típica, tal como de caminhões e máquinas destinadas às obras, pode-se afirmar que os níveis de ruído medidos correspondem ao ruído ambiente (*L_{ra}*). Como era de se esperar, os níveis de ruído encontrados para o período diurno apresentaram-se sempre superiores ao período noturno. Observações de campo permitiram verificar que os altos índices de níveis de ruído na área em estudo são produzidos pela circulação dos veículos nas principais vias próximas. Uma pequena influência é atribuída à passagem de pedestres, animais e estabelecimentos comerciais. Portanto, esse ruído varia em função do tráfego e da estrutura do tecido urbano.

Após as medições de níveis de ruído nos pontos selecionados, buscou-se analisá-los à luz da legislação vigente (NBR 10.151 e Lei municipal 1967/2002). De acordo com a Lei municipal nº1967 de 04 de abril de 2002, são determinados distintos parâmetros de níveis máximos admissíveis de ruído para cada zona do Município de Niterói. A zona é definida a partir do estabelecimento de áreas específicas no município, em relação ao uso do solo. São indicadas, de acordo com sua classificação, as atividades permitidas, adequadas ou toleradas para o local.

O incômodo causado pelo ruído em excesso se manifesta através de diversos efeitos: interferência na comunicação oral, na habilidade em realizar tarefas, no sono, além da sensação de incômodo generalizada. O ruído regenerado se manifesta por uma sensação de perda de conforto e perda de eficiência provocada por fadiga, quando os níveis vibratórios atingem certo patamar. Durante as obras de implantação da OUC, haverá uma elevação dos níveis de ruído ambiental em decorrência do funcionamento dos equipamentos e máquinas nos canteiros de obras, na construção das passagens subterrâneas, dos novos edifícios, enterramento da fiação, implantação das ciclovias, dentre outras intervenções, assim como no aumento dos níveis de ruído ambiente nas rotas de bota-fora e transportes de materiais, decorrentes do movimento adicional de veículos pesados, o que deverá causar incômodo na vizinhança e poderá gerar reclamações.

Além das fontes de ruído proveniente das máquinas a serem utilizadas nas obras, os desvios de tráfego, essenciais para a implantação das passagens subterrâneas, acarretarão num incremento dos congestionamentos na área de influência direta. Estes, por sua vez, implicam no aumento do nível de ruído ambiental; ocorrem de maneira paulatina e sem a existência de leis municipais específicas. Durante as atividades de transporte de materiais, equipamentos e insumos, os impactos ambientais sonoros e vibratórios se darão pelo aumento do tráfego de veículos pesados nos trajetos a serem percorridos por eles. Somam-se a isso as condições das vias (gradiente, revestimento, manutenção), de modo a aumentar o incômodo produzido na população assentada no entorno desses trajetos, principalmente no período noturno. Como haverá intervenções em diversos pontos da poligonal do projeto, deve ocorrer um aumento na circulação de caminhões-betoneiras, de bota-fora e transporte de equipamentos. O trânsito desta área da cidade, já saturado, deverá ser ainda mais sobrecarregado.

Fase: Implantação

Classificação:

Quanto à variação dos níveis de ruídos, o impacto caracteriza-se como negativo, direto, local, curto prazo, temporário, reversível e de grande magnitude, média importância e muito significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Escolher equipamentos com tecnologia mais silenciosa para realização de uma determinada tarefa.
- Restringir o horário das atividades. Durante o período noturno, das 22h às 7h do dia seguinte, deverão ser proibidas as atividades muito ruidosas.

6.18 Geração de Resíduos Sólidos

De acordo com a resolução CONAMA nº 307 de 2002 (alterada pela CONAMA nº 348/2004 e CONAMA nº 431/2011), são considerados resíduos da construção civil aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: blocos cerâmicos, concreto em geral, metais, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação

elétrica, entre outros, chamados normalmente de entulhos de obras e material de bota-fora. Dado que se trata de uma obra de grande porte, várias serão as tipologias de resíduos gerados no decorrer da execução das obras e o volume de resíduos removidos. Assim, é importante que a remoção do grande volume de solo e rocha seja transportado e depositado em local devidamente credenciado e licenciado. Quanto aos demais resíduos típicos de construção civil, é previsto que uma empresa especializada, em disposição de resíduos sólidos, seja encarregada de sua coleta e destinação final, em conformidade com o estabelecido no art. 10, da Resolução CONAMA nº 307 de 2002.

Fase: Implantação

Classificação:

Impacto gerado de natureza negativa, local, de incidência direta, de curto prazo, temporário, reversível, porém com importância e magnitude pequena, sendo pouco significativo.

Medidas Mitigadoras Propostas:

- Buscar ao máximo a reutilização do material gerado, incorporando-o sempre que possível na obra.
- Efetuar a disposição dos resíduos em conformidade com o estabelecido na Resolução CONAMA nº. 307 de 2002 (alterada pela CONAMA nº 348/2004 e CONAMA nº 431/2011);
- Implementar Sistema de Gerenciamento de Resíduos.

MATRIZ DE IMPACTO

7. PROGRAMAS DE MONITORAMENTO

7.1. Programa Ambiental de Construção

O Programa Ambiental de Construção – PAC das obras de implantação da OUC apresenta as técnicas e critérios básicos a serem empregados durante a etapa de implantação da OUC. O objetivo é a prevenção e o controle dos impactos ambientais adversos, pois todas as ações de implantação da OUC combinam-se numa rede de serviços e equipamentos que podem provocar alterações permanentes e temporárias na área em questão.

Para implementação da OUC, é necessário levar em consideração os aspectos ambientais já apresentados no Capítulo 5 - Diagnóstico da Área de Vizinhança, entender a dinâmica associada às áreas da OUC, às causas e aos danos ambientais passíveis de ocorrência, bem como às medidas a serem consideradas para seu controle/mitigação/minimização.

O Sistema de Gerenciamento de Resíduos corresponde a um conjunto de diretrizes e recomendações que visam reduzir a geração de resíduos e definir o manejo e a disposição daqueles resíduos e materiais perigosos ou tóxicos, de forma a minimizar os seus impactos ambientais. Esses procedimentos devem ser desenvolvidos por uma empresa especializada, que deverá estar incorporada às atividades desenvolvidas diariamente e desde o início das obras da OUC.

O gerenciamento deve ser norteado pelas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e pelas normas da ABNT, responsáveis por regulamentar a gestão, o transporte e o descarte de resíduos sólidos, em geral, e de construção civil, considerando a fonte geradora e classe do resíduo. Os procedimentos de gerenciamento de todos os tipos de resíduos, gerados na obra, deverão abranger a execução de algumas ações como: previsão dos principais resíduos a serem gerados, com estimativas; levantamento, prévio às obras, dos aterros e locais adequados para a disposição dos resíduos previstos; e a fiscalização contínua sobre as atividades geradoras de resíduos durante a construção.

7.2. Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar

As atividades desenvolvidas durante a etapa de implantação da OUC causarão alteração na qualidade do ar. Na etapa de implantação, por exemplo, a limpeza de material da demolição na área e retirada do asfalto e a escavação, são ações que acarretarão potenciais impactos na qualidade do ar. Essa alteração negativa na qualidade do ar pode interferir negativamente na saúde e bem-estar da população residente e transeunte da área em questão. Assim, o objetivo do programa é avaliar a qualidade do ar, acompanhar as tendências e mudanças dessa qualidade, assim como fornecer dados para ativar ações que minimizem os efeitos do impacto, durante a execução das obras.

A implementação do Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar deve ser executada durante a etapa de implantação da OUC, por uma empresa especializada e adequando-se às normas e à legislação, tais como a Resolução CONAMA Nº 05 de 1989, que institui o Programa Nacional de Qualidade do Ar – PRONAR e a Resolução CONAMA Nº 226 de 1997. Tais normas devem ser seguidas para controle de atividades potencialmente poluidoras do ar, destacando-se a movimentação dos veículos, escavação, demolição dos edifícios e remoção de material. Para controle é necessária a manutenção e regulagem periódica dos veículos, quando necessário e cabível realizar aspersão de água para umidificar os terrenos e vias de serviços e implantação/manutenção de filtros nos equipamentos que necessitem sua utilização.

Pelas características específicas das obras do Projeto, é necessária a instalação de uma rede de monitoramento, com a inserção de estação meteorológica, com sensores de direção e velocidade de vento, temperatura do ar e umidade relativa do ar, e o monitoramento de ar a partir de aparelhos que analisem as Partículas Totais em Suspensão – PTS e de Partículas Inaláveis PM10, em áreas estratégicas mapeadas a partir das obras com maior potencial poluidor do ar.

7.3. Programa de Monitoramento de Ruídos e Vibrações

A OUC contempla inúmeros tipos de obras que causarão alterações nos níveis de ruído, o que torna necessário o seu monitoramento. Elevados níveis de pressão sonora serão causados, principalmente em decorrência das atividades de remoção do asfalto, movimentação de maquinário e escavação. Os ruídos e as vibrações causados por essas atividades podem causar sensação de desconforto e mal estar ao homem, afetando a saúde e produtividade. Desta forma, o objetivo é promover o monitoramento e análise do nível de ruídos e vibrações, verificando-se sua conformidade com os padrões da Resolução CONAMA 001/90. Esta estabelece critérios e padrões para emissão de ruídos por atividades industriais e considera como aceitáveis os níveis de ruído previstos pelas normas ABNT NBR 10.151/87 - Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade e NBR 10152 - Níveis de ruído para conforto acústico. Objetiva-se, também, a identificação da fonte e a apresentação de alternativas de controle para parâmetros que estiverem fora das normas.

Com intuito de implementar o programa, será necessária a coleta de dados sonoros, de forma periódica, por uma empresa especializada, levando-se em consideração um cronograma de horários e locais. Para a construção dessa malha de pontos de coletas, devem ser consideradas áreas de maior movimento e eventos mais impactantes, que tenham equipamentos que emitam maiores níveis de ruídos e vibrações, como: bate-estacas, caminhões, compactador de solo e escavadeira, e onde há maior concentração de residências e transeuntes.

Para a determinação dos níveis de ruído, durante as obras e na fase de operação da OUC, deverá ser realizada uma análise em consonância com a norma NBR 10.151, a partir da utilização de medidor de nível sonoro, usualmente denominado de *decibelímetro*, com capacidade para integrar as medidas e calcular automaticamente o nível sonoro equivalente. Esse aparelho é designado para medições acústicas em geral, monitoramento de ruído ambiental e de segurança e saúde ocupacionais e deve possuir certificado da calibração em laboratório credenciado pelo INMETRO. O sonômetro integrador a ser usado deve ser capaz de determinar os níveis estatísticos L₁, L₁₀, L₅₀, L₉₀, L₉₉. Já as medições de vibrações poderão ser realizadas com um medidor dotado de capacidade de análise por faixas de 1/3 de oitavas, sendo possível a utilização de acelerômetros, desde que se convertam os valores encontrados em velocidades, em função dos critérios vibratórios adotados.

7.4. Programa de Monitoramento de Vetores e Epidemiológico

O Programa será desenvolvido por meio de medidas preventivas e de fiscalização periódica dos canteiros de obra, a fim de se detectar e evitar possíveis focos de proliferação de vetores. O programa conta ainda com um acompanhamento epidemiológico da população da área de vizinhança e dos trabalhadores, devendo ser mantido enquanto durarem as obras da OUC. Primeiramente, deverão ser identificadas as doenças que podem ser geradas ou agravadas em função das obras.

7.5. Programa de Monitoramento das Interferências no Tráfego

O programa está pautado na promoção do monitoramento e na avaliação das ações de intervenção sobre o tráfego, as quais permitirão a implementação das obras em áreas de densa circulação. O objetivo é monitorar a execução das diversas ações e avaliar a eficiência das mesmas, no que se refere à fluidez do trânsito e aos transtornos gerados aos moradores, trabalhadores e usuários. Os meios de comunicação serão fundamentais para instruir e informar a população afetada sobre as novas medidas para o trânsito, assim como, os locais de intervenções. Também se pode utilizar de avisos locais nas vias de circulação, por agentes de tráfego e meios de informação de massa.

7.6. Programa de Monitoramento de Percepção dos Impactos na População

Faz-se necessária a criação de um canal permanente e acessível de diálogo entre os grupos impactados e o empreendedor para maior eficácia na execução do programa. A partir deste mecanismo, monitorar-se-ão os efeitos da implantação da OUC sobre a população, as principais reclamações e problemas provenientes das obras. A partir do monitoramento sobre a percepção dos impactos, medidas deverão ser pensadas e tomadas, no sentido de mitigar ou solucionar os efeitos sobre os grupos afetados.

7.7. Programa de Acompanhamento da Transferência das Moradias e Boxes dos Pescadores

Em projetos de requalificação de áreas urbanas os maiores e mais problemáticos impactos estão ligados às desapropriações de propriedades e ao deslocamento de pessoas. A prática do deslocamento compulsório se faz recorrente nas grandes obras urbanas, em especial em grandes cidades brasileiras. Os grupos afetados por esses impactos são sempre os mais vulneráveis e que vivem nas piores condições sociais e ambientais. Deste modo, é necessário que eles tenham a maior atenção sendo sempre tratados com extremo cuidado e dignidade.

Deve-se salientar que o deslocamento, seja ele qual for, não é apenas uma mera ação de mudar indivíduos de lugar. Esses indivíduos tendem a sofrer além da perda material referente à propriedade, também prejuízos simbólicos, sociais, culturais e econômicos. Sendo assim, os moradores e proprietários deslocados deverão ser justamente compensados e realocados em local digno e acessível, de acordo com as negociações promovidas previamente entre os afetados e o poder público responsável pela obra.

No caso específico da OUC, serão impactados pelas obras previstas dois grupos sociais. O primeiro grupo refere-se à comunidade da Rua da Lama, composta em sua grande maioria por pescadores tradicionais e suas famílias. Para esse grupo prevê-se a transferência das atuais moradias para uma vila que será construída muito próxima à localização atual da comunidade. A transferência para um local muito próximo das famílias afetadas diminuirá em muito os impactos socioculturais tendo em vista que as relações sociais tenderão a se manter. A proposta é que as famílias afetadas somente se desloquem para as novas moradias depois da vila estar completamente finalizada. Eventuais atividades que não sejam aquelas ligadas à pesca deverão ser identificadas para possibilitar o encaminhamento de soluções visando à manutenção da renda familiar advinda dessa atividade.

O segundo grupo impactado diz respeito aos pescadores que guardam suas embarcações em boxes (conjunto formado de uma rampa para elevação da embarcação fora d'água e de abrigo para equipamentos de pesca e materiais diversos) localizados na área lateral do entroncamento de pedras ao lado do Terminal Rodoviário. Esses boxes, em sua grande maioria, são utilizados somente para os fins a que se destinam, contudo foram identificados alguns moradores no local que utilizam os abrigos como moradias precárias.

Os impactos sobre essa população formada por esses dois grupos ocorrerão no período de construção do empreendimento, quando serão alteradas as áreas de morada desses indivíduos para serem futuramente ocupadas pela infraestrutura do empreendimento. Os deslocamentos podem provocar a perda de emprego, renda e das bases de sustentação social e econômica, pois alguns estabelecimentos podem ser comerciais e de serviço ou mesmo muitas vezes os locais de residência também são empreendimentos familiares. Também alguns efeitos psicológicos são sentidos pela perda dos laços sociais de amizade e culturais com o espaço onde se vivia. Deste modo, os indivíduos deslocados devem passar a ser monitorados periodicamente, no sentido de evitar que percam suas condições de vida pretéritas.

O programa se pautará na elaboração prévia de cadastro identificando o universo dos indivíduos afetados, destacando as condições socioeconômicas e socioespaciais pretéritas ao empreendimento. Sempre que for necessário deve ser elaborado um Laudo de Avaliação Imobiliária. Assim que produzido o diagnóstico da situação preterida ao empreendimento, deve-se avaliar periodicamente as condições de vida da população afetada em seu caráter social, econômico e psicológico, sempre em comparação ao estudo da situação prévia ao empreendimento. A avaliação permanecerá por mais um ano após o término das obras, no intuito, de identificar a plenitude dos impactos decorrentes da obra no momento anterior e posterior ao empreendimento. Sempre que houver algum tipo de alteração brusca negativa no padrão e na condição de vida de alguma família por causa do deslocamento, novas formas de mitigação e compensação terão que ser negociadas.

8. PROGNÓSTICO AMBIENTAL

8.1. Prognóstico sem a OUC

Sem o empreendimento da OUC, Niterói continuará vivendo o processo de transformação, em curso na última década. A cidade apresenta uma das melhores qualidades de vida do Brasil, e vem melhorando esta condição por conta de diversos fatores contemporâneos favoráveis no país como um todo e no estado do Rio de Janeiro, especificamente. A tendência é que a melhoria da qualidade de vida na cidade continue em ascensão nas próximas décadas, acompanhando as outras escalas. Sob perspectiva ambiental, a cidade está inserida no Programa Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM) e no Plano e Gestão Integrada da orla de Niterói (Projeto Orla), que apesar de ainda não terem iniciado a fase de implementação, visam melhorar as condições ambientais e de moradia da orla da cidade. Esses projetos incluem também importantes intervenções urbanas que podem melhorar a qualidade de vida dos moradores e trabalhadores da cidade, aprimorando os serviços ambientais e a qualidade das habitações.

Ao que tudo indica, a tendência é que a cidade perpetue uma distribuição socioespacial no tecido urbano muito similar à de duas décadas anteriores. A região do centro continuará ocupada por uma população pobre e de classe média baixa enquanto as áreas litorâneas e das Praias Oceânicas estarão destinadas à população com maior poder aquisitivo. A representativa valorização identificada no setor imobiliário hoje tende a mudar o perfil populacional da área de vizinhança, tornando o custo de aluguel e de consumo inviáveis, no longo prazo, para a classe baixa e média baixa. Esses indivíduos tenderiam a migrar para outras áreas menos valorizadas da cidade ou da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A valorização imobiliária de Niterói está intimamente relacionada à saturação especulativa dos imóveis da cidade do Rio de Janeiro, que acabam produzindo efeitos para as cidades vizinhas. Soma-se a isso a atração de novo fluxo de mão de obra para região Metropolitana em virtude da oferta de empregos nos empreendimentos associados aos grandes eventos e ao setor industrial. Por meio da valorização do solo urbano novos empreendimentos imobiliários tenderão a aparecer nas áreas recém-valorizadas, alterando

o uso do solo e as condições socioeconômicas atuais num longo espaço de tempo. Por apresentar uma tendência de crescimento demográfico paulatino no tempo, os efeitos sobre o aumento por demanda por comércio, serviços públicos e privados, e infraestrutura urbana serão sentidos aos poucos. Tais questões podem ser, contudo, contornadas por agentes públicos e privados.

8.2. Prognóstico com a OUC

A implantação da OUC será um dos maiores empreendimentos da região Metropolitana, unindo-se aos grandes projetos, eventos e empreendimentos existentes hoje no estado do Rio de Janeiro. A OUC tem como meta modernizar uma região que tem grande potencial turístico, residencial e comercial, visando criar uma cidade mais moderna, bonita e dinâmica. Este projeto criará sinergia com projetos já existentes, como a construção do pólo Petroquímico em Itaboraí – COMPERJ e as transformações urbanas em andamento na cidade do Rio de Janeiro, as quais visam revitalizar áreas desvalorizadas, valorizar novas regiões e atender as necessidades de eventos como a Copa do Mundo de Futebol 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Além dos projetos e eventos acima citados, a reativação da economia naval, a expansão da economia do petróleo no estado do Rio de Janeiro e a melhoria das condições de emprego e renda em todo o país representam um momento propício para potencializar os impactos positivos de um projeto que visa mudar a realidade de uma das melhores cidades em qualidade de vida do Brasil.

Neste momento de grande dinamização da economia fluminense, a OUC proposta vai aumentar ainda mais o dinamismo da cidade, fomentará mais empregos diretos e indiretos, assim como, mobilizará a grande variedade de setores da economia ligados à construção civil. O aumento do consumo de matéria-prima e a elevação da renda proveniente do dinamismo econômico gerado resultarão em maiores impostos aos cofres públicos, que poderão ser revertidos em políticas públicas. A economia de aglomeração e os benefícios da requalificação após o fim das obras também produzirão efeitos extremamente benéficos, com a abertura de novos estabelecimentos do setor terciário e novas residências. A geração de emprego, renda e impostos proveniente deste novo ambiente também será bastante representativa.

A OUC do centro de Niterói potencializará a qualidade de vida dos que vivem e frequentam a área central da cidade, pois serão oferecidas melhores condições de bem estar num espaço urbano totalmente reformulado para atender as necessidades dos que circulam e vivem na referida área. Haverá melhorias no conforto e no ambiente urbano com a ampliação de áreas verdes, a melhoria dos parques da região, a reformulação do sistema de transporte, o estímulo à locomoção por bicicletas e a renovação cênica da cidade. Será criada uma nova simbiose com o mar e os pontos históricos e turísticos existentes na cidade. A OUC melhorará consideravelmente a já elevada qualidade de vida do niteroiense.

9. CONCLUSÕES

A Operação Urbana Consorciada (OUC) da Área Central de Niterói potencializará a qualidade de vida, pois serão oferecidas melhores condições de bem-estar num espaço urbano totalmente reformulado para atender as necessidades dos que circulam e vivem na referida região. Haverá melhorias na ambiência urbana com a ampliação de áreas verdes, melhorias dos parques e praças, reformulação do sistema de transporte e infraestrutura, o estímulo à locomoção por bicicletas e a renovação cênica da cidade. Essas intervenções proporcionarão uma nova simbiose da área central com o mar e os pontos históricos e turísticos existentes na cidade de Niterói.

A avaliação de impactos do projeto proposto evidenciou dezoito impactos negativos, sendo seis pouco significativos, seis significativos e sete muito significativos, podendo todos serem minimizados com a implementação de um conjunto de medidas mitigadoras e programas de monitoramento propostos com a finalidade de minimizar os seus efeitos na comunidade urbana. Os principais impactos negativos dizem respeito à etapa de obras com a interrupção das vias de circulação e o incômodo na área de vizinhança.

O estudo apontou ainda nove impactos positivos, sendo cinco de grande importância, três de média importância e um de pequena importância, com a proposta de implementação de medidas potencializadoras de seus efeitos. Os principais impactos ambientais positivos estão relacionados com as melhorias no sistema viário e na infraestrutura urbana na área central de Niterói. Efeitos positivos relacionados à atividade econômica na região é a geração de empregos temporários e permanentes, além de um incremento na arrecadação de impostos na fase de operação.

Cotejando-se os impactos positivos e os negativos, depreende-se claramente pela viabilidade urbanística e ambiental da OUC, desde que tomadas às medidas mitigadoras e empreendidos os programas de monitoramento recomendados.

10. EQUIPE TÉCNICA

Item	Descrição	Valor
1	Material de consumo	100,00
2	Mano de obra	200,00
3	Aluguel de equipamentos	50,00
4	Transporte	30,00
5	Seguro	20,00
6	Impostos	10,00
7	Outros	10,00
8	Total	420,00

LEI Nº 3095 DE 27 DE JUNHO DE 2014.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015 e dá
outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas, os objetivos, as diretrizes e as prioridades da Administração pública municipal para o exercício de 2015, inclusive as orientações para a

elaboração, execução e o acompanhamento do Orçamento do Município de Niterói para o exercício de 2015, nela compreendendo:

- I – as prioridades e as metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as orientações e diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as políticas de aplicação financeira para o desenvolvimento municipal;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
- VIII – as disposições finais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, especificadas de acordo com os objetivos estabelecidos no Plano Plurianual 2014-2017 são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E TRIBUTÁRIA

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e
- IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e subfunção às quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º O orçamento compreenderá as receitas e despesas referentes aos Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, além das dotações pertinentes às Empresas e Sociedades de Economia Mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 5º É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I – às entidades que prestam atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura ou civismo;
- II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 6º É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social e de proteção ao meio ambiente;
- II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais;
- III – destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 7º A execução das ações de que tratam os arts. 5º e 6º fica dispensada de autorização em lei específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo único. A destinação de recursos para entidades privadas, a título de “contribuições”, nos termos do art. 12, §§ 2º e 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, fica condicionada à autorização específica de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 8º É vedada a inclusão, na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 9º As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Lei, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos, observado o disposto na Lei Complementar nº 131/2009 e 101/2000. _

Art. 10. As transferências de recursos às entidades previstas nos art. 5º e 6º desta lei deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

§1º Compete ao Órgão concedente, o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§2º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberam recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 11. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam à ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 12. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades e empresas públicas, para clubes e associações dos servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto nos casos em que esses recursos venham a ser destinados a creches e instituições para o atendimento pré-escolar, do idoso e dos portadores de deficiência e vítimas de epidemias, projetos ambientais, projetos sociais e programa médico de família.

Art. 13. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, e para abertura de créditos suplementares,

em conformidade com o art. 167, incisos III, V e VI, da Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº. 101/00.

Art. 14. A contratação de operações de crédito será limitada ao atendimento das necessidades relativas:

- I – ao serviço da dívida e do seu refinanciamento;
- II – aos investimentos prioritários e à execução dos serviços essenciais;
- III – ao refinanciamento de dívida de responsabilidade do Tesouro Municipal.

Art. 15. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, §3º, da LC nº 101/2000, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como:

- I – dos programas e das ações previsto no Plano Plurianual;
- II – do m² das construções e do m² das pavimentações;
- III – do custo aluno/ano do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar, do custo aluno/ano do ensino infantil e do custo aluno/ano com merenda escolar;
- IV – do custo da destinação final da tonelada de lixo;
- V – do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (ANEXO I)

Art. 16. Além da observância das prioridades e metas elencadas no Anexo desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observados o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº. 101/00, somente incluirão projetos novos, após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público. (ANEXO II)

Art. 17. Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que esteja definida a fonte de recurso disponível, assim como em desacordo com os ditames desta Lei.

Art. 18. A Lei Orçamentária discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União e do Estado, destinado à execução descentralizada das ações de saúde, conforme estabelecido no art. 215, da Lei Orgânica do Município.

Art. 19. As despesas com custeio administrativo e operacional da administração Municipal, exceto na área de educação infantil e fundamental, só poderão ter suas dotações reajustadas respeitando o percentual de variação das receitas correntes do Município, salvo nos casos de comprovada insuficiência decorrente de incremento físico de serviços essenciais prestados a comunidade ou de novas atribuições recebidas no decorrer do exercício, devido a mudanças na estrutura administrativa.

Art. 20. As receitas próprias das Autarquias, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o art. 4º desta Lei, serão programadas para atender, preferencialmente, respeitadas as peculiaridades de cada um, gastos com despesas obrigatórias.

Art. 21. As propostas orçamentárias do Poder Legislativo deverão ser elaboradas na forma e conteúdo estabelecido na presente Lei.

Art. 22. O projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado a Câmara Municipal, conforme estabelecido no inciso III do *caput*, do art. 165 da Constituição Federal e art. 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, será composto de:

- I – texto de lei;
- II – quadros orçamentários consolidados;
- III – anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei;
- V – discriminação da Legislação básica da receita, referente ao Orçamento;
- § 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, deste artigo, incluindo os complementos do art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:
- I – do resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e rubrica;
- II – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;
- III – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;
- IV – da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo categorias e seu desdobramento em fontes, até os quatro anos anteriores ao exercício a que se refere a proposta orçamentária, com colunas distintas para a receita prevista e a efetivamente arrecadada;
- V – da evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e grupos de despesa;
- VI - das despesas e receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o equilíbrio orçamentário.
- VII – demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal;
- VIII – quadro geral da receita do orçamento, por rubrica e fontes;
- IX – descrição sucinta, para cada unidade orçamentária, de suas principais finalidades com respectiva legislação;

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I – resumo da política econômica e social do governo;
- II – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e despesa;
- III – memória de cálculo da estimativa da receita;
- IV – do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, na forma disposta no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar 101/00.

Art. 23. As propostas orçamentárias do Poder Legislativo, Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Fundos Especiais, deverão ser elaboradas na forma e conteúdo estabelecido nesta Lei, em consonância com as disposições sobre a matéria, contidas na Constituição Federal, Lei Federal 4.320/64, Lei Complementar 101/00 e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 24. O Poder Legislativo terá uma dotação global, na Lei Orçamentária, que não poderá ultrapassar o percentual de 5% (cinco por cento) conforme estabelecido pela Emenda Constitucional Nº 58 de 23/09/2009 relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, relativamente ao realizado no exercício anterior, excluídos os inativos.

CAPÍTULO IV
DAS ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 25. A proposta orçamentária do Município para 2015 será elaborada de acordo com as seguintes orientações gerais:

- I – empreender o novo ciclo na gestão da cidade, com a efetiva integração entre os Poderes e diferentes esferas de Governo, estimulando a participação de toda a sociedade;
- II – atingir o superávit com a reorganização das contas públicas e sem comprometer os investimentos;
- III – reconstruir as funções básicas do Governo, através da viabilização de um expressivo plano de investimentos;
- IV – melhorar as condições de mobilidade, reduzindo os tempos de deslocamentos, representando ganhos de lazer, descanso e convivência familiar;
- V – universalizar o acesso à informática e à internet;
- VI – adotar ações que visem a melhoria dos indicadores de educação;
- VII – investir em projetos que fomentem o aumento da qualidade da atenção básica de saúde;
- VIII – alavancar a vocação natural para o turismo;

- IX – potencializar boas opções de cultura, esporte e lazer;
- X – captar recursos que visem a implantação de projetos de melhoria da gestão;
- XI – elaborar um plano diretor que estabeleça estratégias de desenvolvimento para os segmentos da Tecnologia da Informação e Comunicação;
- XII – implantar o plano estratégico de longo prazo, estabelecendo uma carteira de projetos e um sistema de gestão voltado para resultados;
- XIII – adotar mecanismo de gestão compartilhada, entre os poderes, esferas de governo, interagindo com a sociedade civil para o enfrentamento à violência urbana;
- XIV – mapear, elaborar projetos, e captar recursos para a melhoria da infraestrutura urbana, gestão de riscos e mobilidade;
- XV – implantar, através de parcerias, programas de construção de habitações de interesse social;
- XVI – revitalizar o Centro da cidade, implantando ações que integrem distintas áreas urbanísticas, econômicas e sociais;
- XVII – incentivar à cultura e preservação do meio ambiente, com atenção especial à gestão e destinação final de resíduos sólidos;
- XVIII – ampliar as ações de atenção à população de rua, qualificando as equipes envolvidas;
- XIX – modernizar a gestão pública implantando nova plataforma tecnológica que integre todos os processos orçamentários, financeiros, fiscal, contábil, tributário, de pessoal e de protocolo.
- XX – garantir a transparência, colocando à disposição da sociedade diversos mecanismos de cunho democrático, para incentivar a participação popular e a divulgação das informações gerenciais.

Art. 26. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá colocar à disposição do Poder Legislativo e do Ministério público, os estudos e as estimativas das receitas, conforme o § 3º, art. 12 da Lei Complementar nº. 101/00.

Art. 27. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de Lei Orçamentária, serão elaborados a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

Art. 28. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 29. A origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com o art. 4º, §2º, III, da LC 101/00, se encontra no Anexo de Metas Fiscais, quadro específico na página 113. (ANEXO III)

Art. 30. A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:

- I – realização de receitas não previstas;
- II – disposições legais a nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas;
- III – adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa.

Art. 31. Somente poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do projeto ao Poder Legislativo.

Art. 32. A proposta orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, até, 3% (três por cento) da receita corrente líquida e será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente do refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. O Poder Executivo, quando da elaboração de sua Proposta Orçamentária para pessoal e encargos sociais, deverá observar o artigo 71 da Lei Complementar nº. 101/00, devendo considerar os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, sem prejuízo do disposto no artigo 27 desta Lei, devendo o executivo proceder ao disposto no artigo 169, parágrafo 3º, incisos I e II, da Constituição Federal, no caso de extrapolação dos limites.

Art. 35. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, no exercício financeiro de 2015, observarão os limites previstos no artigo 29A da Constituição Federal e artigo 20, inciso III, da Lei Complementar nº. 101/00.

Art. 36. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, fica autorizado às concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal, por concurso público ou a qualquer título, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº. 101/00.

CAPÍTULO VII

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 37. A aplicação de recursos oficiais para o desenvolvimento do Município dará prioridade às ações e diretrizes que:

- I – permitam o acesso da população de baixa renda ao conjunto de bens e serviços socialmente prioritários que lhe possibilite a obtenção de um novo padrão de bem estar social;
- II – atendam às micro, pequenas e médias empresas, bem como aos pequenos e médios produtores e suas cooperativas;
- III - atendam a projetos sociais, de infraestrutura econômica e de habitação popular e urbanização de favelas;
- IV – objetivem o desenvolvimento econômico-social do Município e impliquem na distribuição de renda e geração de empregos;
- V – atendam a projetos destinados à defesa, preservação e recuperação do meio ambiente.

CAPÍTULO VIII

DIRETRIZES DE GESTÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 38. As diretrizes de gestão tributária e financeira do Município devem visar a:

- I – aumentar a produtividade na arrecadação dos tributos próprios;
- II – propiciar nível adequado de facilitação aos contribuintes nas relações com a Fazenda Municipal;
- III – aperfeiçoar e integrar os sistemas informatizados de controle de arrecadação, conciliação bancária e de atendimento ao contribuinte;
- IV – reestruturar os procedimentos relativos ao processo administrativo-tributário (litígio tributário);
- V – reestruturar os sistemas de avaliação e controle de despesa e das contas bancárias.

Art. 39. A Lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do artigo 14, da Lei Complementar nº. 101/00.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Parágrafo único. As propostas de atos que resultem em criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, entendida aquela que constitua ou venha a se constituir em obrigação legal do Município, deverão, previamente, ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Fazenda para que se manifeste sobre a sua adequação orçamentária e financeira.

Art. 41. A limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir as metas fiscais previstas será feita de forma proporcional ao montante de recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município.

§ 1º Não serão objetos de limitação de empenho as despesas relativas a obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos encargos da dívida pública.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará, para análise do Poder Legislativo, acompanhado de memória de cálculo dos parâmetros e da justificativa do ato, o montante que lhe caberá na limitação do empenho e da movimentação financeira.

Art. 42. Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para entidade privada de que trata o artigo 17, da Lei nº. 4.320/64 conterà, obrigatoriamente, referência ao Programa de Trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário.

Art. 43. Para efeito desta Lei, entende-se por despesa irrelevante, para fins do parágrafo 3º, do art. 16, da Lei Complementar nº. 101/00, aquela cujos valores não ultrapassem os limites dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei nº. 8666/93.

Art. 44. Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº. 101/00:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso de despesa relativa a prestação de serviços já existente e destinada à manutenção da administração pública, considera-se como compromissada apenas a prestação cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro.

Art. 45. O Poder Executivo deverá elaborar e divulgar, até 30 dias após a publicação do orçamento anual para 2015, o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão ou entidade nos termos do art. 8º, da Lei Complementar nº. 101/00, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 46. O Poder executivo estabelecerá, com base nos limites fixados na Lei de Orçamento Anual quadros de cotas mensais de despesa de modo a manter, durante o exercício, o equilíbrio entre receita arrecadada e a despesa realizada.

Art. 47. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 48. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares, destinados ao órgão do Poder Legislativo, serão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma do disposto no artigo 168, da Constituição Federal.

Art. 49. A responsabilidade pela elaboração dos Orçamentos, de que trata a presente Lei, será da Secretaria Municipal de Fazenda, cabendo o apoio técnico à Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle.

Art. 50. O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal de Niterói, até 30 de setembro de 2014.

Art. 51. O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado à sanção, até o encerramento do período legislativo.

Art. 52. O Poder Executivo divulgará, por Unidade Orçamentária de cada Órgão, Fundo ou Entidade que integram o orçamento de que trata esta Lei, o quadro de detalhamento de despesa, explicitando, para cada categoria de programação, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos.

Parágrafo único. O detalhamento da Lei Orçamentária, bem como os créditos adicionais, relativos ao Poder Legislativo, respeitado o total fixado no Art. 23, será autorizado, no seu âmbito, mediante Resolução do Presidente da Câmara.

Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado:

I – a incluir, excluir, alterar e transferir ações, desde que não resultem no desequilíbrio entre receita e despesa;

II - em caso de alteração na estrutura organizacional, a remanejar os programas e ações aprovados.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITEROI, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

RODRIGO NEVES - PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº. 75/2014

Autor: Mensagem Executiva nº 14/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PROGRAMA: 0900 - OPERAÇÕES ESPECIAIS

OBJETIVO: Englobar as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de Governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

AÇÃO
Contribuir para o FUNSET;
Contribuir para o Estado a Receita de Multas de Trânsito
Efetuar Despesas de Exercícios Anteriores;
Efetuar Encargos com Auxílios;
Efetuar Encargos com Restituições e Indenizações;
Efetuar Encargos com Sentenças Judiciais;
Efetuar Encargos Previdenciários;
Efetuar Obrigações Tributárias e Contributivas;
Efetuar Pagamento de Salário-Família;
Efetuar Despesa com Pessoal em Disponibilidade;
Efetuar Ressarcimento de Pessoal;
Efetuar Serviços da Dívida Externa;
Efetuar Serviços da Dívida Interna.
Efetuar Encargos com Pensionistas PMN
Efetuar Encargos com Inativos do Município
Efetuar Encargos com Pensionistas da NITPREV
Efetuar Encargos com Inativos da NITPREV

Obs.: FUNSET - Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PROGRAMA: 0001 - AÇÃO ADMINISTRATIVA

OBJETIVO: Prover os órgãos do município dos meios administrativos para a gestão e implementação de seus programas finalísticos.

AÇÃO
Implementar Ações de Informática;
Implementar Ações de Publicidade de Niterói;
Apoiar e Participar na Constituição do Comitê de Bacia do Sistema Lagunar Piratininga - Itaipu;
Capacitar e Desenvolver Recursos Humanos;
Construir Sede da Guarda Municipal;
Desenvolver racionalização da logística da prefeitura (frota, telefonia, etc.);
Implantar nos Órgãos e Níveis da Administração Municipal controle de frequência digital ou similar;
Implantar Política de Qualidade no Setor Público
Implementar informativo da PMN (jornal);
Formar Servidor do Legislativo Municipal;
Informatizar Câmara Municipal de Niterói;
Informatizar Rede de Unidades de Saúde;
Manter Serviços Administrativos Gerais;
Manter Serviços de Transporte;
Manter e Conservar Bens Imóveis;
Operacionalizar Assistência Médico-Hospitalar ao Servidor;
Operacionalizar Ativ. Desenvolv. Téc. e Físico das Unidades de Saúde;
Operacionalizar Câmara Municipal de Niterói;
Operacionalizar Companhia de Limpeza de Niterói;
Operacionalizar Comunicação Social;
Operacionalizar Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento;
Operacionalizar a Guarda Municipal;
Operacionalizar a NELTUR;
Operacionalizar a Niterói Prev (NITPREV);
Operacionalizar a NITTRANS;
Operacionalizar e Reestruturar a Previdência (NITPREV)
Operacionalizar um Sistema Integrado de Gestão (E-Cidadess Contemplando os Macroprocessos Orçamentário, Financeiro, Contábil e Tributário)
Operacionalizar o Sistema de Registro Integrado - REGIN
Operacionalizar a Certidão Negativa Conjunta por Meio Eletrônico
Operacionalizar o aprimoramento e controle de abastecimento de combustível dos veículos da Prefeitura mediante implantação de controle de gerenciamento de frotas
Operacionalizar as Coordenadorias

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PROGRAMA: 0001 - AÇÃO ADMINISTRATIVA

OBJETIVO: Prover os órgãos do município dos meios administrativos para a gestão e implementação de seus programas finalísticos.

AÇÃO

Operacionalizar a Ouvidoria;

Operacionalizar a Procuradoria Geral do Município;

Operacionalizar a Rede Comunitária de Educação e Pesquisa de Niterói;

Operacionalizar as Atividades e Eventos - Caminho Niemeyer

Operacionalizar as Fundações;

Operacionalizar as Procuradorias Especializadas;

Operacionalizar as Administrações Regionais;

Operacionalizar as Secretarias;

Operacionalizar as Subsecretarias;

Operacionalizar o Aterro do Morro do Céu;

Operacionalizar o Cerimonial;

Operacionalizar o Gabinete do Vice-Prefeito;

Operacionalizar os Conselhos;

Operacionalizar o Conselho Tutelar;

Operacionalizar os Convênios;

Operacionalizar os Fundos;

Operacionalizar os Serviços Especiais;

Publicar Atos Oficiais;

Publicar Matéria de Interesse Público;

Realizar Concursos Públicos;

Regularizar e Atualizar os Próprios Municipais;

Remunerar Pessoal e Encargos Sociais;

Operacionalizar o Modelo de Gestão do Vale Social

Operacionalizar Encontros Internacionais

Operacionalizar o Plano de Expansão da Atenção Básica em Unidades de Saúde

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo de Prioridades e Metas para 2015

PROGRAMA: 0001 - AÇÃO ADMINISTRATIVA

OBJETIVO: Prover os órgãos do município dos meios administrativos para a gestão e implementação de seus programas finalísticos.

AÇÃO
Retomar as Ações de Modernização da Administração Tributária - PNAFM/SMF ** Revisar a Estrutura organizacional da FMS; Treinar a Mão de Obra Envolvida na Recepção de Turistas; Criar os Fundos Municipais; Desapropriar e Adquirir Imóveis. Mapear Microbacias Operacionalizar a Assessoria de Comunicação Produzir ações voltadas para o desenvolvimento das relações institucionais, como a representação da prefeitura na AEMERJ*, no CONLESTE***, Frente Nacional Prefeitos, etc. Operacionalizar o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) Organizar eventos institucionais Operacionalizar o Escritório de Gestão de Projetos de Niterói - EGP/NIT Operacionalizar os Financiamentos Nacionais e Internacionais Operacionalizar o Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) Operacionalizar as Ações de Modernização da Administração Tributária Operacionalizar o Planejamento Estratégico Operacionalizar a Construção do Centro de Comando e Controle Operacionalização da Modernização das instalações do CAN **** Operacionalizar o Plano de Expansão da Atenção Básica em Unidades de Saúde Apoiar a TV e Rádio Comunitária Mapear Bustos e Monumentos Operacionalizar a Central de Regulação Municipal Promover e Capacitar servidores na temática dos direitos individuais, coletivos e difusos Programar a transparência dos Contratos Reestruturar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários Implementar os Grupos de Convivência Instalar placas informativas dos bens tombados no município Iniciar a construção do novo Getulinho e das seguintes obras: Morro da Cocada, Capim Melado, Vila Ipiranga, Grota, Complexo Esportivo do Barreto, Sede da Guarda Municipal Iniciar a construção e conclusão do Centro de Segurança Pública Iniciar a construção do Canal de Santo Antonio, saúde Carlos Tortelli, educação UMEIS: Teixeira de Freitas, Matapaca e Piratininga; entregar 100 ruas com drenagem e pavimentação no Projeto Bairro Novo na Região Oceânica Supervisionar e Administrar o Programa - BID Supervisionar e Administrar o Programa - Contrapartida Implementar as Obras de Urbanização de Comunidades - BID Implementar as Obras de Urbanização de Comunidades - contrapartida Elaborar e Implementar os Projetos de Transporte e Mobilidade BID Elaborar e Implementar os Projetos de Fortalecimento Institucional - BID Elaborar Implementar os Projetos de Fortalecimento Institucional - Contrapartida Manter e Atualizar o site institucional NELTUR Implementar a Escola Municipal de Administração Pública Qualificar, aprimorar e formar continuamente os Servidores Municipais Formar Servidor Legislativo Municipal em colaboração com a Escola do Legislativo da ALERJ

* PNAFM/SMF - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros. A ação citada é com base na Lei nº 2683, de 29/12/2009.

**Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro

*** Consórcio Intermunicipal da Região Leste

**** Centro Administrativo de Niterói

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

UNID.RESP.: CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI

PROGRAMA: 0002 - CANAL LEGISLATIVO

1,100,000.00

Objetivo: Transmitir as sessões plenárias, audiências públicas, eventos, sessões solenes e reuniões de comissões permanentes, através do sistema de TV fechada (a cabo) e site eletrônico

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Manter o Canal Legislativo	A	Sessões Transmitidas	%	100	1,100,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

UNID.RESP.: CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI

PROGRAMA: 0003 - TRABALHO LEGISLATIVO

1,265,000.00

Objetivo: Divulgar os atos oficiais da Câmara, visando dar aos munícipes informações gerais e transparência dos trabalhos do Legislativo através de site eletrônicos.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Divulgar o Trabalho Legislativo	A	Trabalho Divulgado	%	100	1,265,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

UNID.RESP.: CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI

PROGRAMA: 0078 - TRANSPARÊNCIA DO CANAL LEGISLATIVO

460,000.00

Objetivo: Divulgar, através do site eletrônico, todos os atos de Gestão deste Legislativo visando dar aos munícipes total conhecimento, a cerca da Gestão Administrativa e Orçamentária, incluindo discriminação de todos os gastos de custeio, pessoal, investimento e transmitindo todas as sessões plenárias on-line.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar a Transparência da Gestão Administrativa e Orçamentária.	A	Site implantado com informações divulgadas e sessões plenárias transmitidas.	%	100	460,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

UNID.RESP.: CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI

PROGRAMA: 0081 - ESCOLA DA DEMOCRACIA

115,000.00

Objetivo: Permitir aos alunos das Escolas do Município de Niterói, visitar o Legislativo, seus Departamentos e Gabinetes, visando dar conhecimento das obrigações e deveres dos Edis. Sendo recepcionados por um Vereador designado para conduzi-los ao Plenário da Câmara, onde acontecerá uma simulação da Sessão Plenária realizada pelos alunos. Será distribuído uma cartilha com noções de cidadania.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar a Escola da Democracia	A	Trabalho Divulgado	%	100	115,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0038 - PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA (PDTTI)

1,501,000.00

Objetivo: Implementar tecnologias de informática e telecomunicações.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Utilizar e Manter Software Livre no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia	A	Software Livre utilizado e mantido	UNIDADE	1	6,000.00	12 MESES
Implementar o Plano Diretor de Tecnologia de Telecomunicações e Informática	P	Plano Diretor implementado	%	5	6,000.00	12 MESES
Elaborar/Implementar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (Decreto Municipal nº 11.372/2013)	P	Plano Diretor implementado	%	5	989,000.00	12 MESES
Implantar Canal da Cidadania	A	Canal da Cidadania implantado	UNIDADE	1	500,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 006 - Políticas Públicas de Atenção à Mulher

715,000.00

Objetivo: Formular, coordenar e articular políticas para as mulheres

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Buscar a assistência jurídica gratuita à mulher	A	Mulheres atendidas	UNIDADE	750	75,000.00	12 MESES
Capacitar Mulheres/Cursos Preparatórios	P	Mulheres capacitadas	UNIDADE	300	50,000.00	12 MESES
Criar a Casa de Passagem	P	Casa de Passagem estabelecida	UNIDADE	1	200,000.00	12 MESES
Fortalecer o Centro Especializado de Atendimento da Mulher	P	Mulheres atendidas e referenciadas	UNIDADE	250	25,000.00	12 MESES
Promover as atividades culturais	P	Atividades culturais	UNIDADE	200	70,000.00	12 MESES
Manter o Conselho Municipal de Políticas Para as Mulheres	A	Conselheiras atendidas	UNIDADE	25	10,000.00	12 MESES
Instituir um Banco de Dados e um Site	P	Site criado	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES
Manter um Banco de Dados e um Site	A	Site mantido	UNIDADE	1	5,000.00	12 MESES
Atender às mulheres vítimas de violência	A	Mulheres beneficiadas	UNIDADE	200	80,000.00	12 MESES
Promover as atividades de saúde	P	Atividades de saúde promovidas	UNIDADE	150	30,000.00	12 MESES
Promover as Atividades de Lazer	P	Atividades de lazer promovidas	UNIDADE	100	40,000.00	12 MESES
Promover as atividades de conscientização e prevenção ao combate ao câncer de mama (Outubro Rosa)	P	Atividades de saúde promovidas	UNIDADE	150	30,000.00	12 MESES
Aderir a aplicativo de mapeamento e denúncia de ações de violência contra a mulher	A	Aplicativo aderido	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0082 - Políticas para a concretização dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos

1,210,000.00

Objetivo: Desenvolver Políticas Públicas para a proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Produzir dados acerca da diversidade religiosa da cidade	A	Mapeamento das entidades religiosas realizado	%	25	200,000.00	12 MESES
Promover o resgate da memória da cidade acerca dos direitos da população	A	Centro de Memória criado	%	20	100,000.00	12 MESES
Promover o resgate da memória da cidade acerca da necessária valorização dos povos e culturas tradicionais da cidade e dos direitos da população	A	Centro de Memória e Etno-Conhecimento Sócio Cultural e Ambiental criado	UNIDADE	1	150,000.00	05 MESES
Produzir dados acerca das violações de direitos cometidos na Ditadura Militar brasileira	A	Relatório produzido	%	20	20,000.00	12 MESES
Implementar um Programa de Combate a Homofobia	A	Programa implementado	%	25	200,000.00	12 MESES
Apoiar Manifestações Religiosas	A	Atividades realizadas	UNIDADE	25	150,000.00	12 MESES
Realizar a Semana da Memória, Verdade e Justiça	P	Instituições Beneficiada	UNIDADE	25	30,000.00	1 SEMANA
Realizar Reuniões da Comissão Municipal da Verdade	P	Reuniões realizadas	UNIDADE	25	100,000.00	12 MESES
Realizar a Semana da Diversidade na rede municipal de ensino	P	Escolas beneficiadas	UNIDADE	30	35,000.00	1 SEMANA
Promover a Capacitação de servidores na temática dos direitos individuais, coletivos e difusos	A	Servidores capacitados	UNIDADE	500	70,000.00	12 MESES
Realizar a Semana Municipal do Combate à Intolerância Religiosa	P	Atividades realizadas	UNIDADE	25	50,000.00	12 MESES
Aderir a aplicativo de mapeamento e denúncia de ações de homofobia	A	Aplicativo aderido	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES
Manter um Banco de Dados e um Site	A	Site mantido	UNIDADE	1	5,000.00	12 MESES
Instituir um Banco de Dados e um Site	P	Banco de Dados e Site instituído	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0083 - Políticas de Promoção da Igualdade Racial

480,000.00

Objetivo: Desenvolver programas e políticas de enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Promover a Igualdade Racial	A	Igualdade promovida	%	25	200,000.00	12 MESES
Mapear o Perfil Racial da Cidade de Niterói	P	Mapeamento realizado	%	25	40,000.00	12 MESES
Criar Portal na Web da CEPPIR * e Forum da Igualdade Racial	A	Portal mantido	UNIDADE	2	30,000.00	12 MESES
Realizar a Semana da Consciência negra	P	Semana realizada	UNIDADE	1	40,000.00	1 SEMANA
Capacitar Gestores de promoção da igualdade racial	P	Gestores capacitados	UNIDADE	300	30,000.00	12 MESES
Implementar Divulgação, Banners, folders, cartilhas, som	P	Produtos divulgados	UNIDADE	1,000	40,000.00	12 MESES
Realizar Eventos em datas do Calendário Nacional da Igualdade Racial	P	Eventos realizados	UNIDADE	10	30,000.00	12 MESES
Implementar o SOS Racismo e Cidadania	A	Eventos realizados	UNIDADE	10	40,000.00	12 MESES
Realizar Reuniões de mobilização Comunitárias	P	Reuniões realizadas	UNIDADE	10	30,000.00	12 MESES

* CEPPIR = Coordenação de Políticas e Promoção de Igualdade Racial

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0084 - Políticas Públicas de Juventude

505,000.00

Objetivo: Formular, coordenar e articular políticas para Juventude

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Formular, coordenar e articular políticas para Juventude	P	Organizações e grupos jovens atendidos	UNIDADE	1,000	150,000.00	12 MESES
Criar e Manter um Banco de Dados e um Site (Portal da Juventude)	A	Portal da Juventude	UNIDADE	1	30,000.00	12 MESES
Criar o Plano Municipal de Juventude	A	Plano Municipal de Juventude	UNIDADE	1	20,000.00	12 MESES
Mapear os territórios de identidade da juventude / organizações juvenis	P	Banco de dados das organizações e seus territorios	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES
Realizar Seminários e Audiencias Públicas	A	Formulação de Políticas de Juventudes	UNIDADE	5	45,000.00	12 MESES
Realizar Festival Municipal de Juventude	P	Atividades culturais	UNIDADE	12	180,000.00	12 MESES
Reestruturar e manter o Conselho Municipal de Juventude/ 5º Conferencia Municipal	A	Conselho Municipal de juventude	UNIDADE	1	30,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0123 - Operacionalização de equipamentos públicos para efetivação das políticas de juventude no município

23,745,000.00

Objetivo: Implantar equipamentos públicos municipais de acesso direto às Políticas Públicas para a Juventude

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implantar Centro de Arte e Cultura e lazer da Juventude (CUCA)	p	Centro de Arte, Cultura e Lazer da Juventude (CUCA) implantado	UNIDADE	1	14,000,000.00	12 MESES
Manter o Centro de Arte e Cultura e lazer da Juventude (CUCA)	A	Centro de Arte, Cultura e Lazer da Juventude (CUCA) mantido	UNIDADE	1	2,600,000.00	12 MESES
Implantar o Centro de Referência da Juventude/Estação Juventude	P	Centro de Referência da Juventude/Estação Juventude implantado	UNIDADE	1	6,030,000.00	12 MESES
Manter o Centro de Referência da Juventude/Estação Juventude	A	Centro de Referência da Juventude/Estação Juventude mantido	UNIDADE	2	1,115,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0005 - Segurança Alimentar e Nutricional

1,015,000.00

Objetivo: Desenvolver Políticas Públicas para a proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos Formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no Município

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Instalar Armazens de Alimentos Desidratados	A	Armazens instalados	%	50	10,000.00	12 MESES
Instalar Padaria Escola	A	Padaria instalada	%	50	40,000.00	12 MESES
Instalar Cozinha Comunitária	A	Cozinha instalada	%	50	60,000.00	12 MESES
Modernizar o Banco de Alimentos	P	Banco modernizado	UNIDADE	1	180,000.00	12 MESES
Manter o Banco de Alimentos Herbert de Souza	A	Bancos mantidos	UNIDADE	1	40,000.00	12 MESES
Realizar Oficinas/Cursos para Inclusão Social das Famílias Atendidas	A	Cursos realizados	UNIDADE	5	130,000.00	12 MESES
Confeccionar Cartilhas/Publicações/eventos	A	Produtos confeccionados	UNIDADE	10,000	20,000.00	12 MESES
Realizar a Conferencia Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Niteroi	A	Conferência realizada	UNIDADE	1	40,000.00	3 OU 4 DIAS
Realizar Agricultura Urbana e Horta Comunitaria	P	Programa de incentivo a agricultura urbana e hortas comunitarias	UNIDADE	1	35,000.00	12 MESES
Manter as cozinhas comunitárias	A	Cozinhas mantidas	UNIDADE	1	30,000.00	12 MESES
Implantar o SISAN-NIT	P	Controle Social	UNIDADE	1	40,000.00	12 MESES
Manter o SISAN - NIT	A	Controle Social	UNIDADE	1	20,000.00	12 MESES
Estruturar o CONSEA - NIT	P	Controle Social	UNIDADE	1	20,000.00	12 MESES
Manter o CONSEA - NIT	A	Controle Social	UNIDADE	1	20,000.00	12 MESES
Implantar o PAA Municipal modalidades leite e compra direta	P	Ampliação da modalidade compra direta	UNIDADE	1	150,000.00	12 MESES
Implantar programa de inclusão produtiva (Agricultura Urbana e Periurbana	P	Geração de emprego e renda	UNIDADE	1	180,000.00	12 MESES

SISAN - NIT Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA - NIT Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

Lei Federal 11.346
Decreto Fed 6.272

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0070 Acessibilidade e Cidadania

1,653,800.00

Objetivo: Promover e garantir o exercício total da cidadania, para as pessoas com deficiências.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar ações de acessibilidade e cidadania por meio de políticas públicas que permitam a efetivação dos seus direitos	P	Ações de acessibilidade e cidadania implementadas	%	25	137,800.00	12 MESES
Implementar o Transporte eficiente	A	Pessoas de portadoras de deficiência transportadas	UNIDADE	700	212,000.00	12 MESES
Programar o Praias sem barreiras	P	Programa Implantado	UNIDADE	5	500,000.00	12 MESES
Realizar a Semana da Conscientização, Inclusão e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência ou Mobilidade reduzida	P	Semana realizada	UNIDADE	1	40,000.00	01 SEMANA
Apoiar a APAE NITERÓI	A	Reformas do prédio e implantação de Núcleo Odontológico	UNIDADE	1	60,000.00	12 MESES
Elaborar o Projeto de Criação de Central de Libras	P	Pessoas com Deficiências atendidas	UNIDADE	1,000	100,000.00	12 MESES
Implementar o Transporte Ponto a Ponto	A	Pessoas com deficiências transportadas	UNIDADE	700	392,000.00	12 MESES
Implementar e Estender atendimento do Transporte Eficiente, aos alunos deficientes físicos da Rede Municipal de Ensino	P	Alunos da Rede Municipal de Ensino, Deficientes Físicos e/ou com Dificuldades de Locomoção	UNIDADE	100	212,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0085 - Geração de Emprego e Renda

777,500.00

Objetivo: Desenvolver e consolidar o sistema público de emprego e renda no Município de Niterói

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar Projetos e Programas para Jovens Trabalhadores e para reduzir o desemprego	A	Jovens beneficiados	UNIDADE	4,000	407,500.00	12 MESES
Realizar o Programa de colocação no Mercado de Trabalho para pessoas com deficiência	A	Programa realizado	UNIDADE	1	120,000.00	12 MESES
Implantar o Mercado Popular	P	Mercado Popular	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Implementar as ações de empregabilidade para os beneficiários dos programas sociais	A	Ações de empregabilidade	Percentual	25%	50,000.00	12 MESES
Capacitar Artesãos	P	Artesãos capacitados	%	100%	100,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0007 OUVINDO E INTERAGINDO COM A POPULAÇÃO

183,184.00

Objetivo: Permitir à população um meio de comunicação direta com a administração pública como intermediário, apontando falhas e acertos e, auxiliando na busca de soluções.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar Sistema informatizado de recebimento e acompanhamento das demandas	A	Bens e serviços encaminhados	UNIDADE	7,377	183,184.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0086 - OUVIDORIA ITINERANTE

70,950.00

Objetivo: Proporcionar ao cidadão a oportunidade para manifestar suas opiniões acerca da atuação do Poder Público Municipal, incentivando-o a ter maior participação direta nos destinos da cidade.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Instalar a Ouvidoria Itinerante nos bairros.	P	Bens e serviços	UNIDADE	14,625	70,950.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0087 - OUVIDORIA NAS ESCOLAS

70,950.00

Objetivo: Auxiliar a escola na tarefa de formação e cidadania dos educandos, neste campo de ação específica da ouvidoria, criando um verdadeiro centro de interação entre escola / comunidade / governo.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Instalar a Ouvidoria nas escolas	P	Bens e serviços	UNIDADE	28,000	70,950.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0010 - CIDADE URBANIZADA

123,482,391.00

Objetivo: Proporcionar ao munícipe melhores condições de vida em seus elementos mais significativos: URBANISMO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA SAÚDE, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS NO EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Concluir as Obras Caminho Niemeyer	P	Obras concluídas	%	25	1,200,000.00	12 MESES
Manter as Obras Caminho Niemeyer	A	Obras mantidas	%	24	1,510,160.00	12 MESES
Construir o Espaço Cultural Multiuso, que contenha teatro, cinema e biblioteca	P	Espaço Cultural Multiuso construído	%	25	600,000.00	12 MESES
Construir praças	P	Praça construída	UNIDADE	1	600,000.00	12
Manter praças	A	Praça mantida	%	24	1,616,732.00	12
Drenar e pavimentar ruas e logradouros	A	Logradouros drenados e pavimentados	UNIDADE	60	20,000,000.00	12
Implantar iluminação pública	P	Pontos implantados	%	25	2,000,000.00	12
Manter iluminação pública	A	Pontos mantidos	%	26	2,410,800.00	12
Intervir em área de risco	P	Contenção de encosta realizada	UNIDADE	60	32,325,239.00	12
Revitalizar e ordenar São Domingos, Jardim Palmir Silva, Parque das Águas, Jardim São João, Praça do Rink e Praça da República - RUAS DO CENTRO	P	Revitalização e ordenamento realizado	%	25	2,500,000.00	12
Realizar a Iluminação artística em prédios históricos	P	Iluminação realizada	UNIDADE	1	960,000.00	12
Implementar o Plano Local de Ações Integradas - Comunidade Cidadã / PAC	P	Plano implementado	%	30	18,000,000.00	12
Construir Centro Comunitário	P	Centro construído	%	25	5,000,000.00	12
Projetar e Implantar estradas nas Áreas dos Fortes	P	Projeto realizado e estradas construídas	%	25	1,000,000.00	12
Recuperar as Áreas Públicas de Esporte	P	Áreas recuperadas	%	25	3,800,000.00	12
Concluir a Macrodrenagem nas Regiões Norte, Oceânica, Centro e Sul	P	Macrodrenagem concluída	%	25	15,000,000.00	12
Construir Teleférico	P	Teleférico construída	%	25	525,000.00	12
Reurbanizar a orla da Lagoa de Piratininga	P	Orla reurbanizada	%	25	1,500,000.00	12
Recuperar e Reurbanizar o calçadão da Praia de Piratininga	P	Calçadão recuperado e reurbanizado	%	25	1,000,000.00	12
Reurbanizar o Vida Nova no Morro	P	Morro reurbanizado	%	25	1,500,000.00	12
Recuperar e Restaurar a Ilha de Boa Viagem	P	Ilha recuperada e restaurada	%	25	3,000,000.00	12
Recuperar Prédio Público	P	Prédio recuperado	%	25	2,500,000.00	12
Construir Pórticos de Segurança	P	Portico construído	%	25	1,500,000.00	12
Intituir Projeto piloto em Itacoatiara e Ilha da Conceição	P	Projeto concluído	%	25	1,500,000.00	12
Recuperar e Reurbanizar a Orla da Lagoa de Itaipu	P	Orla recuperada e reurbanizada	%	25	300,000.00	12 MESES
Elaborar estudos para implantação do Centro Social da Engenhoca	P	Elaborado	UNIDADE	1	10,000.00	12 MESES
Recuperar Orlas	P	Orlas recuperadas	%	25	2,500.00	12
Fomentar e Incentivar as comunidades quilombolas	A	Quilombos fomentados e incentivados	UNIDADE	1	350,000.00	12 MESES
Criar Bebedouros Públicos nas Orlas de Niterói	P	Bebedouros Criados	%	25	100,000.00	12 MESES
Operacionalizar Obras e Reformas no Município	P	Obras e Reformas concluídas	%	35	21,960.00	12 MESES
Criar Memorial das vítimas da tragédia das chuvas de abril de 2010	P	Memorial construído e instalado	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES
Construir e manter banheiros públicos	P	Banheiros construídos e mantidos	%	100	500,000.00	12 MESES
Implantar dispositivo CAPS III	P	CAPS III implantado	UNIDADE	1	300,000.00	12 MESES
Colocar grama sintética	P	Grama sintética colocada	UNIDADE	10	300,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0011 - MOBILIDADE URBANA

163,564,994.00

Objetivo: Melhorar a mobilidade nas vias da cidade, e reduzir o tempo das viagens

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Construir pistas seletivas (Via Expressa entre Charitas e a Região Oceânica) -TRANSOCEÂNICA	P	Pista construída	%	25	30,000,000.00	12
Construir Túneis, Mergulhão e Viadutos e Pontes-TRANSOCEÂNICA	P	Túneis, Vias, Mergulhão e Viadutos construídos e Pontes	%	25	40,000,000.00	12
Construir Terminais ao longo da via expressa - TRANSOCEÂNICA	P	Terminais construídos	UNIDADE	2	10,000,000.00	12
Construir via Expressa entre Largo da Batalha e o Barreto - TRANSNITERÓI	P	Pista construída	%	25	63,625,000.00	12
	P	Terminais construídos	UNIDADE	1	10,000,000.00	12
Alargar vias	P	Alargamento concluído	%	25	2,500,000.00	12
Projetar a expansão da LINHA 3 DO METRO	P	Projeto concluído	%	25	1,000,000.00	12
Estudar a viabilidade de sistema de VEICULO LEVE SOBRE TRILHO	P	Estudo concluído	%	25	1,000,000.00	12
Construir passarelas para pedestre em vias arteriais	P	Passarela construída	UNIDADE	1	1,200,000.00	12
Implantar o CCO - Centro de Controle Operacional e o respectivo CTA (Centro de Tráfego por Área)	P	Centro de Controle Operacional Implantado e o respectivo CTA	%	50	833,328.00	12 MESES
Manter e Operar o CCO - Centro de Controle Operacional e o respectivo CTA (Centro de Tráfego por Área)	A	Controle e manutenção do CCO e o respectivo CTA, operando 24 (vinte e quatro) horas	%	20	80,000.00	12 MESES
Projetar correções do sistema viário	P	Correções no sistema viário realizados	UNIDADE	20	160,000.00	12 MESES
Implantar o sistema viário	A	Implantação do sistema viário	%	40	1,500,000.00	12 MESES
Manter o sistema viário	A	Manutenção do sistema viário	%	10	166,666.00	12 MESES
Ampliar e Modernizar sistema semáforico	P	Ampliação e modernização do sistema semáforico	%	20	800,000.00	12 MESES
Manter o sistema semáforico	A	manutenção e operacionalização do sistema viário implantados e mantidos	%	25	500,000.00	12 MESES
Construir Passarela para Pedestres em área de grande circulação de veículos, via de acesso à Região Oceânica	P	Passarela construída	UNIDADE	1	200,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0088 - NITERÓI DESTINO TURÍSTICO CONSOLIDADO - MOBILIZAÇÃO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

1,245,000.00

Objetivo:Elaborar de forma participativa o Plano Municipal de Turismo associado aos investimentos que possam estimular uma indústria limpa, permanente e geradora de trabalho e renda, valorizando as belezas naturais, patrimônio histórico, os artistas e desportistas da cidade. Estabelecer políticas públicas para constituir colegiado e fundo municipal para, em conjunto, fortalecer a representatividade da atividade turística atendendo as metas e diretrizes do Plano Nacional de Turismo/MTUR obtendo, assim, apoio em recursos financeiros e convênio com órgãos federal e estadual, exigidos pelos programas de governo.

Realizar pesquisas periódicas, a fim de criar uma base de dados e informações que auxiliarão em todo o planejamento turístico de Niterói e na mensuração do resultado atingido pelas ações dos projetos realizados. Estreitar o relacionamento com a Cidade do Rio de Janeiro, município que compõe a região turística na qual está inserido, ampliando a possibilidade de promoção do destino com otimização de recursos financeiros e participação efetiva das partes envolvidas na criação de roteiros.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar e atualizar o Inventário Turístico	A	Inventário Turístico	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Realizar pesquisa de Demanda Turística	A	Relatório Demanda Turística	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Efetivar e Estruturar o Conselho Municipal de Turismo	P	Conselho Municipal de Turismo	UNIDADE	1	30,000.00	12 MESES
Criar o Centro de Estudos e Pesquisas de Turismo	P	Centro de Estudos e Pesquisas - CEPET	UNIDADE	1	30,000.00	12 MESES
Manter o Centro de Estudos e Pesquisas de Turismo	A	Centro de Estudos e Pesquisas em atividade	UNIDADE	1	25,000.00	12 MESES
Estruturar e Elaborar roteiros temáticos integrados ao Rio de Janeiro	P	Roteiros temáticos integrados	UNIDADE	7	100,000.00	12 MESES
Qualificar e Capacitar o Turismo	A	Serviço de qualidade	UNIDADE	1	30,000.00	12 MESES
Envolver e Conscientizar a população para o turismo com oficinas itinerantes e visitas aos atrativos	A	População participativa na atividade turística	UNIDADE	1	30,000.00	12 MESES
Elaborar projeto de instalação de marinas públicas	P	Marinas Públicas	UNIDADE	3	300,000.00	12 MESES
Elaborar projeto para facilitar o acesso de visitantes ao Parque da Cidade	P	Atrativo mais acessível	UNIDADE	1	300,000.00	12 MESES
Elaborar Plano Municipal de Incentivo ao Artesanato e artista plástico	P	Plano Municipal de Incentivo ao Artesanato e artista plástico	UNIDADE	2	50,000.00	12 MESES
Elaborar o Plano Municipal de Turismo	P	Plano Municipal de Turismo	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES
Manter o Conselho Municipal de Turismo	A	Conselho Municipal de Turismo	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES
Liberar contra-partida para execução de convênios (governo federal e estadual) voltados para gestão do turismo	P	Convênios executados	Unidade	2	R\$ 50,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0089 - NITERÓI DESTINO TURÍSTICO CONSOLIDADO - MARKETING E PROMOÇÃO DO DESTINO

715,000.00

Objetivo: Planejar Marketing, visando aumentar a visibilidade do Município no mercado nacional e internacional, a fim de obter e manter clientes, identificando necessidades e desejos do público-alvo e definindo sobre produtos, serviços e programas adequados para servir e atender tanto aos visitantes procurando manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda turística consolidando, o destino turístico NITERÓI, além de envolver os moradores através de um Programa de Endomarketing.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar o Festival do Turismo de Niterói	A	Festival do turismo	UNIDADE	1	85,000.00	12 MESES
Participar em Feiras e Eventos	A	Promoção turística de Niterói	UNIDADE	12	80,000.00	12 MESES
Produzir material para promoção e divulgação, impresso e digital	A	Material produzido	UNIDADE	1,000,000	300,000.00	12 MESES
Implementar Centros de Atendimento aos Turistas	P	Centros de Atendimento aos Turistas	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Produzir souvenir da Cidade	A	Souvenir próprio	UNIDADE	10	50,000.00	12 MESES
Liberar Contra-Partida para execução de convênios (governo federal e estadual) voltados para marketing e promoção do destino.	P	Convênio Executado	Unidade	3	R\$ 100,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0090 - NITERÓI DESTINO TURÍSTICO CONSOLIDADO -
INFRAESTRUTURA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS**

4,537,000.00

Objetivo: Aprimorar, através de programas de qualificação/capacitação e formalização de parcerias visando à melhoria contínua na qualidade no atendimento, assim como a produção de placas de informações turísticas com a finalidade de orientar, da melhor forma, os visitantes nacionais e internacionais. Estruturar e ordenar o acesso e entorno dos atrativos turísticos assim como os equipamentos para atender ao visitante de forma segura e acessível. Estimular a criação de novos empreendimentos que proporcionem o aumento do número de visitantes e a permanência para geração de mais negócios e empregos fortalecendo a cadeia produtiva da atividade turística.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Reestruturar e Inovar a Linha Niterói Turismo	P	Nova Linha de Turismo	UNIDADE	1	2,000,000.00	12 MESES
Manter a Linha Niterói Turismo	A	Linha de Turismo funcionando com qualidade	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Implantar Centros de Atendimento aos Turistas: MAC e Região Oceânica	P	Centros de Atendimento ao Turista ampliados	UNIDADE	2	100,000.00	12 MESES
Inovar e Revitalizar os Centros de Atendimento aos Turistas: BARCAS, Parque da Cidade , São Francisco e Caminho Niemeyer.	P	Centros de Atendimento ao Turista revitalizados	UNIDADE	4	200,000.00	12 MESES
Implantar e Inovar novos Centros de Atendimento aos Turistas.	P	Novos Centros de Atendimento aos Turistas implantados.	UNIDADE	3	300,000.00	12 MESES
Manter Centros de Atendimento aos Turistas.	A	Centros de Atendimento aos Turistas em perfeita condição para o atendimento de qualidade	UNIDADE	3	500,000.00	12 MESES
Manter o programa de estágios para serviços de informações turísticas, pesquisa e assessoria.	A	Atendimento ao turista	UNIDADE	1	180,000.00	12 MESES
Estruturar e Sinalizar os atrativos turísticos e seu entorno	P	Atrativos e acesso bem sinalizados	UNIDADE	10	357,000.00	12 MESES
Liberar a Contra-Partida para execução de convênios (governo federal e estadual) voltados para infraestrutura e serviços e equipamentos turísticos.	P	Convênio Executado	Unidade	5	800,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0091 - NITERÓI DESTINO TURÍSTICO CONSOLIDADO - OLIMPIADAS E PARALIMPIADAS 2016

900,000.00

Objetivo: Promover Niterói antes e durante os megaeventos com a finalidade de orientar, da melhor forma, os visitantes nacionais e internacionais e, consequentemente, aumentar o número de visitantes e a permanência dos mesmos para geração de mais negócios e empregos fortalecendo a cadeia produtiva da atividade turística.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Elaborar campanha direcionada à atrair visitantes do Rio de Janeiro das olimpíadas e paralimpíadas	P	Atrair o maior número de visitantes da Cidade-Sede	UNIDADE	5	200,000	12 MESES
Produzir material específico para divulgação de Niterói com foco nas olimpíadas e paralimpíadas	P	Material específico produzido	UNIDADE	5	400,000	12 MESES
Liberar a Contra-Partida para execução de convênios (governo federal e estadual) voltados para as olimpíadas e paralimpíadas.	P	Convênios executado	Unidade	3	300,000	12 meses

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0017 FESTAS FOLCLÓRICAS, RELIGIOSAS, COMEMORATIVAS DA CIDADE

2,000,000.00

Objetivo: Preservar e incentivar as manifestações folclóricas, cívicas e religiosas

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar Festividades e Eventos do Município	A	Festividades e eventos realizados	UNIDADE	1	2,000,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0093 - Formação de lideranças

150,000.00

Objetivo: Formar novas lideranças comunitárias

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar Curso de capacitação	A	Curso de capacitação realizado	UNIDADE	5	150,000.00	12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0094 -Orçamento Participativo

70,000.00

Objetivo: Discutir com a População o Orçamento Público

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Organizar Eventos	A	Eventos organizados	UNIDADE	1	40,000.00	3 MESES
Realizar Plenárias para eleger delegados, Conselheiro e levantamento de demandas	A	Plenárias realizadas	UNIDADE	15	30,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0095 - Controle Social da Gestão Publica

120,000.00

Objetivo: Reativar Conselhos e realizar conferências

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Capacitar Conselheiros	A	Conselheiros capacitados	UNIDADE	2	30,000.00	12 MESES
Realizar Conferências	A	Conferências realizadas	UNIDADE	2	90,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0096 - Participação Social

120,000.00

Objetivo: Consolidar-se como canal de interlocução do governo com movimentos sociais

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Assegurar o acesso aos diversos setores, de forma a permitir a agilização do atendimento das solicitações formuladas pela comunidade, de um modo geral, estreitando o relacionamento do poder público com os diversos setores da sociedade.	A	Ações de participação social implementadas	UNIDADE	20	120,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0097- Transversalidade

220,000.00

Objetivo: Interagir com outras secretarias

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Articular e Implementar projetos de cunho social com as secretarias finalísticas	A	projetos implantados	%	25	220,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 023 DEMOCRATIZANDO ATIVIDADES DESPORTIVAS

5,932,000.00

Objetivo: VIABILIZAR ATIVIDADES DESPORTIVAS AOS PARTICIPANTES, EM MOBILIDADES DIFERENCIADAS NOS DIVERSOS POLOS DISTRIBUÍDOS PELAS CIDADES.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS NO EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implantar Núcleos de Iniciação Desportiva	Implantar Núcleos de Iniciação Desportiva	PESSOAS BENEFICIADAS	UNIDADE	2,200	400,000.00	12 MESES
Implantar projeto Saúde na Praça	A	Pessoas beneficiadas	UNIDADE	990	350,000.00	12 MESES
Implementar Eventos de Lazer	P	Pessoas beneficiadas	UNIDADE	1320	132,000.00	12 MESES
Implementar Eventos Esportivos	P	Pessoas participantes	UNIDADE	1,200	850,000.00	12 MESES
Implementar o JEN - Jogos Escolares de Niterói	A	Alunos participantes	UNIDADE	3850	140,000.00	12 MESES
Implementar programas para o PCD - Pessoas com Deficiência	A	Pessoas participantes	UNIDADE	176	150,000.00	12 MESES
Projetar esportes na orla e parques	P	Pessoas participantes	UNIDADE	1,100	120,000.00	12 MESES
Implementar o Projeto Iniciação a Esportes Individuais/Coletivos	P	Pessoas participantes	UNIDADE	264	120,000.00	12 MESES
Construir equipamentos esportivos e de lazer	P	Equipamentos construídos	UNIDADE	990	350,000.00	12 MESES
Implementar o Programa de Apoio ao Desporto Paralímpico	P	Pessoas beneficiadas	UNIDADE	200	200,000.00	12 MESES
Reformar e manter equipamentos esportivos e de lazer	P	Equipamentos reformados e mantidos	UNIDADE	990	250,000.00	12 MESES
Implementar Projetos Especiais Futebol, Vela, Handball, Atletismo, Voleibol, Basquetebol, Ginástica 3ª Idade, Remo e Polo Aquático	P	Pessoas participantes	UNIDADE	6,500	1,250,000	12 MESES
Construir equipamentos esportivos e de lazer	A	Construção e implantação de equipamentos esportivos no Engenho do Mato	%	100	20,000.00	12 MESES
Realizar Obras de Manutenção de praças e equipamentos Urbanos-CANTAGALO	A	Construção de área de lazer no Cantagalo	%	100	200,000.00	12 MESES
Realizar Obras de Manutenção de praças e equipamentos Urbanos-BADU	A	Construção de área de lazer no Badu	%	100	200,000.00	12 MESES
Reformar e manter equipamentos esportivos e de lazer	A	Equipamentos mantidos e reformados	UNIDADE	100	200,000.00	12 MESES
Realizar Campeonato de Skate Downhill	A	Campeonato realizado	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES
Manter e reformar pistas de skate	P	Manutenções, reformas realizadas e pistas construídas	%	25	250,000.00	12 MESES
Construir pistas de skate/Esquete na Cidade de Niterói	A	Construção de pistas de Skate/Esquete na Cidade de Niterói	%	100	500,000.00	12 MESES
Instalar Academias da Terceira Idade	P	Academias instaladas	%	100	200,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0025 - VIVA IDOSO

365,000.00

Objetivo: Promover o envelhecimento saudável da população idosa da Cidade.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar Teatro na Ativa Idade	P	Idosos atendidos	UNIDADE	300	20,000.00	12 MESES
Realizar Encontro Municipal Valorização Pessoa Idosa	P	Idosos residentes na cidade atendidos	UNIDADE	500	45,000.00	12 MESES
Implementar Feiras Artesanato	P	Pessoas beneficiadas	UNIDADE	350	50,000.00	12 MESES
Implementar o Programa Disque Denuncia Idoso	P	Criação de Programa	Unidade	1	100,000.00	12 MESES
Averiguar Denúncias	A	Denúncias investigadas	Unidade	120	15,000.00	12 MESES
Implementar ação Idosos Informados	P	População idosa informada	UNIDADE	2,000	15,000.00	12 MESES
Operacionalizar Centro de Convivência Intergeracional	A	Idosos atendidos	UNIDADE	700	90,000.00	12 MESES
Mapear e identificar projetos voltados para a terceira idade	A	Projetos mapeados e identificados	%	100	30,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0124 - ECONOMIA SOLIDÁRIA

375,000.00

Objetivo: Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda e a inclusão social.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar Feira de economia solidária e de orgânicos	P	feiras realizadas	Unidade	2	15,000.00	12 MESES
Implantar Bancos Comunitários	A	bancos comunitários implantados	Unidade	2	80,000.00	12 MESES
Realizar Coleta seletiva solidária	A	coleta seletiva realizada	Unidade	200	30,000.00	12 MESES
Criar Centro Público de Economia Popular e Solidária desenvolvendo um programa de formação, assessoria e fomento aos empreendimentos associativos e cooperativos da economia solidária e popular nos territórios	A	Centro Público de Economia Solidária criado e Programa de Formação desenvolvido	Unidade	1	250,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0125 - CONTROLE SOCIAL

285,000.00

Objetivo: Fortalecer o processo de planejamento e a execução da política de assistência social de modo democrático e participativo

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Fortalecer Conselhos Vinculados	A	conselhos fortalecidos		6	45,000.00	12 MESES
Ampliar participação popular	A	população participativa		900	40,000.00	12 MESES
Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social	A	CMAS fortalecido	Unidade	100	50,000.00	12 MESES
Realizar a Conferência Municipal de Assistência Social	A	conferência realizada	Unidade	1	150,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0098 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2,890,000.00

Objetivo: Expandir e qualificar programas de atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Estruturar e Qualificar Conselhos Tutelares	A	Conselhos estruturados e qualificados	UNIDADE	4	120,000.00	12 MESES
Expandir Conselho Tutelar	P	Conselho Tutelar construído	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Produzir e Disseminar o Conhecimento para Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	A	População informada	UNIDADE	75,000	120,000.00	12 MESES
Construir e Estruturar o serviço de acolhimento de média e longa permanência para crianças e adolescentes	P	Equipamento construído e estruturado	UNIDADE	1	100,000.00	6 MESES
Diagnosticar Ações Preventivas e apoio ao atendimento integral e especializado	P	Crianças, adolescentes e familiares assistidos	UNIDADE	300	300,000.00	12 MESES
Elaborar campanhas educativas e informativas	A	População informada	UNIDADE	50,000	50,000.00	12 MESES
Organizar e Monitorar serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos.	A	Serviços organizados e monitorados	UNIDADE	100	1,800,000.00	12 MESES
Erradicar o trabalho Infantil	A	trabalho infantil erradicado	UNIDADE	100	100,000.00	12 MESES
Combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes	A	trabalho infantil erradicado	UNIDADE	200	200,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0099 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

1,035,000.00

Objetivo: Promover os direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Formar multiplicadores	P	Pessoas formadas	UNIDADE	300	60,000.00	12 MESES
Realizar Campanhas Educativas	A	População informada	UNIDADE	50,000	60,000.00	12 MESES
Realizar o Atenção à Juventude	A	Juventude atendida	UNIDADE	5,000	50,000.00	12 MESES
Estruturar e Qualificar profissionais no atendimento e acompanhamento do usuário de crack	P	Estruturado e qualificado o profissional para atendimento e acompanhamento do usuário de crack	%	100	100,000.00	12 MESES
Promover Ações e Serviços para o fornecimento de documentação civil básica	P	documentação civil básica tirada	UNIDADE	2,000	15,000.00	12 MESES
Inplantar Centros de referência em Direitos Humanos nas Comunidades de Nitroói	P	Centros de refrência em Direitos Humanos Implataados	UNIDADE	3	750,000.00	12 meses

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0100 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

3,350,000.00

Objetivo: Fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Promover o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	A	Crianças, adolescentes e idosos atendidos	UNIDADE	1,000	100,000.00	12 MESES
Realizar Atendimento no domicílio para pessoas com deficiência e idosos	A	Pessoas atendidas	UNIDADE	1,500	200,000.00	12 MESES
Realizar Gestão de benefícios	A	Famílias beneficiadas	UNIDADE	25,000	600,000.00	12 MESES
Construir Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	P	CRAS construídos	UNIDADE	2	1,000,000.00	6 MESES
Realizar Acompanhamento Familiar	A	Famílias Acompanhadas	UNIDADE	11,000	1,200,000.00	12 MESES
Promover a Gestão de transferência de renda	A	Famílias beneficiadas	UNIDADE	25,000	250,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 024 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

2,829,400.00

Objetivo: Atender às famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	A	Famílias e Indivíduos atendidos	UNIDADE	1,500	945,000.00	12 MESES
Realizar a Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-Educativa	A	Adolescentes acompanhados	UNIDADE	300	60,000.00	12 MESES
Realizar Serviço Especializado para População em Situação de Rua	A	População que utiliza espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência atendida	Atendimentos	1,000	818,400.00	12 MESES
Realizar Proteção Especial ao Idoso	A	idosos atendidos	UNIDADE	400	72,000.00	12 MESES
Realizar Proteção Especial a pessoa com deficiência	A	pessoas atendidas	UNIDADE	400	72,000.00	12 MESES
Construir Centro de Referência Especializado de Assistência Social	P	serviço construído	UNIDADE	1	500,000.00	12 MESES
Realizar Abordagem Social	A	pessoas atendidas	UNIDADE	1,000	162,000.00	12 MESES
Confeccionar guias de IPTU em Braille às pessoas com Deficiência Visual	A	Guias de IPTU	UNIDADE	1,000	200,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 027 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

8,628,000.00

Objetivo: Garantir proteção integral para famílias e indivíduos que encontram-se sem referência ou em situação de ameaça necessitando ser retirados de seu núcleo familiar.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Acolher a População em Situação de Rua	A	Pessoas acolhidas	UNIDADE	400	738,000.00	12 MESES
Acolher em Casa de Passagem para crianças e adolescentes	A	Crianças e adolescentes acolhidas	UNIDADE	100	450,000.00	12 MESES
Implementar acolhimento para idosos	A	Idosos acolhidos	UNIDADE	50	1,000,000.00	12 MESES
Realizar Serviço de acolhimento para idosos	P	Serviço realizado	UNIDADE	1	400,000.00	12 MESES
Realizar Serviço de acolhimento em residência Inclusiva para pessoas com deficiência	A	Pessoas acolhidas	UNIDADE	50	240,000.00	12 MESES
Realizar serviço de acolhimento em residência Inclusiva para pessoas com deficiência	A	Serviço realizado	UNIDADE	1	500,000.00	12 MESES
Realizar Serviço de Acolhimento de média e longa permanência para crianças e adolescentes	P	Serviço realizado	UNIDADE	1	300,000.00	12 MESES
Implementar acolhimento de média e longa permanência para crianças e adolescentes	A	Adolescentes atendidos	UNIDADE	50	300,000.00	12 MESES
Realizar Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	A	Crianças e adolescentes acolhidos	UNIDADE	50	200,000.00	12 MESES
Acolher adultos e famílias em Casa de Passagem	A	Pessoas acolhidas	UNIDADE	100	700,000.00	12 MESES
Realizar Serviço de Acolhimento em República	A	Pessoas acolhidas	UNIDADE	50	200,000.00	12 MESES
Realizar Serviço de Acolhimento em República	P	Serviço realizado	UNIDADE	1	400,000.00	12 MESES
Realizar Acolhimento Institucional para adultos e famílias	A	Pessoas acolhidas	UNIDADE	300	800,000.00	12 MESES
Construir Casa de Passagem para acolhimento de adultos e famílias	P	Casa de Passagem Construída	UNIDADE	1	400,000.00	12 MESES
Implementar Construção de acolhimento para adultos e famílias	P	Serviço realizado	UNIDADE	1	1,000,000.00	12 MESES
Realizar Construção de Instituição de Acolhimento para moradores de rua	A	Instituição Construída	UNIDADE	1	1,000,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0039 - PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

1,800,000.00

Objetivo: Criar e/ou aumentar mecanismo de prevenção da violência

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar sistema municipal de informação para prevenção da violência	P	Sistema implementado	UNIDADE	1	250,000.00	12 MESES
Manter o sistema municipal de informação para prevenção da violência	A	Sistema mantido	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Implementar o Núcleo de Mediação de conflitos	P	Núcleo implementado	UNIDADE	1	200,000.00	12 MESES
Manter o Núcleo de Mediação de conflitos	A	Núcleo mantido	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Realizar Projeto de Ampliação das câmeras de segurança	P	Projeto de Ampliação de Câmeras de Segurança realizado	UNIDADE	20	500,000.00	12 MESES
Realizar manutenção das câmeras de segurança	A	Câmeras mantidas	UNIDADE	1,020	400,000.00	12 MESES
Implementar o Gabinete Integrado de Prevenção à Violência	P	Gabinete Integrado de Prevenção à Violência Implementado	UNIDADE	1	250,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0040 - MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA ATRAVÉS DA GUARDA MUNICIPAL

650,000.00

Objetivo: Utilizar a guarda municipal em projetos de ronda escolar, mediação de conflitos, reforço na segurança, patrulhamento turístico, ambiental e proteção do patrimônio público.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Manter postos avançados	A	Postos mantidos	%	100	250,000.00	12 MESES
Operacionalizar Patrulha Escolar	A	Viaturas em funcionamento	%	100	400,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0112 - POLUIÇÃO SONORA ZERO

70,000.00

Objetivo: Controlar os efeitos danosos provocados por sons em volumes que superam os níveis considerados normais para os seres humanos.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar análise de Parâmetros do impacto dos ruídos	A	Educação e controle ambiental transmitida	UNIDADE	12,000	70,000.00	12 Meses

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0071 - CONTROLE URBANO - REALIZAÇÃO

150,000.00

Objetivo: Propiciar adequada estrutura de fiscalização e monitoramento do uso dos espaços públicos considerando os problemas que o envolvem notadamente o congestionamento, a poluição e a ocupação desordenada.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar as ações de controle urbano	P	ações de controle urbano implementadas	%	25	150,000.00	9 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0041 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1,050,000.00

Objetivo: Contribuir para a escolarização de jovens/adultos que não tiveram acesso à escolaridade/Ensino Fundamental em idade apropriada - estímulo para alcance da cidadania plena.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implantar programa/projeto/atividade de caráter sócio-educacional e áreas afins de apoio a melhoria da qualidade da educação/cidadania.	A	Adolescente / jovem / adulto alfabetizado	UNIDADE	300	70,000.00	11 MESES
Operacionalizar o Programa de atendimento ao Jovem e Adulto (EJA) com destaque ao Programas Projovem/Brasil Alfabetizado.	A	Aluno beneficiado / Jovem e Adulto	UNIDADE	1,900	700,000.00	10 A 12 MESES
Atender à Educação Especial - PNEE (Educação Inclusiva)	A	Aluno beneficiado / Jovem e Adulto	UNIDADE	100	90,000.00	11 MESES
Criar o programa "Educativo de apoio aos Pré-Adolescentes, jovens e adolescentes sobre maternidade e paternidade responsável, nas escolas públicas municipais"	A	Realização do programas de educação sexual para pré-adolescentes, jovens e adolescentes de ambos os sexos explicando sobre as consequências da maternidade e paternidade precoce	%	100	190,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0031 - AMPLIAÇÃO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

1,850,000.00

Objetivo: Possibilitar o acesso do cidadão aos conhecimentos científicos e tecnológicos.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar Eventos Científicos	P	Seminário envolvendo professores da rede pública e privada	UNIDADE	1	300,000.00	8 MESES
Divulgar e inicialização científica dirigida principalmente para crianças e adolescentes	P	Palestras realizadas	UNIDADE	6	150,000.00	8 MESES
Apoiar e articular Feiras de Ciência e Tecnologia, envolvendo comunidade escolar, científica e órgãos governamentais	P	Feira organizada	UNIDADE	1	300,000.00	OUTUBRO
Ampliar Centros de Inclusão Digital	P	Centros de inclusão digital ampliados	UNIDADE	5	850,000.00	12 MESES
Manter Centros de Inclusão Digital	A	Centros de inclusão digital mantidos	UNIDADE	15	150,000.00	12 MESES
Planejar e Realizar Conferências Municipais de Educação e de Ciência, Tecnologia e Inovação	A	Planejamento das conferências	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0033 - ATRAÇÃO E CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS
TECNOLÓGICOS PARA NITERÓI**

35,000.00

Objetivo: Promover o desenvolvimento tecnológico com resultados econômicos e sociais para Niterói.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Atrair Indústrias de base tecnológica e criativas para o Município	A	Empresas atraídas	UNIDADE	3	10,000.00	12 MESES
Ampliar a incubação de empreendimentos	A	Empreendimentos ampliados	UNIDADE	6	15,000.00	12 MESES
Implantar Núcleo de Informação e Assistência para Empreendedores	P	Núcleo implantado	UNIDADE	1	10,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0034 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO, APLICAÇÃO DE PESQUISAS, TECNOLÓGICAS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

700,000.00

Objetivo: Facilitar o acesso dos cidadãos às tecnologias.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implantar Rede Comunitária de Educação e Pesquisa de Niterói - MetroNIT - Recursos do MCT	P	Rede implantada e mantida	UNIDADE	1	250,000.00	12 MESES
Manter a Rede Comunitária de Educação e Pesquisa de Niterói - MetroNIT - Recursos do MCT	A	Rede Mantida	UNIDADE	1	150,000.00	12 MESES
Manter o Centro Técnico Audio-Visual (NPD/Niterói)	A	Centro mantido	UNIDADE	1	300,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0035 - PLANEJAMENTO DO FUTURO DE NITERÓI ATRAVÉS DA PROSPECÇÃO DE INFORMAÇÕES, OPORTUNIDADES EXTERNAS, NECESSIDADES E INTERESSES DO MUNICÍPIO

230,000.00

Objetivo: Promover o desenvolvimento e preparar o futuro de Niterói.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Preparar, implementar e manter Programas Conjuntos com outras Secretarias	P	Programas preparados, implementados e mantidos	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES
Integrar Desenvolvimento da Área de C&T Municipal com o Ambiente Regional (CONLESTE)	A	Área de Ciência e Tecnologia integrada com outros Municípios	UNIDADE	11	40,000.00	12 MESES
Apoiar e Atrair Eventos de C&T para serem realizados em Niterói	A	Eventos de C & T apoiados e atraídos	UNIDADE	5	50,000.00	12 MESES
Integrar e envolver as instituições de ensino superior (públicas e privadas) e os institutos de pesquisa (públicos e privados) de Niterói na execução da política de Ciência e Tecnologia da Cidade	A	Instituições participantes	UNIDADE	8	50,000.00	12 MESES
Operacionalizar os Conselhos Municipais de Educação e de Ciência e Tecnologia	A	Conselhos operacionalizados	UNIDADE	1	40,000.00	12 MESES

Obs.: CONLESTE (Consórcio Intermunicipal da Região Leste)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0037 - DESENVOLVIMENTO DE CULTURA QUE VALORIZA E PROMOVA A PRÁTICA DA INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

800,000.00

Objetivo: Preparar Niterói para o futuro.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Criar Centro de Beneficiamento de Mariscos	P	Criação do Centro	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Criar e Manter Espaços Interativos de educação, cultura, ciência e tecnologia	A	Centros criados	UNIDADE	10	100,000.00	12 MESES
Desenvolver Ações de fomento à formação e qualificação profissional	A	Profissionais formados e qualificados	UNIDADE	50	600,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0111 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

250,000.00

Objetivo: Conscientizar a preservação do Meio Ambiente na construção de sociedades sustentáveis.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar a Educação Ambiental	A	Educação ambiental transmitida	UNIDADE	12,000	250,000.00	12 Meses

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0042 - ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL (EDUCAÇÃO INCLUSIVA)

85,985,000.00

Objetivo: Proporcionar educação para crianças na faixa etária obrigatória e portadores de necessidade educativas especiais.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Ampliar/Manter e Desenvolver Ensino Fundamental	A	Aluno beneficiado de 6 a 16 anos	UNIDADE	24,000	70,000,000.00	11 MESES
Operacionalizar Bibliotecas Populares Municipais	A	Biblioteca operacionalizada	UNIDADE	8	1,500,000.00	11 MESES
Implementar Bibliotecas Escolares - Lei nº 12.444 de 24 de maio de 2010	A	Biblioteca operacionalizada	UNIDADE	6	25,000.00	11 MESES
Operacionalizar a Educação e Inclusão Digital - Telecentros e Cidadania Digital	A	Telecentros/Projetos Operacionalizados	UNIDADE	25	3,000,000.00	12 MESES
Produzir Mídias Educativas	P	Mídias Educativas	%	100	700,000.00	12 MESES
Atender a Educação Integral para alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal	A	Unidades escolares atendidas	UNIDADE	6	1,500,000.00	11 MESES
Manter o Projeto Patrulha Escolar	A	Ações pedagógicas e de cidadania	%	100	550,000.00	11 MESES
Atender à Educação Especial - PNEE (Educação Inclusiva)	A	Aluno beneficiado	UNIDADE	1,500	2,500,000.00	11 MESES
Implementar ações Sócio-Educacionais e de cidadania, como forma de apoio à melhoria da qualidade da Educação Municipal	A	Programas/Projetos Implementados	UNIDADE	40	1,500,000.00	11 MESES
Implementar e operacionalizar a Informática Educativa	P	Sala informatizada implementada	UNIDADE	30	2,000,000.00	11 MESES
Ocupar Escolas Municipais nos Finais de Semana	A	Escolas Municipais Ocupadas	UNIDADE	30	300,000.00	11 MESES
Implementar Projetos Especiais de caráter sócio-educacionais/pedagógico; de promoção de pesquisa pelo professor/arte/cultura	A	Projeto/Especial Implementado	UNIDADE	7	2,000,000.00	11 MESES
Implantar o projeto Educação Digital para pessoas com Deficiência Visual	P	Projeto Implantado	UNIDADE	1	60,000.00	12 MESES
Implantar o Projeto Educação Sem Barreiras	p	Projeto Implantado	UNIDADE	3	150,000.00	12 MESES
Criar audiotecas nas bibliotecas e escolas municipais	P	Pessoas com deficiência visual	%	100	200,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 043 - EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍCA ESCOLAR

87,200,000.00

Objetivo: Promover a expansão do atendimento escolar e melhoria das condições físicas e materiais da rede escolar.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Construir, melhorar e ampliar Unidade - E.Fundamental	P	Unidade Escolar Construída / Ampliada	UNIDADE	30	35,000,000.00	11 MESES
Climatizar escolas públicas municipais	P	Escolas públicas municipais climatizadas	%	20	2,000,000.00	11 MESES
Construir e Reformar quadra de esporte	P	Quadra de esporte construída e/ou melhorada	UNIDADE	30	2,000,000.00	11 MESES
Construir e/ou Ampliar Unidade da Educação Infantil	P	Unidade de Educação Infantil construída e/ou ampliada	UNIDADE	10	12,000,000.00	11 MESES
Aparelhar/reaparelhar e manter Rede Escolar / FME	P	Condições materiais/trabalho melhorados	UNIDADE	20	4,000,000.00	11 MESES
Melhorar/Implementar o Memorial - ROBERTO SILVEIRA	P	Ações pedagógicas implementadas	UNIDADE	1	300,000.00	11 MESES
Implementar Projetos Especiais e Campanhas Educativas	P	Projetos?Campanhas implementadas	UNIDADE	20	700,000.00	11 MESES
Comunicar , Divulgar e Sinalizar as Unidades da FME	A	Unidade Escolar beneficiada	%	100	1,000,000.00	11 MESES
Limpar e conservar Área Educacional	A	Área educacional limpa e conservada	%	100	14,000,000.00	10 A 12 MESES
Municipalizar a Unidade Estadual de Ensino Fundamental	P	Unidade Escolar Municipalizada	UNIDADE	5	2,000,000.00	11 MESES
Ampliar a Acessibilidade nas Unidades de Educação	P	Unidade beneficiada	%	60	1,500,000.00	11 MESES
Construir 04 Unidades Municipais de Educação Infantil em regime de Horário Integral	P	Unidades construídas	UNIDADE	4	10,000,000.00	12 MESES
Construir Unidade da Educação Infantil no Engenho do Mato	P	Unidade de Educação Infantil construída no Engenho do Mato	UNIDADE	1	1,200,000.00	12 MESES
Construir Unidade da Educação Infantil no Cantagalo	P	Unidade de Educação Infantil construída no Cantagalo	UNIDADE	1	1,200,000.00	12 MESES
Construir Auditório e/ou Anfiteatro nas Escolas Municipais de Niterói	A	Auditório e/ou Anfiteatro construído	UNIDADE	6	300,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0044 - EDUCAÇÃO INFANTIL

34,250,000.00

Objetivo: 0106 - Assegurar o atendimento à crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas em tempo integral e parcial, possibilitando o alcance da sua cidadania.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Operacionalizar a Educação Infantil com Creche Noturna	A	Criança Atendida de 0 a 5 anos	UNIDADE	16,500.00	34,000,000.00	10 A 12 MESES
Atender à Educação Especial - PNEE (Educação Inclusiva)	A	Criança Atendida de 0 a 5 anos	UNIDADE	200.00	250,000.00	11 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2014
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0045 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

16,000,000.00

Objetivo: Promover assistência alimentar ao educando, visando o seu desenvolvimento físico e mental.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Operacionalizar o Programa da Alimentação Escolar	A	Refeição oferecida/ano letivo	UNIDADE	26,000,000	16,000,000.00	10 A 12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0101 - PORTAIS DA MOBILIDADE

39,420,000.00

Objetivo: Fomentar o uso de transporte coletivo, recuperação do espaço do pedestre e resolver os engarrafamentos.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Projetar a Ordenação do Espaço Público da Mobilidade.	P	Projeto executivo	UNIDADE	5	700,000.00	12 MESES
Projetar os corredores expressos de ônibus	P	Projeto executivo	UNIDADE	4	600,000.00	12 MESES
Realizar obras de construção de Corredores Viários	A	Corredores Construídos	UNIDADE	2	12,000,000.00	12 MESES
Realizar obras de construção de Corredores Viários	A	Espaço Público	UNIDADE	2	4,000,000.00	12 MESES
Realizar obras nos principais pontos de interseção viária de Niterói.	A	Pontos de Interseção	UNIDADE	1	4,000,000.00	12 MESES
Aderir ao Aplicativo "Onde Está meu Ônibus?"	A	Aplicativo aderido	UNIDADE	1	120,000.00	12 MESES
Realizar obras e Implementar medidas necessárias nas áreas de pacificação do trânsito	A	Obras Realizadas	UNIDADE	2	9,000,000.00	12 MESES
Realizar obras no entorno das estações de transporte público previsto e em outras áreas adjacentes	A	Obras Realizadas	UNIDADE	2	9,000,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo de Prioridades e Metas para 2015

ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0102 - PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS

39,000,000.00

Objetivo: Promover o acesso e a integração com os modos de transporte público ou privado aos usuários de modo confortável e seguro.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Pavimentar bairros e/ou poligonais urbanos com a utilização de paralepípedos, blocos de cimento intertravados ou outras pavimentações permeáveis	A	Bairro ou Poligonal	UNIDADE	2	13,000,000.00	12 MESES
Pavimentar vias de ligação entre bairros ou bairro-centro	A	Vias de ligação pavimentas	UNIDADE	2	13,000,000.00	12 MESES
Pavimentar vias estruturantes	A	Vias estruturantes pavimentadas	UNIDADE	2	13,000,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015

ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0046 - TRANSPORTE FÁCIL

2,650,000.00

Objetivo: Estimular o uso de transporte não motorizado, modalidade ciclovitária.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Projetar a implantação de ciclovia e bicicletário	P	Projeto executivo	UNIDADE	1	150,000.00	2 MESES
Implantar ciclovias	A	Ciclovias Implantadas	Km	20	1,500,000.00	12 MESES
Implantar bicicletário	A	Bicicletário Implantado	UNIDADE	4	1,000,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015

ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0047 - REQUALIFICAÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES URBANOS

7,000,000.00

Objetivo: Dar qualidade aos espaços urbanos públicos e adequá-los às necessidades de lazer e acessibilidade da população.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Projetar construção e recuperação de praças e equipamentos urbanos	P	Projeto executivo	UNIDADE	2	350,000.00	5 MESES
Realizar obras de construção e recuperação de praças e equipamentos urbanos	A	Praça ou equipamento construído	UNIDADE	2	3,000,000.00	12 MESES
Realizar obras de recuperação/restauração valorização de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico	P	Áreas restauradas	UNIDADE	1	1,000,000.00	12 MESES
Projetar Reflorestamento	P	Projeto executivo	UNIDADE	1	150,000.00	3 MESES
Reflorestar	A	Áreas reflorestadas	Hectare	2	1,200,000.00	12 MESES
Acessibilizar o Parque das Águas	P	Equipamento adaptado construído	UNIDADE	1	500,000.00	12 MESES
Instalar acessos e equipamentos adaptados a pessoas com necessidades especiais ou deficiências nas Praças e Equipamentos Urbanos	A	Praças ou Equipamentos adaptados construídos	UNIDADE	1	500,000.00	3 MESES
Construção de brinquedos adaptados a crianças com necessidades especiais ou deficiências nas praças e parques urbanos	A	Brinquedos adaptados construídos	UNIDADE	15	300,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0051 - ATENÇÃO À SAÚDE

250,760,000.00

Objetivo: Promover o acesso equitativo e universal da população aos serviços ambulatoriais, emergenciais e hospitalares no SUS.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Operacionalizar o Programa Médico de Família	A	Ações realizadas	UNIDADE	198,000	49,220,000.00	12 MESES
Operacionalizar a Assistência Farmacêutica	A	Ações realizadas	UNIDADE	1,430,000	4,815,000.00	12 MESES
Ampliar e/ou Construir Unidades para o Programa Médico de Família	P	Módulo construído	UNIDADE	1	856,000.00	12 MESES
Ampliar, adequar e modernizar a Rede Municipal de Saúde	P	Unidades Municipais ampliadas, adequadas e modernizadas	UNIDADE	5	5,350,000.00	12 MESES
Implantar o Programa Odontológico de Família	P	Módulo construído	UNIDADE	1	267,500.00	12 MESES
Operacionalizar as atividades dos Serviços Funerários	A	Serviços funerários operacionalizados	UNIDADE	1	300,000.00	12 MESES
Reformar e Reestruturar os Cemitérios Municipais	P	Cemitérios reformados e reestruturados	%	50	30,000.00	12 MESES
Construir Unidades de Serviço de Pronto Atendimento/Policlínica	P	Unidades construídas	UNIDADE	1	4,000,000.00	12 MESES
Adquirir Equipamento Hospitalar Mamógrafo	P	Aquisição	UNIDADE	1	150,000.00	12 MESES
Construir unidade para apoio, tratamento e recuperação de usuarios de crack	P	Equipamento construído	UNIDADE	1	500,000.00	12 MESES
Implantar o Programa Odontológico para Pessoas com Deficiência	A	Programa implantado	UNIDADE	2	100,000.00	12 MESES
Implantar o Programa de Trabalho Psicológico	A	Consultas/ atendimento	UNIDADE	1,000	1,000,000.00	12 MESES
Implementar o Programa Teste do Coraçãozinho	P	Programa implantado	UNIDADE	1,000	100,000.00	12 MESES
Manter o Programa Odontológico para Pessoas com Deficiência	P	Programa mantido	UNIDADE	2	720,000.00	12 MESES
Criar o Programa de Atendimento Pós parto as mulheres das comunidades desfavorecidas	A	Programa Criado	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Operacionalizar a Assistência Farmacêutica	A	Ações realizadas	UNIDADE	1,600,000	10,000,000.00	12 MESES
Implementar ações em Atenção Básica nas Unidades	A	Procedimentos Realizados	UNIDADE	7,260,000	21,400,000.00	12 MESES
Operacionalizar a assistência pré-hospitalar de Urgência e Emergência	A	Procedimentos	UNIDADE	1,210,000	1,605,000.00	12 MESES
Operacionalizar as atividades da Rede de Laboratórios Municipais	A	Exames realizados	UNIDADE	2,100,000	4,815,000.00	12 MESES
Operacionalizar as atividades ambulatorial, emergencial e hospitalar na Rede Municipal	A	Consulta / Procedimento / Internações realizadas	UNIDADE	7,980,000	50,290,000.00	12 MESES
Operacionalizar as atividades ambulatorial, emergencial e hospitalar Complementar à Rede Municipal	A	Consulta / Procedimento / Internações realizadas	UNIDADE	8,800,000	71,960,000.00	12 MESES
Ampliar, adequar e modernizar a Rede Municipal de Saúde para a Atenção Básica	P	Unidades Municipais ampliadas, adequadas e modernizadas para a Atenção Básica	UNIDADE	7	21,400,000.00	12 MESES
Realizar a Gestão SUS	A	Ações realizadas	%	25	481,500.00	12 MESES
Criar o Programa de Atendimento Pós parto às mulheres das comunidades desfavorecidas	A	Programa criado	UNIDADE	1	200,000.00	12 MESES
Dar Atenção à Saúde do Idoso	P	Atividades promovidas	UNIDADE	50	100,000.00	12 MESES
Aumentar a oferta Médicos de família na Ponta da Areia	A	Médicos de Família aumentados	UNIDADE	1	1,000,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0052 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

11,353,700.00

Objetivo: Monitorar variações no processo saúde doença identificando precocemente as alterações e intervindo oportunamente a fim de evitar o adoecimento coletivo.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Operacionalizar a Vigilância Sanitária	A	Produtos e serviços realizados *	%	10	642,000.00	12 MESES
Operacionalizar atividades de Controle e Prevenção de Doenças	A	Ações realizadas	%	5	171,200.00	12 MESES
Implantar e Operacionalizar o novo posto do CCZ, com criação de abrigo para animais recolhidos	A	Posto do CCZ implantado	UNIDADE	1	870,000.00	12 MESES
Implementar o Programa de Prevenção ao Uso do Crack nas comunidades	A	Programa implementado	UNIDADE	30	800,000.00	12 MESES
Implantar o Programa Municipal de Vacinação contra o HPV – Human Papiloma Vírus, para meninas de 09 a 13 anos	A	Programa implementado	UNIDADE	30,000	3,000,000.00	12 MESES
Realizar Campanhas de Prevenção e Tratamento da Aids	A	Ações realizadas	Unidade	1	250,000.00	12 MESES
Implementar ações de prevenção de Zoonoses e de bem estar animal através de relação institucional com o Hospital Universitário de Medicina Veterinária da UFF	A	Atendimentos	UNIDADE	1	1,800,000.00	12 MESES
Realizar Programa Municipal de Castração de Animais	A	Castrações Realizadas	UNIDADE	600	150,000.00	12 MESES
Implantar Programa Municipal de Vacinação contra o HPV – Human Papiloma Vírus, para meninos de 09 a 13 anos	A	Programa implementado	UNIDADE	30,000	300,000.00	12 MESES
Operacionalizar atividades de Controle e Prevenção de Doenças	A	Ações realizadas	%	10	428,000.00	12 MESES
Operacionalizar atividades de Vigilância Sanitária	A	Ações realizadas	%	10	374,500.00	12 MESES
Operacionalizar ações de Vigilância Epidemiológica em Saúde	A	Diagnósticos efetuados	%	10	2,568,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0103 -CONSERVAR COM VOCÊ

4,850,000.00

Objetivo: Melhorar a Infraestrutura urbana

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar recuperação asfáltica	A	Vias recuperadas	%	20	1,200,000.00	12 meses
Recuperar áreas verdes e logradouros públicos	A	Logradouros públicos e áreas verdes recuperadas	%	25	250,000.00	12 MESES
Recuperar áreas públicas destinadas a práticas esportivas	A	Área recuperada	UNIDADE	3	200,000.00	12 MESES
Recuperar áreas de lazer	A	Área recuperada	UNIDADE	5	200,000.00	12 MESES
Conservar prédios públicos	A	Prédios restaurados	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Ampliar meios de acessibilidade	A	Rampas de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, pisos táteis, e demais meios de acessibilidade construídos	%	25	100,000.00	12 MESES
Conservar e manter os meios de acessibilidade	A	ampas de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, pisos táteis, e demais meios de acessibilidade conservados e mantidos	%	25	80,000.00	12 MESES
Conservar e manter os equipamentos urbanos	A	Equipamentos conservados e mantidos	%	25	350,000.00	12 MESES
Implantar ciclovias e ciclofaixas	P	Ciclovias e ciclofaixas implantadas	Km	25	100,000.00	12 MESES
Manter e conservar ciclovias e ciclofaixas	A	Ciclovias e ciclofaixas mantidas e conservadas	Km	20	200,000.00	12 MESES
Modernizar a sinalização viária	P	Sinalizações horizontal, vertical e semafórica modernizadas	%	25	200,000.00	12 MESES
Manter a sinalização viária	A	Sinalizações horizontal, vertical e semafórica conservadas	%	20	450,000.00	12 MESES
Implantar Central de Monitoramento	P	Unidade de monitoramento implantada	UNIDADE	1	200,000.00	12 MESES
Conservar as vias e calçadas destinadas ao BRT e Túnel Charitas-Cafubá.	A	Extensão do BRT e Túnel atendidos	%	25	620,000.00	12 MESES
Conservar o Mergulhão	A	Mergulhão conservado	%	25	100,000.00	6 MESES
Implementar o Calçada Livre (reposicionamento de equipamentos urbanos)	P	Calçadas livres para os transeuntes	%	25	500,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0104 - ILUMINAR

8,100,000.00

Objetivo: Melhorar a mobilidade urbana e a segurança pública.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar a eficiência energética do sistema de iluminação pública através da implantação de novas tecnologias.	A	Lâmpadas, braços de iluminação, postes e demais equipamentos substituídos por materiais mais modernos,	%	30	1,500,000.00	12 MESES
Iluminar praças destinadas a práticas desportivas nas praias de Icaraí, Piratininga, São Francisco e Charitas.	A	Praças destinadas a práticas desportivas nas praias iluminadas	%	30	600,000.00	12 MESES
Implantar Iluminação de praças destinadas a práticas desportivas no Município de Niterói	A	Praças destinadas a práticas desportivas nas praias iluminadas	%	30	1,100,000.00	12 MESES
Implantar a iluminação artística em prédios históricos	A	Iluminação específica em locais de interesse histórico	%	30	400,000.00	6 MESES
Operar e manter a Rede de Iluminação	A	Pontos de iluminação reparados	%	100	1,500,000.00	12 MESES
Implantar Iluminação de refletores em todas as Praias de Niterói	A	Refletores Implantados	%	100	3,000,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0116 - REFLORESTAMENTO DE ENCOSTAS

600,000.00

Objetivo: Revegetar encostas com risco geotécnico viabilizando o efeito protetor das florestas.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Reflorestar encostas	A	Encostas reflorestadas	m²	10,000	200,000.00	12 MESES
Manter áreas reflorestadas (Fase 1)	A	Fase 1 Áreas reflorestadas mantidas	m²	10,000	200,000.00	12 MESES
Manter áreas reflorestadas (Fase 2)	A	Fase 2 Áreas reflorestadas mantidas	m²	10,000	200,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0105 - LAZER COM VOCÊ

3,440,000.00

Objetivo: Dar qualidade aos espaços públicos culturais e de lazer.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar obras de manutenção de praças e equipamentos urbanos	P	Praça ou equipamento construído	%	30	700,000.00	12 MESES
Realizar obras de manutenção e valorização de áreas de interesse histórico, cultural e/ou paisagístico	P	Espaços urbanos requalificados	UNIDADE	1	300,000.00	12 MESES
Arborizar praças	P	Áreas reflorestadas	HECTARE	1	40,000.00	12 MESES
Implantar sistema de monitoramento de enchentes	A	Mecanismos de monitoramento implantados	%	25	300,000.00	12 MESES
Manter drenagem urbana	A	Galerias, boeiros e bocas de lobo limpos	%	100	500,000.00	12 MESES
Limpar manual e mecanicamente rios e canais	A	Rios e canais desassoreados e limpos	%	100	1,200,000.00	12 MESES
Realizar poda preventiva de árvores	A	Árvores podadas	UNIDADE	1,500	400,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0106 - PREVENÇÃO DE ENCHENTES E MACRODRENAGENS

5,000,000.00

Objetivo: Preservar a vida e o patrimônio particular e público.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Limpar manual e mecanicamente rios e canais	A	Rios e canais, desassoreados e limpos	%	100	2,000,000.00	12 MESES
Manter drenagem urbana	A	Galerias, bueiros e bocas de lobo limpos	%	100	1,000,000.00	12 MESES
Implantar sistema de monitoramento de enchentes	A	Mecanismos de monitoramento implantados	%	25	2,000,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0107 - MAIS QUALIDADE DE SERVIÇOS PARA VOCÊ

280,000.00

Objetivo: Melhorar a qualidade e a oferta dos serviços públicos concedidos de água potável, esgoto sanitário, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, mediante gerenciamento, controle e fiscalização.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Monitorar os serviços concedidos realizados em vias públicas municipais, subsolo e espaço aéreo.	P	Criar e manter uma base única com todas as redes de infraestrutura do subsolo e do espaço aéreo da cidade.	%	30	100,000.00	12 MESES
Executar e controlar a política do uso do subsolo e do espaço aéreo, de acordo com a legislação em vigor	A	Política mantida revisada	%	25	50,000.00	12 MESES
Controlar o impacto viário causado pelas obras e serviços realizados pelas concessionárias de serviços públicos.	A	Impacto causado à população reduzido	%	25	50,000.00	12 MESES
Implantar garagem subterrânea em Charitas e em Icaraí, por intermédio de contrato de concessão com a Niterói Rotativo	P	Garagens subterrâneas implantadas	UNIDADE	2	80,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0108 - GESTÃO E LOGÍSTICA

250,000.00

Objetivo: Conservar e melhorar a infraestrutura urbana.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Manter túneis e passagens subterrâneas	A	Túneis e passagens subterrâneas conservados	%	25	50,000.00	12 MESES
Conservar os corredores viários da cidade	A	Corredores revitalizados	%	25	100,000.00	12 MESES
Supervisionar e gerenciar obras	P	Obras supervisionadas e gerenciadas	%	25	50,000.00	12 MESES
Elaborar estudos, projetos	P	Estudos, projetos e planos elaborado	%	25	50,000.00	12 M ESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 053 SEGURANÇA NO TRÂNSITO

345,000.00

Objetivo: Proporcionar um trânsito mais seguro e eficiente, conscientizando a sociedade sobre o respeito ao trânsito

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Educar para o trânsito	P	Cursos e eventos educativos, treinamentos, palestras e planfetagens.	%	10	25,000.00	12 MESES
Captar dados e mapear	P	Mapeamento de locais críticos realizados e dados estatísticos captados	%	30	150,000.00	12 MESES
Agir nos locais críticos	A	Pontos críticos eliminados	%	30	150,000.00	12 MESES
Realizar Campanha de Conscientização de convivência bicicleta x automóveis	P	Atividades promovidas	UNIDADE	100	20,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0061 - PROTEÇÃO A SAÚDE PÚBLICA E O MEIO AMBIENTE

2,034,000.00

Objetivo: Estimular a população a participar da coleta seletiva e promover a destinação adequada dos resíduos.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Recolher nos postos de entrega e dar destinação final aos resíduos para fins de reciclagem	A	Resíduos recicláveis	TONELADA	419	104,500.00	12 MESES
Apoiar a instalação de novas cooperativas de catadores e treinamento operacional e gerencial dos seus integrantes	A	Instalação de novas cooperativas de catadores e treinamento operacional e gerencial dos seus integrantes	UNIDADE	10	1,524,500.00	12 MESES
Combater os locais de criadouros do mosquito da Dengue.	A	Recolhimento rejeitos e objetos inservíveis	TONELADA	600	300,000.00	12 MESES
Orientar e transmitir conhecimento sobre resíduos	A	Palestras, seminários e material educativo produzidos	UNIDADE	12	105,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0110 - - CORREDOR ECOLÓGICO

390,000.00

Objetivo: Ligar grandes fragmentos florestais ou unidades de conservação separados pela atividade humana.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Reflorestar com manejo	P	Faixa de ligação de vegetação de grandes fragmentos e/ou unidades de conservação	m²	10,000	150,000.00	12 Meses
Manter áreas reflorestadas (Fase 1)	A	Fase 1 Áreas reflorestadas mantidas	m²	10,000	110,000.00	12 Meses
Manter áreas reflorestadas (Fase 2)	A	Fase 2 Áreas reflorestadas mantidas	m²	10,000	130,000.00	12 Meses

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0113 - - PARQUE CIDADÃO

300,000.00

Objetivo: Recuperar, implementar e revitalizar os parques do Município visando a preservação da biodiversidade.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Recuperar, Conservar e Implementar, com conceito da sustentabilidade	A	Parques sustentáveis	UNIDADE	3	300,000.00	12 Meses

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0114 - PROTEÇÃO ANIMAL

100,000.00

Objetivo: Fomentar a educação ambiental no que diz respeito aos direitos e a proteção animal.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar Campanhas de Educação a Proteção e Adoção Animal	A	Educação transmitida	UNIDADE	10,000	100,000.00	12 Meses

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0115 - AMBIENTE SUSTENTÁVEL PARA TODOS

550,000.00

Objetivo: Melhorar as condições do ambiente urbano e a sustentabilidade das áreas ambientais.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Recuperar córregos, rios e nascentes	A	Rios, córregos e nascentes recuperadas	Km²	15	100,000.00	12 Meses
Fomentar estudo de projeto e plano para captação de energia alternativa e renovável	A	Estudo de projeto e plano para captação de energia alternativa e renovável	UNIDADE	1	100,000.00	12 Meses
Fomentar estudo de projeto e plano para reaproveitamento e captação de águas da chuva	A	Estudo de projeto e plano para reaproveitamento e captação de águas da chuva	%	100	100,000.00	12 Meses
Realizar Campanhas Educativas sobre Resíduos Sólidos	A	Campanhas educativas estimulando o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos	%	15	100,000.00	12 Meses
Limpar o Ar	A	Controle de emissão de CO2 com inventário	%	10	50,000.00	12 Meses
Cercar, manter, sinalizar e divulgar o Sítio Arqueológico da Duna Grande	P	Sítio cercado, mantido, sinalizado e divulgado	%	100	100,000.00	12 Meses

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0059 - CIDADE LIMPA

55,249,383.64

Objetivo: Executar a limpeza em áreas e monumentos públicos.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Manter e Conservar Limpeza pública nos logradouros	A	Logradouros mantidos e conservados	Km	599	29,947,500.00	12 MESES
Limpar praias da baía e oceânicas	A	Praias Limpas	Km²	58,450	2,830,792.99	12 MESES
Limpar encostas e áreas de difícil acesso do município	A	Encostas Limpas	%	100	2,075,376.68	12 MESES
Limpar logradouros após a realização de Feira Livre	A	Logradouros de feiras limpos	UNIDADE	420	1,191,222.96	12 MESES
Limpar Monumentos Públicos	A	Monumentos Limpos	UNIDADE	15	7,500.00	12 MESES
Realizar limpeza em comunidades	A	Comunidades Limpas	UNIDADE	104	6,584,277.51	12 MESES
Coletar e transportar resíduos de serviços de saúde	A	Resíduos Coletados	TONELADA	126	392,368.36	12 MESES
Coletar e transportar resíduos domiciliar e comercial	A	Resíduos Coletados	TONELADA	143,672	12,220,345.14	12 MESEZ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0060 - DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS

27,017,042.50

Objetivo: Efetuar o tratamento e depósito dos resíduos gerados pela população.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar Novo Aterro Sanitário	P	Aterro legalizado	%	100	5,000,000.00	12 MESES
Realizar destinação final em Aterro Sanitário	A	Resíduos depositados	TONELADA	251,342	18,096,642.50	12 MESES
Separar, transformar e tratar resíduos para destinação final	A	Resíduos tratados	TONELADA	118,800	3,564,000.00	12 MESES
Controlar, monitorar e outros procedimentos técnicos relativos à destinação final de resíduos	A	Resíduos analisados	TONELADA	11,880	356,400.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0117 - O PARQUE DA CIDADE É NOSSO

420,000.00

Objetivo: Recuperar e revitalizar do Parque da Cidade.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Recuperar e revitalizar visando sua utilização sustentável	P	Parque sustentável	UNIDADE	1	420,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015

ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0118 - AGENDA 21

100,000.00

Objetivo: Fomentar o desenvolvimento sustentável no município enrocando um plano estrategico como forma de proporcionar o desenvolvimento econômico e social compatibilizado com a preservação ambiental

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar e Fomentar Agenda 21 Municipal	A	Educação ambiental transmitida	%	15	100,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0119 - CIDADE SUSTENTÁVEL

1,500,000.00

Objetivo: Implantar conjuntos de atividades sustentáveis visando a renovação e a preservação do ecossistema nas orlas Litorâneas e Oceânica do município.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Planejar desassoreamento de rios, lagoas, canais e praias	P	Unidades desassoreadas	Km²	10	150,000.00	12 MESES
Implantar e manter núcleos de ARCC (Aproveitamento de Resíduos da Construção Civil)	A	Núcleos comunitários funcionais e operacionais	UNIDADE	8	200,000.00	12 MESES
Implementar Área de Proteção Ambiental Morro da Viração - Decreto Lei No 1977/2002	P	APA implementada	UNIDADE	1	400,000.00	12 MESES
Implementar projeto do Parque Ambiental de Itaipu	P	Parque implementado	UNIDADE	1	300,000.00	12 MESES
Implementar sistemática de limpeza de praias	P	Praias Limpas	Km	20	200,000.00	12 MESES
Incentivar a inovação de práticas sustentáveis	P	Concurso Práticas Premiáveis	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES
Georreferenciar plantio de mudas provenientes de medidas compensatórias	P	Georreferenciamento realizado	%	100	200,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0073 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - REALIZAÇÃO

500,000.00

Objetivo: Planejar, ordenar, controlar e promover o desenvolvimento econômico nas diversas áreas, de modo a estimular o desenvolvimento sócio econômico do município.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar ações para o desenvolvimento econômico	P	Ações para o desenvolvimento econômico implementadas	%	25	500,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0120- INDÚSTRIA NAVAL - REALIZAÇÃO

850,000.00

Objetivo: Coordenar ações de incentivo a indústria de naval, offshore e do setor de navieças; estabelecer um canal permanente de diálogo, visando a obtenção do indispensável apoio do setor público, para expansão da atividade de construção naval, bem como coordenar e apoiar os contatos com as diversas agências de fomento nacionais e internacionais.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar ações para o desenvolvimento da indústria naval	P	desenvolvimento da indústria naval	%	25	850,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0072 - DEFESA DO CONSUMIDOR - REALIZAÇÃO

350,000.00

Objetivo: Desenvolver programas na área de Defesa do Consumidor, orientando sobre seus direitos e auxiliar na fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de produtos e serviços.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar ações de defesa do consumidor	P	Ações de defesa do consumidor implementadas	%	25	350,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0121 - DESENVOLVIMENTO DA PESCA - REALIZAÇÃO

400,000.00

Objetivo: Desenvolver a Indústria e o Comércio da Pesca

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar ações para o desenvolvimento da pesca	P	Ações de desenvolvimento da pesca implementadas	%	25	400,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0122 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO

500,000.00

Objetivo: Desenvolver programas para o fomento da indústria, comércio e serviços

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar Ações para o Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	P	Ações de desenvolvimento da indústria, comércio e serviço	%	25	500,000	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0020 DEFESA CIVIL EM AÇÃO

1,170,000.00

Objetivo: CONSCIENTIZAR, DIFUNDIR E CAPACITAR A SOCIEDADE COM AS AÇÕES DA DEFESA CIVIL

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar Seminário Municipal Defesa Civil	Civil	SEMINARIOS REALIZADOS	UNIDADE	3	60,000.00	12
Realizar Defesa Civil na Praça	P	CAMPANHAS REALIZADAS	UNIDADE	5	120,000.00	12
Construir Postos de Salvamento nas Praias Oceânicas de Niterói	A	REALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO	UNIDADE	6	300,000.00	12
Mapear e Monitorar Áreas de Risco	A	PREVENÇÃO A DESLIZAMENTOS	UNIDADE	25	250,000.00	12
Capacitar Defesa Civil na Escola	P	TURMAS CAPACITADAS	UNIDADE	10	150,000.00	12
Implantar NUDEC	P	NUCLEO IMPLANTADO	UNIDADE	15	200,000.00	12
Capacitar Comunidades NUDEC	P	COMUNIDADES CAPACITADAS	UNIDADE	15	90,000.00	12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0109 - REFLORESTAMENTO DE ÁREAS DE RISCO

395,000.00

Objetivo: Revegetar encostas com risco geotécnico viabilizando o efeito protetor das florestas.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Reflorestar encostas	P	Encostas reflorestadas	m²	10,000	110,000.00	12 Meses
Manter áreas reflorestadas (Fase 1)	A	Fase 1 Áreas reflorestadas mantidas	m²	10,000	160,000.00	12 Meses
Manter áreas reflorestadas (Fase 2)	A	Fase 2 Áreas reflorestadas mantidas	m²	10,000	125,000.00	12 Meses

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0022 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

250,000.00

Objetivo: INCORPORAR PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA DEFESA CIVIL

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
PARTICIPAR NA PREVENÇÃO E COMBATE AO INCÊNDIO	P	COMUNIDADES BENEFICIADAS	UNIDADE	5	250,000.00	12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0068 AÇÕES ESTRATÉGICAS - REALIZAÇÃO

1,715,000.00

Objetivo: Desenvolver ações e projetos destinados a identificar e incrementar o potencial do município, acompanhando as atividades nele desenvolvidas e buscando a implementação de novas intervenções

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar Transparência e Acesso a Informação	A	Controle Social	%	100	100,000.00	12 MESES
Realizar Projeto Enseada de Jurujuba	P	Projetos	und	5	565,000.00	12
Realizar Projeto Niterói de Bicicletas	P	Projetos	und	5	550,000.00	12
Implementar Atividades Estratégicas para Niterói	P	Atividades Estratégicas implementadas	%	25	500,000.00	12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0009 - AÇÃO CULTURAL

24,668,473.00

Objetivo: Difundir a Cultura na cidade(democratização da cultura), delineando amplaprogramação de eventos culturais

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO 2015
Manter Museu Janete Costa	A	Museu mantido	UNIDADE	1	600,000.00	12 MESES
Fortalecer SMC	A	Realizações de seminários,viagens proposta pelo MINC.	%	25	15,000.00	12 MESES
Manter Banda Santa Cecilia	A	Apresentação e eventos realizados	UNIDADE	60	100,000.00	12 MESES
Realizar levantamento fotográfico e mapeamento dos casarios de Portugal Pequeno a Cantareira	A/P	Levantamentos fotográficos e mapeamento realizado	UNIDADE	80	200,000.00	12 MESES
Documentar imóveis de preservação nas APA-U	P	Imoveis de preservação documentados	UNIDADE	592	2,000.00	12 MESES
Realizar projetos e programas culturais	A/P	Projetos e programas realizados	%	25	4,375,000.00	12 MESES
Realizar atividades culturais	A	Atividades realizadas	UNIDADE	660	4,400,000.00	12 MESES
Promover inicialização musical nas escolas - APRENDIZ	A	Estudantes beneficiados	UNIDADE	4,800	3,000,000.00	12 MESES
Desenvolver o programa Cultura Niterói	A	População beneficiada	UNIDADE	225,000	1,500,000.00	12 MESES
Operacionalizar a Cia de Ballet de Niterói	A	Cia de Ballet operacionalizada	%	25	550,000.00	12 MESES
Fomentar e Incentivar a cultura	A	Cultura incentivada e fomentada	%	25	550,000.00	12 MESES
Promover os artistas e as artes através de divulgação e intercâmbios culturais	A	Promoções, divulgações e intercâmbios realizados	UNIDADE	15	125,000.00	12 MESES
Criar uma rede municipal de Pontos de Cultura	A	Pontos de Cultura implementados	UNIDADE	25	1,000,000.00	12 MESES
Criar novos equipamentos culturais	A	Equipamentos criados	UNIDADE	1	2,000,000.00	12 MESES
Adaptar e modernizar as unidades e equipamentos culturais	A	Equipamentos e unidades adaptados, modernizados e mantidos	UNIDADE	25	3,300,000.00	12 MESES
Inserir a cidade no roteiro dos grandes eventos e show nacionais e internacionais	A	População beneficiada	UNIDADE	220,000	1,100,000.00	12 MESES
Fomentar as feiras de artesanato	A	Feiras de Artesanato fomentadas	%	25	200,000.00	12 MESES
Realizar o Programa de Apoio à Artistas Individuais e Grupos Artísticos de Pessoas com Deficiência	A	Pessoa e grupos atendidos	UNIDADE	5	200,000.00	12 MESES
Implantar Museu Paralímpico	P	Museu implantado	UNIDADE	1	100.00	12 MESES
Manter Museu Paralímpico	A	Museu mantido	UNIDADE	1	50,000.00	12 MESES
Mapear veículos comunitários de comunicação	A	Veículos comunitários de comunicação mapeados	%	100	30,000.00	12 MESES
Mapear Artes Urbanas Públicas	A	Artes urbanas mapeadas	%	100	50,000.00	12 MESES
Realizar Festival de Teatro de Niterói	A	Festival realizado	UNIDADE	1	120,000.00	12 MESES
Criar Primeiro Arquivo Público do Município de Niterói	P	Arquivo Público criado e instalado	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Realizar Cultura Acessível	P	Atividades promovidas	UNIDADE	1	100,000.00	12 MESES
Criar Roteiro Histórico da Cidade	P	Roteiro criado	UNIDADE	1	30,000.00	12 MESES
Implementar Atividades Culturais na Cantareira	A	Atividades culturais realizadas	UNIDADE	50	500,000.00	12 MESES
Fomentar Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos de Niterói	A	Escolas de samba e blocos carnavalescos apoiados	%	100	500,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0074 - HABITAÇÃO - REALIZAÇÃO

7,600,000.00

Objetivo: Garantir o acesso à moradia legal e infraestrutura urbana a população de baixa renda, como direito social básico, tendo como foco a inclusão social e o respeito ao meio ambiente.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Implementar ações de fomento à Habitação	P	unidade habitacional contratada/construída/regulada	UNIDADE	2,100	4,000,000.00	12 MESES
Elaborar e implementar Projetos Habitacionais	P	Projeto executivo	%	25	600,000.00	12 MESES
Viabilizar construção ou recuperar unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida	A	Unidades habitacionais construídas ou recuperadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida viabilizadas	%	25	2,000,000.00	12 MESES
Implementar ações de fomento à Habitação	A	Ações de fomento à Habitação implementadas	UNIDADE	500	1,000,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0049 - PLANO MUNICIPAL PARA ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS POPULARES (PMAPP)

6,200,000.00

Objetivo: Viabilizar o acesso á terra legal e servida pela população de baixa renda

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar Atividades do Núcleo de Urbanização e Regularização Fundiária	A	Famílias atendidas	UNIDADE	200	200,000.00	12 MESES
Realizar Regularização Fundiária das Comunidades Carentes	P	Assentamentos precários regularizados	%	20	5,000,000	12 MESES
Elaborar e Implementar Projeto preliminar à Regularização Fundiária	P	Famílias atendidas	UNIDADE	200	1,000,000.00	12 MESES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Anexo de Prioridades e Metas para 2015
ANEXO I

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

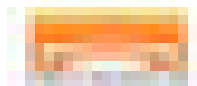
PROGRAMA: 0050 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

18,800,000.00

Objetivo: Melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda que reside em assentamentos precários com a realização de obras.

AÇÃO (Proj/Ativ)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Bem ou Serviço)	UNID. MEDIDA	METAS FÍSICAS 2015	CUSTOS ESTIMADOS EXERCÍCIO 2015 (R\$)	TEMPO ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2015
Realizar Projetos de Urbanização	P	Projeto executivo	UNIDADE	4	1,200,000.00	12 MESES
Realizar obras de redução de risco a desabamentos e escorregamentos de encostas	A	Obras realizadas	UNIDADE	4	17,000,000.00	12 MESES
Intervir em área de risco	A	Construção de Encosta na Rua C - Cantagalo	%	100	600,000.00	12 MESES
Custo Total:		1,112,808,768.14				

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**



ANEXO LDO 2015

ANEXO II

**Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e
Conservação do Patrimônio Público**

IDENTIFICAÇÃO	CUSTOS
OBRAS EM ANDAMENTO	220,206,706.00
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	35,117,500
TOTAL	255,324,206.00

FONTE : Anexo de Metas e Prioridades LDO 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO LDO 2015
ANEXO II



R\$ 1.00

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E DESPESAS EM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE 2015 (Art 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	DATA INÍCIO EXECUÇÃO	VALOR PROJETO 2015	PREVISTO P/EXERCÍCIO 2015	CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL	PROJETO EM EXECUÇÃO	NOVOS PROJETOS
Drenar e pavimentar ruas e logradouros	2014	12,000,000.00	60 UNID.		27,332,718.00	
Construir pistas seletivas (Via Expressa entre Charitas e a Região Oceânica) -TRANSOCEÂNICA	2014	30,000,000.00	25%		45,284,211.00	
Construir Túneis, Mergulhão e Viadutos e Pontes-TRANSOCEÂNICA	2014	40,000,000.00	25%		30,026,000.00	
Construir Terminais ao longo da via expressa - TRANSOCEÂNICA	2014	10,000,000.00	2 UNID.		8,545,000.00	
Construir via Expressa entre Largo da Batalha e o Barreto - TRANSNITERÓI	2014	63,625,000.00	25%		50,000.00	
Construir Terminais ao longo da Via Expressa -TRANSNITERÓI	2015	10,000,000.00	1 UNID.			10,000,000.00
Construir, melhorar e ampliar Unidade - E.Fundamental	2014	35,000,000.00	30 UNID.		10,000,000.00	
Construir e/ou Ampliar Unidade da Educação Infantil	2014	12,000,000.00	10 UNID.		10,000,000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO LDO 2015
ANEXO II



R\$ 1.00

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E DESPESAS EM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE 2015 (Art 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	DATA INÍCIO EXECUÇÃO	VALOR PROJETO 2015	PREVISTO P/EXERCÍCIO 2015	CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL	PROJETO EM EXECUÇÃO	NOVOS PROJETOS
Construir 04 Unidades Municipais de Educação Infantil em regime de Horário Integral	2015	10,000,000.00	4 UNID.			10,000,000.00
Realizar obras de construção de Corredores Viários	2014	12,000,000.00	2 UNID.		1,150,000.00	
Realizar obras no entorno das estações de transporte público previsto e em outras áreas adjacentes	2014	9,000,000.00	2 UNID.		140,000.00	
Pavimentar bairros e/ou poligonais urbanos com a utilização de paralepípedos, blocos de cimento intertravados ou outras pavimentações permeáveis	2014	13,000,000.00	2 UNID.		140,000.00	
Pavimentar vias de ligação entre bairros ou bairro-centro	2014	13,000,000.00	2 UNID.		140,000.00	
Pavimentar vias estruturantes	2014	13,000,000.00	2 UNID.		140,000.00	
Ampliar, adequar e modernizar a Rede Municipal de Saúde	2014	5,350,000.00	1 UNID.		6,615,000.00	
Construir Unidades de Serviço de Pronto Atendimento/Policlínica	2015	4,000,000.00	1 UNID.			4,000,000.00
Realizar recuperação asfáltica	2014		20%	1,200,000.00	300,000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO LDO 2015
ANEXO II



R\$ 1.00

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E DESPESAS EM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE 2015 (Art 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	DATA INÍCIO EXECUÇÃO	VALOR PROJETO 2015	PREVISTO P/EXERCÍCIO 2015	CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL	PROJETO EM EXECUÇÃO	NOVOS PROJETOS
Recuperar áreas verdes e logradouros públicos	2014		25%	250,000.00	160,000.00	
Recuperar áreas públicas destinadas a práticas esportivas	2014		3 UNID.	200,000.00	200,000.00	
Conservar e manter os equipamentos urbanos	2014		25%	350,000.00	300,000.00	
Conservar as vias e calçadas destinadas ao BRT e Túnel Charitas-Cafubá.	2014		25%	620,000.00	229,000.00	
Manter a sinalização viária	2014		20%	450,000.00	250,000.00	
Conservar o Mergulhão	2014		25%	100,000.00	150,000.00	
Manter e Conservar Limpeza pública nos logradouros	2014		599 KM	29,947,500.00	64,054,777.00	
Viabilizar construção ou recuperar unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida	2014		25%	2,000,000.00	15,000,000.00	
		291,975,000.00		35,117,500.00	220,206,706.00	
TOTAL						

FONTE : Anexo de Metas e Prioridades LDO 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
ANEXO III
2015



AMF - Tabela 1 (LRF , ART. 4º , § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2015		2016		2017	
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	Valor Corrente (b)	Valor Constante	Valor Corrente (c)	Valor Constante
Receita Total	2,060,000,000	1,948,912,015	2,163,000,000	1,939,736,347	2,271,150,000	1,930,429,239
Receitas Primárias (I)	1,919,396,912	1,815,891,118	2,035,708,069	1,825,583,418	2,239,510,621	1,903,536,439
Despesa Total	2,060,000,000	1,948,912,015	2,163,000,000	1,939,736,347	2,271,150,000	1,930,429,239
Despesas Primárias (II)	1,884,308,874	1,782,695,245	1,994,953,639	1,789,035,637	2,193,970,068	1,864,827,937
Resultado Primário(III)=(I - II)	35,088,038	33,195,873	40,754,430	36,547,780	45,540,553	38,708,502
Resultado Nominal	-93,020,347	-88,004,113	-27,598,629	-24,749,914	-25,280,134	-21,487,577
Dívida Pública Consolidada	449,352,978	425,121,077	471,820,627	423,119,565	448,229,596	380,985,632
Dívida Consolidada Líquida	86,808,116	82,126,884	91,268,033	81,847,398	58,649,372	49,850,720

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS



AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
ANEXO III
2015

AMF - Tabela 2 (LRF , ART. 4º , § 2º , inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2013 (a)	Metas Realizadas em 2013 (b)	Variação	
			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	1,520,133,000	1,570,576,991	50,443,991	3.32
Receitas Primárias (I)	1,433,702,922	1,558,761,703	125,058,781	8.72
Despesa Total	1,520,133,000	1,386,517,200	-133,615,800	-8.79
Despesas Primárias (II)	1,473,702,628	1,501,853,003	28,150,375	1.91
Resultado Primário (III) = (I - II)	-39,999,708	56,908,700	96,908,408	-242.27
Resultado Nominal	-53,847,258	-249,466,046	-195,618,788	363.28
Dívida Pública Consolidada	283,134,750	423,917,904	140,783,154	49.72
Dívida Consolidada Líquida	169,244,292	63,026,525	-106,217,767	-62.76

FONTE : RREO 3º QUADRIMESTRE 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS



METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

**ANEXO III
2015**

AMF - Tabela 3 (LRF , ART. 4º , § 2º , inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	1,389,404,900	1,570,576,991	13.04	1,855,190,000	18.12	2,060,000,000	11.04	2,163,000,000	5.00	2,271,150,000	5.00
Receitas Primárias (I)	1,340,175,500	1,558,761,703	16.31	1,646,456,215	5.63	1,919,396,912	16.58	2,035,708,069	6.06	2,239,510,621	10.01
Despesa Total	1,386,517,200	1,525,809,529	10.05	1,855,190,000	21.59	2,060,000,000	11.04	2,163,000,000	5.00	2,271,150,000	5.00
Despesas Primárias (II)	1,363,449,400	1,501,853,003	10.15	1,830,433,602	21.88	1,884,308,874	2.94	1,994,953,639	5.87	2,193,970,068	9.98
Resultado Primário(III)=(I - II)	-23,273,900	56,908,700	-344.52	-183,977,387	-423.29	35,088,038	-119.07	40,754,430	16.15	45,540,553	11.74
Resultado Nominal	-33,905,100	-249,466,046	635.78	38,142,541	-115.29	-93,020,347	-343.88	-27,598,629	-70.33	-25,280,134	-8.40
Dívida Pública Consolidada	388,580,000	423,917,904	9.09	367,208,100	-13.38	449,352,978	22.37	471,820,627	5.00	448,229,596	-5.00
Dívida Consolidada Líquida	267,554,600	63,026,525	-76.44	216,981,628	244.27	86,808,116	-59.99	91,268,033	5.14	58,649,372	-35.74

ESPECIFICAÇÃO	2015										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	1,557,245,012	1,663,398,091	6.82	1,855,190,000	11.53	1,948,912,015	5.05	1,939,736,347	-0.47	1,930,429,239	-0.48
Receitas Primárias (I)	1,502,068,700	1,650,884,520	9.91	1,646,456,215	-0.27	1,815,891,118	10.29	1,825,583,418	0.53	1,903,536,439	4.27
Despesa Total	1,554,008,478	1,615,984,872	3.99	1,855,190,000	14.80	1,948,912,015	5.05	1,939,736,347	-0.47	1,930,429,239	-0.48
Despesas Primárias (II)	1,528,154,088	1,590,612,516	4.09	1,830,433,602	15.08	1,782,695,245	-2.61	1,789,035,637	0.36	1,864,827,937	4.24
Resultado Primário(III)=(I - II)	-26,085,387	60,272,004	-331.06	-183,977,387	-405.25	33,195,873	-118.04	36,547,780	10.10	38,708,502	5.91
Resultado Nominal	-38,000,836	-264,209,489	595.27	38,142,541	-114.44	-88,004,113	-330.72	-24,749,914	-71.88	-21,487,577	-13.18
Dívida Pública Consolidada	435,520,464	448,971,452	3.09	367,208,100	-18.21	425,121,077	15.77	423,119,565	-0.47	380,985,632	-9.96
Dívida Consolidada Líquida	299,875,196	66,751,392	-77.74	216,981,628	225.06	82,126,884	-62.15	81,847,398	-0.34	49,850,720	-39.09

FONTE : RREO 3º QUADRIMESTRE 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS



ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

ANEXO III

2015

AMF - Tabela 5 (LRF , art. 4º , § 2º inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2013	2012	2011
RECEITAS DE CAPITAL	22,500	1,169,300	147,618
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	22,500	1,169,300	147,618
Alienação de Bêns Móveis	22,500	5,300	54,000
Alienação de Bêns Imóveis	0	1,164,000	93,618
TOTAL	22,500	1,169,300	147,618
DESPESAS LIQUIDADAS	2013	2012	2011
APLICAÇÃO DE RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0
Regime geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprios dos Servidores Públicos	0	0	0
TOTAL	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	22,500	1,169,300	147,618

FONTE : RREO 6º BIMESTRE 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
ANEXO III
LDO 2015



AMF - Tabela 6 (LRF , art. 4º , § 2º inciso IV, alínea "a")

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	29,163,300	100,797,836	118,096,847
RECEITAS CORRENTES	29,163,300	100,797,836	118,096,847
Receita de Contribuições dos Segurados	28,513,484	30,437,494	31,035,698
Pessoal Civil	28,513,484	30,437,494	31,035,698
Pessoal Militar			
Receita Patrimonial	42,210	69,064,968	44,124
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	607,719	1,295,374	87,017,025
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	503,095	670,765	4,890,680
Demais Receitas Correntes	104,624	624,609	82,126,345
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	31,712,258	38,643,715	40,357,604
RECEITAS CORRENTES	31,712,258	38,643,715	40,357,604
Receita de Contribuições	31,712,258	38,643,715	40,357,604
Pessoal Civil	31,712,258	38,643,715	40,357,604
Pessoal Militar	0	0	0
Contribuição Previdenciária para Cobertura de déficit atuarial - RPPS			
Contribuição Previdenciária em Regimes de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	60,875,558	139,441,552	158,454,452

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	181,694,127	202,867,296	235,724,349
ADMINISTRAÇÃO	33,322,300	30,884,442	23,358,410
Despesas Correntes	33,322,300	30,884,442	23,325,450
Despesas de Capital	27,439	3,877	32,960
PREVIDÊNCIA SOCIAL	150,481,200	171,982,854	212,365,940
Pessoal Civil	150,481,200	171,982,854	212,365,940
Pessoal Militar			
Outras despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS S)			565,323
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
RESERVA DO RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	181,694,127	202,867,296	236,289,672
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	-120,818,569	-63,425,745	-77,835,220

FONTE : RREO 3º QUADRIMESTRE 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS



PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS - 2015

AMF - Tabela 7 (LRF , art. 4º , § 2º inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PRVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2012	0	0	0	22,602,699
2013	97,735,905	234,357,239	-136,621,334	-114,018,636
2014	98,212,795	254,182,900	-155,970,105	-269,988,741
2015	97,697,917	261,457,417	-163,759,501	-433,748,241
2016	97,553,995	263,864,035	-166,310,040	-600,058,281
2017	96,658,613	266,657,958	-169,999,345	-770,057,626
2018	95,348,631	270,990,375	-175,641,744	-945,699,370
2019	95,097,151	272,462,002	-177,364,851	-1,123,064,221
2020	94,815,955	276,489,066	-181,673,110	-1,304,737,331
2021	94,522,971	278,731,533	-184,208,562	-1,488,945,893
2022	94,221,120	281,681,926	-187,460,806	-1,676,406,699
2023	93,814,873	281,425,045	-187,610,173	-1,864,016,872
2024	93,441,011	282,394,113	-188,953,102	-2,052,969,973
2025	93,039,266	283,845,033	-190,805,766	-2,243,775,740
2026	92,550,076	284,805,554	-192,255,477	-2,436,031,217
2027	92,086,159	283,417,631	-191,331,472	-2,627,362,689
2028	91,553,794	281,342,469	-189,788,675	-2,817,151,364
2029	91,037,335	279,651,475	-188,614,140	-3,005,765,505
2030	90,479,153	276,716,198	-186,237,045	-3,192,002,550
2031	89,950,122	274,538,822	-184,588,701	-3,376,591,250
2032	89,382,986	270,896,052	-181,513,066	-3,558,104,316
2033	88,825,495	267,657,860	-178,832,365	-3,736,936,681
2034	88,245,051	263,675,475	-175,430,424	-3,912,367,106
2035	87,692,528	260,339,004	-172,646,476	-4,085,013,581
2036	87,099,354	256,316,003	-169,216,649	-4,254,230,230
2037	86,532,331	251,829,260	-165,296,929	-4,419,527,159
2038	85,932,099	246,977,970	-161,045,871	-4,580,573,031
2039	85,413,309	242,061,323	-156,648,014	-4,737,221,045
2040	84,880,771	237,788,062	-152,907,291	-4,890,128,336
2041	84,346,597	232,836,369	-148,489,772	-5,038,618,108
2042	83,846,089	228,246,187	-144,400,098	-5,183,018,206
2043	83,335,155	224,040,865	-140,705,710	-5,323,723,916
2044	82,891,927	219,631,620	-136,739,693	-5,460,463,609
2045	82,509,199	215,594,286	-133,085,088	-5,593,548,697
2046	82,120,860	213,126,145	-131,005,285	-5,724,553,982
2047	81,667,274	209,340,552	-127,673,278	-5,852,227,260
2048	81,277,854	205,734,730	-124,456,876	-5,976,684,136
2049	80,991,102	202,702,727	-121,711,625	-6,098,395,762
2050	80,663,635	200,284,666	-119,621,031	-6,218,016,792
2051	80,350,639	198,250,903	-117,900,263	-6,335,917,056
2052	79,983,283	195,604,543	-115,621,261	-6,451,538,316
2053	79,690,469	193,211,314	-113,520,845	-6,565,059,162
2054	79,364,996	190,670,231	-111,305,235	-6,676,364,397
2055	79,113,772	188,593,434	-109,479,662	-6,785,844,058
2056	78,827,953	186,585,618	-107,757,665	-6,893,601,724
2057	78,622,846	185,336,167	-106,713,321	-7,000,315,045
2058	78,321,452	183,781,755	-105,460,303	-7,105,775,347
2059	78,134,471	183,063,706	-104,929,236	-7,210,704,583
2060	77,837,678	181,911,244	-104,073,566	-7,314,778,149
2061	77,611,025	180,893,179	-103,282,154	-7,418,060,303
2062	77,295,219	179,215,146	-101,919,927	-7,519,980,230
2063	75,841,379	177,679,312	-101,837,933	-7,621,818,162
2064	73,870,165	176,002,258	-102,132,092	-7,723,950,255
2065	73,614,873	173,679,591	-100,064,718	-7,824,014,972
2066	73,390,228	171,252,397	-97,862,169	-7,921,877,141
2067	73,216,156	168,988,358	-95,772,202	-8,017,649,343
2068	73,016,864	166,694,951	-93,678,087	-8,111,327,429
2069	72,878,438	164,657,698	-91,779,260	-8,203,106,689
2070	72,714,324	162,942,060	-90,227,736	-8,293,334,425
2071	72,486,979	160,665,426	-88,178,447	-8,381,512,873
2072	72,272,449	157,712,132	-85,439,684	-8,466,952,556
2073	72,090,605	154,961,447	-82,870,842	-8,549,823,398
2074	71,912,378	152,335,971	-80,423,592	-8,630,246,991
2075	71,757,363	149,723,052	-77,965,689	-8,708,212,680

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS



PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS - 2015

AMF - Tabela 7 (LRF , art. 4º , § 2º inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PRVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2076	71,583,841	147,028,193	-75,444,352	-8,783,657,032
2077	71,430,703	144,706,451	-73,275,749	-8,856,932,780
2078	71,195,900	141,994,347	-70,798,447	-8,927,731,227
2079	71,058,663	139,466,578	-68,407,915	-8,996,139,143
2080	70,883,769	137,145,014	-66,261,246	-9,062,400,388
2081	70,711,998	134,807,417	-64,095,419	-9,126,495,807
2082	70,524,400	132,476,651	-61,952,250	-9,188,448,058
2083	70,385,844	130,346,289	-59,960,446	-9,248,408,503
2084	70,242,985	128,233,459	-57,990,474	-9,306,398,977
2085	70,115,113	126,252,996	-56,137,883	-9,362,536,860
2086	69,925,091	124,324,720	-54,399,628	-9,416,936,488
2087	69,808,086	122,487,051	-52,678,965	-9,469,615,453
TOTAL	6,139,552,853	15,631,771,005	-9,492,218,151	

FONTE : RREO 6º BIMESTRE 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA
2015**



AMF - Tabela 8 (LRF , art. 4º , § 2º inciso v)

TRIBUTO	MODALIDADE	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
		2015	2016	2017	
IPTU	Lei de incentivo a antecipação do pagamento em cota única anual do IPTU, mediante desconto de 10% para pagamento no mês janeiro e desconto de 7% para pagamento no mês de fevereiro.	10,901,496	11,501,079	12,133,638	A renuncia não afetará a meta fixada, uma vez que já foi considerada na estimativa de receita. Este tipo de incentivo é concedido à longa data.
ISS	<p>Projeto de Lei nº 046/2014, que altera a Lei nº 2.597/08, a fim de reduzir a alíquota do Imposto Sobre os Serviços de Saúde, Assistência Médica e Congêneres, de 3% para 2%.</p> <p>De igual modo visa suprir exigência do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige neutralidade fiscal ou compensação tópica.</p>	3,288,837	3,469,723	3,660,557	<p>Aumento da Receita com base no recadastramento do ISS, modernização da Cobrança do ISS (Nota Fiscal Eletrônica), fiscalização atuante na área tributária.</p> <p>Lei Municipal 2.718/10, que incentiva à edificação e construção de unidades de saúde.</p> <p>Aumento vegetativo da receita em razão do crescimento do Município.</p>
TOTAL		14,190,333	14,970,801	15,794,195	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
ANEXO III
2015



AMF - Tabela 9 (LRF , art. 4º , § 2º inciso v)

EVENTOS	PREVISTO PARA 2015	DETALHAMENTO DA COMPENSAÇÃO
Expansão e manutenção de Módulos de Saúde	12,000,000	Aumento da Receita com base no recadatramento do IPTU, modernização da Cobrança do ISS (Nota Fiscal Eletrônica), Fiscalização atuante na área tributária. Aumento vegetativo da receita em razão do crescimento do Município.
Expansão e manutenção de Creches, Escolas e Outras Unidades Educacionais	16,000,000	
TOTAL	28,000,000	28,000,000

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI,
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVOS DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
ANEXO III
2015



ARF (LRF , art. 4º , § 3º)

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Tributos arrecadados à menor decorrente de fatores econômicos.	13,000,000	Busca do equilíbrio orçamentário, a partir do cancelamento de dotações.	13,000,000
Despesas não previstas em consequência de enchentes ou outros fenômenos naturais	10,000,000	Abertura de créditos adicionais, a partir do cancelamento da reserva de contingência, para a cobertura da despesa.	10,000,000
Passivos Contingentes, decorrentes de fatores imprevisíveis, como Processos Judiciais a serem julgados.	12,000,000	Abertura de créditos adicionais, a partir do cancelamento da reserva de contingência, para a cobertura da despesa.	12,000,000
Redução nos repasses dos Royalties do Petróleo.	50,000,000	Busca do equilíbrio orçamentário, a partir do cancelamento de dotações.	50,000,000
	85,000,000		85,000,000

ANEXO DE METAS FISCAIS 2015
METODOLOGIA DE CÁLCULO

A receita estimada para o exercício financeiro do ano de 2015 é da ordem de R\$ 2.060.000.000,00 (Dois bilhões, e sessenta milhões de reais).
Para os cálculos da estimativa, projetou-se 2015 corrigindo a arrecadação realizada em 2013 em 5,91%, tomando-se por base o IPCA acumulado no exercício, e sobre o resultado obtido foi aplicado 6,00% considerando a inflação prevista para 2014 conforme dados da 181ª reunião realizada pelo Banco Central sobre o tema.
Além do cálculo estimado, foram considerados os esforços que estão sendo realizados pela administração fazendária na modernização da cobrança dos tributos, as diversas ações de combate à inadimplência, além da possibilidade de captação de recursos voluntários vindos da União e do Estado. Face a isso estamos considerando, ainda, um crescimento real na ordem de 6,5%, acrescentado-se, também, nos cálculos, as receitas provenientes dos convênios e das operações de crédito.
Ressalta-se, contudo, que as estimativas das receitas próprias e das rendas transferidas, são de caráter preliminar, podendo sofrer influência em sua realização, de acordo com o desempenho da economia ao longo do exercício, como também de eventuais mudanças na legislação.
Por derradeiro registra-se que, para os exercícios de 2016 e 2017 estimou-se aumentos de 5,0% em comparação com os anos de 2015 e 2016 respectivamente.

DECRETO Nº 11668 / 2014
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8º, da Lei nº 3071/2013 de 23 de dezembro de 2013.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 3.129.072,18 (Três milhões, cento e vinte e nove mil, setenta e dois reais e dezoito centavos), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.
Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.
Art. 3º - Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento de Despesa, estabelecido no Decreto nº11563, de 16 de janeiro de 2014.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 27 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Niterói, 27 de Junho de 2014.
Rodrigo Neves - Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 11668/2014
CRÉDITO SUPLEMENTAR

CÓDIGOS				VALORES (R\$)	
ÓRGÃO/ UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	FT	SUPLEMENTADO	COMPENSADO/ CANCELADO
1000 - SEXEC	0412200012032	33903900	100	72.000,00	
1051 - EMUSA	1745200101040	44905100	100	366.072,18	
1400 - SMEL	2781300232110	33903000	100	21.000,00	
2043 - FME	1212200012183	33903600	100	40.000,00	
2043 - FME	1212200012202	31900400	100	1.015.000,00	
2043 - FME	1284609000916	31909400	100	5.000,00	
2542 - FMS	1012200012245	33900800	100	40.000,00	
2600 - SECONSER	2612200012286	33903900	100	1.570.000,00	
1000 - SEXEC	0342200062029	33903900	100		10.000,00
1000 - SEXEC	0412200842037	33903900	100		10.000,00
1000 - SEXEC	0412200842041	33903900	100		10.000,00
1000 - SEXEC	0412600012035	33903000	100		10.000,00
1000 - SEXEC	0412600012035	33903900	100		10.000,00
1000 - SEXEC	0412800061006	33903000	100		20.000,00
1000 - SEXEC	0412800061006	33903900	100		20.000,00
1000 - SEXEC	0413100012009	33903900	100		10.000,00
1000 - SEXEC	0413100012028	33903900	100		10.000,00
1000 - SEXEC	0413100012045	33903900	100		10.000,00
1000 - SEXEC	0442200831014	33903900	100		10.000,00
1000 - SEXEC	0824200701025	33903000	100		10.000,00
1000 - SEXEC	0824400051017	44905200	100		20.000,00
1000 - SEXEC	0824400052024	44905200	100		20.000,00
1000 - SEXEC	1124200852012	33903900	100		20.000,00
1000 - SEXEC	1133300852019	33903900	100		10.000,00
1000 - SEXEC	1169200851026	33903900	100		20.000,00
1000 - SEXEC	1442200832036	33903900	100		20.000,00
1000 - SEXEC	1912200841015	33903900	100		10.000,00
1000 - SEXEC	2624200702043	33903900	100		160.000,00
1051 - EMUSA	0412200012056	44905100	100		140.000,00
1051 - EMUSA	1345200101043	44905100	100		6.072,18
1051 - EMUSA	1545200101050	44905100	100		80.000,00
1051 - EMUSA	1551200102051	44905100	100		140.000,00
1100 - VICE- PREFEITURA	0418200201077	33903900	100		60.000,00
1100 - VICE- PREFEITURA	0418200201079	33903000	100		10.000,00
1100 - VICE- PREFEITURA	0418200201079	33903900	100		10.000,00
1100 - VICE- PREFEITURA	0418200221080	33903900	100		10.000,00
1100 - VICE- PREFEITURA	0445100202092	33903900	100		10.000,00
1400 - SMEL	2781200232111	33903600	100		10.000,00
1400 - SMEL	2781200232111	44905200	100		10.000,00
1400 - SMEL	2781300231086	33504300	100		20.000,00
1400 - SMEL	2781300231088	33903900	100		60.000,00
1400 - SMEL	2781300232110	33903900	100		21.000,00
1700 - SMA	2884609000910	33904600	100		50.000,00
1700 - SMA	2884609000910	33904900	100		100.000,00
1900 - SEOP	0612600391105	33903900	100		50.000,00
1900 - SEOP	0618100391108	33903900	100		50.000,00
1900 - SEOP	0618100391108	44905200	100		50.000,00
1900 - SEOP	0642200391107	33903900	100		50.000,00
2100 - SMF	0412200012203	44905200	100		50.000,00
2100 - SMF	0412600012211	33903000	100		50.000,00
2100 - SMF	0412600012211	33903900	100		50.000,00
2100 - SMF	0412900012209	44903000	100		50.000,00

2043 - FME	1212200012183	33903000	100		355.000,00
2043 - FME	1212200012202	31901101	100		700.000,00
2043 - FME	1284609000917	31901303	100		5.000,00
2542 - FMS	1012200012245	33904900	100		40.000,00
2600 - SECONSER	1751201062288	33903000	100		12.000,00
2600 - SECONSER	1751201062296	33903000	100		20.000,00
2600 - SECONSER	1854101052308	33903900	100		40.000,00
4200 - SMARHS	1854201152379	33903900	100		25.000,00
4200 - SMARHS	1854301091178	33903900	100		25.000,00
4200 - SMARHS	1854301101177	33903900	100		25.000,00
4200 - SMARHS	1854301152374	33903000	100		100.000,00
4200 - SMARHS	1857201152366	33903000	100		25.000,00
4274 - FMCA	1854101112399	33903900	100		20.000,00
4274 - FMCA	1854101171185	33903000	100		50.000,00
4274 - FMCA	1854101171185	33903900	100		50.000,00
4274 - FMCA	1854201192400	33903900	100		80.000,00
TOTAL GERAL				3.129.072,18	3.129.072,18

NOTA:
FONTE 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOIRO MUNICIPAL

Portarias

Nomeia **MANOELA CAVALCANTE DIAS PEREIRA** para exercer o cargo de Encarregado A, CC-4, da Procuradoria Geral do Município, em vaga decorrente da exoneração de Elisabeth de Azeredo Zimmermann, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria 792/2014).

Exonera, a pedido, **ELISABETH DE AZEREDO ZIMMERMANN** do cargo de Encarregado A, CC-4, da Procuradoria Geral do Município (Portaria 793/2014).

Considera nomeado, a contar de 01/01/14, **JOSE BONIFACIO DA SILVA NASCIMENTO** para exercer o cargo de Chefe de Serviço, CC-3, da Superintendência de Terminais e Estacionamentos, da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, em vaga decorrente da exoneração de Ronaldo de Araujo Veiga, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria 794/2014).

Considera exonerado, a contar de 01/01/14, **RONALDO DE ARAUJO VEIGA** do cargo de Chefe de Serviço, CC-3, da Superintendência de Terminais e Estacionamentos, da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, por ter sido nomeado para o cargo incompatível (Portaria 795/2014).

Considera nomeado, a contar de 01/01/14, **RONALDO DE ARAUJO VEIGA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Superintendência de Terminais e Estacionamentos, da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, em vaga decorrente da exoneração de Ito Machado Villaça Guedes, acrescido das gratificações previstas na Comunicação interna nº 01/09 (Portaria 796/2014).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Despacho do Secretário

Saldo de vencimento – Deferido

20/1589/2014
20/1136/2014
20/1228/2014
20/4443/2012

Férias proporcionais – Deferido

20/4002/2013
20/3989/2013
20/3616/2013

Adicional – Deferido

20/1732/2014

Contagem de disponibilidade – Deferido

20/260/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E
CONTROLE-SEPLAG

EDITAL SEPLAG Nº 01, DE 10 DE MAIO DE 2014.

A Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, no uso de suas atribuições, torna pública a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES DO PRÊMIO DE GESTÃO PÚBLICA, conforme corrigenda ao edital da SEPLAG Nº 01/2014, publicado no Diário Oficial em 10/05/2014, nos seguintes termos:

onde se lê: "IV Das Inscrições:

a) (...) e as inscrições se encerram às 18 (dezoito) horas do dia 01 de julho";

leia-se:"IV Das Inscrições:

a) (...) e as inscrições se encerram às 18 (dezoito) horas do dia 01 de agosto";

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Diretor do DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS comunica que os abaixo relacionados, recusaram-se a assinar, ou receber as intimações e /ou autos de infração ou estavam ausentes, no momento da ação fiscal.

MARCELO F. PARANHOS – Alameda São Boaventura, 512 - Fonseca - Int. 19839/14;
PATRICIA G. FERREIRA – Av. Alm. Tamandaré, Qd. 284, lote 30 - Piratininga - Int. 19838/14; ELISA G. D. PANZA – Av. Visc. do Rio Branco, 897 - Centro - Int. 19637/14; O PROPRIETÁRIO – Trav. Dr. Chiquito, 80 - Fonseca - Int. 20263/14; O PROPRIETÁRIO – R São Januário, 165, loja 1 - Fonseca - Int. 20264/14; AURORA A. LOPES – Trav. Victor Pestre, 44, casa 2 - Fonseca - Int. 20265/14; O PROPRIETÁRIO – Trav. São Miguel, 8, fundos - Fonseca - Int. 20266/14; ESCOLA PÚBLICA DO AR - R Henrique Lage, 223 - Fonseca - Int. 20267/14; VANIA BUSQUET LEAL – Av. Nelson de O. e Silva, 201, casas 2 e 2 A - Cantagalo - Int. 20504/14; O PROPRIETÁRIO – Estrada Francisco da Cruz Nunes, 7600, ljs 101 e 102 - Itaipu - Int. 20505/14; O PROPRIETÁRIO – R Publio Machado, 139 - Itaipu - Int. 20506/14; BANCO BRADESCO – R Ver. Armando Ferreira, 350 - Largo da Batalha - Int. 20507/14; O PROPRIETÁRIO – Estrada do Monan, 900 casa 37 - Cantagalo - Int. 20509/14; ALEXANDRE SANCHES – R Castelo Branco, 161, lj 7 - Centro - Int. 20511/14; IVAN DE M. TEIXEIRA – Alameda São Boaventura, 512/101 - Fonseca - A.I. 02409/14; ROGÉRIO DO N. RANGEL – R Leite Ribeiro, 117, casa 8 - Fonseca - A.I. 02407/14;

“Termo de Recebimento

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade em conformidade com a Lei 2051, de 06 de Janeiro de 2003, que regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV/RIV, dá publicidade ao recebimento do Estudo de Impacto de Vizinhança, em 16/06/2014, para

construção de Edificação Multifamiliar, situado na Rua Nossa Senhora Auxiliadora, nº 53 - Santa Rosa – Niterói – RJ, através do Processo 080/004076/2013. O RIV/RIV ficará disponibilizado para consulta, no prazo de até 90 dias, através do site na Internet da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade [HTTP://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br](http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br) – ou diretamente na sede da Secretaria, Av. Jornalista Rogério Coelho Neto, s/nº (antiga Vila Olímpica), segundas – feiras e quartas – feiras das 14h00 às 17h00.”

Parecer Técnico Conclusivo:
Após a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) apresentados no processo 080/006135/2013 para o empreendimento a ser construído na Rua Noronha Torreção, nº 97 – Santa Rosa – Niterói, esta CAED tem a seguinte consideração a fazer:Conforme análise do Relatório de Impacto no Sistema Viário (Processo 530/002507/2014) o empreendedor deverá atender as medidas mitigadoras/compensatórias por ocasião da licença de obras;
Desta forma, esta comissão aprova o Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança apresentados. A aprovação do EIV-RIV não isenta o empreendedor do cumprimento de todas as exigências de adequação que o Setor de Análise de Projetos venha solicitar”.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
Departamento de Fiscalização de Posturas

Processo 130/856/2014 –
Requerente: D. Gomes Pinto Eireli
Julgo Improcedente
Prazo de 30 dias para Recurso a partir da data da publicação

GUARDA CIVIL MUNICIPAL
CORREGEDORIA GERAL
A Corregedora da Guarda Civil Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições, instaura Comissão Sindicante, para apurar as denúncias contidas no Termo de Recebimento de Denúncia, Procedimento Nº157/2014. Nomeia para compor a presente Comissão, os servidores Simone Fernandes Rodrigues, matrícula 235.435-7, presidente; Laila Reid Silva de Almeida, matrícula 237.551-7, membro; Roberto Fernandes Freire, matrícula 235.951-1, membro; Juliana da Silva Cruz, matrícula 237.593-9, membro e Winnie de Melo Guimarães, matrícula 235.427-2, membro; para em concordância com o previsto no artigo 207 da lei 2838/2011, no prazo de 30 (trinta dias), emitir relatório final da sindicância (Portaria nº 078/14).

A Corregedora da Guarda Civil Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições, instaura Comissão Sindicante, para apurar as denúncias contidas no Termo de Recebimento de Denúncia, Procedimento Nº108/2014. Nomeia para compor a presente Comissão, os servidores Simone Fernandes Rodrigues, matrícula 235.435-7, presidente; Laila Reid Silva de Almeida, matrícula 237.551-7, membro; Roberto Fernandes Freire, matrícula 235.951-1, membro; Juliana da Silva Cruz, matrícula 237.593-9, membro e Winnie de Melo Guimarães, matrícula 235.427-2, membro; para em concordância com o previsto no artigo 207 da lei 2838/2011, no prazo de 30 (trinta dias), emitir relatório final da sindicância (Portaria nº 079/14).

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Coordenação do Serviço Funerário Municipal
CEMITÉRIO DO MARUÍ

Processos (Deferidos)
60/956/2013.
60/041; 289; 308; 311; 312; 350; 400/2014.

EDITAL
O Chefe do Cemitério de Maruí, torna público o seguinte: os restos mortais abaixo relacionados e sepultados nessa necrópole no período de **01/07/2011 à 07/07/2011**, serão retirados das sepulturas e recolhidos ao ossuário geral, em conformidade com o **Decreto Municipal nº 4.531/1985**. Havendo a intenção de evitar as referidas exumações, devem os interessados se manifestar administrativamente, por escrito, antes de completar-se o prazo legal de três (03) anos de sepultamento.
GAVETA DE ADULTO: 0746 – José Batista da Silva (02/07/2011); 2260 – Jaci Serafim (03/07/2011); 0823 – Maria Aurora Terra; 1550 – Valdemiro Batista; 4556 – Janete da Silva; 3768 – Lourival Alves de Andrade; 2855 – Carlo Alberto de Souza (04/07/2011); 3831 – Odileia de Albuquerque Fonseca; 2314 – José Eduardo Carneiro Dantas; 0871 – Leonardo Motta Teixeira (05/07/2011); 0855 – Ignorado; 2289 – Geraldo Gonçalves Martins (06/07/2011); 4336 – Severino Braz da Silva (07/07/2011).
GAVETA DE ADULTO DA QUADRA “A”: 491 – Lenyr Sardoux; 390 – Osvaldo da Veiga Muniz (01/07/2011); 468 – Lucia Maria Benjamin da Silva (02/07/2011); 526 – Enesio Melo Silva (03/07/2011); 301 – Irany Vasconcellos de Carvalho (07/07/2011).
GAVETA DE ADULTO DA QUADRA “B”: 578 – Fausto Gonçalves Marinho (02/07/2011); 445 – Vera Lucia Lopes da Silva; 577 – Gabriela Gomes da Silva; 656 – Jorge da Silveira e Silva (04/07/2011); 593 – Marly Maria do Espírito Santo (05/07/2011); 707 – Heloisa Helena de Souza Ferreira (06/07/2011).
CARNEIRO DE ADULTO DA QUADRA “G”: 483 – Adalgisa Dantas da Silva (01/07/2011); 451 – Jorge da Silva (03/07/2011); 600 – Marli da Cruz Vicente (05/07/2011).

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO
AVISO DE PREGÃO
A Comissão Permanente de Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado (s):
PREGÃO PRESENCIAL-----Nº 006/2014
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELA DE POLIPROPILENO
DATA DA REALIZAÇÃO: 15/JULHO/2014 HORA: 10:00 HS
PROCESSO Nº 200/6253/2013

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.niteroi.rj.gov.br ou na FMS-Niterói (é necessário levar um CD virgem ou PENDRIVE para gravação)

EXTRATO 111/2014.
INSTRUMENTO: Contrato nº 08/2014; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde e Alimentação Carmense Ltda.; **OBJETO:** Prestação de serviços de empresa especializada no fornecimento, preparo, acondicionamento e transporte de alimentação para a rede hospitalar e ambulatorial da rede pública de saúde do Município de Niterói, conforme descrito nos Lotes I e II; **PRAZO:** 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura.
VALOR ESTIMADO: R\$ 4.865.982,19 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos); **VERBA:** Programas de Trabalho nº 2543.10.301.0051.2268 e nº 2543.10.302.0051.2262, Códigos de Despesa nº: 33.390.30.00, Fonte nº 207, tendo sido objeto das Notas de Empenho de nº 0309/2014 e nº 0312/2014 datadas de 05/06/2014; **FUNDAMENTO:** Lei 8.666/93, bem como o Processo Administrativo nº 200/3037/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 06 de junho de 2013.

EXTRATO 112 /2014.
INSTRUMENTO: Contrato nº 09/2014; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde e Nutrindo Comércio e Serviços Ltda.; **OBJETO:** Prestação de serviços de empresa especializada no fornecimento, preparo, acondicionamento e transporte de alimentação para a rede hospitalar e ambulatorial da rede pública de saúde do Município de Niterói, conforme descrito no Lotes III; **PRAZO:** 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura; **VALOR ESTIMADO:** R\$ 4.744.998,60 (quatro milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos); **VERBA:** Programas de Trabalho nº 2543.10.302.0051.2262, Códigos de Despesa nº 33.390.30.00, Fonte nº 207, tendo sido

objeto da Nota de Empenho de nº 0310/2014 datada de 05/06/2014; **FUNDAMENTO:** Lei 8.666/93, bem como o Processo Administrativo nº 200/3037/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 06 de junho de 2013.

EXTRATO 113/2014.
INSTRUMENTO: Contrato nº 10/2014; **PARTE:** Fundação Municipal de Saúde e Vida Light Alimentação e Serviços Ltda.; **OBJETO:** Prestação de serviços de empresa especializada no fornecimento, preparo, acondicionamento e transporte de alimentação para a rede hospitalar e ambulatorial da rede pública de saúde do Município de Niterói, conforme descrito no Lotes IV; **PRAZO:** 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura; **VALOR ESTIMADO:** R\$ 2.266.999,96 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos); **VERBA:** Programas de Trabalho nº 2543.10.302.0051.2262, Códigos de Despesa nº 33.390.30.00, Fonte nº 207, tendo sido objeto da Nota de Empenho de nº 0311/2014 datada de 05/06/2014; **FUNDAMENTO:** Lei 8.666/93, bem como o Processo Administrativo nº 200/3037/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 06 de junho de 2013.

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
Licença Prêmio (Deferido)
200/2852/2014 – Marina da Silva Ferreira – 01 (um) mês referente ao 2º quinquênio, do período de 04/09/2002 à 31/08/2012, para serem usufruídos a partir de 01/08/2014 à 30/08/2014. (PORTARIA Nº 246/2014).
200/2628/2014 – Lucia Mattoso Camara Alt – 06 (seis) meses referentes aos 1º e 2º quinquênios, do período de 13/06/1986 à 18/06/1996, para serem usufruídos a partir de 01/09/2014 à 27/02/2015. (PORTARIA Nº 244/2014).
Averbação de Tempo de Serviço (Deferido)
200/2860/2014 – José Luiz de Souza Filho
200/3277/2014 – Ilma Cordeiro de Macedo

Licença Prêmio (Indeferido)
200/2158/2014 – Eneida Maria Borges Braga Arantes
VICE-PRESIDÊNCIA DE ATENÇÃO COLETIVA, AMBULATORIAL E DA FAMÍLIA
Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses
O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no uso de suas atribuições legais e tendo a delegação de competência das ações de Vigilância Sanitária conferidas pela Lei 2564/08 que dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Niterói, resolve conceder:

Os a baixos mencionados, após Autuação, deixaram de receber e/ou assinar os Autos.

PUBLICAÇÃO: CI 33 – 17/06/14:
Jorge Leal Brandão: Rua Barão dos Palmares Qdr. 4 lote 14 - Maria Paula – Niterói RJ: Ficou decidido o Indeferimento referente ao processo Nº 200/30/1588/14: **Recurso do Auto de Infração Nº 02278.**

Maria Cristina Nobre Salão de Beleza –Me: Av. Rui Barbosa 29 / 106 – São Francisco – Niterói RJ: Ficou decidido o Indeferimento referente ao processo Nº 200/30/4750/14: **Recurso do Auto de Infração Nº 11814.**

Ortonit Ortopedestão Associados: Rua Miguel de Frias 77 / 1610 - Icaraí – Niterói RJ: Ficou decidido o Indeferimento referente ao processo Nº 200/30/4208/14: **Recurso do Auto de Infração Nº 11893.**

Mercearia e Padaria Teixeira de Freitas Ltda-Me: Rua Teixeira de Freitas 274 – Fonseca – Niterói RJ: Ficou decidido o Indeferimento referente ao processo Nº 200/30/3724/14: **Recurso do Auto de Infração Nº 11322:**

R. Schenel Farmácia: Rua Noronha Torrezaõ 533 - Cubango – Niterói RJ: Ficou decidido o Indeferimento referente ao processo Nº 200 / 30/3289/14: **Recurso do Auto de Infração Nº 11287:**

Ana Paula Pain Quitanda Nascimento Me: Rua XV de Novembro 76 - Centro – Niterói RJ: Ficou decidido o Deferimento referente ao processo Nº 200/30/4464/14: **Recurso do Auto de Multa Nº 02494:**

Leninha Restaurante Ltda-Me: Av. Visc. do Rio Branco S/Nº - Centro - Niterói RJ: Ficou decidido o Indeferimento referente ao processo Nº 200/30/4335/14: **Recurso do Auto de Multa Nº 02515;**

F. da S. Almeida Rações e Bazar –Me: Rua Francisco Sardinha 88 / 102 - Engenhoca – Niterói RJ: Ficou decidido o Indeferimento referente ao processo Nº 200/30/4680/14; **Recurso do Auto de Multa Nº 02448:**

Otavio Carneiro Mate Ltda: Rua Otavio Carneiro 100 - Icaraí – Niterói RJ: Ficou decidido o Indeferimento referente ao processo Nº 200/30/4700/14: **Recurso do Auto de Multa Nº 02578**

Jacqueline Motta Ramos Freitas: Rua Miguel de Frias 51 / 401 – Icaraí – Niterói RJ: Ficou decidido o Indeferimento referente ao processo Nº 200/30/4720/14: **Recurso do Auto de Multa Nº 02564:**

Top Tennis 123 Academia e Recreação Ltda: Rua Miguel de Frias 123 – Cobertura - Icaraí – Niterói RJ: Ficou decidido o Indeferimento referente ao processo Nº 200/30/4635/14: **Recurso do Auto de Multa Nº 02583;**

REVALIDAÇÃO EXERCICIO 2014: CI 34 – 18/06/14:
OFS RJ: Ltda: Rua Gavião Peixoto 141 - Icaraí - Niterói RJ: *Cnpj; Nº Processo: 200/30/745/14: Atividade: “**Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**”.

Drogaria Praiana de Charitas Ltda: Av. Quintino Bocaiúva 343 loja 2 - Charitas – Niterói RJ; Cnpj; Nº Processo; 200/30/309/14; Atividade; ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**’.

Drogaria Canto da Saúde Ltda: Av. Visc. do Rio Branco lojas 09/10 – Centro – Niterói RJ; Cnpj; Nº Processo; 200/30/3455/14: Atividade: “**Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**”.

OFS RJ Ltda: Rua Gavião Peixoto 142 loja 01 - Icaraí - Niterói RJ; Cnpj: Nº Processo; 200/30/748/14; Atividade: ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**’.

OFS RJ Ltda: Alameda São Boa Ventura 920 - Fonseca – Niterói RJ; Cnpj: Nº Processo; 200/30/744/14: Atividade; ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, correlatos, perfumes, produtos de higiene e alimentos permitidos pela legislação vigente**’.

Cosmica Farmacia de Manipulação Ltda: Rua Moreira Cesar 265 loja 229/201 – Icaraí – Niterói RJ; Cnpj; Nº Processo; 200/30/2971/14; Atividade: ‘**Farmacia com manipulação de produtos oficiais e magistrais Grupo V – manipulação de medicamentos homeopáticos segundo a RDC 67/07 Anvisa e com comércio de cosméticos, perfumes produtos de higiene, correlatos, plantas medicinais e alimentos permitidos pela legislação vigente**’.

Bisturi Distr. de Material Hospitalar Ltda: Rua Miguel de Frias 254 - Icaraí - Niterói RJ; Cnpj; Nº Processo; 200/30/868/14: Atividade: ‘**Transportar Correlatos, Saneantes Domissanitários, Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene**’.

Bisturi Distr. de Material Hospitalar Ltda: Rua Miguel de Frias 254 - Icaraí – Niterói RJ; Cnpj; Nº Processo; 2300/30/1892/14; Atividade: ‘**Transportar Correlatos, Saneantes Domissanitários, Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene**’.

Maria Oneide Correa Fiorentino: Rua Miguel de Frias 88 / 1203 – Icarai – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/2120/14; Atividade: “**Consultório Odontológico com Raio X**”.

Centro de Reabilitação Física e Cognitiva Casa Viva A Vida: Estr. Francisco da Cruz Nunes 12529 - Itaipú – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/202/14; Atividade:“**Clinica de Reabilitação sem Internação**”.

Farmacia Espirito Santo Manipulação Ltda: Estr. Francisco da Cruz Nunes 6266 / 203 – Itaipú – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/2769/14; Atividade: “**Farmacia com manipulação de produtos oficiais e magistrais Grupo I – manipulação de medicamentos a partir de insumos/matérias primas, inclusive de origem vegetal, Grupo V – manipulação de medicamentos homeopáticos, Grupo III – manipulação de substâncias sujeitas a controle especial segundo a RDC 67/07 e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**’.

Farmacia Camboinhas Ltda; Rua Carlos Nelson Ferreira dos Santos 125 / 106 – Camboinhas – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo: 200/30/3865/14; Atividade: ‘**Farmacia com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**”.

Shell Life Material Hospitalar Ltda-Me: Rua Dr. Borman 23 / 1103 – Centro – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/251/14; Atividade: “**Importar e Distribuir Correlatos**”.

Farmacia Beltrão Ltda: Rua Mario Vianna 685 - Santa Rosa – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/3052/14; Atividade; ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**”.

Farmacia do Trabalhador do Brasil Rio Ltda: Rua José Clemente 15 / 16 – Centro – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/3520/14; Atividade: ‘**Farmacia com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**”.

Raio X Material Hospitalar Ltda; Av. Marques do Paraná 253 loja 02 – Centro – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/2648/14; Atividade: ‘**Comércio Varejista de Correlatos**’.

Drogaria PH de Icarai Ltda-Me; Av. Jornalista Francisco Torres 115 loja 06 - Icarai – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/3414/14; Atividade: ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**’.

Drogaria São Paulo S/A; Rua da Conceição 188/131 - Centro – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/2801/14; Atividade: ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**’.

Superavit Vendas e Representações Ltda; Rua Lopes Trovão 314 / 133 – Icarai – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/2200/14; Atividade: “**Comércio Varejista de Produtos para a Saúde**”.

OFS RJ Ltda: Av. Amaral Peixoto 36 loja 01 e 02 – Centro – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/747/14; Atividade: ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**”.

Farmagenerico Itaipú Drogaria e Perfumaria Ltda: Estr. Francisco da Cruz Nunes 8032 / 111 – Itaipú – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/3403/14; Atividade: ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**”.

Drogaria Rainha de Niterói Ltda: EPP: Rua General Castrioto 26 - Barreto – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/779/14; Atividade: ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**”.

Drogaria Estrelas de Icarai LtdaEpp;; Rua Otavio Carneiro 100 / 102 – Icarai – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/3777/14; Atividade: **Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**’.

3º Policlínica Militar do CBERJ – Niterói: Av. Quintino Bocaiúva S/Nº - Charitas -, Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/397/13; Atividade: ‘**Serviço Médico com Dispensário de Medicamentos e Correlatos**”. Exercício 2013:

Licença Inicial:

CSB Drogaria S/A: Rua Quinze de Novembro 04 / 219 – Centro – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/2359/14; Atividade: ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes , produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**”

A. Sevenier de Oliveira Drogarias Eireli –Me: Rua Dr. March 494 – Barreto – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/293/14; Atividade: ‘**Drogaria com dispensação de medicamentos, inclusive sujeitos a controle especial e com comércio de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, correlatos e alimentos permitidos pela legislação vigente**”.

Renata de Araujo Duarte: Rua Moreira Cesar 426 / 505 – Icarai – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/4420/14; Atividade: ‘**Consultório Odontológico com Raio X**’ 2013

Niterói Material Medico Ortopédico Ltda-Me: Rua Dr. Borman 23 / 101 – Centro – Niterói RJ; Cnpj; N° Processo; 200/30/8024/13; Atividade: ‘**Comércio Varejista de Produtos para Saúde**’.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DO PRESIDENTE
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o que determina o Edital 004/2014, Item 4, 4.3 de 26 de junho de 2014,
R E S O L V E:
Art. 1º - Instituir Comissão para Coordenação de Processo Seletivo Simplificado, visando o preenchimento de vagas de AGENTE DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL, sob a coordenação do primeiro:
1. Roberta Mara Sant’Anna – matrícula 233.872-1
2. Cássia Maria Garrido Azevedo – matrícula 240.739-5
3. Carlos Eduardo Mattos da Cruz – matrícula 240.876-7
4. Jessé Rodrigues Magalhães – matrícula 233.630-3
5. Rossana Paula Gomes de Souza – matrícula 232.637-9
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. **(Portaria FME/937/14)**
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto n.º 6.178/91, de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991,
R E S O L V E:
Aposentar, Ana Amélia Gambaza Gomes Soares, no cargo de Professor IIE ESP VI, matrícula 229.111-0 Portaria FME / 846 / 2014. Processo 210/2853/2014.
Fixação de Proventos

Ficam fixados, os proventos mensais de **Ana Amélia Gambaza Gomes Soares**, aposentada pela Portaria FME/846/2014, de 30/05/2014, no cargo de Professor IIE ESP VI, matrícula 229.111-0.

Aposentar, a contar de 22/04/2014, Maria Alice Thadeu, no cargo de Agente Educador Infantil NM III, matrícula 232.947-2 Portaria FME / 845 / 2014. Processo 210/1726/2014.

Fixação de Proventos

Ficam fixados, os proventos mensais de **Maria Alice Thadeu** , aposentada pela Portaria FME/845/2014, de 30/05/2014, no cargo de Agente Educador Infantil NM III, matrícula 232.947-2

Aposentar, Manoela da Silva Fernandes, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais EF VI, matrícula 228.270-5 Portaria FME / 847 / 2014. Processo 210/2909/2014.

Fixação de Proventos

Ficam fixados, os proventos mensais de **Manoela da Silva Fernandes**, aposentada pela Portaria FME/847/2014, de 30/05/2014, no cargo de, Auxiliar de Serviços Gerais EF VI, matrícula 228.270-5.

Aposentar, Jeusa Bernadete Carvalho Moreira, no cargo de Professor IIE NS VI, matrícula 222.949-0 Portaria FME / 848 / 2014. Processo 210/2671/2014.

Fixação de Proventos

Ficam fixados, os proventos mensais de **Jeusa Bernadete Carvalho Moreira**, aposentada pela Portaria FME/848/2014, de 02/06/2014, no cargo de, Professor IIE NS VI, matrícula 222.949-0.

Aposentar, a contar de 24/04/2014, Gilca Barbosa de Carvalho, no cargo de Professor I NS III, matrícula 233.478-7 Portaria FME / 892 / 2014. Processo 210/2605/2014.

Fixação de Proventos

Ficam fixados a contar de 24/04/2014, os proventos de **Gilca Barbosa de Carvalho**, aposentada pela Portaria FME/892/2014, de 10/06/2014, no cargo de, Professor I NS III, matrícula 233.478-7.

Aposentar, a contar de 20/03/2014, Marcia Falcão Maia, no cargo de Professor I NS V, matrícula 231.743-6 Portaria FME / 890 / 2014. Processo 210/1596/2014.

Fixação de Proventos

Ficam fixados a contar de 20/03/2014, os proventos de **Marcia Falcão Maia**, aposentada pela Portaria FME/890/2014, de 10/06/2014, no cargo de, Professor I NS V, matrícula 231.743-6.

Aposentar, a contar de 20/03/2014, Marcia Falcão Maia, no cargo de Professor I NM I, matrícula 236.479-2 Portaria FME / 891 / 2014. Processo 210/3371/2014.

Fixação de Proventos

Ficam fixados a contar de 20/03/2014, os proventos de **Marcia Falcão Maia**, aposentada pela Portaria FME/891/2014, de 10/06/2014, no cargo de, Professor I NM I, matrícula 236.479-2

Refixação de Proventos

Ficam refixados, os proventos mensais de **Nelza Telles Pereira**, aposentada pela Portaria FME/1028/2013, de 25/11/2013, no cargo de, Professor I NS V, matrícula 229.956-8.

Exonerar, a pedido, a contar de 24 de abril de 2014 de acordo com o inciso I do art. 84, da Lei 531, de 18 de janeiro de 1985, **Raquel Candida Alves Ferreira** do cargo de Pedagogo NSI, matrícula 237.314-0 do Quadro Permanente de Pessoal da FME. Portaria FME/834/2014. Processo 210/2139/2014.

Exonerar, a pedido, a contar de 20 de maio de 2014 de acordo com o inciso I do art. 84, da Lei 531, de 18 de janeiro de 1985, **Shirlene Oliveira Toledo**, do cargo de Professor I NS I, matrícula 236.622-7 do Quadro Permanente de Pessoal da FME. Portaria FME/835/2014. Processo 210/2949/2014.

Exonerar, a pedido, a contar de 31 de março de 2014 de acordo com o inciso I do art. 84, da Lei 531, de 18 de janeiro de 1985, **Hiram Castelo Branco Goulart**, do cargo Auxiliar de Portaria EF I, matrícula 237.262-1 do Quadro Permanente de Pessoal da FME. Portaria FME/836/2014. Processo 210/1589/2014.

Exonerar, a pedido, a contar de 30 de maio de 2014 de acordo com o inciso I do art. 84, da Lei 531, de 18 de janeiro de 1985, **Lucinea Duque de Abreu Ferreira**, do cargo de Agente de Administração Educacional NS I, matrícula 236.710-0 do Quadro Permanente de Pessoal da FME. Portaria FME/880/2014. Processo 210/3208/2014.

Exonerar, a pedido, a contar de 29 de maio de 2014 de acordo com o inciso I do art. 84, da Lei 531, de 18 de janeiro de 1985, **Marilia Guedes Lima**, do cargo de Professor II ESP I, matrícula 236.086-5 do Quadro Permanente de Pessoal da FME. Portaria FME/881/2014. Processo 210/3187/2014.

Exonerar, a pedido, a contar de 28 maio de 2014 de acordo com o inciso I do art. 84, da Lei 531, de 18 de janeiro de 1985, **Marcus Vinicios Vergna da Silva**, do cargo de Merendeiro NM II, matrícula 233551-1 do Quadro Permanente de Pessoal da FME. Portaria FME/882/2014. Processo 210/3182/2014.

Exonerar, a pedido, a contar de 05 de junho de 2014 de acordo com o inciso I do art. 84, da Lei 531, de 18 de janeiro de 1985, **Diego da Silva Vargas**, do cargo de Professor II MTD I, matrícula 236.129-3 do Quadro Permanente de Pessoal da FME. Portaria FME/883/2014. Processo 210/3237/2014.

Corrigenda:

Na publicação do dia 16/05/2014, proc. 210/6067/2014 Exoneração de Maria Isabel de Souza Lima

Onde se lê: - Portaria 621/2014

Leia-se – Portaria 651/2014.

Corrigenda:

Na publicação de 16/05/2014, proc. 210/1433/2014

Acumulação de Cargo de Maria de Fatima Carvalho do Rosário Vieira

Onde se lê: matrícula 1672310, Governo do Estado/FAETC

Leia-se matrícula 2106772

Redução de Carga Horária – Deferido

Pro. 210/1037/2014 – Neida Lucia Moreira Andrade, pelo período de 90 (noventa) dias.

Readaptação – Deferida

Pro. 210/2253/2014 – Flaviana Fernandes de Farias Guimarães Natal, pelo período de 01 (um) ano.

Proc. 210/1842/2014 – Marize Pacheco da Cruz, pelo período de 02 (dois) anos.

Pro. 210/2035/2014 – Célia Regina Santos de Souza, pelo período de 02 (dois) anos.

Proc. 210/2919/2014 – Erica de Sousa Oliveira Ferreira, pelo período de 02 (dois) anos.

Proc. 210/2576/2014 – Vanessa de Azevedo Santos, pelo período de 02 (dois) anos.

Proc. 210/1978/2014 – Elaine Corrêa Leite, pelo período de 02 (dois) anos.

Proc. 210/1979/2014 – Elaine Corrêa Leite, pelo período de 02 (dois) anos.

Proc. 210/2172/2014 – Viviane Genuncio Moraes, pelo período de 01 (um) ano.

Proc. 210/2946/2014 – Paula Cristina de Mello Rebel, pelo período de 01 (um) ano.

Licença Com Vencimento– indeferida

Proc. 210/1488/2014 – Váguina de Souza.

Proc. 210/1219/2014 – Váguina de Souza.

Licença Sem Vencimento– Deferida

Proc. 210/0580/2014 – Viviane Moreira Lourenço. pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 01/06/2014.

Proc. 210/2032/2014 – Viviane Moreira Lourenço pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 01/06/2014.

Proc. 210/1708/2014 – Geisa dos Santos Thomaz, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 30/06/2014.

Suspensão de Licença Sem Vencimento– Deferida

Proc. 210/2821/2014 – Glauca dos Santos Vianna

Licença Para Acompanhar Cônjuge – Deferida
Proc. 210/1915/2014 – Gisele Neves Cabral de Oliveira, pelo período de 04 (quatro) anos, a contar de 10/08/2014.

Licença Especial – Deferida
Proc. 210/2585/2014 – Karen Cerdeira Beck, pelo período de 05 (cinco) meses, a contar de 01/08/2014.

Proc. 210/2586/2014 – Karen Cerdeira Beck, pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01/08/2014.

Proc. 210/0115/2014 – Leila Maria Machado de Abreu, pelo período de 01 (um) mês, a contar de 01/08/2014.

Proc. 210/2666/2014 – Maria Margarida Melro Rego, pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01/04/2014.

Proc. 210/6648/2013 – Rosayna Frota Bazhuni, pelo período de 03 (três) meses, a contar de 20/09/2014.

Proc. 210/6647/2013 – Rosayna Frota Bazhuni, pelo período de 01 (um) mês , a contar de 01/10/2014.

Proc. 210/6759/2013 – Schirley Pereira de Queiroz, pelo período de 03 (três) meses a contar de 28/04/2014.

Proc. 210/2030/2014 – José Carlos Bernardo, Pelo período de 03 (três) meses, a contar de 03/07/2014.

Proc. 210/2881/2014 – Luzia Carvalho de Queiroz, Pelo período de 03 (três) meses, a contar de 07/07/2014

Licença Especial – Indeferida
Pro. 210/6195 /2013- Elisabeth Correa da Rocha.

Abono Permanência – Deferido
Proc. 210/2677/2014 – Jordão Bruno Neto.

Salário Família – Deferido
Proc. 210/1986/2014 – Juliane Aparecida Pereira Borges.

Proc.210/1225/2014 – Alexandra Salvino de Moraes Diniz.

Proc. 210/3140/2014 – Roseane de Araujo Silva.

Proc. 210/3301/2014 – Silvia Patricia Pina Ferreira.

Proc. 210/3328/2014 – Giselle da Cunha Fuly Cabral.

Proc. 210/3333/2014 – Cassia Cortines Peixoto.

Proc. 210/3362/2014 – Luciana Almeida Regis dos Santos.

Auxílio Natalidade – Deferido
Proc. 210/3099/2014 – Marise de Souza Costa.

Proc. 210/3067/2014 – Luciana Maria Gomes Braz.

Proc. 210/2060/2014 – Alexandra Salvino de Moraes Diniz.

Proc. 210/2942/014 - Clarice Tavares Siqueira Schulz.

Proc. 210/3130/2014 – Graziele Ferreira dos Anjos.

Proc. 210/3185/2014 – Alessandra da Silva Ribeiro.

Proc. 210/3184/2014 – Alessandra da Silva Ribeiro.

Auxílio Doença – Deferido
Proc. 210/3059/2014 – Ana Claudia Rodrigues do Valle.

.Disposição – Deferido
Proc. 210/3823/2013 e 180/953/2013 – Deise Mere dos Santos Muniz.

Proc. 210/2923/2014 – Anna Cristina Ferreira de Souza.

Acumulação de Cargo– Deferido
Proc. 210/2670/2014 – Jeusa Bernadete Carvalho Moreira, matrícula nº 222.949-0 FME, matrícula nº 223.053-0, Governo do Estado.

Averbação de Tempo de Serviço - Deferido
Proc. 210/3015/2014 – Beatriz Oliveira de Aguiar.

Proc. 210/1773/2014 – Sueli Pimentel Vargas.

Pro. 210/0525/2014 – Stephanie Maria Magalhães de Aguiar.

Progressão Funcional – Indeferido
Proc. 210/5773/2013 – Luziane Patricio Siqueira Rodrigues.

Proc. 210/5774/2013 – Luziane Patricio Siqueira Rodrigues.

Proc. 210/1246/2014 – Marcia Donata Fernandes.

Proc. 210/1933/2014 – Dione Bruno Gonçalves Dias.

Proc. 210/1292/2014 – Isabele Cristina Fonseca Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº. 003/2014

Aprovo a proposta do Presidente da CPL, homologando o objeto licitado à Licitante **DIGITALMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.** no valor total de **R\$72.300,00** (setenta e dois mil e trezentos reais), correspondente ao valor global do certame nº do Processo: 210/1413/2014. As despesas correrão no presente exercício, à conta dos Programas de Trabalho nº 12.122.0001.1332, Natureza da Despesa 339039.00 Fonte 100, constantes do Orçamento desta FME.

PROCESSO N.º 210/1113/2014 - RATIFICO na forma do art. 26, com fulcro no caput do art. 25, da Lei Nº. 8.666/93, o Ato de inexigibilidade de licitação, referente à contratação direta da empresa LEARNING FACTORY LTDA, CNPJ Nº 05.345.691/0025-56, para aquisição de livros didáticos para o ensino de Língua Inglesa do 1º e 2º Ciclos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Niterói, no valor total de **R\$ 678.600,00** (seiscentos e setenta e oito mil e seiscentos reais), à conta do Programa de Trabalho Nº. 12.361.0042.2184. Código de Despesa 3339032000000. Fonte: 205. Nota de Empenho 000705/2014.

PROCESSO N.º 210/1391/2014 - RATIFICO na forma do art. 26, com fulcro no caput do art. 25, da Lei Nº. 8.666/93, o Ato de inexigibilidade de licitação, referente à contratação direta da empresa INTERTEXTO EDITORA LTDA-ME, CNPJ Nº 02.943.459/0001-54, para aquisição do kit "A COPA DO MUNDO NO BRASIL – CONHECENDO NOSSOS VISITANTES" – 2 (dois) volumes, para a utilização dos alunos do 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Niterói, no valor total de **R\$ 481.200,00** (quatrocentos e oitenta e um mil e duzentos reais), à conta do Programa de Trabalho Nº. 12.361.0042.2184. Código de Despesa 3339032000000. Fonte: 205. Nota de Empenho 000729/2014.

TERMO ADITIVO 018/2014

Instrumento: Termo Aditivo Nº 018/2014 ao Contrato Nº 207/2013; **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME e a **ARQHOS CONSTRUÇÕES LTDA**; **Objeto:** acréscimo de **23,93%** ao valor do Contrato Nº **207/2013**, firmado entre a FME e a **ARQHOS CONSTRUÇÕES LTDA**, para conclusão das obras de construção e montagem de subestação com transformador na Fundação Oscar Niemeyer. **Valor: R\$ 127.112,37** (cento e vinte e sete mil cento e doze reais e trinta e sete centavos), à conta do Programa de Trabalho Nº. 12.122.0001.2183. Fonte: 100. Código de Despesa: 3449051000000. Nota de Empenho: 000618, de 30/05/2014. **Fundamento Legal:** inciso II, §1º, art. 57 da Lei 8.666/93. **Processo** Nº 210/1947/2014. **Data da Assinatura:** 30/05/2014.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art 1º – PROMOVER A PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO, com fundamento no Artigo 159, inciso II da Lei Orgânica do Município de Niterói, datada de 04.04.90 e considerando o que estabelecem os artigos 14, 15 e 16 da Lei 2.307/06, de 19 de janeiro de 2006 e a Portaria FME nº 600 /2006, de 27 de junho de 2006, de acordo com a tabela abaixo:

Matrícula	Processo	Progressão Concedida
-----------	----------	----------------------

2324572	210/3128/2014	NM
2337392	210/3166/2014	NM
2341956	210/1230/2014	NM
2370278	210/2833/2014	NM
2372639	210/3223/2014	NM
2339745	210/2134/2014	NS
2349298	210/2839/2014	NS
2350007	210/2791/2014	NS
2354199	210/3226/2014	NS
2364792	210/3155/2014	NS
2365120	210/2664/2014	NS
2365245	210/3049/2014	NS
2368017	210/3227/2014	NS
2368538	210/2626/2014	NS
2371193	210/2614/2014	NS
2371409	210/3063/2014	NS
2371490	210/3095/2014	NS
2371920	210/1212/2014	NS
2372514	210/2019/2014	NS
2243798	210/2795/2014	ESP
2280121	210/3081/2014	ESP
2312510	210/3025/2014	ESP
2317840	210/3082/2014	ESP
2325728	210/3205/2014	ESP
2326247	210/2957/2014	ESP
2329175	210/2669/2014	ESP
2331213	210/2972/2014	ESP
2334019	210/3027/2014	ESP
2336022	210/3228/2014	ESP
2336196	210/2836/2014	ESP
2336204	210/2837/2014	ESP
2340495	210/2459/2014	ESP
2345395	210/2639/2014	ESP
2359479	210/2425/2014	ESP
2360873	210/3043/2014	ESP
2364289	210/3083/2014	ESP
2365476	210/3229/2014	ESP
2366870	210/1939/2014	ESP
2366987	210/2783/2014	ESP
2367415	210/2751/2014	ESP
2369486	210/2890/2014	ESP
2371649	210/2739/2014	ESP
2371755	210/2625/2014	ESP
2372233	210/3077/2014	ESP
2372365	210/3096/2014	ESP
2372399	210/2895/2014	ESP
2372456	210/2645/2014	ESP
2372571	210/2886/2014	ESP
2372654	210/2644/2014	ESP
2372720	210/1999/2014	ESP
2372795	210/2317/2014	ESP
2372829	210/2211/2014	ESP
2372837	210/2922/2014	ESP
2373165	210/2787/2014	ESP
2348571	210/2668/2014	MTD
2360907	210/2650/2014	MTD
2361046	210/2518/2014	MTD
2372001	210/3076/2014	MTD

2343820	210/2622/2014	DTR
2372316	210/2637/2014	DTR

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.
(Portaria FME / 922 / 2014)

Corrigenda: Na Homologação do Pregão Presencial nº 12/2014, onde se lê: R\$175.380,00 (cento e setenta e quatro mil trezentos e oitenta reais); leia-se: R\$412.380,00 (quatrocentos e doze mil trezentos e oitenta reais. Publicado em 03/06/2014.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN
Despacho do Presidente

Deferido - Proc. 220/0426/14 – Jerônimo Ferreira de Assumpção – Abono Permanência.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI – CLIN
Despacho da Presidente

Art. 1 Termo Aditivo nº 02/14 ao Contrato nº 23/12 celebrado entre a CLIN - Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e a contratada empresa ULTRADIGITAL COM.SERV.PARA ESCRITÓRIO LTDA, Objeto: alteração quantitativa com acréscimo de 02 máquinas, no valor global de R\$ 11.880,00 a contar de 13 de junho de 2014, que se regerá pela Lei Federal 8.666/93, parágrafo 1º, do artigo 65 . Proc. Adm. 520/001.388/14

NITERÓI PREV
PORTARIA CE Nº 04/2014

A Comissão Eleitoral da Niterói Prev, no uso de suas atribuições legais, faz publicar os modelos de Cédulas para os candidatos habilitados à eleição dos membros do Conselho Superior de Administração e do Conselho Fiscal:

- Cédulas Brancas:



- Cédula Amarela



PORTARIA CE Nº 05/2014

A Comissão Eleitoral da Niterói Prev, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 12 do Edital de Convocação, faz publicar a relação dos candidatos habilitados à eleição dos membros do Conselho Superior de Administração e do Conselho Fiscal:

1 Conselho Superior de Administração:

1.1 Candidados às 2 (duas) vagas destinadas aos Ativos:

Carlos Magno Zanotti Meirelles, matrícula 4323283

José João Zeghir Neto, matrícula 229983

Marcos da Silva Gonçalves, matrícula 2240083

Monica Santos Guimarães, matrícula 228063-4

Ronaldo Corrêa de Mello, matrícula 2149839

1.2 Candidatos às 2 (duas) vagas destinadas aos Aposentados /Pensionistas:

Rousemary Castilho de Mello, matrícula 219412

2 Candidatos ao Conselho Fiscal:

2.1 Candidatos a 1 (um) vaga destinada aos Ativos:

Otávio Costa de Castro, matrícula 2226967

Mirian Nalin, matrícula 2353019

Sergio Fernando Vaz Soares, matrícula 2225662

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

Atos do Presidente

PORT. Nº. 045/2014 – Dispensar a contar de 01/06/2014, PRISCILA FREITAS SEPULVEDA, da Função de Chefe do Serviço de Manutenção do Bairro Santana da Diretoria de Manutenção.

PORT. Nº. 046/2014 – Designar a contar de 01/06/2014, PRISCILA FREITAS SEPULVEDA, para exercer a Função de Confiança de Chefe da Divisão Industrial, da Diretoria de Manutenção.

PORT. Nº. 047/2014 – Designar a contar de 02/06/2014, CARLA TATIANE GUINDANI, para exercer a função de Confiança de Chefe do Serviço de Instalação, da Diretoria de Iluminação Pública.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao Contrato nº. 034/2014 firmado com a empresa GLOBAL RIO VENDAS E SERVIÇOS LTDA, objetivando a execução das obras e/ou serviços de “CONSTRUÇÃO DE MEIO FIO E SARGETAS EM DIVERSAS RUAS”, a partir do dia 26/06/2014, com término previsto para 26/09/2014. Proc. nº 510/4714/13. Guilherme Pessanha Ribeiro – Diretor Administrativo da EMUSA.

CNPJ.: 32.104.465/0001-89

AVISO DE CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014

A EMUSA torna público o AVISO DE CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 06/14 que tem por objeto a "Implantação do projeto sem barreiras, na praia de Icaraí, no Município de Niterói/RJ". Após o prazo recursal, comunicamos que a continuação da licitação supracitada se dará no dia 07/07/14, às 13:00 (treze) horas na sede da EMUSA. Guilherme Pessanha Ribeiro – Diretor Administrativo da EMUSA.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Contrato nº 26/2014; PARTES: EMUSA E COBA CONSULTORES PARA OBRAS, BARRAGENS E PLANEJAMENTO LTDA.; OBJETO: Elaboração de Projeto Básico de diversas soluções para drenagem pluvial no loteamento Santo Antônio, no bairro de Piratininga, no Município de Niterói; PRAZO: 03 (três) meses; VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 440.526,79 (quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos); FUNDAMENTAÇÃO: Contrato oriundo da Tomada de Preço nº 15/2014; DATA: 13/06/2014. processo Nº 210/1011/2014. Guilherme Pessanha Ribeiro – P/Presidente da EMUSA – Niterói, 27 de junho de 2014.

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 34/14.

DEVEDORA: EMUSA.

CREDORES: GEÓLOGUS ENGENHARIA LTDA

OBJETO: Pagamento à credora pela prestação de serviços realizados para a EMUSA, em exercício anterior (DEA/2013), serviços de sondagem e percussão de terreno comum, VALOR: **R\$ 4.089,22** (Quatro mil, oitenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Proc. EMUSA nº. 510/0371/2014.

Guilherme Pessanha Ribeiro – p/Presidente da EMUSA.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO Nº. 032/2014** firmado com a empresa **CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO 5º, 6º, 7º ANDARES DO PRÉDIO CAN – CENTRO ADMINISTRATIVO DE NITERÓI**, a partir do dia **20/02/2014**, com término previsto para **20/08/2014**. Guilherme Pessanha Ribeiro – Diretor Administrativo da EMUSA. Processo nº. 510/0008/2014.

OMITIDO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 19/02/2014.